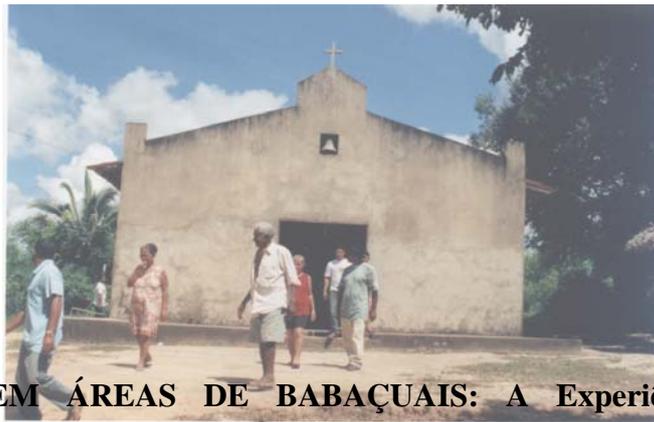


UFRRJ

**CURSO PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE - CPDA**



**O ASSOCIATIVISMO EM ÁREAS DE BABAÇUAIS: A Experiência das
Organizações de Trabalhadores Rurais do Município de Lago do Junco - MA
Associadas à ASSEMA.**



Evaristo José de Lima Neto

2007

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS

**CURSO PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE**

DISSERTAÇÃO

O Associativismo em Áreas de Babaçuais: A Experiência das Organizações de Trabalhadores Rurais do Município de Lago do Junco - MA Associadas à ASSEMA.

Evaristo José de Lima Neto

2007



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

O ASSOCIATIVISMO EM ÁREAS DE BABAÇUAIS: A EXPERIÊNCIA DAS ORGANIZAÇÕES DE TRABALHADORES RURAIS DO MUNICÍPIO DE LAGO DO JUNCO - MA ASSOCIADAS À ASSEMA.

Evaristo José de Lima Neto

Sob a Orientação da Professora

Dra. Regina Ângela Landim Bruno

Dissertação submetida ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade – Área de Concentração Movimentos Sociais.

Rio de Janeiro - RJ
Março de 2007

331.8813098121 Lima Neto, Evaristo José de
L732a O associativismo em áreas de babaçuais: a experiência
T das organizações de trabalhadores rurais do Município
de Lago do Junco-MA associadas à ASSEMA / Evaristo
José de Lima Neto – 2007.
142 f.

Orientador: Regina Ângela Landim Bruno.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e
Sociais.
Bibliografia: f. 125-139.

1. Associativismo rural – Lago do Junco, Maranhão -
Teses. 2. Organizações de trabalhadores rurais – Lago
do Junco, Maranhão - Teses. 3. Conflitos agrários –
Lago do Junco, Maranhão - Teses. I. Bruno, Regina
Ângela Landim. II. Universidade Federal Rural do Rio
de Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III.
Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

EVARISTO JOSÉ DE LIMA NETO

Dissertação submetida ao curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre**, em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - Área de concentração Movimentos Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 22 / 03 / 2007

Dra. Regina Ângela Landim Bruno – CPDA/UFRRJ
(Orientadora)

Dr. John Cunha Comerford – CPDA/UFRRJ

Dra. Maristela de Paula Andrade - UFMA

Na vida social as pessoas são politicamente mobilizáveis a partir de suas vivências e experiências anteriores, ou seja, ninguém chega a política apenas operando com a razão e através de categorias apropriadas do espaço público. Ao se aproximarem da política os atores sociais levam consigo a sua vida privada, seus sentimentos, suas crenças religiosas, suas concepções sobre o bem e o mal.

Regina Novaes

As trilhas pelas quais se chega a mudança social são imprevisíveis e insuspeitadas.

Albert Hirschman

Dedico esta dissertação a minha esposa Roberta, meu arrimo, meu norte, meu ponto de equilíbrio, meu porto seguro, minha luz. Sem ela tudo seria mais difícil.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me dado forças pra chegar até aqui e superar os obstáculos que me foram impostos.

Para que esta dissertação fosse concluída contei com a contribuição de muitas pessoas e instituições. Agradeço a CAPES, pela concessão da bolsa de estudos, sem a qual a realização deste mestrado perderia muito de sua qualidade, ao convênio CPDA/NEAD/ACTION-AID, pelo financiamento de minha pesquisa de campo. A UFRRJ pelo suporte institucional.

Agradeço a todos os professores e funcionários do CPDA, por fazerem desta instituição um ambiente tão humano e acolhedor. Agradeço especialmente ao Prof. Nelson Giordano Delgado, pelo incentivo, generosidade, amizade, confiança e preocupação dispensada a minha pessoa.

Agradeço imensamente a minha orientadora Profa. Regina Ângela Landin Bruno, pela amizade, preocupação e carinho, obrigado pelas sessões de orientação e pela confiança em mim depositada. Ao professor John Cunha Comerford e a Professora Maristela de Paula Andrade, por aceitarem fazer parte da banca de avaliação dessa dissertação.

Agradeço imensamente a minha mãe Regina e meu Pai Evaristo, meu irmão Fernando e minha irmã Luciana, pelo apoio que sempre me deram em todas as decisões importantes da minha vida, pelo carinho, pelas orações e pela fé que sempre tiveram em mim, a Lú especialmente pela visita que me fez e pelo presente de Natal, que me deu em 2005 patrocinando a vinda de meus pais para o Rio de Janeiro.

Agradeço a minha querida avó Teresa, a criatura mais doce que conheço nesse mundo, pela preocupação que sempre teve comigo e pela força que suas orações trazem.

Agradeço imensamente a minha esposa Roberta, a quem dedico esta dissertação, pelo seu incomensurável e incondicional apoio na realização desse mestrado. Obrigado Roberta pelo incentivo, a compreensão, amor, solidariedade e o carinho que sempre teve comigo, obrigado pelas leituras, correções e discussões que fizestes em meus trabalhos e nesta dissertação, com você a meu lado não há desafio no universo que não seja superado. Agradeço a minha filha Ana Clara, por ser tão compreensiva e carinhosa, por entender as razões por que passamos vários finais de semana sem sair de casa.

Agradeço imensamente a Dona Dionice pelo empenho, atenção e carinho com que vem cuidando da nossa casa, permitindo que eu pudesse me concentrar nos meus afazeres acadêmicos.

Agradeço as minhas tias do Maranhão, do Pará e de Pernambuco, pela força, torcida e orações, obrigado pela energia positiva que sempre me enviaram.

Minha querida cunhada Wilsea Batista, pela energia positiva e pela leitura atenciosa que fez a algumas versões deste trabalho.

Muito obrigado aos amigos Elis Miranda, Glória Ferreira, Marcelo Werner, Rafael Straforine, Patrícia Feitosa, Tomás Garcia e Maria Célia Coelho, vocês fizeram dessa experiência aqui no Rio de Janeiro algo prazerosamente inesquecível. Ao quarteto fantástico, muito obrigado por terem participado do mutirão de revisão desta dissertação, em pleno domingo.

Agradeço aos amigos Gilberto e Indira Marques, pelo apoio que me deram nos primeiros passos dessa empreitada.

Aos colegas da turma de mestrado de 2005, meu muito obrigado pela deliciosa convivência que tivemos.

Obrigado aos colegas das demais turmas do CPDA, especialmente aos amigos Sandro Leão, Andréia Rente, Socorro Lima, Eduardo Rosa e Betty Rocha, vocês foram especiais.

A colega Socorro Lima, especialmente pela digitação de algumas entrevistas, pelo incentivo, e atenção na hora do sufoco.

A Akime Ikename, que por meio de sua sabedoria oriental, salvou minha integridade física e mental durante o processo de redação da dissertação.

Ao amigo Ilson pelo alto astral contagiante, pelo zelo com nossos livros e textos, pela sua competência como profissional e principalmente como ser humano meu muito obrigado.

Obrigado a todos que fazem do CPDA uma família muito especial.

Por fim, gostaria de agradecer aos diretores e funcionários da ASSEMA, pela calorosa acolhida que me proporcionaram e por viabilizarem junto a seu quadro de associados as condições para realização do trabalho de campo. Muito obrigado as pessoas dos povoados de Lago do Junco, aos meus entrevistados pela atenção dispensada e pela hospitalidade com que me receberam. Agradeço a essa gente de fibra que faz valer a pena acreditar que outro mundo é possível.

RESUMO

Lima Neto, Evaristo José de. **O Associativismo em Áreas de Babaçuais: A Experiência das Organizações de Trabalhadores rurais do Município de Lago do Junco - MA Associadas à ASSEMA. 2007**, 142p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

Esta dissertação objetiva analisar o processo de constituição e desenvolvimento das diversas formas associativas assumidas por organizações de trabalhadores rurais no município de Lago do Junco – Maranhão, em particular, aquelas associadas à entidade de assessoria e representação denominada Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA. Essas organizações foram fundadas em Lago do Junco entre os anos de 1989 e 1991, ao final de um período de intensos e violentos conflitos agrários envolvendo, de um lado, diversos povoados camponeses e, de outro, grandes proprietários de terra. A partir da década de 1970 as modificações no trabalho de evangelização realizado por religiosos adeptos da teologia da libertação, somadas ao processo de expropriação de terras que afetava centenas de famílias de trabalhadores rurais, fez nascer em parte destas um sentimento de inconformismo com a situação em que viviam, levando-as a resistir de forma coletiva ao processo de expropriação, fazendo eclodir diversos conflitos agrários. Os principais conflitos agrários foram solucionados no final da década de 1980, com a desapropriação das terras e criação de *projetos de assentamento*. Nesta região o associativismo passou a ser, a partir de então, uma modalidade de organização e ação coletiva privilegiada pelas famílias de trabalhadores rurais, como forma de garantir sua permanência nas terras reconquistadas. A partir da análise das conseqüências advindas da presença e da atuação das organizações de trabalhadores rurais vinculadas a ASSEMA na vida dos povoados estudados, percebemos estas organizações podem ser caracterizadas principalmente pela ambivalência com que são vivenciadas pelas famílias de trabalhadores rurais. Tal ambivalência está relacionada a tensões que atravessam a trajetórias destas organizações, como aquelas referentes aos procedimentos que possibilitaram estabelecer vantagens seletivas para seus associados e os procedimentos que puderam gerar um acentuado grau de diferenciação econômico-social no interior dos povoados, e, tensões provenientes dos princípios de filiação e conduta exigidos por estas organizações daqueles que delas usufruem, sejam estes *sócios* ou *não sócios*.

PALAVRAS-CHAVE: associativismo, conflito, trabalhadores rurais.

ABSTRACT

Lima Neto, Evaristo José de. **The Peasant Associativism in Babaçu-forested areas: The Experience of Rural Workers of the Municipal District of Lago do Junco - MA Associated ASSEMA. 2007**, 142p Dissertation (Master Science in Development, Agriculture and Societe). Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Departamento de Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2007.

This work aims to analyze the process of constitution and development of several associative forms adopted by organizations of agricultural workers in the city of Lago do Junco - MA, particularly those allied to a major organization called Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA. These associations were created in Lago do Junco within the years of 1989 and 1991, by the end of a period of intense and violent agrarian conflicts involving, from one side, a number of peasant villages and, from another, great land owners. Since the decade of 1970, changes in the preaching methods conducted by religious adepts of the Theology of the Liberation, added to the process of land expropriation that affected hundreds of peasant families, stimulated a collective response by rural workers to the process of land privatization. Most of the agrarian conflicts were solved by the end of the decade of 1980, with the establishment of Agrarian Reform settlements for the peasant population. From then on, in this region, the associative forms became a preferred modality of organization adopted by agricultural worker families, as means of ensuring their permanence on their lands. Through analyzing the consequence of the existence and the influence of associations linked to ASSEMA for the living in the studied towns, we noticed a certain ambivalence by which they are experienced by agricultural workers. Such ambivalence is related to the tensions occurred during certain periods, such as those referred to the procedures that made possible to afford selective advantages to their associates and the ones which triggered a deep degree of socioeconomic differentiation inside the villages. Also, conflicts emerged from the principles of conduct and affiliation demanded by the organizations for those who benefited from them, affiliated or not.

KEY-WORDS: association, conflict, agricultural workers.

LISTA DE SIGLAS

ACESA - Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura
ACR - Animação dos Cristãos no Meio Rural
AMTR - Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais de Lago do Junco
ASSEMA - Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
CNPT – Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
COPPALJ-Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco
DFID – Department for International Development
EFAAF - Escola Família Agrícola Antonio Fontinele
FAMEM - Federação dos Municípios do Estado do Maranhão
FETAEMA - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
GEPLAM – Gerência de Estado de Planejamento do Maranhão
GERUR - Grupo de Estudos Rurais e Urbanos
GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERMA - Instituto de Terras do Maranhão
MER- Movimento de Evangelização Rural
MIQCB - Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MST - Movimento de trabalhadores Rurais Sem Terra
ONG – Organização Não Governamental
PA - Projeto de Assentamento
PDT – Partido Democrático Trabalhista
PGEM- Programa de Governo do Estado do Maranhão
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNRA- Plano nacional de Reforma Agrária
PPS – Partido Popular Socialista
PROCERA - Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
PSB - Partido Socialista Brasileiro
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro
RESEX – Reserva Extrativista
SMDDH-Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
STTR-Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
SUDEMA - Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Maranhão
SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UFMA – Universidade Federal do Maranhão

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Cartograma 1: Área de Atuação da ASSEMA	07
Tabela 1: Distribuição da Terra no Município de Lago do Junco	21
Tabela 2: Tipo de Ocupação do Solo	21
Tabela 3: Áreas de Assentamento Existentes no Município de Lago do Junco	22
Cartograma 2: Mapa do Conjunto do Município de Lago do Junco	24
Cartograma 3: Caminhos da Penetração de Nordestinos no Maranhão	29
Tabela 4: Distribuição das Famílias nas Organizações	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	01
CAPITULO I	
Procedimentos Teórico- Metodológicos e Condições de Construção dos Dados da Pesquisa	05
1- O Pesquisador e Seu Objeto	06
2- Considerações Sobre o Campo Temático da Pesquisa e Noções Operacionais Utilizadas	10
3- Procedimentos Adotados na Construção dos Dados e Operacionalização do Trabalho de Campo	17
4- Caracterização do Município de Lago do Junco	19
CAPITULO II	
O Processo de Ocupação e desenvolvimento do Vale do Mearim: do Tempo das Terras e Babaçu Livres ao Tempo das Terras e Babaçu Presos	25
1- Organização do Sistema de Comercialização: como se ligam comerciantes e camponeses	32
2- Processo de Diferenciação Sócio-econômico no Grupo Camponês e o Início da Privatização das Terras	35
3- Terra e Coco Babaçu Presos e o Tempo da Sujeição.	40
CAPÍTULO III	
Releituras do Evangelho e a Construção de uma Visão de Mundo Contestadora: refletir o evangelho em cima da vida de hoje.	46
1- O Religioso e o Político: Leitura das Cartilhas e dos Evangelhos nos Rituais das Delegacias Sindicais	54
CAPÍTULO IV	
Conflitos pelo livre acesso ao Babaçu e pela Posse da Terra.	
<i>Qual é o jeito Zé? É virar e botar pra brigar!</i>	61
CAPÍTULO V	
Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão: Constituição, Trajetória e Campos de Atuação.	86
CAPÍTULO VI	
Organizações de Trabalhadores Rurais, Processos de Filiação e Formas de Uso e Acesso aos Recursos: o medo de voltar pro que era antes.	101
1- As Associações de Assentamento	103
2- A Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco	110
3- As Comunidades Religiosas	117
CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	125
ANEXOS	131

INTRODUÇÃO

Esta dissertação objetiva analisar no processo de constituição e desenvolvimento das diversas formas associativas assumidas por organizações de trabalhadores rurais no município de Lago do Junco – Maranhão, em particular, aquelas constituintes da entidade de assessoria e representação denominada Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA. Essas organizações foram fundadas em Lago do Junco entre os anos de 1984 e 1991, ao longo de um período de intensos e violentos conflitos agrários envolvendo, de um lado, dezenas de famílias de trabalhadores rurais de diversos povoados, de outro, grandes proprietários de terra.

Neste sentido, procuramos problematizar sobre as condições sociais, econômicas, ecológicas, morais e políticas que possibilitaram a emergência dessas organizações naquela região, e em que medida estes elementos condicionantes influenciam nos procedimentos de filiação e nas condições de pertencimento que prevalecem atualmente nestas organizações.

A eclosão dos conflitos agrários na região deste estudo está diretamente relacionada com as restrições impostas pelos grandes proprietários de terra a implantação das lavouras das famílias de trabalhadores rurais e principalmente a atividade de coleta e quebra do coco babaçu¹, que sempre esteve presente na vida cotidiana das famílias da região, que na sua grande maioria adentraram no estado por meio das chamadas *frentes de expansão*, ocupando as terras livres daquela região principalmente no decorrer dos anos cinquenta do séc. XX (ANDRADE, 1969; VELHO, 1972).

Até o final da década de 1960 as terras onde se instalavam essas famílias eram tidas como devoluto o que pressupunha seu livre acesso, tanto para implantação de lavouras, como para a coleta e quebra do coco babaçu, predominando o *sistema de uso comum da terra*, o qual consiste na utilização de uma porção de terras por famílias ou grupos de famílias sem que haja partilha formal, sem desmembramentos e sem apropriação individual, que no Maranhão, tem sido tradicionalmente, ligado às áreas de colonização antiga: *terras de preto, terras de santo, terras de índio* (Almeida, 1989, Andrade, 1999), contudo Santos (1985) chama atenção para a ocorrência desse tipo de sistema nas áreas de ocupação recente.

A década de 1970, com a promulgação da Lei Estadual n 2.979/69 ou lei Sarney de terras, como ficou conhecida, marca o período auge da privatização das terras do estado e da introdução da pecuária extensiva na região do Médio Mearim, enquanto uma política vista pelo Estado como de *modernização*. Através de dispositivos legais de reconhecimento de propriedade ou mesmo pela grilagem, as terras supostamente disponíveis passaram a ser propriedades particulares.

Segundo Gonçalves (2000), esta lei estadual estaria na *contramão* do plano federal idealizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, que via o Maranhão como *uma fronteira agrícola isolada destinada aos pequenos produtores agrícolas*. Nessa fronteira, segundo os planejadores da época, estaria o caminho para a solução do problema da seca no Nordeste.

A partir de então o acesso a terra e ao coco, que eram livres, passaram a ser regulados por esquemas de subordinação da força de trabalho das famílias de trabalhadores rurais aos grandes proprietários de terra, que condicionavam o uso da terra para implantação dos *roçados* ao pagamento de renda, e ao mesmo tempo, restringiam o acesso ao babaçu por

¹ A palmeira de babaçu é uma planta nativa, que aparece com grande intensidade nos estados do Maranhão, Piauí, norte do Tocantins e sudeste do Pará, seu adensamento ocorre quando da retirada da floresta primária.

meio de uma dupla coerção: as famílias deveriam destinar alguns dias de trabalho no preparo e manejo das pastagens nas fazendas, sendo ainda obrigadas a comercializar o babaçu e a produção agrícola exclusivamente nos entrepostos comerciais controlados pelos proprietários, conhecidos nos povoados como *bodega* ou *quitanda*.

O sistema de propriedade nos moldes capitalistas - expresso na apropriação privada da terra e dos recursos naturais nela contidos e no pagamento de renda - entrou em choque com formas tradicionais de apropriação dos recursos naturais praticado pelas famílias. Em consequência desse processo muitas famílias de trabalhadores rurais perderam a autonomia em relação ao uso da terra, bem como o controle efetivo sobre recursos básicos, uma vez que não possuíam título de propriedade.

Desta forma, o avanço da pecuarização a partir da década de 1970 implicou ainda no aumento das áreas cercadas e na derrubada dos palmeirais de babaçu em grande escala. Tais questões representam uma situação limite para as famílias de trabalhadores rurais, uma vez que uma das bases de sustentação deste tipo de economia familiar estava ameaçada.

Nos povoados formados por estas famílias prevalece a prática do catolicismo como culto religioso, são os princípios dessa confissão religiosa que fornecem parte dos elementos que conformam a visão de mundo dessas famílias. É também a partir da década de 1970, sob a influência de religiosos oriundos da chamada *ala progressista da Igreja Católica*, adeptos da Teologia da Libertação, que se passa a observar modificações no trabalho de evangelização realizado junto às famílias de trabalhadores rurais.

Esta outra forma de evangelizar encontra várias destas famílias num momento em que suas condições de reprodução material e social estão gravemente ameaçadas pelo contínuo processo de expropriação conduzido pelo latifúndio. A combinação desses fatores torna-se solo fértil para fazer nascer em parte destas famílias de trabalhadores rurais, um sentimento de inconformismo com a situação em que viviam, levando-as a resistir de forma individual e/ou coletiva ao processo de privatização de terras que as oprimia.

Em vários municípios do Médio Mearim (Lago do Junco, Esperantinópolis, Lima Campos, São Luís Gonzaga) as principais ações de resistência dos trabalhadores rurais ao processo de privatização das terras ocorreram em meados dos anos de 1980, tendo havido inúmeros conflitos pelo direito de acesso aos babaçuais e pela retomada do direito à posse terra. De um lado, médios e grandes proprietários de terra limitavam o acesso ao coco, por meio de estratégias de intimidação e coerção; de outro, grupos de famílias de trabalhadores rurais organizaram *empates* com finalidade de impedir as grandes derrubadas de palmeiras e *mutirões* para quebra do coco que estava preso nas propriedades e detonaram as chamadas *greves* pela retomada da posse da terra.

Os principais conflitos foram solucionados no final da década de 1980, com a desapropriação das terras e criação de *projetos de assentamento* pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e pelo Instituto de Terras do Maranhão - ITERMA. O que não quer dizer que os problemas e dificuldades dessas famílias tenham sido totalmente resolvidos.

Se, por um lado, as desapropriações e a implantação de *projetos de assentamento* amenizaram o problema do acesso a terra, por outro, persistiram outras dificuldades, sobretudo ligadas à comercialização, produção e educação, por exemplo. A solução desses problemas se constituiu em uma nova etapa de lutas para essas famílias, implicando em novas formas organizacionais, cuja atuação e frentes de luta se dão para além do acesso a terra, na medida em que passam a se mobilizar em torno de questões como as relacionadas com os campos acima citados.

Nesta região o associativismo passou a ser uma modalidade de organização e ação coletiva privilegiada pelas famílias de trabalhadores rurais que vivenciaram os conflitos agrários, especialmente por encontrarem nos princípios fundamentais do associativismo a

forma mais viável para enfrentar os problemas em comum e uma maneira de expressarem sua representação social e política. Não obstante, estas famílias viam-se também condicionadas pela imposição de novas formas de relação com o Estado - engendradas a partir da criação de áreas de assentamentos nos povoados em conflito - a se organizarem formalmente em associações e cooperativas para obterem os recursos por este disponibilizados.

A forma como pretendemos abordar o associativismo neste trabalho não se prende somente nas possibilidades de acesso a bens materiais ou por questões políticas, possibilitadas por este tipo de ação coletiva, mas nas tentativas de criação de novos códigos e símbolos culturais, que aos poucos vão sendo incorporados nas práticas sociais dos atores. Da mesma forma, este trabalho está longe de se realizar numa perspectiva de “avaliação” sobre uma pretensa eficácia econômica ou política das ações dessas organizações; suas bandeiras de luta ou seus aspectos institucionais. Na verdade pretendemos dar destaque a dimensão pessoal da vida social, estabelecendo um vínculo entre as mobilizações coletivas visíveis e as formas menos evidentes de ação, que realizam os indivíduos em suas esferas cotidianas de experiência.

Em nossa análise incorporamos também a idéia de que indivíduos e grupos trazem consigo uma memória pela qual organizam marcos explicativos de sua existência, lhes dando coesão e fazendo-os reconhecer a si próprios. A forma como estes indivíduos e grupos articulam suas experiências passadas, os orienta a agir no presente e a pensar o futuro, a partir do que foi seletivamente demarcado como significativo em sua memória social. Neste sentido, assume grande importância nesta dissertação reconstituir as formas e os conteúdos da organização pretérita da qual deriva o nosso objeto de estudo. Este retorno ao passado se faz útil não apenas no sentido de situar historicamente suas origens e desenvolvimento, mas, sobretudo, por nestas configurações anteriores se encontrarem alguns dos elementos estruturantes das relações sociais da atualidade.

Este trabalho se divide em seis capítulos. No capítulo I pretendemos situar o leitor sobre os procedimentos de obtenção dos dados da pesquisa e aspectos teóricos e metodológicos que nortearam este estudo. Procuramos ainda apresentar o município de Lago do Junco onde se realizou este estudo, a partir de alguns elementos de seu universo sócio-econômico, político e geográfico.

No capítulo II descrevemos o processo de ocupação da região foco deste estudo, que se deu através do movimento de *frentes de expansão* (VELHO, 1972), iniciado a partir das duas primeiras décadas do século vinte. Ao resgatar este processo, procuramos destacar o arranjo sócio-ambiental que se forma no contexto das *frentes de expansão*, chamando atenção para alguns traços da sociabilidade entre os indivíduos e grupos, e as formas de apropriação das terras que regulam o acesso e uso dos recursos naturais, especialmente a palmeira de babaçu.

Buscamos apresentar também neste capítulo a participação de agentes como o Estado, comerciantes, fazendeiros, nos acontecimentos sociais, econômicos e ambientais, que contribuíram para que as famílias de trabalhadores rurais transitassem de uma situação concebida por elas como de autonomia e liberdade de reprodução, para uma situação de dependência e sujeição a outro grupo social, através da expropriação de suas terras e exploração de seu trabalho na atividade de quebra do coco babaçu.

No capítulo III analisamos a ação da ala progressista da igreja católica adepta da Teologia da Libertação que, por meio das Comunidades Eclesiais de Base – CEBs trouxe a tona elementos que possibilitaram que uma parte das famílias que se encontravam subjugadas por fazendeiros e comerciantes, viessem a se rebelar contra os esquemas de sujeição aos quais estavam submetidas. Procuro dar destaque às mudanças na visão de mundo possibilitadas por uma mudança na formação religiosa dos fiéis, cujo instrumento principal foi o exercício de releitura dos evangelhos, sedimentando uma nova moral religiosa baseada na contestação.

Observamos neste processo a criação de espaços de ação coletiva como a constituição de comunidades religiosas e fundação de delegacias sindicais em comunidades rurais de Lago do Junco, espaços onde se imbricaram metodologias e conteúdos de formação religiosa e política, voltados para formação de solidariedades entre os trabalhadores que passam a vivenciar uma existência política organizada a partir de princípios, comunitários, religiosos e de classe.

O capítulo IV trata da emergência dos conflitos agrários que tiveram início na década de 1980 e como estes transformaram as relações internas e externas dos povoados em conflito, na medida em que estes eventos ao mesmo tempo em que possibilitaram a criação de uma “unidade” entre uma parte das famílias de um mesmo povoado e de povoados vizinhos, provocou uma ruptura com outras famílias que não viam legitimidade nas lutas pelo direito ao babaçu e pela terra. Estes eventos têm sua importância ressaltada por estabelecerem com maior nitidez para as famílias de trabalhadores rurais, as oposições sociais existentes entre elas e os grandes proprietários de terra e seus aliados, oposições que antes estavam subsumidas pela convivência até então pacífica.

Ao analisarmos este período, podemos perceber as diferentes motivações que levam as famílias a se envolverem ou não na luta pelo acesso ao babaçu e pela posse da terra. Também se tornam visíveis as distintas formas pelas quais nossos informantes classificam e distinguem a intensidade e a qualidade dos posicionamentos e ações executadas pelos indivíduos no momento dos conflitos. Por meio desses referenciais souberam mapear seus aliados, inimigos e aqueles que consideravam “neutros”, naquele espaço social.

Os conflitos tornaram-se, portanto, verdadeiros divisores de águas para as famílias de trabalhadores rurais que hoje compõe o universo deste estudo. Este momento demarca de forma mais enfática a entrada desse grupo de trabalhadores rurais na vida política, bem como a criação de uma identidade coletiva referenciada pela participação nessas lutas, que vai se expressar na participação em uma série de organizações de múltiplas finalidades que foram constituídas neste interstício.

A ASSEMA é apresentada neste capítulo V desde o momento da sua constituição, situando os contextos locais e globais para sua emergência, sua trajetória, sua visão de mundo e os campos nos quais atua enquanto uma organização que conjuga atribuições de representação política e de assessoria técnica. Esta organização merece destaque em função de ser ela o agente pelo qual se difundem as principais idéias que compõe uma parte considerável das pautas das organizações de trabalhadores rurais de Lago do Junco e demais municípios de sua área de atuação.

O capítulo VI tratará das conseqüências advindas da presença e da atuação das organizações de trabalhadores rurais vinculadas a ASSEMA na vida dos povoados estudados, identificando e analisando os elementos que orientam a ação cotidiana de seus associados e a forma como se definem os laços de lealdades, no que tange aos diversos planos de organização social como o produtivo, religioso, comercial. Para tanto tomamos como referência específica as associações de assentamentos a cooperativa e as comunidades religiosas.

Destas organizações serão discutidos os critérios e processos de filiação estabelecidos, bem como, a conduta requerida por estas, àquelas famílias que com elas se relacionam. A observação das formas de uso e acesso dos recursos, benefícios e equipamentos disponibilizados por estas organizações, permitiu-nos perceber que apesar do fato destes recursos serem tomados como “vantagens seletivas” para seus associados, encontramos mecanismos de apropriação coletiva dos mesmos que impeçam ou limitem a reprodução de uma situação, em que uma acentuada diferenciação econômica se estabeleça entre trabalhadores rurais por conta destas organizações.



CAPÍTULO I

Procedimentos Teórico-Metodológicos e Condições de Construção dos Dados da Pesquisa

1- O Pesquisador e Seu Objeto

Gostaria de iniciar este capítulo explicitando ao leitor minha relação com o grupo estudado, ou seja, com as organizações de trabalhadores rurais do município de Lago do Junco que constituem a ASSEMA. Durante a graduação no curso de Ciências Sociais na Universidade Federal do Maranhão - UFMA, ingresso no Grupo de Estudos Rurais e Urbanos – GERUR, um grupo de pesquisa de caráter interdisciplinar na área de Ciências Humanas, vinculado ao departamento de Antropologia e Sociologia daquela universidade e coordenado pela professora Dra. Maristela de Paula Andrade.

Em 2000 o GERUR foi convidado a assessorar o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB¹ na execução de um projeto de pesquisa e intervenção financiado por uma agência de combate a pobreza do governo britânico denominada Department for International Development – DFID. Este projeto tinha por intenção segundo seus proponentes o *combate à pobreza e à destruição ambiental em áreas de ocorrência de babaçuais*. Durante sua execução foram realizadas várias oficinas de pesquisa nas áreas de atuação do MIQCB, entre elas o Médio Mearim Maranhense.

Neste projeto tive a oportunidade de realizar meu estágio curricular, auxiliando no planejamento, execução e sistematização das oficinas e levantamentos institucionais realizados. Foi durante a oficina do Médio Mearim, realizada na cidade de Bacabal, que tive o primeiro contato com integrantes da ASSEMA, entidade sediada na cidade de Pedreiras (ver cartograma de sua área de atuação na página 07), que figurava como entidade de referência e apoio às oficinas e ao levantamento institucional naquela regional. A partir daí despertei um grande interesse no trabalho desta entidade, um interesse que era ao mesmo tempo acadêmico e de simpatia por aquela experiência político-social.

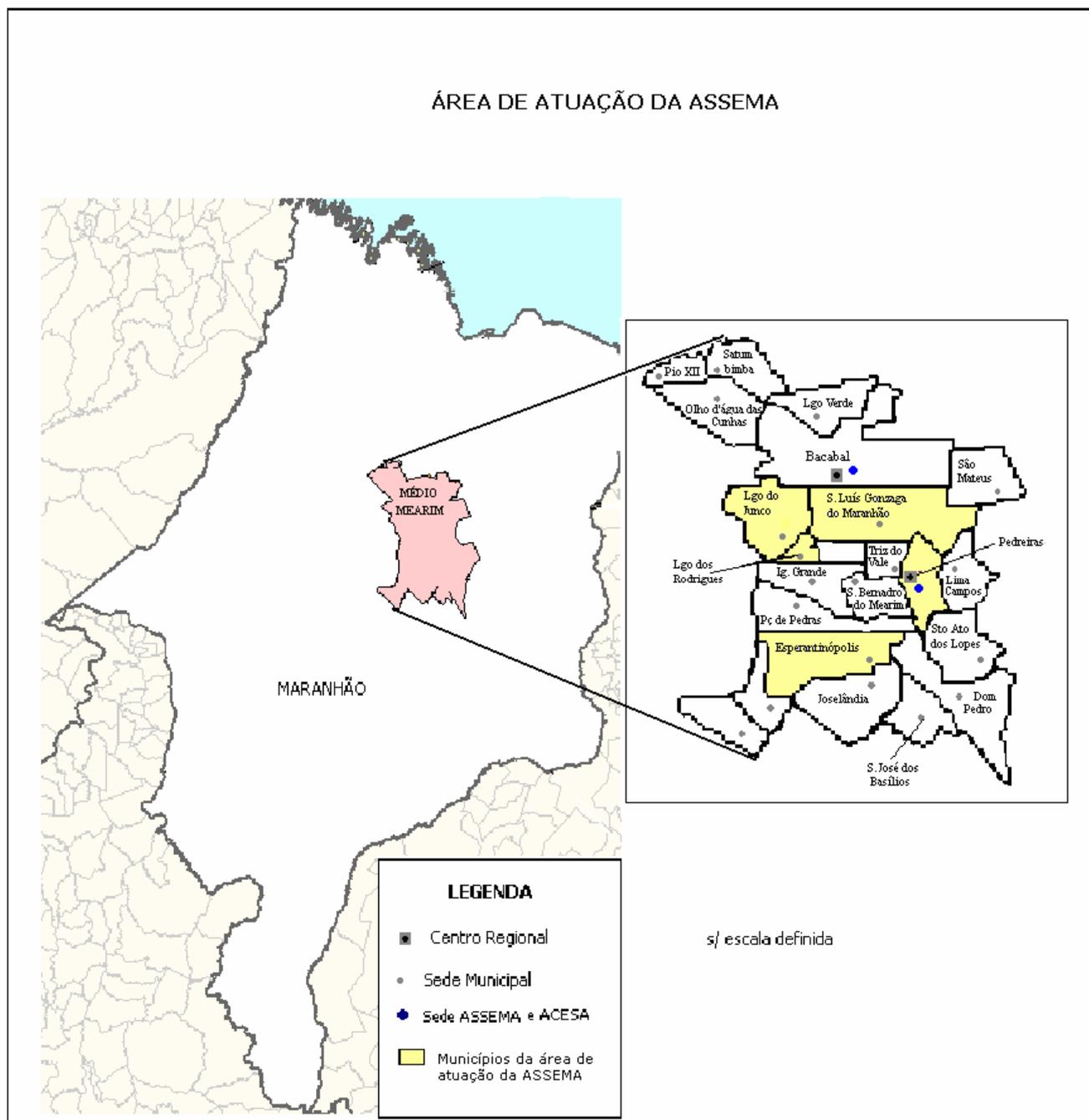
Em abril de 2002 a ASSEMA iniciou um processo seletivo para a função de técnico do Programa de Comercialização Solidária, processo do qual participei, sendo aprovado e contratado em junho do mesmo ano. O foco central do meu trabalho na ASSEMA consistia em assessorar a organização da produção e comercialização nas chamadas *unidades de geração de renda* presentes em quatro municípios da área de atuação da ASSEMA, sendo eles: Esperantinópolis, Lago dos Rodrigues, São Luís Gonzaga e Lago do Junco.

Permaneci na entidade até março de 2004 quando pedi demissão, pois precisava concluir a graduação e tinha ainda a pretensão de cursar um mestrado². Durante estes vinte e um meses, em que estive ligado a estas organizações pelo vínculo empregatício, mais do que realizar uma atividade profissional, envolve-me política e emocionalmente com as organizações e pessoas com quem trabalhava, criando fortes laços de amizade profissional e pessoal, além de militar nas causas defendidas por aquelas organizações.

¹ Este movimento articula as mulheres quebradeiras de coco babaçu dos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantes. No estado do Maranhão o movimento organiza suas atividades a partir de três regionais: Mearim, Baixada e região Tocantina. Para maiores informações sobre este movimento consultar o trabalho de Almeida (1985).

² Quando fui contratado pela ASSEMA, restava ainda cursar uma disciplina e escrever a monografia de conclusão de curso. Durante um semestre a ASSEMA me liberou um dia da minha carga horária semanal de trabalho, para que cursasse esta disciplina que faltava, a monografia fora concluída e apresentada em julho de 2004, quatro meses após minha saída da entidade.

Cartograma 01: Área de Atuação da ASSEMA



Fonte: Elaborado por Figueiredo Lima com a base do IBGE

Foi este envolvimento que me levou, em meados de 2003, a tomar uma das organizações que constituem a ASSEMA, no caso a Cooperativa de Pequenos Produtores de Lago do Junco – COPPALJ, como objeto de investigação em minha monografia de conclusão de curso. Pretendíamos estudar sua inserção nos circuitos da chamada economia solidária, para tanto nos vale-me da experiência que o trabalho de assessoria havia proporcionado e de levantamentos feitos nas horas de folga quando cheguei a realizar algumas entrevistas nesse sentido.

Contudo, logo no início da monografia, mesmo ciente de que a neutralidade científica é uma ilusão, começaram a surgir as primeiras inquietações, quanto a posição que passava a ocupar enquanto pesquisador e assessor simultaneamente. Percebi então que meu olhar em direção ao grupo estudado estava deveras enviesado pela própria inserção no grupo, estava diante de um universo com o qual possuía um envolvimento para além de uma pesquisa, esta situação ao mesmo tempo em que proporcionava acesso ao que Berreman (1980) denominou de *regiões internas*², causava-me certo *mal estar*, tal como observado por Cardoso (1986)³.

Realizar o exercício de olhar para o próprio trabalho de pesquisa revelou naquela época um desconforto que é compartilhado por outros pesquisadores, não por incapacidade pessoal, mas pelo que a atual matriz disciplinar sugere sobre a relação pesquisador e objeto⁴, desconforto cuja origem está no envolvimento estreito do pesquisador com o objeto de estudo, o que acarreta uma dificuldade de desfamiliarização com o que seria estudado.

Pude perceber então que ao entrar para o quadro de funcionários da ASSEMA submeto-me a um processo de *inculcação* (GOFFMAN *apud* PINTO, 1996) da filosofia desta organização, este processo teve como princípios, a incorporação de novos conceitos e categorias de entendimento a partir de um lugar específico: o conjunto de organizações de trabalhadores rurais que constituem a ASSEMA. A partir daí, passei a ser tomado por uma inadiável necessidade de refletir sobre essa participação e posição como pesquisador/assessor, diante do grupo tomado para pesquisa.

Neste sentido, a idéia de refletir sobre a inserção da COPPALJ nos circuitos de economia solidária, foi substituída pela idéia de problematizar a relação entre o pesquisador e o grupo estudado num processo no qual o pesquisador está ao mesmo tempo *dentro*, ocupando uma posição, e *fora*, refletindo sobre sua posição e suas implicações, em uma situação de pesquisa⁵.

O contato com os instrumentos de ruptura proporcionado pela literatura utilizada naquela ocasião⁶ mostrou-me que deveria percorrer um caminho vetorialmente diferente ao

² Para Berreman (1980), existem coisas que só o tempo de convivência permite apreender. Dependendo do grupo a ser estudado, normalmente leva-se um bom tempo até que o pesquisador possa estabelecer relacionamentos e apresentar-se ao grupo, como um observador digno de confiança, e assim ter acesso às pessoas que o conduzirão até a *região interna* do grupo.

³ Para Cardoso (1986) as longas introduções nas monografias e os numerosos artigos sobre a relação pesquisador/pesquisado são um sintoma de um mal estar que este tipo de relação tem provocado para a Antropologia, visto que, tem sido cada vez mais freqüentes as situações em que os pesquisadores se identificam com os valores e aspirações das populações estudadas.

⁴ De acordo com Durham o que se passa é que, de um lado, o próprio clima intelectual tem sido desenvolvido, no sentido de criticar o isolamento acadêmico, proclamando a necessidade de um engajamento político dos cientistas - enfatizando sua responsabilidade social, e de outro, são os próprios "objetos de pesquisa" que cobram dos investigadores esse tipo de atuação e de identificação política. Coloca-se então, de modo muito agudo, a questão do retorno dos resultados: os antropólogos se empenham em descobrir uma aplicação imediata e direta dos resultados de sua pesquisa e, quando não o conseguem, tendem a substituí-la por uma ação junto à população que a beneficie (DURHAM, 1986, p. 27).

⁵ A monografia apresentada como trabalho final de curso recebeu o seguinte título: Pesquisador e Ator – uma reflexão sobre o processo de trabalho/pesquisa junto a uma organização de trabalhadores rurais no Maranhão.

⁶ Recorremos aos trabalhos de, Berreman (1980), Zaluar (1980), Cardoso (1986), Durham (1986), Eco (2000), Pinto, *et al* (1996), Bourdieu (2000).

que normalmente se segue em uma situação de pesquisa e acabar com o desconforto. Percebi que pela posição que ocupava naquele momento como assessor destas organizações, enquanto pesquisador deveria experimentar uma situação diferente do que normalmente costuma ocorrer a um pesquisador, em casos como esse o “ritual” de inserção no campo de pesquisa é um caminho de certa forma, contrário ao que outros pesquisadores fazem. Para entrar na pesquisa precisamos *sair do grupo* (no sentido de um afastamento reflexivo) e, assim, tentar desfamiliarizar-nos com o observado.

O ato de vislumbrar aquelas organizações enquanto o que poderíamos chamar de *objeto político*, denominação que deriva do fato de segmentos sociais que antes estavam à margem da vida política e desprovidos de força social na sociedade brasileira, atualmente, *emergirem como novos atores políticos organizando movimentos e exigindo uma participação na vida nacional, da qual estavam secularmente excluídos*, como bem esclareceu Durham (1986), permitiu perceber que os grupos pesquisados podem atuar como sujeitos da ação de produção do conhecimento. Ganhando *carne e osso*, nas palavras de Cardoso (1986), seja pelo que Berreman chamou de *controle das impressões*, por parte dos pesquisados ou pela capacidade de envolverem o pesquisador no projeto político do grupo.

Ter clareza destas possibilidades tornou-se essencial para não se perder a capacidade de estranhamento, e assim evitar a fusão do discurso do investigador com o do grupo investigado, porque se perdeu o “controle” da ação do investigado. Foi observado ainda, um interesse por parte dos pesquisados em ter um retorno das pesquisas realizadas, algo que pode ser justificado não só como demonstração por parte do pesquisador de consideração e cortesia/agradecimento aos pesquisados, como pela necessidade do grupo em acumular conhecimento sobre si mesmo, isto porque possuem o entendimento de que muitas questões com as quais terão que lidar poderão ser melhor trabalhadas com a ajuda desse tipo de conhecimento – seja para uso interno ou para dialogar com agentes externos (Estado, Agências de Cooperação).

Quando da elaboração do projeto de mestrado apresentado no exame de seleção do Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura – CPDA/ UFRRJ, em que mais uma vez tomava estas organizações que constituem a ASSEMA em Lago do Junco como objeto de reflexão, acreditava estar suficientemente isento de um *olhar enviesado*, contudo, o diálogo com a orientadora, alguém com maior estranhamento em relação a minha empiria, somado as reflexões realizadas com colegas e professores nas disciplinas do mestrado, especialmente as de metodologia, indicaram-me que ainda tinha dificuldades em problematizar questões importantes para realização desta dissertação, por tomá-las como algo já dado, como naturalizadas.

Enfrentar novamente a questão da relação pesquisador/objeto tornou evidente que o processo de distanciamento não é algo que se dá de uma só vez, assim como o trabalho de aproximação e inserção do pesquisador em grupos com os quais estabelece os primeiros contatos. O distanciamento necessário a quem está de algum modo engajado com um grupo, é também um processo lento, com idas e vindas, cuja medida é difícil conceber. Desta forma, estando instrumentalizado por estas reflexões, o olhar que lanço ao universo de estudo nesta dissertação se deu com maior cuidado para que a postura *engajada* em relação ao objeto de pesquisa não seja de tal modo, que imponha ao pesquisador uma situação na qual, segundo Bourdieu (2000, p. 36), este se torne *objeto dos problemas que toma para objeto*.

2- Considerações Sobre o Campo Temático da Pesquisa e Noções Operacionais Utilizadas.

O tema do associativismo tem sido apresentado no senso comum, nos pensamentos científico e militante, como a melhor forma de resolução de problemas ou para atingir determinados fins, especialmente para aquelas pessoas que fazem parte de grupos sociais menos privilegiados, que solitariamente não teriam força para alcançar seus interesses. Há quase 200 anos, Tocqueville (1997 [1835]) observou nos Estados Unidos a grande participação voluntária dos cidadãos em todos os tipos de associações fora da esfera do Estado e considerou esse fato o pilar da cultura democrática e da vitalidade econômica na jovem república norte-americana (TOCQUEVILLE, 1997 [1835]).

O associativismo ou associacionismo voluntário, para usar a linguagem da ciência política, pode ser definido em seu sentido mais amplo como sendo *a formação de grupos formais livremente constituídos, aos quais se tem acesso por própria escolha e que perseguem interesses mútuos e pessoais ou então escopos coletivos* (CESAREO, 2004, p. 64). Enquanto uma forma específica de ação coletiva o associativismo caracteriza-se, portanto, principalmente por implicar em organizações ligadas a um grupo específico de associados, sendo regida por um conjunto de regras reconhecidas e repartidas, que definem os fins, os poderes e os procedimentos dos participantes (CESAREO, 2004). No entanto, é importante salientar que para a consecução deste trabalho, acrescentamos à conceituação de associativismo elaborada por Cesareo (2004), a formação de grupos *informais*, ou seja, aqueles que não necessariamente prescindam de um reconhecimento jurídico para existirem socialmente.

Estas organizações associativas as quais se convencionou chamar de “associações” estão submetidas a classificações que variam de acordo com os principais interesses que motivam a adesão: espiritual, material, ideológico, moral, econômica, e quanto às funções a serem desempenhadas pelas organizações constituídas. Deste modo, podem ser culturais, recreativas, religiosas, econômicas, políticas, educacionais, enfim diversificam-se em função das necessidades de seus membros. Sua importância fica evidenciada quando exercem uma função mediadora estabelecendo um canal próprio de ligação entre aqueles congregados nesses grupos e a sociedade abrangente, o Estado ou Mercado (CESAREO, 2004).

Mas o associativismo não deve ser compreendido apenas por suas possibilidades objetivas ou materiais, para Zara (1996, p. 36) *o associativismo é uma expressão de necessidade humana de atingir um estado mínimo de comunidade, é sempre uma busca de apoio social e articulação das pessoas para conseguir seus interesses e resolver seus problemas*, o que torna possível por meio das associações alcançarem certa segurança pessoal. Para este autor, ao estimular a participação social, o associativismo tende a promover um processo de aprendizagem, que permite obter os instrumentos para compreensão das dinâmicas sociais, a discussão dos problemas específicos locais assegurando a seus membros a capacidade de lutar por direitos e promover intervenção no controle das dinâmicas sociais que os afetam.

Para Cesareo (2004), a emergência das associações voluntárias é uma das respostas dadas as grandes transformações vividas pelas sociedades em séculos recentes:

Outrora tanto a comunidade como a igreja e a família patriarcal estavam em grau de satisfazer exigências fundamentais de segurança pessoal de controle da realidade circundante, da auto-expressão e de ação coletiva, para alcançar determinadas metas. (...) As transformações sociais, e em particular a Revolução Industrial, reduziram notavelmente a capacidade das estruturas tradicionais para fazer frente a esta série de exigências e, portanto, surgiram novas estruturas, e em particular as associativas, em condições de satisfazer as

necessidades tanto de tipo instrumental como de tipo expressivo (CESAREO, 2004, p. 65).

Para o autor esta consideração não deve ser tomada como representativa da substituição de uma forma de sociabilidade pela outra, mas talvez de complementaridade. Neste sentido, deve-se levar em consideração que ao mesmo tempo em que as experiências associativistas dispõem de uma estrutura formal centrada em relações secundárias, junto desta existe também uma estrutura informal, que procede da interação espontânea de personalidades e subgrupos existentes dentro dela, e que está centrada em relações do tipo primário, que por sua vez, também podem em maior ou menor grau fazer valer suas modalidades de incentivos e sanções (CESAREO, 2004).

Sobre o caráter e as interpretações científicas sobre este tipo de ação coletiva no Brasil, Avritzer (2004) pontua que:

O Brasil tem sido considerado um país com baixa propensão associativa, fenômeno esse ligado às formas verticais de organização da sociabilidade política, decorrentes de um processo de colonização que constituiu uma esfera pública fraca e uma ampla esfera privada fundadas na desigualdade social. A literatura sobre a sociedade brasileira se concentrou mais em pensar fenômenos como o clientelismo e o mandonismo do que o associativismo (NUNES LEAL, 1946; DAMATTA, 1985; REIS, 1995). Obras clássicas como “Coronelismo, Enxada e Voto” ou “A Casa e a Rua” sugeriram que a sociedade brasileira estaria mais propensa a formas verticais de sociabilidade ou a formas privadas de sociabilidade e teria se constituído a partir do assim chamado “universo relacional”, no qual relações desiguais construídas no nível privado determinam a sociabilidade (AVRITZER, 2004, p. 01).

No Brasil o processo de abertura democrática e a Constituição de 1988 são vistos como elementos de suma importância quando se pensa a emergência dos movimentos associativistas recentes. No decorrer deste processo tem-se um contexto em que a repressão do Estado às associações civis se extingue, e ganha outras conotações com a Constituição de 1988, esta implica especialmente em imensos avanços em termos de direitos políticos, civis e sociais e também no que diz respeito ao arcabouço institucional e à organização dos poderes públicos. Dentre as inovações mais relevantes destacam-se os mecanismos socialmente instituídos para assegurar a participação da cidadania nos assuntos do Estado e a defesa de seus direitos (AVRITZER, 2004).

Neste processo recente também merece ser levada em consideração a forma como passam a ser concebidas as políticas públicas de desenvolvimento (sejam elas implementadas pelo Estado ou por organismos de cooperação e ONGs). Estas também figuram atualmente como elemento de estímulo às práticas associativistas ao pautar-se em princípios como: a descentralização das políticas públicas, valorização da escala local, pulverização de projetos e financiamentos, cooperação internacional, interconexão de escalas (entre o local e o global) e multiplicação dos atores do desenvolvimento. Nesse novo contexto, grupos antes considerados excluídos são chamados a desempenhar um novo papel, e atualmente sendo convidados⁷ a participar e assumir responsabilidades nos planos de desenvolvimento, tendo as associações como elo (CONCEIÇÃO e MANESCHY, 2003).

⁷ Este termo deve ser relativizado, trata-se de uma ação que pode ter vários significados. Conceição & Maneschy (2003) chamam atenção o fato de que se, por um lado, não há como negar que as oportunidades de participação estão sendo ampliadas, especialmente pela visibilidade e pressão destes grupos marginalizados que se tornam “parceiros” em empreendimentos públicos e privados, quando não eles mesmos são os empreendedores, por outro, é necessário analisar em que condição se dá esta participação.

Para Avritzer (2004), o surgimento de uma sociedade civil autônoma e democrática significou uma reavaliação da idéia de direitos; a defesa da idéia de autonomia organizacional em relação ao Estado; a defesa de formas públicas de apresentação de demandas e de negociação com o Estado. Essas novas práticas redefinem a forma de fazer política, levando a um aumento significativo do número de associações comunitárias e da suas estratégias de relação com o Estado.

No meio rural brasileiro o associativismo também acompanha a tendência de transformações desencadeada na década de 1980. No período da ditadura militar foram os sindicatos de trabalhadores rurais que apareceram enquanto espaço possível de representação e mobilização. De acordo com Martins (1984):

Desde 1964, a ação política no campo foi enormemente restringida pela repressão policial, militar e privada. Apenas organizações sindicais e a Igreja puderam manter e desenvolver atividades de mobilização e organização dos trabalhadores rurais, mesmo sob violenta repressão. É o que testemunham os inúmeros casos de prisões, torturas e assassinatos de agentes sindicais e pastorais, de trabalhadores, de líderes (MARTINS, 1984, p. 8-9).

Contudo a regra geral era os sindicatos serem organizados sob a tutela do regime, o que significou ganharem, muitas vezes, o tom de prestação de serviços, restringindo sua atuação⁸. Com a retomada posterior das diretorias de Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STRs pelas chapas de oposição, aos poucos os sindicatos passaram a ser a entidade privilegiada de representação das famílias de trabalhadores rurais.

No entanto, os STRs enquanto entidades de classe conviveram com os dilemas a respeito das categorias as quais representar e conseqüentemente a diversidade de reivindicações a serem atendidas (assistência técnica, crédito, comercialização, produção). As temáticas da luta pela reforma agrária e a luta pelos direitos trabalhistas privilegiadas como bandeiras não davam conta da diversidade de situações, as quais parte daqueles que estavam mobilizados no movimento sindical se encontravam em função das transformações sócio-econômicas, que vinham ocorrendo no campo deixando alguns segmentos descontentes no movimento.

Percebe-se o efeito dessas circunstâncias nos programas sindicais quando estes em dado momento procuraram em alguns casos se adequar às mudanças e se preparar para discutir os aspectos técnicos da agricultura familiar, como financiamentos, assistência técnica e tecnologias alternativas. Neste contexto, algumas associações surgem mediadas pelos sindicatos, em geral para lidar com a questão da assistência técnica, produção e comercialização (CONCEIÇÃO e MANESCHY, 2003).

A interferência de distintos mediadores como a ala progressista da igreja católica, órgãos fundiários e de assistência técnica do Estado, ONGs, junto aos seguimentos descontentes no movimento sindical (canavieiros, fumicultores, seringueiros e outros) contribuiu para acentuar o processo de diferenciação dos pequenos produtores criando a necessidades de outras formas de encaminhamento, mais adequadas às questões relacionadas a estes. As outras questões desencadeadas pelas associações indicaram para novas possibilidades de atuação dos trabalhadores rurais e novas frentes de conflito, na medida em que suas ações são diversificadas, saúde, educação, produção, gênero e etc., ao mesmo tempo em que indicam também para a possibilidade de autonomia - dos produtores filiados as associações - frente ao movimento sindical dos trabalhadores rurais (LUNARDI, 1999).

Segundo Medeiros (1994) a proliferação de associações ao longo da década de oitenta é também reflexo do seguinte processo:

⁸ A qualificação da atuação dos sindicatos neste período é bem mais complexa do que a apresentada aqui, para um tratamento mais detalhado dessas questões ver, por exemplo, os trabalhos de Esterici (1991), Medeiros (1989, 1997).

Já no início dos anos 80, evidenciava-se a enorme diversidade de situações, não só de trabalho como de lutas e demandas específicas, que vinham à luz através, ou não da ação sindical. Aparecem como identidades políticas nesse processo: “pequenos produtores”, “assalariados”, “canavieiros”, “sem terra”, “posseiros”, “atingidos”, “seringueiros”, “avicultores” etc. a emergência dessas novas identidades trouxe consigo o questionamento das formas de organização e representação anteriores, explicitando as peculiaridades das demandas de cada uma delas, e resultando em muitos dos casos, em formas organizativas específicas de caráter nacional, regional ou mesmo local (MEDEIROS, 1994, p.71-72).

Porém, o associativismo em si não está isento a contradições, se por um lado o associativismo, em seus princípios, apresenta-se como um instrumento de mudança social com vistas à emancipação e bem-estar dos que aderem a esta forma de organização social, por outro, pode servir de instrumento de dominação, cooptação e imobilismo assumindo a forma do que Zara (1996) e Almeida (2000) chamam de *associativismo burocrático*.

O termo acima foi cunhado por estes autores a partir da análise dos conteúdos do associativismo em áreas rurais do Norte e Nordeste⁹ brasileiro especialmente aqueles fomentados no âmbito dos chamados projetos de desenvolvimento. Zara (1996) e Almeida (2001) observaram o fracasso de muitos empreendimentos associativos em cumprir as funções a que se destinaria, por se tratar de um associativismo que é montado de cima pra baixo, dada a orientação privilegiada das associações para projetos produtivos e, conseqüentemente para lograr financiamento junto ao Estado ou por este intermédio. Abre-se então a possibilidade de cooptação e de reprodução de formas de clientelismo e dependência em oposição à autonomia buscada, bem como de esgotarem os objetivos da associação para a consecução dos projetos. Especialmente aquelas associações que foram criadas no imediatismo do interesse por financiamentos (ZARA, 1996; ALMEIDA, 2001).

Segundo Almeida (2001), as agências e os governos constituem estruturas que obrigam¹⁰ a participação maciça da “comunidade” nos projetos, por meio exclusivo da figura jurídica das associações. Desse modo, a forma do indivíduo e da associação participarem é aquela que os aparatos de poder definem como tal. Ainda segundo Almeida (2001) a monotonia e a homogeneidade dos estatutos utilizados, seja no centro sul, seja na Amazônia, bem revela uma noção de “comunidade” que menospreza as especificidades desses grupos sociais. O que acaba por contrariar o princípio básico do associativismo que é o princípio da livre escolha. A este respeito Almeida (2001) levanta a seguinte questão:

A exigência de instituições formais, registradas em cartórios, reguladas por estatutos e regimentos, contrasta com organizações informais (nativas) e com mecanismos de representação apoiados em mobilizações políticas ou ditados por fatores mais permanentes (étnicos, de parentesco, de ancianidade de ocupação) ou contingências (situacionalidade de conflitos sociais localizados). Um associativismo que na sua origem e normalização é exterior as comunidades (ALMEIDA, 2001, p. 07).

⁹ O fato de terem escolhido as regiões Norte e Nordeste do país não significa dizer que esta situação se restrinja a estas regiões, monografias sobre o tema que tomam como espaço empírico outras regiões do país, como o centro-oeste, sul e sudeste apontam para a presença deste fenômeno também nestas regiões.

¹⁰ Segundo Almeida (1998:29) os exemplos dessa ingerência das agências multilaterais e dos aparatos de poder sobre as formas de organizações camponesas se expressam quando: para que unidades de trabalho familiar tenham um financiamento tem que estar organizadas em uma cooperativa, todo projeto de assentamento e toda RESEX têm que ter necessariamente uma associação, enfim onde quer que o governo intervenha tem que ser constituída uma associação. O próprio BIRD propala hoje que suas ações acham-se escudadas na formação e no reconhecimento de “comunidades” (que se dá através de associações formais).

Desta forma, os trabalhos de Zara (1996) e Almeida (2001), assim como tantos outros, nos sugerem que o associativismo por si só não garante as transformações positivas que pressupõem seus princípios fundadores, as experiências associativistas estão sujeitas, portanto a uma ambivalência que é exterior a sua natureza¹¹.

A partir dessas considerações adotaremos uma postura de olhar para o associativismo não apenas através de seus aspectos materiais-objetivos, mas por meio de seus aspectos simbólico-subjetivos. Desta forma, buscamos nas relações travadas no cotidiano das organizações de trabalhadores rurais de Lago do Junco, que constituem a ASSEMA, identificar continuidades e descontinuidades nos significados das relações sociais no contexto em que estão inseridas.

Em nosso trabalho a apreensão destas relações cotidianas, passa pela compreensão de que estas estão sujeitas a um conjunto complexo de motivações e interesses, que segundo Romano (1994) podem se manifestar em termos de *lealdades básicas* ou *primordiais* (em termos de parentesco, vizinhança, étnica, religiosa, etc.), lealdades que assumem níveis de importância diferenciados em função de temporalidades dadas pelos estados da trajetória do grupo social em questão, ainda segundo este autor, esta abordagem *coloca a necessidade de identificar e privilegiar os “planos significativos” compostos por “feixes de relações” que dizem respeito a cada estado desta trajetória* (ROMANO, 1994, p. 252).

Neste sentido, a adoção de noção de planos de organização social desenvolvida por Clifford Geertz, (s/d, [1967])¹², torna-se essencial para que possamos construir analiticamente os planos existentes no contexto social constituído pelas organizações de trabalhadores rurais que estamos estudando, uma vez que estes planos não estão estabelecidos *a priori*. Esta noção nos permite ainda romper com as concepções que tomam as sociedades rurais, e mais precisamente as “comunidades”, como sendo um todo homogêneo, monolítico e estruturado de forma simples e adotar uma postura analítica que contemple a complexidade inerente às comunidades e as múltiplas possibilidades de estruturação das relações sociais que atravessam as mesmas.

Esta forma homogeneizante e simplificadora de pensar as estruturas sociais rurais muitas vezes confunde o olhar do observador, tornando difícil à compreensão dos fenômenos relativos aos arranjos produzidos nas relações de reciprocidade, formação de facções e alianças, na emergência da coesão ou do conflito, na definição do pertencimento e filiação aos grupos. Ao desenvolver a noção de *planos de organização social* a partir de estudos sobre a estrutura das aldeias balinesas, Geertz (s/d) conclui que as estruturas destas aldeias estão longe de constituir uma uniformidade, uma construção tipológica singular, mas ao contrário estas se estruturam a partir de diferentes elementos, que podem diferir em forma e importância de aldeia para aldeia e cita como exemplo o fato de que elementos como a casta ou parentesco podem ter importância central na estruturação das relações sociais em uma aldeia e ser um elemento de pouca importância outras (GEERTZ, s/d). A partir desta compreensão o autor define planos de organização social como:

¹¹ Se por um lado, têm-se experiências que podem ser consideradas êxitos do ponto de vista da consecução dos objetivos almejados por seus membros, por outro, impressiona a quantidade de experiências que produzem o reverso do que delas se espera: no lugar de senso de comunidade tem-se, a preferência por ações individualistas, no lugar confiança mútua, a desconfiança entre aqueles que viveram a experiência mal sucedida, em lugar do desenvolvimento econômico, o acúmulo de dívidas, em lugar de coesão grupal, conflitos internos e divisão de comunidades antes unidas por outros laços, no lugar de emancipação, relações clientelistas.

¹² Data da versão original: Geertz, Clifford. Form and variation in Balinese Village Structure. In: Potter, I Diaz. M & Foster, G. (eds.) Peasant Societies. A Reader. Boston, 1967. Para elaboração dessa dissertação utilizo uma tradução publicada na Revista Mosaico citada na bibliografia deste texto.

Um conjunto de instituições sociais baseadas num princípio de afiliação completamente diferente (entre si), uma forma diferente de agrupar indivíduos e mantê-los separados. Sobre este ponto de vista a aldeia balinesa não é, em nenhum sentido, uma unidade territorial orgânica que coordena todos os aspectos da vida em termos de residência e propriedade fundiária (GEERTZ, s/d, p. 280).

Não havendo uniformidade, Geertz (s/d) afirma que o que pode ser considerado tipologicamente essencial é um leque de variações. O que se tem segundo o autor, não é um vilarejo típico, mas um espaço social diferenciado e multidimensional dentro do qual as organizações são necessariamente distribuídas. Estas variações não podem ser interpretadas como exceções a uma regra geral ou como confirmação desta, mas como fornecedoras de uma valiosa classificação adicional dos princípios básicos da organização social neste sentido Geertz (s/d) aponta para a possibilidade de a identificação dar-se em relação aos planos de organização social e não ao local de moradia.

A configuração formada pelas/nas organizações que estudadas em Lago do Junco podem ser interpretadas como espaços onde vários *planos de organização* se formam, se encontram e se entrecruzam a partir dos quais seus membros se localizam e posicionam nas suas práticas cotidianas e extraordinárias. Neste contexto, os planos de parentesco, de atividades produtivas, religiosas ou aqueles referentes à filiação a uma organização formal, por exemplo, são acionados de forma situacional orientados pelos mapas mentais, que seus membros constroem a partir das regras e normas de sociabilidade estabelecidas no interior desta configuração.

Outro elemento que se mostrou central para a compreensão dos fenômenos que esta dissertação procura dar conta, é o trabalho realizado pela memória coletiva compartilhada pelos membros das organizações pesquisadas. Suas histórias de vida são a explicação e a narrativa que montam a partir de marcos que guardaram seletivamente em suas memórias sobre *os tempos* vivenciados, seja pelos narradores, seja pela geração anterior a sua. Uma explicação que lhes dá identidade os faz reconhecer a si próprios. Assim, a história do grupo acaba por ser elaborada a partir da organização do que foi seletivamente demarcado como significativo na memória social. Dando-lhes coesão enquanto grupo e influenciando na conformação de sua identidade.

No caso específico da história política de um grupo Alberti (2004) pontua que isto é perfeitamente realizável pela recuperação da história oral desse grupo, na medida em que esta história *baseia-se nas diferentes formas de articulação de atores e grupos, trazendo à luz a importância da ação dos indivíduos e suas estratégias* (ALBERTI, 2004, p. 25). Portanto os conflitos agrários ocorridos na região deste estudo, no decorrer da década de 1980, apresentam-se como marcos na história dos grupos neles envolvido são divisores de águas, que estruturam as narrativas em um antes, um durante e um depois.

Através das entrevistas realizadas e da pesquisa nos registros escritos disponíveis foi possível reconstituir redes de relação, formas de socialização e estilos de atuação em função destes eventos, mas é preciso atentar que esta narrativa é construída e reconstruída de forma seletiva segundo as perspectivas do presente e ao mesmo tempo constitui a base a partir da qual é vislumbrado o futuro (ALBERTI, 2004). Sobre as representações da memória coletiva dos conflitos agrários ocorridos na região da qual se ocupa este estudo, Paula Andrade nos lembra que:

As representações da memória coletiva sobre os conflitos e o côco preso, devemos lembrar, são atravessadas pela posição ocupada pelos informantes hoje (...). Hoje quando falamos, o fazemos do lugar de vencedores. Hoje são lideranças, olham para o passado após a conquista da terra, após terem se organizado economicamente, terem fundado

escola para seus filhos, organizado cooperativas. O passado é reconstruído desse ponto de vista (PAULA ANDRADE, 2003, p. 02-04).

Para Portelli (1996), a utilização da história oral enquanto recurso metodológico tem sua importância não na ideia de questionar a credulidade dos eventos, mas para investigar a estrutura e o significado de construção narrativa destes. Sob o ponto de vista antropológico interessa mais observar as representações de uma comunidade, do que determinar a verdade dos fatos ou a tendência dos valores. Ainda segundo este autor, ao usarmos este recurso será possível perceber nas situações narrativas, os elementos de controle social sobre a forma de relatar os acontecimentos (PORTELLI, 1996).

Hawbachs (1990) pontua que não há uma memória puramente individual, uma vez que as lembranças das pessoas são construídas sempre a partir da sua relação de pertença a um dado grupo social. Assim, a memória individual pode ser dita como aquela que resulta da convergência de várias influências sociais e como uma forma particular de convergência das mesmas. Embora a seletividade da memória seja reforçada, não se deve desconsiderar a importância do processo de negociação para conciliar a memória coletiva e a memória individual (HAWBACHS, 1990).

Esta memória coletiva segundo Hawbachs (1990) nada mais é que o trabalho de um determinado grupo social que, articulando e localizando as lembranças em quadros sociais comuns, tem como resultado um acervo de lembranças compartilhadas que é o conteúdo da memória coletiva. Esta passa por um constante processo de reconstrução, vivência e resignificação, pode confrontar-se com a racionalidade da história ou pode ser complementar à memória histórica, mas nenhuma das duas pode reivindicar a verdade do passado. Um dos seus objetivos é transmitir a um maior número de pessoas os seus conhecimentos, de forma a possibilitar que todos os grupos sociais possam utilizar a sua memória para a transformação social (HAWBACHS, 1990).

No caso de grupos que tenham passado por experiências coletivas marcantes e traumáticas, tais como guerras, conflitos, despejos, Portelli (1996) observa que estes passam a estabelecer entre seus membros, um marco a partir desses eventos, o que pode ser interpretado como um processo simultâneo de morte e vida do grupo. O conflito agrário vivido pelo grupo que tomamos como objeto neste trabalho, deixou marcas muito fortes em função da violência sofrida pelas famílias: despejos, destruição das criações e plantações, prisões, espancamentos, fome e mortes, o que provocou uma desestruturação (a morte) do grupo em relação a uma situação/configuração anterior, mas que, por outro lado, conforme ressaltam os depoimentos, estes mesmos conflitos marcaram também pela demonstração de união, solidariedade de terceiros, coragem, mobilização e vitória deste grupo ao reconquistarem as terras em que moravam (a vida).

Se no caso estudado por Portelli¹³ *o massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944)* os episódios deixaram apenas marcas negativas, (no caso de Civitella o evento é visto como o fim da infância e da juventude dos sobreviventes), para os grupos de famílias que hoje compõem as organizações de trabalhadores rurais de Lago do Junco, as marcas negativas são sublimadas pela sensação de que os conflitos marcam um novo começo, o nascimento para a uma existência social mais digna, expressa na liberdade de produzir, comercializar, se locomover e fazer a escolha de seus representantes sem constrangimentos de fazendeiros ou comerciantes, fato que tem na politização do grupo uma forte expressão.

¹³ Em 29 de Junho de 1944, as tropas alemãs que ocupavam a cidade de Val di Chiana nas proximidades de Arezzo, na Toscana, Itália, executaram 115 civis, todos homens, em retaliação ao assassinato de 03 soldados alemães pela resistência a ocupação alemã (PORTELLI, 1996, p. 103).

Estes episódios possuem um expressivo significado simbólico na medida em que são constantemente reconstituídos e “atualizados” ao longo de suas trajetórias em momentos e espaços diversos¹⁴, seja para convocar seus membros para ações coletivas com vistas à superação de alguma dificuldade imposta por elementos exteriores, ou quando há situações que se estabelecem disputas internas aos grupos; seja para explicar a própria (re) configuração do grupo, bem como as mudanças ocorridas nas formas de acesso a terra e recursos naturais, na relação com Estado, com mercado. Os conflitos marcam, portanto o início de um processo de busca por emancipação social, econômica, política e cultural. Cujas importância e força se fazem notar quando solicitamos a um de seus membros que nos fale das suas vidas atualmente, estes invariavelmente iniciam suas narrativas por estes eventos.

3- Procedimentos Adotados na Construção dos Dados e Operacionalização do Trabalho de Campo.

Para realização desta dissertação foram utilizados instrumentos usuais de pesquisa qualitativa em Ciências Sociais tais como: anotações em cadernos de campo, entrevistas e consulta aos documentos existentes nas organizações e observação direta no campo, que permitiu a apreensão do comportamento manifesto nas práticas do cotidiano, nas suas relações institucionais e nos eventos “extraordinários” dos grupos como: assembleias, cursos e reuniões. Também recorreremos a fontes secundárias como: monografias, dissertações e artigos que tomaram como empiria, as organizações de trabalhadores rurais de Lago do Junco que constitui a ASSEMA ou mesmo outros grupos sociais e localidades daquela região geográfica. A operacionalização destes instrumentos de pesquisa nos possibilitou um maior leque de oportunidades no trabalho de construção dos dados da pesquisa.

Ainda durante a realização dos créditos em disciplina e qualificação do projeto de pesquisa que deu origem a esta dissertação, procedemos à leitura das monografias e artigos cuja empiria está relacionada com as organizações que estudamos. A análise desse material proporcionou informações sobre a constituição, trajetória e dados históricos do grupo de organizações, subsidiando principalmente a construção do quinto capítulo desta dissertação.

O trabalho de campo realizado no estado do Maranhão deu-se em uma única etapa em função das condições de financiamento da pesquisa. Sendo executado entre os dias 30 de maio a 04 de julho de 2006, nas cidades de São Luís, Pedreiras e Lago do Junco. Em São Luís, capital do estado, durante os dias 30 e 31 de maio, coletamos informações junto aos órgãos fundiários INCRA e ITERMA, sobre os assentamentos existentes no município de Lago do Junco, também buscamos informações na Embaixada do Babaçu Livre¹⁵, no acervo de sua biblioteca onde encontramos folders, cartazes, e publicações a respeito das atividades realizadas pela ASSEMA e entidades que a constituem.

Na cidade de Pedreiras, onde funciona a sede da ASSEMA, tivemos inicialmente uma reunião com o coordenador geral da entidade o Sr. Raimundo Ermínio, dois outros diretores o Sr. Manuel Rodrigues, a Sra. Marlene, e com o técnico responsável pelo programa de Administração o Sr. Francinaldo Matos. Nesta reunião apresentamos os objetivos da pesquisa

¹⁴ Em vários momentos (assembleias, reuniões, treinamentos) durante nossa permanência junto a estas organizações como assessor técnico, presenciamos a evocação dessa memória no sentido de valorizar a trajetória e conquistas alcançadas pela união do grupo a partir daquele momento.

¹⁵ Como o próprio nome indica a Embaixada do Babaçu Livre é um espaço de representação e apoio da ASSEMA e suas associadas na capital do Estado, este espaço funciona como escritório (cuja principal atividade é a captação de recursos humanos e financeiros para a entidade), ponto de comercialização dos produtos das unidades de geração de renda assessoradas pela ASSEMA e como alojamento e centro de exposição do trabalho da mesma.

e nossas necessidades para execução da mesma, alguns comentários e sugestões foram feitas pelos diretores e pelo técnico sobre o tema da pesquisa e o sobre atividades que estariam acontecendo no município de Lago do Junco durante nossa estada lá e que poderiam ser úteis ao nosso trabalho. A partir daí elaboramos um cronograma de atividades para minha pesquisa.

Ainda na sede da ASSEMA tivemos acesso a estatutos, regimentos, relatórios e projetos que diziam respeito a algumas das organizações estudadas e/ou ao trabalho da ASSEMA como um todo. Foram entrevistados o técnico do programa de Comercialização Solidária Valdener Miranda, e o técnico do programa de Políticas Públicas Miguel Henrique, também tivemos a oportunidade de realizar conversas informais com outros diretores e técnicos da entidade que estavam na sede da mesma durante nossa permanência que se deu nos dias 01, 02 e 05 de junho e 03 e 04 de julho.

No município de Lago do Junco onde permanecemos a maior parte do tempo, 29 dias, as observações e entrevistas foram realizadas em três dos sete povoados do município onde atuam organizações de trabalhadores rurais que constituem a ASSEMA. Procuramos dividir nosso tempo de permanência em cada povoado de modo que a nossa presença coincidissem com pelo menos um dia de domingo. O domingo tem sua importância por neste dia da semana realizarem o culto religioso e frequentemente as reuniões das demais organizações locais.

A escolha desses povoados se deu no intuito de se obter um ponto de vista que abarcasse situações diversas no que diz respeito ao associativismo nestes locais. decidimos então por realizar o trabalho em um povoado considerado como “modelo de organização”, um segundo tido como “histórico” onde ocorreram as primeiras manifestações coletivas contra o processo de expropriação e um terceiro no qual se observasse maiores dificuldades no que se refere à condução de suas organizações locais, sendo selecionados para tanto os povoados de Centrinho do Acrísio, Ludovico e São Manuel. Também se levou em consideração as condições de deslocamento entre estes povoados, e as condições de seus moradores para receber um visitante. Devemos destacar que a idéia de trabalhar com três povoados não reside na intenção de realizar um estudo comparativo entre as situações distintas, mas sim de tentar captar os procedimentos comuns em relação às organizações de trabalhadores rurais.

Neste período, realizamos observações diretas que foram anotadas no caderno de campo, sobre as reuniões ordinárias de algumas organizações¹⁶ e durante as assembléias gerais da Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais – AMTR e da Escola Família Agrícola Antonio Fontinele – EFAF. Também foi objeto de observação as ações realizadas fora destes espaços, referentes às práticas cotidianas das pessoas.

Foram realizadas 31 entrevistas assim distribuídas: 08 entrevistas em Ludovico sendo 07 gravadas; 10 entrevistas em São Manuel, sendo que 01 não foi gravada; 11 entrevistas em Centrinho do Acrísio, nenhuma delas foi gravada e 02 na cidade de Pedreiras com dois técnicos da ASSEMA. A decisão de não gravar algumas entrevistas ocorreu nos momentos que em percebemos que o entrevistado sentia-se mais a vontade quando o gravador não estava ligado, se por um lado, deixamos de ter as falas desses entrevistados na íntegra, por outro, tivemos acesso a informações que provavelmente na presença do gravador não teríamos.

As entrevistas foram realizadas com os trabalhadores rurais integrantes das organizações que constituem a ASSEMA, alguns deles membros de uma única organização outros de todas elas¹⁷. Para orientar as entrevistas foi elaborado um roteiro com questões abertas que versavam sobre a trajetória do entrevistado e sua vivência nas organizações que faz parte. Parte do quadro de informantes dessa pesquisa foi influenciada pela forma como as lideranças dos povoados que investigamos organizaram nossa estadia. Em São Manuel e Ludovico ficou acertado entre as lideranças locais que durante a nossa permanência no

¹⁶ A relação completa destes eventos encontra-se nos anexos desta dissertação.

¹⁷ A relação de entrevistados de acordo com povoado e a organização da qual fazem parte encontra-se nos anexos dessa dissertação.

povoado, ficaríamos hospedando em uma única casa onde tomaríamos o café e faríamos as demais refeições cada dia em uma casa diferente, sendo que aquelas famílias que nos receberiam para estas refeições haviam se prontificado em disponibilizar parte de seu dia para serem entrevistadas por nós. Somente no povoado de Centrinho do Acrísio não foi organizado dessa forma, pois fazia todas as refeições na casa em que ficamos hospedados. Tanto em São Manuel, quanto em Ludovico ao nos informarem desse procedimento as lideranças se prontificaram a mediar o contato com outros informantes que julgássemos necessário e assim foi feito. Esta pré-seleção de parte dos entrevistados correspondeu ao perfil de informante que havíamos elaborado: pessoas mais ligadas às organizações, que reconhecidamente detinham a história do povoado e dirigentes de alguma das organizações locais.

A documentação produzida nas organizações estudadas: atas, regimentos, estatutos e relatórios, foram tomados como fontes primárias, pois nas atas de reuniões e assembleias, por exemplo, estão registrados pelos seus membros os temas que foram ponto de pauta de discussões, as falas de alguns participantes, as tomadas de decisões, a expressão do discurso das organizações. Nesses documentos (estatutos, atas e regimentos) também estão registrados os processos de criação das entidades, as mudanças ocorridas desde a fundação destas, conflitos internos, espaços de disputas, as conquistas e avanços, as relações com o Estado, Mercado e Sociedade Civil e entre as demais organizações locais.

A análise que fizemos desse material nos trouxe elementos da trajetória destas organizações que estão subsumidos nas narrativas encontradas nas entrevistas, mas que não por isso deixam de ter importância para a compreensão dos eventos que se sucederam desde a década de 1980. Estes documentos foram coletados no decorrer da nossa permanência na região de estudo (povoados de Lago do Junco, sede da ASSEMA em Pedreiras, Embaixada Babaçu Livre em São Luís).

Mesmo tendo a preocupação de manuseá-los ainda em campo *no calor dos acontecimentos*, detalhes importantes para a construção e análise dos dados que informam esta pesquisa, somente foram percebidos após nosso retorno ao Rio de Janeiro, não sendo possível interpellar os informantes sobre os elementos que a leitura mais cuidadosa destes documentos proporcionou, pois demandaria um segundo trabalho de campo o que não foi possível realizar. Dentre estes elementos estão, sujeitos, instituições, acontecimentos que o trabalho de seleção da memória deixou para trás, na construção dos discursos sobre estes períodos.

4 - Caracterização do Município de Lago do Junco

O município de Lago do Junco está localizado na parte central do estado do Maranhão na Microrregião denominada Médio Mearim Maranhense (IBGE). Situado às margens da rodovia estadual MA-61. Sua distância de São Luís, capital do estado, é de 340 km. Segundo informações da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão – FAMEM o povoado que deu origem à cidade data de 1918:

O povoamento de Lago do Junco foi iniciado em 1918 por Gonçalo Rodrigues, que lá se fixou com o objetivo de trabalhar na agricultura. A partir de 1925, com a chegada de contingentes de migrantes nordestinos, passaram a ser desenvolvidas atividades nos setores do extrativismo e da agropecuária, o que tornou o lugar num centro de comércio e exportação de grande importância na região do Mearim. Esse crescimento econômico e populacional estimulou Hosano Gomes Ferreira, político local de grande prestígio, a lutar pela emancipação de Lago do Junco, o que ocorreria em 26 de outubro de 1961, pela Lei 2151. Foi desmembrado do município de Ipixuna, hoje São Luís Gonzaga (FAMEM, 2006).

Em 10 de novembro de 1994, através da Lei Nº 6.155, a localidade de Lago dos Rodrigues é desmembrada do município de Lago do Junco sendo elevada à categoria de município. Atualmente Lago do Junco ocupa uma área de 309 mil km², tendo como limites ao norte os municípios de Bacabal e São Luís Gonzaga; ao Sul Poção de Pedras; a leste Lago dos Rodrigues e Igarapé Grande e a oeste Lago da Pedra e Bom Lugar.

De acordo com os dados do Censo Demográfico do IBGE (2000), a população total do município é de 9.833 habitantes, sendo que 6.981 (71 %) residem na zona rural e 2.852 (29%) na zona urbana, chamando atenção para sua taxa média de crescimento populacional que é negativa – 0,34%. O município contava até as eleições de 2004 com 6.394 eleitores. Seus índices de analfabetismo, mortalidade infantil, longevidade e renda per capita e etc., renderam ao município um Índice de Desenvolvimento Humano - IDA de 0,566, considerado muito abaixo do ideal (PNUD, 2006).

Assim como a maioria dos municípios da região, Lago do Junco tem o extrativismo do babaçu e a agropecuária como principais atividades econômicas e ocupacionais. O maior empregador formal do município é a prefeitura, os demais setores da economia do município não chegam a empregar formalmente mais que duas dezenas de pessoas de acordo com o BNDES (2006). A única indústria do município pertence à Cooperativa dos Pequenos Agricultores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ, que extrai um óleo láurico a partir da amêndoa de coco babaçu, para operacionalizar esta atividade a cooperativa conta com 08 entrepostos comerciais sendo 07 em povoados de Lago do Junco e 01 no município de Lago dos Rodrigues.

Grande parte das atividades remuneradas no município provém de serviços temporários gerados a partir do preparo ou manejo de pastagens nas fazendas pecuaristas (roço de pasto, semeadura, construção e reforma de cercas), e em menor escala de pequenas demandas da lavoura temporária e praticada em regime familiar¹⁸, na qual os aposentados são os que mais recorrem a trabalhadores externos a unidade doméstica.

O setor de comércio de Lago do Junco é pouco desenvolvido em relação às cidades vizinhas, assim como a oferta de serviços públicos ou privados (banco, especialidades médicas, insumos agropecuários, órgãos estaduais e federais, etc.) no município é pouco significante, o que obriga seus habitantes a procurá-los em outros municípios da região, especialmente Lago da Pedra que fica a 10 km de distância ou Bacabal (69 km), Pedreiras (60 km) São Luís (340 km) e Teresina - PI (360 km).

O transporte público que liga Lago do Junco com os demais municípios da região é feito por cooperativas de transporte alternativo (vans) que fazem o trajeto da linha Pedreiras-Lago da Pedra pela rodovia estadual MA-61(asfaltada), e a partir destas cidades estão disponíveis linhas de ônibus e vans regulares para Bacabal, São Luís, Teresina e demais localidades. Internamente a circulação dos habitantes entre os povoados e destes até a sede ou *rua* para usarmos o termo nativo é feito eminentemente por caminhões¹⁹ paus-de-arara ou pelos chamados moto-taxi. Dependendo da localização geográfica e das condições dos caminhos de acesso (em sua totalidade estradas não asfaltadas) os moradores de alguns povoados que estão próximos aos limites de Lago do Junco com outros municípios não necessariamente precisam passar ou se deslocar até a sede deste para seguir até Pedreiras, Bacabal, São Luís ou Teresina, por exemplo.

¹⁸ Entre as famílias de pequenos produtores é comum o sistema de troca de dias seja nas atividades da agricultura seja no extrativismo do babaçu. Este sistema de reciprocidade permite as unidades domésticas superar alguma carência de mão de obra sem a necessidade de capital financeiro.

¹⁹ Na realidade a sede de Lago do Junco é apenas um entre - ponto das linhas que saem dos povoados de Lago do Junco, o ponto final destas é a sede do município vizinho de Lago da Pedra. No início do ano de 2005 o caminhão da COPPAJ passou a operar na linha que liga o povoado de Santa Zita (fronteira com Bacabal) à sede de Lago da Pedra.

A atração exercida por estas cidades nos moradores de Lago do Junco vai além das necessidades do comércio e de serviços (como educação e saúde, por exemplo) ela é também fruto de relações institucionais das quais aqueles que residem em Lago do Junco participam individualmente ou coletivamente através de suas associações.

As comunidades eclesiais de base de Lago do Junco estão sob a jurisdição da Paróquia de São José com sede em Lago da Pedra²⁰, que por sua vez está submetida à diocese de Bacabal. O STTR de Lago do Junco está articulado com a Federação de trabalhadores Rurais²¹ a partir de um pólo regional sediado na cidade de Bacabal. De acordo com a divisão administrativa adotada pelo governo do Estado do Maranhão, se encontram na Gerência Regional de Pedreiras²² os órgãos estatais que atendem a cidade de Lago do Junco. É também na cidade de Pedreiras que esta sediada a Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA²³, uma organização não governamental da qual as organizações de trabalhadores rurais de Lago do Junco investigadas nesta dissertação são constituintes.

Em termos fundiários pode-se afirmar que o município de Lago do Junco possui um elevado índice de concentração terras, apesar de possuir um total de 15 áreas de assentamento, sendo 04 projetos de assentamento ligados ao INCRA, 06 áreas regularizadas pelo órgão fundiário Estadual o ITERMA e 05 áreas não reconhecidas por nenhum desses órgãos (adquiridas pela igreja). Chama atenção também a atividade que ocupa a maior quantidade de terras no caso a pecuária extensiva, conforme as tabelas (Nº1 e 2) a seguir:

Tabela 1: Distribuição da Terra no Município de Lago do Junco

Tamanho do estabelecimento	% de estabelecimentos	% percentual das terras ocupadas do município
Menores que 10ha	64,02	5,68
Entre 10ha e 100ha	8,38	27,44
Entre 100ha e 500ha	3,65	41,40
Acima de 500ha	0,32	25,49

Fonte: Zoneamento Ecológico do Estado-GEPLAM 2006

Tabela 2: Tipo de Ocupação do Solo

Terras ocupadas com lavoura temporária e permanente	10,18%
Terras ocupadas com pastagens	58,74%
Matas naturais ou plantadas	11,72%

Fonte: Zoneamento Ecológico do Estado-GEPLAM 2006

No tocante as áreas sob o controle de famílias de trabalhadores rurais classificadas como assentamentos, e que foram conquistadas a partir do início da década de 1980, podemos perceber pela tabela (Nº 03) abaixo, que estas ocupam uma área total de 5.049 ha. nas qual

²⁰ Além de Lago do Junco, as comunidades de Lago dos Rodrigues também estão sob a jurisdição da Paróquia de Lago da Pedra. Da Diocese de Bacabal fazem parte 13 municípios sendo eles: Bacabal (sede), Esperantinópolis, Lago da Pedra, Igarapé Grande, Lima Campos, Olho D'água das Cunhãs, Paulo Ramos, Pedreiras, Pio XII, Poção de Pedras, São Luís Gonzaga, Trizidela do Vale e Vitorino Freire.

²¹ A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão se articula regionalmente a partir de 09 Pólos Sindicais, o Pólo Sindical de Bacabal envolve 30 municípios do centro do estado.

²² Gerencia Regional de Pedreiras envolve 13 municípios: Pedreiras (sede), Lima Campos, Trizidela do Vale, Bernardo do Mearim, Igarapé Grande, Lago dos Rodrigues, Lago do Junco, Lago da Pedra, Poção de Pedras, Esperantinópolis, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto e Lagoa Grande do Maranhão.

²³ ASSEMA atua em 07 municípios: Esperantinópolis, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lima Campos, São Luis Gonzaga, Peritoró, Capinzal do Norte.

estão assentadas em torno de 347 famílias, o que nos dá uma média de 14,5 ha. por família. Área considerada insuficiente para a manutenção das famílias se levarmos em conta o tipo de cultivo predominante (arroz, mandioca, milho e feijão), as condições de clima, solo e técnico-produtiva²⁴ local, bem como a disponibilidade de produtos extrativistas como o babaçu, por exemplo.

Há que se ressaltar, que em Lago do Junco estas áreas de assentamentos correspondem imediatamente aos chamados povoados históricos, adotando inclusive o nome destes em sua identificação, ocorre que algumas famílias destes povoados não estão entre as assentadas devido ao critério de seleção das famílias ser dado pelo envolvimento destas nos conflitos com os proprietários das terras que deram origem ao assentamento, ou pelo fato de hoje algumas dessas famílias serem formadas por filhos de assentados que constituíram suas famílias após a criação dos assentamentos.

Não obstante, o acesso às áreas de plantio, criação e matas nestes assentamentos é em situações e/ou períodos específicos facultada aos não assentados dos povoados por códigos baseados em relações de parentesco, vizinhança e compadrio, prática que incide grande pressão sobre estas terras e os recursos nelas contidos o que na prática diminui o tamanho médio das áreas por famílias.

Tabela 3: Áreas de Assentamento Existentes no Município de Lago do Junco

Nº	Nome do Assentamento	INCRA	ITERMA	OUTROS	ÁREA (há)	Nº de famílias assentadas	Nº de famílias não assentadas	Total
01	Vila Sto Antonio	X			459	16	30	46
02	Vila S. Francisco	X			396	11	06	17
03	Vila S. João	X			268	20	02	22
04	Gleba Pau Santo*	X			1001	39	25	64
05	Gleba São Manuel**		X		443	31	51	82
06	Aparecida de Ludovico**		X		369	28	52	80
07	Centro do Aguiar*		X		200	21	41	62
08	Sítio Novo*		X		231	14	04	18
09	Santa Zita*		X		150	16	03	19
10	Olho D'agua		X		475	40	47	87
11	Macaúba			X	80	10	15	25
12	São Sebastião			X	210	05	02	07
13	Centrinho do Acrísio**			X	194	24	05	29
14	Cajazeiras			X	125	--	--	40
15	São José da Conquista			X	448	32	--	32
	TOTAL	04	06	05	5.049	307	283	630

Fonte: dados do INCRA não publicados.

* Assentamentos associados à ASSEMA.

** Assentamentos localizados nos povoados pesquisados.

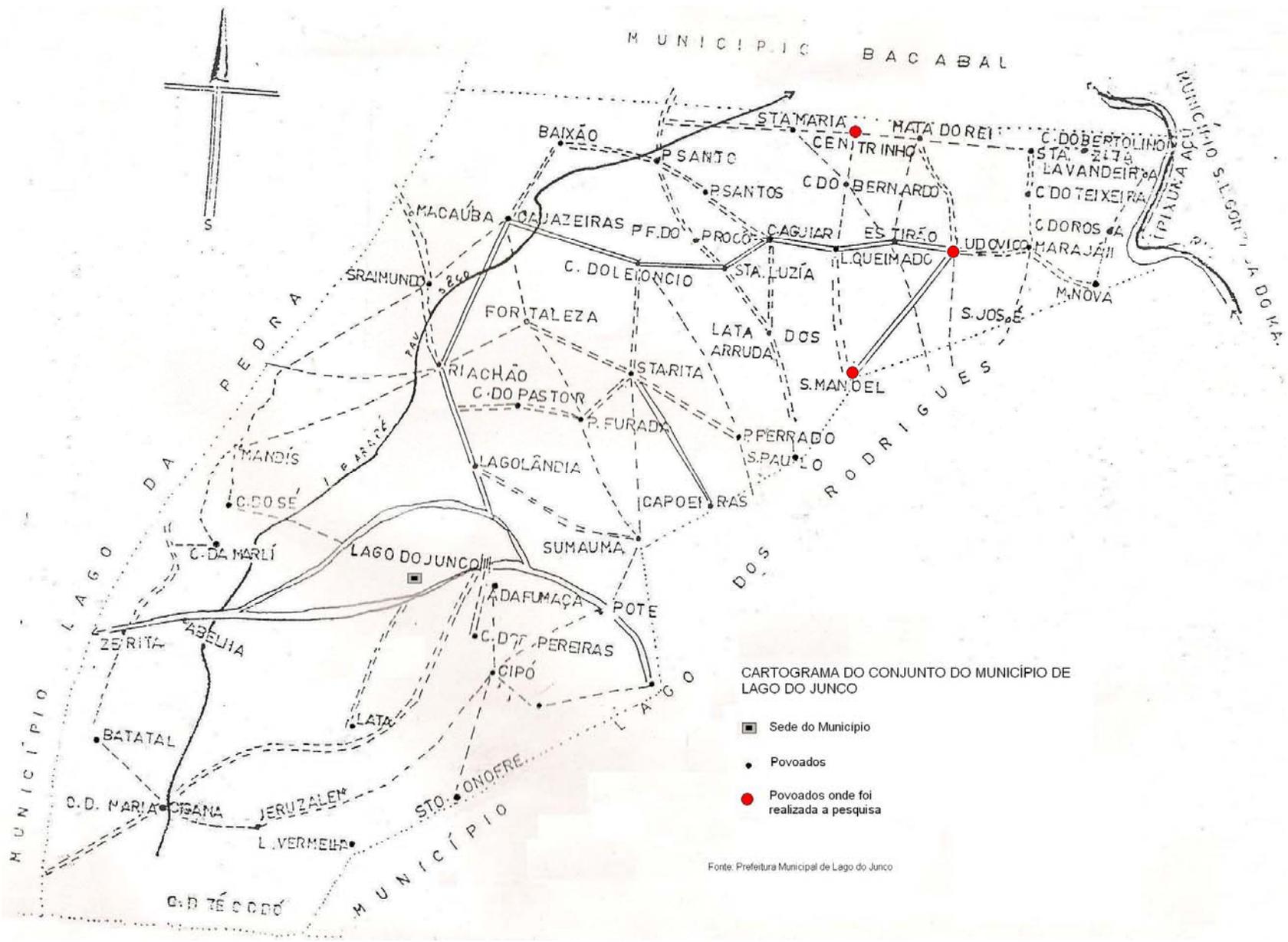
²⁴ Predomina na região a técnica é conhecida como *roça de toco ou itinerante* e consiste no uso do fogo para abertura de áreas de plantio que após a colheita são deixadas em repouso (pousio) para que se recuperem. Há algumas décadas o período de *pousio* chegava a ser de 13 anos, atualmente não passa de 4 anos.

O município tem como atual prefeito o Sr. José de Ribamar Alves de Arruda, conhecido como Riba Arruda, filiado ao PTB reeleito em 2004 por uma coligação entre os partidos PTB, PT, PPS, PSB e PSDB. Sua primeira eleição em 2000, também por uma coligação significou o fim de uma seqüência de governos municipais executivo e legislativo, controlados pelo grupo político liderado pelo médico e Fazendeiro Haroldo Evaldo Brito Leda, e pelo comerciante atacadista e fazendeiro Antonio Nazareno Pimentel, ambos do PFL, que notadamente desde a década de 1980 mantinham seu grupo político como vencedores das eleições municipais.

A vegetação predominante na região em que se encontra o município de Lago do Junco é aquela correspondente a floresta secundária de babaçu, cuja formação está associada à implantação de áreas agrícolas e pastagens uma vez que após a derrubada da floresta primária, a palmeira de babaçu sobressai com maior pujança. Esta floresta secundária é de vital importância para as famílias de trabalhadores rurais, pois além dos materiais com alto valor de uso (palhas, carvão, talos) retirados da palmeira, a coleta e quebra do fruto do babaçu é uma das principais fontes de renda para as famílias de trabalhadores rurais.

Um dos maiores problemas ambientais e sociais enfrentados pelas famílias que dependem diretamente da exploração das palmeiras de babaçu naquele município são as derrubadas indiscriminadas de palmeiras, queimadas descontroladas, excessivo uso de agrotóxicos e a proibição ou regulação do acesso das famílias às palmeiras e seu fruto. Com o agravamento destas questões tornou-se imperativo para as famílias uma solução para o problema, mesmo para aquelas que viviam em áreas de assentamento.

No ano de 1997, a partir de uma forte pressão dos movimentos de trabalhadores rurais do município e região, foi sancionada pela câmara de vereadores de Lago do Junco a Lei Nº 0005/1997 conhecida como “Lei Babaçu Livre” cujos principais artigos proíbem a derrubada indiscriminada de palmeiras e garante as famílias de trabalhadores rurais o livre acesso às palmeiras de babaçu, estando estas em terras públicas ou privadas. Sendo Lago do Junco o primeiro município das áreas de ocorrência de florestas de babaçuais a ter esse tipo de lei.





CAPÍTULO II

O Processo de Ocupação e Desenvolvimento do Vale do Mearim: do Tempo das Terras e Babaçu Livres ao Tempo das Terras e Babaçu Presos

Por vezes é útil, para compreender melhor as questões da atualidade, afastarmos-nos delas em pensamento para depois, lentamente a elas regressarmos. Compreendemo-las, então, melhor. Pois quem se embrenha apenas nas questões do momento, quem nunca olha para além delas, é praticamente cego (ELIAS, 1991, p. 13).

Neste capítulo ao reconstituirmos o processo de ocupação e desenvolvimento da região foco deste estudo, pretendemos analisar o protagonismo de agentes como o Estado, comerciantes, fazendeiros, e trabalhadores rurais, nos processos sociais, econômicos e ambientais, que contribuíram para que as famílias de trabalhadores rurais transitassem de uma situação concebida, por elas, como de autonomia e liberdade de reprodução, para uma situação de dependência e sujeição a outro grupo social, através da expropriação de suas terras e exploração de seu trabalho na atividade de coleta e quebra do coco babaçu. Nos diferentes arranjos sócio-econômicos e ambientais que se formam neste período, procuramos apreender as formas de sociabilidade estabelecidas entre os indivíduos e grupos, a partir principalmente das formas de uso e apropriação das terras e recursos naturais, especialmente a palmeira de babaçu.

Silva (2005) destaca que não é possível compreender uma cultura associativa local sem analisar as relações estabelecidas ao longo do tempo entre agentes sociais, econômicos e políticos que a configuram. Para apreender a natureza das relações vividas pelas famílias que constituem as organizações de trabalhadores rurais ligadas a ASSEMA no município Lago do Junco em sua dinâmica e complexidade, recorro ao uso da perspectiva histórico-processual (que não deve ser confundida com uma perspectiva de história-progresso) encontrada na obra de Norbert Elias segundo o qual *uma estrutura social humana posterior teve uma primeira como pré-condição, não emergiu necessariamente da primeira, mas esta foi pré-condição necessária para emergir a segunda* (ELIAS, 1994, p. 44). Esta perspectiva implica, sobretudo, em uma ruptura com a tentativa de tratar de forma estática um “objeto” que é um processo, ou seja, os objetos são historicamente situados e se transformam no processo de transformação do campo de relações no qual e pelo qual se constituem. De forma esquemática Elias esmiúça essa concepção da seguinte forma:

Pode ser representada esquematicamente como uma série de vetores $A > B > C > D$. Aqui as letras representam várias configurações de pessoas, decorrendo cada configuração da anterior, à medida que a evolução se processa de A para D. Muitas vezes o estudo retrospectivo mostrará claramente não só que a configuração no ponto C é uma condição prévia necessária para D assim como B para C e A para B, como também as razões por que isto se processa desse modo. Contudo, futuramente, de qualquer ponto do fluxo das configurações, só podemos geralmente estabelecer que a configuração B é uma transformação possível de A, e de igual modo C de B e D de C. Por outras palavras, ao estudarmos o fluxo das configurações, há duas perspectivas possíveis na relação entre uma configuração escolhida a partir de um fluxo contínuo e outra configuração posterior. Do ponto de vista da configuração anterior, a última é - em quase todos senão em todos os casos - apenas uma das diferentes possibilidades de mudança. Do ponto de vista da configuração posterior, a primeira é geralmente uma condição necessária da que se lhe segue (ELIAS, 1999, p. 175-76).

Elias (1999) acrescenta ainda que ao estabelecermos relações entre configurações²⁷ anteriores e posteriores devemos evitar pensar estes processos como relações de causa e efeito, na medida em que as configurações apresentam potenciais de mudança distintos entre si, e mesmo quando mudanças ocorrem, estas só podem ser consideradas significativas se modificarem a estrutura desta configuração, ou seja, quando se alterada o poder de certas posições sociais entre os membros de uma dada configuração (ELIAS, 1999). Neste sentido, para reforçar sua perspectiva sobre os procedimentos para se compreender uma configuração específica Elias afirma que:

Sem qualquer referência ao fluxo de configurações que a produziu será impossível compreender e explicar a interdependência de todas as posições de uma configuração, num dado momento, ou a disposição das pessoas cujas relações diretas, socialmente reguladas, dão significado a estas posições (ELIAS, 1999, p. 177).

Desta forma entendemos que para a compreensão dos fenômenos que pretendemos estudar, torna-se indispensável observá-los a partir do fluxo configuracional que fazem parte. O ponto desse fluxo que tomamos como referência inicial tem como baliza as primeiras décadas do século XX, neste percurso procuramos enfatizar principalmente as transformações nas relações socioeconômicas das famílias de trabalhadores rurais entre si e destas com outros grupos sociais, engendradas especialmente, mas não somente, pelas mudanças no regime de propriedade ocorridas neste intervalo de tempo. Este capítulo foi construído tomando como referências trabalhos históricos e etnográficos que tratam do processo de ocupação e de desenvolvimento da região de estudo, assim como as entrevistas que realizei durante o trabalho de campo, e em relatos extraídos de trabalhos de outros pesquisadores que tiveram como informantes integrantes das organizações de trabalhadores rurais de Lago do Junco.

O processo de ocupação não indígena da parte central do território maranhense que abarca os vales úmidos dos cursos médios dos rios Mearim, Pindaré e Grajaú, teve seu início efetivo nas primeiras décadas do século XX, quando ocorreu um considerável incremento demográfico nessas regiões com a instalação de povoados camponeses nas matas mais afastadas das margens dos respectivos rios. Até então, o que se considerava a civilização maranhense, cujas bases se estabeleciam nas atividades de exploração do babaçu, do arroz e do algodão, e se irradiava a partir do litoral, só alcançava efetivamente os cursos inferior e médio do rio Itapecuru e a porção inferior dos rios Turiaçu e do Pindaré (ANDRADE, 1970).

A ocupação não litorânea do estado se restringia a algumas cidades, dentre elas, Pindaré, Bacabal, Pedreiras, Codó e Caxias, situadas ao longo de uma linha relativamente paralela à costa, distante desta entre 200 e 300 km, onde se cultivava, sobretudo, o algodão. Contudo, o avanço dessa ocupação havia estacionado e, em alguns casos, regredido, com a queda do algodão no mercado internacional após a guerra de Sucessão dos EUA e a entrada do algodão egípcio no mercado europeu (VELHO 1972).

Os povoados da região foco deste estudo tiveram sua origem relacionada à penetração naquelas matas mais distantes das margens do rio Mearim, de famílias camponesas maranhenses – oriundas principalmente do antigo município de Ipixuna²⁸ – e de outros estados nordestinos que ocuparam áreas devolutas do estado ou da União, dando origem a diversos

²⁷ Esta noção fundamenta quase toda a reflexão de Elias, sendo sua enunciação recorrente em seus principais escritos, e diz respeito a qualquer situação concreta de interdependência que liga um ser humano a outros, pode representar desde uma partida de cartas a nação. Elias destaca ainda que a estrutura de personalidade dos seres humanos muda também em conjunto com as mudanças de configuração (ELIAS, 1994, p. 250).

²⁸ Atual município São Luís Gonzaga, com sede às margens do rio Mearim, que com o passar dos anos foi sendo desmembrado dando origem a municípios como Bacabal, Pedreiras, Lago do Junco, Poção de Pedras, entre outros.

povoamentos camponeses chamados *centros*, constituindo assim os movimentos migratórios que ficaram conhecidos como *frentes pioneiras e/ou frentes de expansão*²⁹ (ANDRADE, 1970; VELHO, 1972, MARTINS, 1975).

Especialmente a essa penetração de nordestinos no Maranhão se atribui o efetivo processo de ocupação da região, condicionada por um movimento de busca por terras livres e com chuvas abundantes e regulares. As famílias imigrantes eram, em sua maioria, oriundas dos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba e, sobretudo, do Piauí e Ceará, fugidas das constantes secas e das dificuldades de colocação da mão-de-obra no próprio nordeste³⁰ (ANDRADE, 1970; VELHO, 1972).

A penetração dessas famílias no Maranhão se dava pelas cidades de Floriano e Teresina no Piauí (ver cartograma 3, p. 29). Dois tipos de produtores se deslocavam: os criadores de gado, que procuram as regiões de cerrado para ali praticar uma pecuária extensiva, e os agricultores, que, imbuídos da crença de que os terrenos melhores não se encontravam junto aos grandes cursos d'água, tinham preferência pelo interior, nas matas onde se encontram as terras desocupadas tidas como livres. Vale ressaltar que esses episódios de migração se deram ainda antes do aparecimento das estradas (ANDRADE, 1970).

Segundo Velho (1972) que estudou o deslocamento destas frentes:

O padrão usual de ocupação consistia nos indivíduos embrenharem-se na mata e escolherem um sítio considerado favorável, em geral junto a um curso d'água (igarapé) ou pequena lagoa; em terreno com barro considerado vantajoso para lavoura e para a criação, oferecendo ainda material para a construção das casas, e se possível onde houvesse babaçu (...) Estabeleciam-se com suas famílias e realizava a sua queimada. Muitas vezes são parentes ou pelo menos indivíduos do mesmo local de origem, que se fixam inicialmente juntos (VELHO, 1972, p.100).

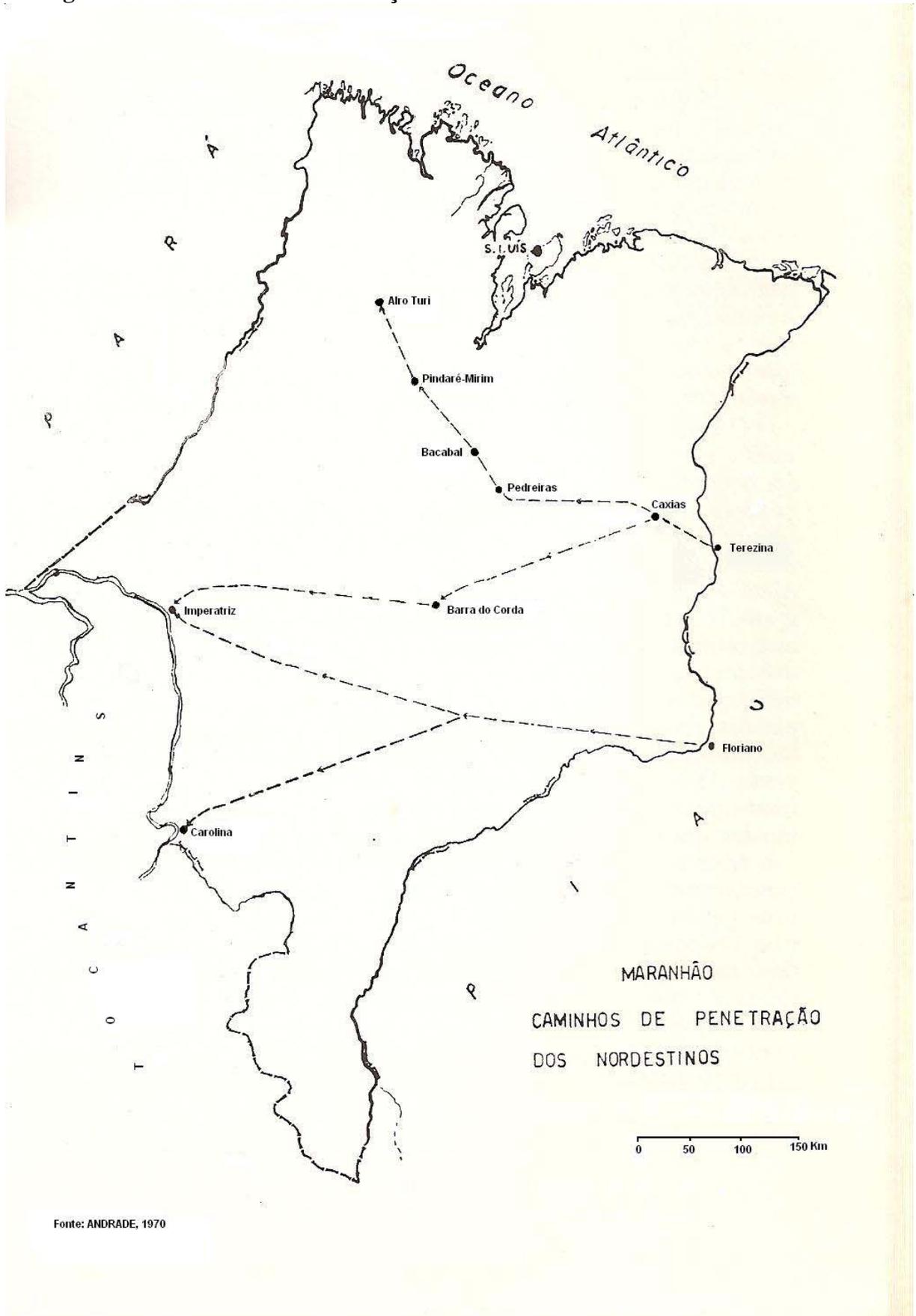
O indivíduo responsável pela escolha do local era chamado *assituante*, quem geralmente emprestava seu nome ao *centro*. Segundo o direito camponês que vigora nas frentes, era o *assituante* quem detinha primazia na escolha dos locais de implantação das roças. Os recém chegados deveriam obter o consentimento do *assituante* quanto a seu local de moradia e área de cultivo. O número de famílias que habitava cada centro era função da disponibilidade de recursos locais e da composição de cada família - número de filhos, idade e sexo de seus membros (VELHO 1972; ALMEIDA, 1989; PORRO, 2004).

Nesse contexto, o que legitimava a primazia da figura do *assituante* era o fator trabalho, representado, sobretudo, como trabalho de *dominação da natureza*, segundo Woortmann (1995), ou de *amansar a terra*, conforme os termos próprios dos participantes da frente Maranhense. Sobre esta visão de mundo Martins (1997) pontua que:

²⁹ Este tipo de ocupação insere-se num quadro referido pelos estudiosos como *colonização espontânea*. Esta forma de colonização tende a se distinguir daquela oriunda da crise das *plantations* maranhenses no século XIX, denominada colonização tradicional; assim como se distingue da colonização induzida e organizada pela ação estatal ou para-estatal, denominada colonização dirigida (Musumeci, 1988, p. 16).

³⁰ Segundo Velho (1972, p. 162), a partir de aproximadamente meados do século XIX, a *plantation* Nordestina, bem como seus subsistemas no Agreste e no Sertão, vão se mostrando incapazes de absorver amplamente os contingentes populacionais gerados nela mesma. Em momentos de dificuldades climáticas (secas) o problema de crônico se torna agudo.

Cartograma 3 - Caminhos de Penetração dos Nordestinos no Maranhão



Fonte: ANDRADE, 1970

Ainda hoje quando um posseiro da Amazônia justifica seu direito a terra, ele o faz invocando o direito que seria gerado pelo trabalho na terra. Ao mesmo tempo, reclama e proclama que seu direito está referido aos frutos do seu trabalho, que por serem seus está no direito de cedê-los ou vendê-los. A concepção de que é preciso ocupar a terra com trabalho (na derrubada da mata e no seu cultivo) antes de obter reconhecimento do seu direito era próprio do regime sesmarial³¹. Do mesmo modo, a concepção de que o trabalho gera direito de propriedade sobre os frutos do trabalho era própria desse regime fundiário. O trabalho de fato gerava direito sobre bens produzidos e sobre a terra beneficiada, ou melhor, sobre o benefício incorporado a terra como era o caso do desmatamento (MARTINS, 1997, p.179).

Prevalecia, nessas circunstâncias, uma reciprocidade generalizada e mais horizontal. A sensação vivenciada pelos indivíduos a partir do que se pode observar nos trabalhos etnográficos, assim como nos relatos baseados na memória coletiva dos informantes desta pesquisa, aponta para a possibilidade de se exercer um maior grau de liberdade na forma como cada um orientaria a sua vida - não estava sujeito a horários, não precisa trabalhar quando se sentia doente (VELHO 1972). As decisões sobre o que, como e quando produzir, ou seja, colocar sua roça e praticar o extrativismo eram tomadas a partir de regras compartilhadas e constituídas dentro do grupo social, sem que terceiros interferissem diretamente sobre. Sobre o grau de simetria das relações entre camponeses, Almeida & Mourão (1976) pontuam que:

A articulação de diversas unidades familiares através de padrões de relações baseadas na vizinhança, no compadrio e principalmente no parentesco, permite nesse contexto, a emergência de modalidades de relação de trabalho (troca-de-dia, adjunto), de cooperação fora do contexto do trabalho (mutirão) e da relação de trocas de bens e serviços que funcionam como fonte de certo equilíbrio na diferenciação das posições econômicas e de status no interior dessas comunidades. (ALMEIDA & MOURÃO, 1976, p.29).

Todavia, é importante que não se confunda esse equilíbrio nas formas de sociabilidade estabelecidas no contexto de fundação dos centros como algo idílico, como se esses fossem totalidades homogêneas. Existe a noção de propriedade privada³²: casa, *quintal*³³, produção³⁴ etc. Contudo, esta é sempre marcada por laços de reciprocidade e por uma diversidade de obrigações para com os demais grupos de parentes e vizinhos que não permite que o grau de

³¹ Ainda segundo Martins (1997) uma característica importante da frente de expansão em todo o país, para datá-la historicamente, é que quando se deslocavam juntos ricos e pobres, deslocavam-se com base em direitos assegurados pelo regime sesmarial, no qual o *domínio* estava separado da *posse*, o domínio era da Coroa, quando por acaso o sesmeiro deixasse de cultivar a terra ou de obter dela frutos para pagar tributos, a terra se tornava devoluta. Embora o regime de sesmarias tenha cessado às vésperas da independência e só tenha sido substituído por um novo regime fundiário com a Lei de Terras de 1850, ele continuou norteando as concepções de direito à terra de ricos e pobres e, em muitos casos, norteia até agora (MARTINS, 1997, p. 179).

³² Segundo Almeida (1989), haveria ainda nestes centros instrumentos escassos e de propriedade de um determinado grupo familiar, que se acham sob uma reciprocidade generalizada: Pilão, forno, casa de farinha e animais de tração podem ser compartilhados voluntariamente. Nesses gestos recíprocos os aspectos sociais da relação entre as famílias camponesas transcendem os aspectos materiais, não se incorporando aos cálculos propriamente econômicos (ALMEIDA, 1989, p. 185).

³³ *Quintal* aparece aqui enquanto categoria nativa e que segundo Paula Andrade (1999) se refere a um domínio localizado atrás das casas sobre o qual incide apropriação familiar, ou seja, num primeiro sentido diz respeito a uma referência geográfica e num segundo a um conjunto de benfeitorias - currais, depósitos, cercas, plantios, poços, etc. - que estão sob o controle de determinada unidade familiar (PAULA ANDRADE, 1999, p. 135).

³⁴ Os produtos dos roçados, por sua vez, não se encontram sujeitos a partilhas, são indivisíveis, mesmo que as formas de cooperação com outros grupos tenham sido acionadas em diferentes etapas do ciclo agrícola. Trata-se de atividade principal e autônoma à realização econômica da unidade de trabalho familiar (ALMEIDA, 1989, p. 184).

diferenciação interna nos grupos sejam forte o bastante para fazê-los eclodir em antagonismos insolúveis (ALMEIDA, 1989).

A chegada de outras famílias nos povoados era por vezes resultado de visitas que indivíduos já estabelecidos faziam a seus locais de origem para visitar parentes ou, então, depois de terem realizado os trabalhos iniciais (derrubada da mata, preparo da roça), para buscar as famílias. Nesses momentos, faziam a “propaganda” do lugar que haviam *assituado* ou onde estavam instalados, incentivando outros a virem consigo (VELHO 1972). Na propaganda, referiam-se não apenas à disponibilidade de terras para trabalho, mas também sobre a fertilidade destas³⁵:

O meu pai era piauiense e começou a vim pro Maranhão naquela seca de 1915, lá no Piauí ele ouvia aquela historia: porque lá [no Maranhão] tinha muito mato, é bom de roça, bom de arroz, aí ele veio embora pra cá, e quando foi acho que em 1959 nós mudemo pra essa fortaleza que fica a 8 km daqui, quando chegou aqui as terras era devoluta (D. Antonia, Centrinho do Acrísio).

Os principais produtos cultivados eram o arroz, o algodão, a mandioca, o milho e o feijão. Atendendo duplamente às necessidades de subsistência e de comercialização, estes cultivos obedeciam a um calendário específico sobre o qual se orientavam as vidas destas pessoas, conforme nos aponta Andrade (1970):

A mandioca era plantada em dezembro e janeiro com as primeiras chuvas, o arroz que aqui não é inundado, plantado em janeiro e fevereiro, o milho também cultivado em janeiro e o algodão em janeiro e fevereiro; associam ainda a essas culturas várias outras como a fava, o feijão e o gergelim. Em maio e junho colhem o arroz, em julho o milho, em agosto e setembro o algodão, a fava e o feijão, ficando no solo a mandioca que conforme a variedade, condições de solo e possibilidades de ser colocada no mercado, pode ser colhida desde os seis meses até os dois anos de idade (ANDRADE, 1970, p. 90).

A técnica de cultivo praticada era do tipo *corte, queima e pousio*³⁶, que consistia na derrubada de uma área de mata, seguida de queimada para eliminação de troncos e galhos que atrapalhavam o cultivo. As cinzas resultantes enriqueciam o solo com fósforo e outros minerais, além de elevar seu pH, tornando-o menos ácido e mais adequado às culturas praticadas. Contudo, boa parte da matéria orgânica disponível no solo se exauria com a queima e o cultivo, necessitando para a sua recomposição de que não fosse seguidamente cultivada por mais de três safras antes de um intervalo de alguns anos (descansando). Nisso consistia o *pousio*.

De acordo com Porro *et al* (2004) a grande disponibilidade de matas e de mão-de-obra consistiam nos principais fatores de produção que garantiam a sobrevivência destas unidades camponesas que, nesses primeiros tempos, encontravam-se em condições de deixar uma área em *pousio* por 10 anos (ou mais), devido a uma menor pressão demográfica nas áreas.

Para estes camponeses, principalmente aqueles originários do próprio estado, a noção de fronteira em movimento era algo muito presente e retornar a uma área recentemente cultivada não era admissível enquanto a alternativa de plantar em terras ainda florestadas fosse cabível. No primeiro ano, produzia

³⁵ O trabalho de Santos (1985) se constitui importante referência aos estudos deste processo de formação dos *centros* no estado do Maranhão.

³⁶ A eficácia deste sistema está diretamente relacionada à disponibilidade de terras e o acesso irrestrito a mesma, caso contrário este sistema se torna pouco produtivo e ambientalmente degradante.

muito arroz, embora não fosse ideal para milho. O cultivo no segundo ano e mais raramente no terceiro ano poderia ser praticado na mesma área, após o qual a terra era deixada em *pousio* (PORRO *et al*, 2004, p. 148).

O extrativismo do babaçu, particularmente, deu a essas regiões uma dinâmica muito especial. No Mearim, na área deste estudo, ele foi explorado como um valor de uso até a década de 1960. Daí por diante, na medida em que adquiria um expressivo valor de mercado, passou também a ser tratado como valor de troca. Enquanto valor de uso, com suas palhas e talos, cobria-se casas, levantavam-se paredes, assim como se confeccionavam utensílios domésticos, tais como, abanos, esteiras, que serviam como portas e janelas, e os chamados *pacarás* e *cofos*, recipientes onde se transportavam e armazenavam uma série de produtos.

E o babaçu, eu lembro que eu ia pros mato com ela [a mãe], ela quebrava babaçu, mas não tinha tanta venda, assim, a produção mais era pra temperar peixe, temperar mesmo feijão, comida temperava era com leite de coco, era o azeite, que ela tirava do coco pra temperar, não tinha muito essa história de produção de babaçu pra sustentação da casa, era o algodão, o arroz, a mandioca, né (Diocina - Ludovico, *apud* FIGUEIREDO, 2005, p. 142).

De seu fruto, o coco babaçu, retirava-se a amêndoa por meio de um processo manual³⁷. Desta, obtém-se um óleo extraído artesanalmente pelas mulheres, num processo no qual a amêndoa é esmagada e aquecida, sendo este óleo utilizado no preparo de alimentos e no fabrico de sabão. Das cascas que resultam da retirada das amêndoas, produzia-se carvão, muito usado ainda hoje no cozimento dos alimentos. Daí, Manuel Correia de Andrade (1970) se referir (ainda que pejorativamente) à existência no Maranhão de uma *civilização do babaçu assim como houve no Ceará a da carnaúba e nos sertões nordestino a do couro* (ANDRADE, 1970, p. 47). Ainda hoje, muitas famílias referem-se à palmeira como uma *mãe que tudo dá a seus filhos*

Nas matas onde se instalaram os centros, além de madeira e outros recursos extrativos de origem vegetal (babaçu, copaíba etc.), eram abundantes um considerável número de espécies animais cuja caça garantia não apenas apreciável carne para alimentação, como também lhes rendiam algum recurso financeiro através da comercialização de peles muito valorizadas no mercado. Dentre esses animais, destacam-se, o gato maracajá, o caititu, o veado, a paca, a cotia e outros tantos (IBGE, 1957). Os recursos nativos, somados à alta produtividade das lavouras e à ausência do pagamento de foros, garantiam um mínimo de segurança alimentar e uma sensação de *fartura*, especialmente se relacionados aos locais de origem destas famílias, as zonas semi-áridas nordestinas.

1- Organização do Sistema de Comercialização: como se ligam comerciantes e camponeses

Ainda que o ânimo e as forças dos produtores dos *centros* estivessem voltados principalmente para a subsistência das famílias, estes não estavam alheios às relações de comércio. Acompanhavam as frentes de expansão pequenos comerciantes, alguns deles inclusive combinando atividade agrícola e de comércio. Em geral, instalavam-se nos *centros* com suas *barracas*³⁸ e encarregavam-se de abastecer os camponeses e comprar-lhes a parte

³⁷ Este processo consiste em apoiar o coco babaçu no gume de um machado afiado e golpeá-lo sucessivas vezes até que a casca se separe da amêndoa.

³⁸ Também conhecidas como *quitandas* ou *bodegas*, assim são chamados na região os pequenos comércios instalados nos centros e povoados cujo proprietário pode ser um agricultor, o vaqueiro de uma fazenda ou mesmo um médio ou grande proprietário de terras.

excedente de sua produção. Para tanto, estes comerciantes alcançavam os produtores que se encontravam internados nas matas, por meio do lombo de animais (VIVEIROS, 1964; ANDRADE, 1970).

Na região de interesse deste estudo era principalmente para o antigo município de Ipixuna (hoje São Luís Gonzaga) que os pequenos comerciantes faziam fluir a maior parte de seus negócios³⁹.

Já em 1957 a sede de Ipixuna possuía 35 estabelecimentos comerciais negociando com as praças de São Luís, Teresina e Recife, importando tecidos, açúcar, café, sabão, bebidas, fumo e derivados de petróleo como querosene, e fazendo chegar até estas arroz, algodão, peles e produtos extrativos (IBGE, 1957, p. 205).

Os pequenos comerciantes que negociavam diretamente com os produtores nos *centros* seriam, uma das pontas de uma cadeia de intermediários em cuja outra extremidade encontravam-se grandes comerciantes e proprietários das usinas de beneficiamento de arroz, conhecidos como usineiros. Interessados no escoamento da produção camponesa para seus estabelecimentos, estes comerciantes e usineiros financiavam o abastecimento das *barracas* dos *centros* com produtos como sal, fumo, querosene, sabão, tecidos, ferramentas, etc, assim como asseguravam a compra da produção, especialmente a antecipada, conhecida localmente como *venda na palha* ou *venda na folha*. (VELHO 1972; ALMEIDA & MOURÃO, 1976).

Esse sistema de *venda na palha* (ativo ainda hoje em muitos povoados) se opera pela venda, ao *barraqueiro*, da produção de uma roça antes que os frutos sejam colhidos. Isto funcionaria como garantia (baseada na palavra, na confiança) de empréstimos concedidos a juros altos aos agricultores para financiar sua produção, ou mesmo para remediar momentos de *precisão*⁴⁰, como em caso de doenças, por exemplo.

Contudo, via de regra, esse financiamento não se aplicava na aquisição de insumos ou bens de produção, mas na manutenção da família nos intervalos entre as colheitas. Raramente, os empréstimos se davam em dinheiro. Predominava a abertura de um crédito nas barracas, conhecido como *fiado*⁴¹, que permitia que a família retirasse mercadorias para pagá-las posteriormente.

Nesse tempo esse homem comprava aqui era dez carrada, doze de arroz, o mínimo que ele tirava daqui era por ano era cinco carrada de arroz, e **era só ele que tirava**. Ele emprestava dinheiro pra gente a juro de 10%, 20%. Era assim: quando começava o inverno em janeiro, fevereiro por aí, aí ele quando dava dezembro ele trazia, surtia né, o comercio de tudo. Aí vamo supor no caso o Preto [seu marido] comprava na mão dele, pegava duas lata de querosena, uma saca de sal, toda essa coisa em grosso e botava em casa, aí quando era em maio ele [o comerciante] chamava, **tinha aquela data que ele**

³⁹ Mas não somente, a partir de dados do IBGE (1959), Viveiros (1964) e de alguns depoimentos por nos coletados estes produtores também negociavam com as praças de Pedreiras e Bacabal, o que dependia da localização geográfica do povoado, das vias de acesso e das relações sociais que se tinha nestas cidades.

⁴⁰ Precisão enquanto termo nativo é uma categoria complexa e de significados variados e relacionais. Pode se literalmente traduzido como necessidade e referir-se às necessidades fisiológicas de um indivíduo, ou necessidades diárias de consumo alimentar, mas também uma emergência imprevista. O termo pode ser uma necessidade diária elementar ou uma matéria essencial, assumindo significados sociais e políticos (PORRO *apud* FIGUEIREDO, 2005).

⁴¹ O *fiado* nestas circunstâncias mais que uma operação comercial, torna-se também um elemento de vinculação simbólica entre produtores e comerciante. A dívida que se contrai no comércio é muito mais que monetária, o fato do comerciante confiar o crédito ao produtor o impede moralmente, por exemplo, que este procure realizar seus negócios em outro estabelecimento quando isto é possível. Podemos encontrar em Musumeci (1988) um bom estudo sobre as relações entre comerciantes e pequenos produtores camponeses, realizado na mesma região da qual se ocupa a presente dissertação.

chamava que era pra ajustar, que ajustar significava que ele ia botar em arroz, ainda hoje maio é o mês que o preço do arroz tá mais barato, aí era daquele jeito que ajustava. Aí quando era no tempo o pessoal era só pra entregar pra ele, aí ficava do mesmo jeito e quando era na entrada do outro inverno, de novo (D. Antonia, Centrinho do Acrísio, grifos nossos).

Almeida e Mourão (1976) destacam que, mesmo aqueles camponeses que escapavam do sistema de *venda na palha*, terminavam por vincular sua produção a um único comerciante, devido principalmente às dificuldades de transportes e ao pequeno volume de sua produção individual que o impediam de alcançar outros compradores. Salvo em alguns casos em que se desprendia um esforço adicional à tarefa de comercialização, é que alguma unidade familiar se desvencilhava de uma maior dependência do *barraqueiro* local, conforme o exemplo a seguir:

Aqueles mais carentes compravam nessa barraquinha aqui do povoado que era do Sebastião Alípio, Aqueles que tinham uma vida mais ou menos tinham seu patrão na cidade, levava sua produção no lombo de animal e voltava com os gêneros, eram três dias de viagem (Antonino, São Manuel, 2006).

(...) O papai plantava algodão, era mandioca de fazer farinha e levava em costa de burro pra Pedreiras, eu ainda lembro direitinho, eu me lembro ainda quando ele saía de madrugada com essa comboi de animal (Carmelita, Ludovico, *apud* FIGUEIREDO, 2005, p. 142).

Dessa forma, o arranjo sob o qual se organizou a comercialização contribuiu para que em algumas circunstâncias houvesse a formação de um mercado monopsônio⁴², característica que permitirá a alguns pequenos comerciantes o acúmulo de algum capital que lhes dê condições posteriormente de comprar as benfeitorias de outros camponeses, possibilitando, então, a estes comerciantes, o estabelecimento do pagamento de foro pela exploração destas terras por outros camponeses e/ou a implantação de uma pecuária em pequena escala.

Chama atenção que, dentro deste sistema comercial, onde compradores e financiadores da produção são incorporados ao sistema de classificação social dos grupos integrantes desta cadeia de relações com o status de *patrões*. A eles, se deve uma postura subordinada, tendo em vista a idéia de que os produtores dependem muito mais dos patrões, do que os patrões destes. Prevalece até hoje entre muitos produtores da região, a visão de que comerciante lhe “faz um favor” ao fornecer-lhe produtos, vender fiado, conceder empréstimos e comprar sua produção, conforme a observação de Dona Dalva moradora do povoado de São Manuel: *Aqui no São Manuel tinha um comerciante, o Izidoro que sustentava o povo daqui, aliás, hoje eu vejo que era a gente que sustentava ele.* As implicações nessa relação de interdependência são que, o *excedente de poder*⁴³ (ELIAS, 2000) pende consideravelmente na direção dos chamados patrões, que, de acordo com Musumeci (1988):

Os comerciantes tinham grande interesse em formar uma freguesia entre os pequenos produtores das frentes, tanto para fornecer-lhes mercadorias e

⁴² Estrutura de mercado caracterizada pela existência de muitos vendedores e um único comprador que domina o mercado, determinando os preços das mercadorias.

⁴³ O poder é para Elias uma característica estrutural das relações sociais, e nasce da desigualdade e da dependência, e mesmo quando há um aparente equilíbrio de poder alguém acaba por assumir uma posição de mando dentro de uma determinada configuração. Estas posições, no entanto, não estão cristalizadas, uma configuração apresenta um equilíbrio instável, é um eterno medir forças. Desta forma, uma situação de mando deve se explicar não pelo poder absoluto nas mãos de alguém, mas pela capacidade de atrair para si o *excedente* deste (ELIAS, 2000).

comprar-lhes a produção quanto para tê-los como uma clientela⁴⁴ sobre a qual poderiam se destacar social e politicamente na medida em que em muitos casos mediavam as relações com a cidade e pessoas de fora (MUSUMECI, 1988, p. 166).

Almeida e Mourão (1976) destacam ainda que os laços que unem agricultores e pequenos comerciantes podem ter sua força vinculada também à eventual origem comum que geralmente implica em relações de parentesco ou de compadrio, quer pelo estabelecimento destes mesmos laços reforçados por casamentos, ou por estritas relações de vizinhança nos locais de fixação. O depoimento abaixo nos dá uma boa idéia da força que estes laços podem ter ainda hoje.

Eu não entro na cooperativa porque depois que eu casei, eu moro no direito do avô da minha mulher. Ela cozinhava pra eles aqui, eu ia morar no Centro dos Custódios onde meu pai tem uma terra lá, mas aí o dono desse comercio aqui vizinho que é tio dela, disse pra mim fazer minha casa aqui e ela continuava cozinhando pra eles. Então eu compro as coisas no comercio do tio dela (...) eu não vejo motivo pra me associar na cooperativa por que se não eu vou ter que botar minha produção lá e não mais aqui com os parente dela (Valdir, São Manuel).

2- Processo de diferenciação sócio-econômica no grupo camponês e o início da privatização das terras.

O final da década de 1950 corresponde à chegada aos povoados do Mearim, da maioria das famílias nordestinas das quais descendem as pessoas que foram entrevistadas neste trabalho. Especialmente a grande seca de 1957, fez engrossar o fluxo de outros nordestinos para o Maranhão, consolidando muitos *centros* até então incipientes.

Entre o final da década de 1950 e meados de 1960, percebe-se também um aumento geral na produção das lavouras de arroz, a valorização da exploração comercial da amêndoa de babaçu na região do Mearim, o surgimento de uma pecuária bovina de maior impacto e as primeiras ações de expropriação das terras camponesas. Estas últimas davam-se, seja por meio da compra de benfeitorias de alguma família, seja pela grilagem de terras.

Nessa época, o arroz, que já se apresentava como principal produto da economia estadual, superando o algodão, tem seu status elevado, apoiado principalmente pelo aumento da área cultivada nas regiões maranhenses para onde se deslocam as famílias da frente de expansão. No período entre 1940 e 1960 a área cultivada com arroz mais que quadruplicou; a produção atingiu 550 mil toneladas anuais no último período de referência (ALMEIDA & MOURÃO, 1976; PORRO, 2004).

Este aumento de produção, por sua vez, encontra uma demanda crescente tanto para consumo local, como para exportação para outros estados, como, São Paulo e Rio de Janeiro.

Nota-se que o arroz maranhense apesar de ser de baixa qualidade em relação ao arroz produzido em outros estados como Goiás e Rio Grande do Sul, por exemplo, tem nessa característica sua vantagem competitiva, a baixa qualidade diminui o seu preço, tornando-o o mais consumido entre as camadas pobres da população das cidades onde é comercializado (VALVERDE, 1957, p. 393).

⁴⁴ A clientela é tomada aqui na sua acepção política. Apesar de não dispormos de informações suficientes para discorrer mais detidamente sobre o contexto político eleitoral do período que recobre este capítulo, nos deparamos ao longo da pesquisa com elementos que vinculam as opções eleitorais nos povoados estudados muitas vezes a influência de figuras como os comerciantes e proprietários.

O babaçu, que anteriormente era explorado apenas para uso doméstico, passou a ter preço nos comércios instalados nos *centros*, transformando-se também em uma moeda que se trocava diretamente pelas mercadorias fornecidas por estes estabelecimentos ⁴⁵ (sal, querosene, sabão e outros). Isto tornou atrativa a quebra do babaçu para além do uso doméstico, tornando esta atividade tão essencial para a manutenção das famílias quanto a agricultura. A quebra do babaçu era executada especialmente pelas mulheres⁴⁶.

A derrubada das matas para implantação dos roçados ao longo desses anos transformou as características ecológicas da região ao permitir o avanço da floresta de babaçu, criando as condições para o aumento da produtividade das palmeiras⁴⁷ e, ao mesmo tempo, facilitou a implantação de pastagens, uma vez que o obstáculo físico e econômico⁴⁸, a mata primária, fora suprimido.

O que se observa também, nestas circunstâncias, é o desenvolvimento de um processo de diferenciação sócio-econômica no interior do grupo social camponês que constitui a frente de expansão no Médio Mearim, despertando em alguns de seus membros o interesse por um *projeto de descampenização*⁴⁹ (ALMEIDA, 1989), possibilitado pelos procedimentos de comercialização, por uma maior tecnificação e pelas relações de intermediação com os poderes locais.

Os lucros da atividade comercial ou a existência de produtores que detinham uma produção agrícola bem superior aos demais (geralmente famílias com maior número de membros do sexo masculino em idade de trabalhar) permitiram surgir nos povoados os chamados *camponeses remediados* (VELHO 1972). Estes, quando acumulavam algum capital, em geral o direcionavam tanto para compra de benfeitorias de outros camponeses - daqueles mais pobres ou dos que, por algum motivo, se retiravam dos povoados - quanto para a

⁴⁵ O babaçu passa a adquirir valor de troca no estado do Maranhão com a primeira exportação de babaçu para Alemanha em 1911, a partir daí, a amêndoa de babaçu passou a ser uma das principais fontes de óleo láurico, muito utilizado na indústria saboeira de cosméticos, constituindo em torno de si uma extensa cadeia comercial que mobilizará durante muito tempo formidável volume capital comercial e industrial, assim como um considerável contingente de mão-de-obra. Para tanto, a comercialização da amêndoa de babaçu foi incorporada ao poderoso sistema de aviamento estabelecido pelas chamadas Casas de Exportação que já controlava a comercialização dos produtos agrícolas das famílias camponesas e passa ter sob sua influência através de seus postos e entrepostos comerciais o trabalho familiar de coleta e extração da amêndoa (AMARAL, 1990).

⁴⁶ Este aspecto da divisão sexual do trabalho se repete em praticamente toda área de ocorrência de babaçuais dos Estados do Maranhão, Pará, Tocantins e Piauí. De acordo com Paula Andrade (1999) em seu trabalho na região da baixada maranhense *a quebra do babaçu é tida por homens e mulheres como atividade eminentemente feminina, sendo considerado feio aos homens praticá-la. A quebra do coco babaçu é também considerada pelas famílias como mais leve que as orientadas para implantação dos roçados e, portanto compatível com a condição feminina. Os homens que se dedicam a essa atividade são apontados como não desejando enfrentar as dificuldades do trabalho agrícola* (PAULA ANDRADE, 1999, p. 176).

⁴⁷ A palmeira de babaçu é resistente ao fogo das queimadas realizadas para implantação dos roçados sendo que as mais atingidas recuperam-se em 03 ou 04 anos. Da mesma, forma seu fruto não é destruído com o incêndio ao contrário tem sua dormência quebrada o que o faz germinar em grande quantidade substituindo assim a mata primária. Quando “sufocada” por outras plantas a palmeira de babaçu tende a produzir menos do que quando se encontra soberana em uma determinada área, daí nas chamadas áreas de capoeira e principalmente onde coexiste com pastagens sua produtividade tende a ser maior.

⁴⁸ Os custos de implantação de pastagens em áreas de mata virgem por serem elevados não estimulavam os participantes da frente que se deslocavam para a região do Médio Mearim para a pecuária como atividade de maior relevância, daí esta atividade no contexto das migrações nordestinas se deslocarem inicialmente para as áreas de cerrado (ANDRADE, 1970).

⁴⁹ De acordo com Almeida (1989), a partir das possibilidades abertas por uma maior tecnificação, pelas possibilidades de comercialização e pelas relações de intermediação com os poderes regionais, algumas famílias camponesas ou pelo menos alguns de seus membros, almejam aumentar seus ganhos monetários a partir da exploração do trabalho de outros indivíduos ou de outras unidades familiares, especialmente pela imposição da cobrança de foro (ALMEIDA, 1989, p. 188).

introdução nestas regiões de uma pecuária extensiva, ainda que modesta. A expressão que a atividade de pecuária terá mais adiante realça atualmente a memória de alguns indivíduos sobre a chegada dos primeiros rebanhos em alguns povoados.

Foi nos anos de 50 até 60, por aí assim, nesse tempo, aí eles começaram a roçar e jogar capim, e a comprar gado (...) esse Pedro Arruda ia pro sertão, comprava gado pra lá bem baratinho, vendia aqui a colheita (...) como o Ceará mesmo (...) era seco, não tinha pasto, vendiam gado bem baratinho, eles passavam de quinze dias, de noite viajando de lá par cá, devagarzinho com esse gado. (Leonildes, Marajá, Lago do Junco, *apud* PAULA ANDRADE & FIGUEIREDO, 2005).

A partir da acumulação do fator terra e da dedicação a atividade pecuária por parte daqueles *camponeses remediados*, passa-se a observar, em algumas localidades, a cobrança de foro para a implantação de roçados⁵⁰. Aqueles que possuem sob seu controle maiores extensões de terras submetem os camponeses mais pobres, que não mais possuem *direito* à área de trabalho, ao pagamento de 01 *alqueire* de arroz por *linha* de roça implantada⁵¹. Vale lembrar que, conforme a produtividade dos roçados daquela época, no *tempo da fatura*, este foro correspondia a algo em torno entre 1/8 e 1/9 do que produzia uma roça, o que tornava a cobrança de foro algo suportável pelo menos em termos materiais.⁵²

Uma outra situação é aquela suscitada por meio dos mecanismos de grilagem de terras, praticada tanto por camponeses que esposaram um *projeto de descampenização*, quanto (principalmente) por indivíduos pertencentes a grupos sociais não camponeses, como, comerciantes, políticos, usineiros e grandes fazendeiros. Os trabalhos de Valverde (1957) e Musumeci (1988) nos dão uma idéia de como isto foi “legalmente” possível no Maranhão:

O grileiro é geralmente homem de posição social elevada e bem relacionado nos meios políticos do estado. Este cavalheiro vai até São Luís e paga em cartório o imposto territorial correspondente a trinta anos de ocupação de um imóvel que supostamente possuía. E para comprovar a ocupação efetiva traz uma autoridade local, quase sempre o delegado de polícia que apresenta seu testemunho neste sentido. Assim, são facilmente obtidos 3000 a 4000 hectares que passam a constituir sua propriedade privada (VALVERDE, 1957, p. 395).

O começo dos anos 60 como o momento em que a grilagem teria feito sua primeira aparição nessa área [município de Porção de Pedras, Médio Mearim Maranhense] (...) que ocorreu a partir dessa época foi uma sucessão de requerimentos de *usucapião*, feitos às escondidas em São Luís. A legislação maranhense exigia assim, que se comprovasse ser a terra devidamente ocupada e trabalhada pelo requerente, e não haver outros posseiros dentro da área requerida, não era muito difícil contornar essa exigência: declarava-se

⁵⁰ Neste sentido, é interessante a observação de Musumeci (1988) a respeito da emergência de relações baseadas na apropriação capitalista das terras evidenciadas a partir de 1960. Para esta autora a lógica e as conseqüências [da apropriação capitalista de terras] quando submetidas a uma análise mais cuidadosa, revelam - ao invés de um movimento vindo “de fora”, totalmente estranho a estrutura social construída em “terras livres” - continuidades e vínculos entre a “frente camponesa” e a “frente capitalista” (MUSUMECI, 1988, p. 18)

⁵¹ O *alqueire* é uma unidade de medida de peso adotada na região e equivale a 30 kg, a *linha* por sua vez é uma unidade de medida de área e equivale a 0,33 hectares.

⁵² Há que se lembrar que a formação dos centros que deram origem a povoados se deve a tentativa de realização do projeto de liberdade camponês, através do deslocamento a procura de terras devolutas e livres com o intuito de ter sua autonomia no processo produtivo. A situação de pagamento de foro afeta as famílias de diversas maneiras dependendo da composição desta, assim sendo, muitos não suportaram moralmente esta situação e migraram para outras regiões iniciando uma nova procura por terras libertas.

simplesmente a inexistência de posseiros e ninguém ia fiscalizar a veracidade da informação. Manifestando-se explicitamente, os atingidos podiam questioná-las, mas estes só ficavam sabendo da usurpação de suas terras muito depois de transcorrido o prazo para contestações (MUSUMECI, 1988, p. 114).

Da mesma forma, temos nas condições de reprodução material diante do sistema capitalista, bem como na natureza da relação jurídica deste campesinato com a terra, elementos que facilitam as ações de expropriação, como a grilagem.

Em um padrão que se repete em quase todo o estado até a década de 1960, via de regra não se tomava providencias no sentido de legalizar tais posses, uma vez que a abundancia de recursos até então existentes ofuscava a necessidades destes indivíduos preocuparem-se com ameaças a sua permanência na terra (PORRO, 2004, p. 58).

Por não conseguirem reter grande parte do valor agregado, os camponeses sofrem uma expropriação cotidiana através do endividamento ao capital usuário, permanecendo na sua maioria, incapazes de comprar as terras em que produzem há vários anos quando a propriedade privada é introduzida. Sem recursos para se transformarem em proprietários privados e no início, ideologicamente avesso a essa nova posição, resta-lhes as formas de resistência – violentas ou não (CARVALHO, 1981, p. 31).

No bojo destas transformações, além das figuras já citadas: camponeses remediados que esposam um projeto de descampenização, usineiros, comerciantes, fazendeiros e grileiros, fazem-se notar, pela marcante eficiência, algumas ações estatais que contribuíram decisivamente para que o processo expropriatório se tornasse pujante, não somente no Médio Mearim, mas em todo o Estado do Maranhão. A fala abaixo faz denotar alguns sinais destas ações:

O finado Raimundo Marques era o dono da terra, era o rendeiro. Já o Luis Vieira foi o comerciante que encontramos aqui [no povoado de Centrinho do Acrísio], ele foi assituando tudo de capim, a terra dele todinho na época que o **Sarney abriu a agropecuára**. Antes o Luis Vieira ele trabalhava mais nois, ele trabalhava de roça, quebrava coco, ele melhorou a condição **depois que o governo botou esse negócio de pecuária, aí foi que ele fez negócio com o banco**, comprou gado e foi que ele melhorou de condição e se levantou. Trabalhava mais nois capinando arroz, cortando arroz, todo serviço ele fazia, enquanto ele não melhorou de vida, depois que ele arrumou de vida, ele não fazia mais não (Sr. Preto, Centrinho do Acrísio, grifos nossos).

O relato acima se refere a um conjunto de medidas implantadas no âmbito dos governos federal, mas, sobretudo, no governo estadual, especialmente a partir do mandato do governador José Sarney (1966-1971) que criara as condições jurídicas, econômicas, infra-estruturais e políticas para que se consolidasse a privatização das terras e, conseqüentemente, dos babaquais no Estado do Maranhão.

No âmbito das ações do governo federal, ressalta-se a política de crédito inaugurada pelo Banco do Brasil a partir de 1960, que beneficiaria o pequeno produtor rural que quisesse investir na produção agrícola e pecuária. As exigências para aquisição de empréstimos eram mínimas: bastava o título de propriedade ou uma carta de anuência do proprietário, no caso

dos agregados e foreiros. Contudo, devido a uma série de condições desfavoráveis⁵³ aos pequenos produtores, são os comerciantes e grandes proprietários que vão usufruir dessa linha de crédito, em detrimento dos pequenos produtores rurais (ANDRADE, 1970; VELHO, 1972).

No âmbito do governo estadual, tem-se que a ascensão de José Sarney ao governo do estado do Maranhão se deu através de um discurso que prometia tirar o estado do atraso ao por em prática o projeto de um *Maranhão Novo*, segundo seu slogan. Para tanto, criou-se a Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Maranhão – SUDEMA, um órgão do governo estadual diretamente ligado ao gabinete do governador. Este organismo foi responsável pela elaboração de um instrumento de intervenção denominado: I Programa de Governo do Estado do Maranhão - I PGEM, que entraria em vigor a partir de 1968 (GONÇALVES, 2000).

De acordo com os idealizadores do I PGEM, o *subdesenvolvimento* do Maranhão estava ligado às relações dispare das chamados setor primário, setor secundário e setor de serviços. Entretanto, havia entre estes planejadores um dissenso quanto ao setor que comandaria as transformações necessárias para tirar o Maranhão do atraso. De um lado, os chamados *industrialistas* entendiam que o *atraso* do Maranhão se dava por sua economia, desde a época colonial, estar apoiada no setor primário e, portanto, viam no desenvolvimento do setor industrial a única saída para este atraso. Do outro lado, os chamados *bovinocratas*, que preconizavam um projeto integrado vertical e horizontalmente de desenvolvimento econômico e social sustentado na criação de gado, que aproveitaria as condições naturais e vocações regionais para tanto (ALMEIDA & MOURÃO, 1976; GONÇALVES, 2000).

A polêmica entre *industrialistas* e *bovinocratas* foi mediada pelo poder estatal, que elegeu o setor primário como alavanca de desenvolvimento para o Maranhão, conduzindo o governo estadual a elaborar planos no sentido de *racionalizar* este setor e concentrar nele os seus principais esforços. Não obstante, a expressão *setor primário* seria tomada como sinônimo de pecuária, que, associada a um recurso primordial, a terra, reivindicava a utilização *racional* deste recurso e sua ordenação jurídica pela titulação (ALMEIDA & MOURÃO, 1976; GONÇALVES, 2000).

Sobre o aspecto da ordenação jurídica da terra, a medida fundamental para execução do que fora planejado até então foi a promulgação de Lei nº. 2.979/69:7 em 17 de julho de 1969, que ficou conhecida como *Lei de Terras Sarney*, segundo a qual:

Art. 12º - As terras do Maranhão que não tiverem destinação especial poderão ser alienadas ou concedidas em caráter oneroso, mediante requerimento dos interessados ou oferecimento em concorrência ou hasta pública (Lei nº. 2.979/69:7, *apud* GONÇALVES, 2000, p. 174).

Todavia, observava-se aí um desencontro entre as ações de âmbito federal e estadual. Enquanto a proposta do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN

⁵³ Além de uma aguda desconfiança em relação ao crédito governamental e mesmo à figura do Estado, raros eram aqueles que detinham os títulos de suas terras de trabalho, sejam pela enorme dificuldade de adquirir tais títulos, seja por serem ideologicamente avessos a esta idéia, visto que na sua visão de mundo o que garante a posse da terra é o trabalho nela realizado. Entre aqueles que já viviam como agregados ou foreiros na maioria das vezes não obtinha a carta de anuência dos proprietários aos quais estão ligados, pois para os segundos isto significaria a ruptura dos laços de patronagem, os proprietários viam também nessa linha de crédito do Banco do Brasil uma possibilidade a mais de ganhar dinheiro, pois estes conseguiam acessar estes empréstimos a juros baixos, dividem estes capitais em parcelas que emprestam aos moradores a juros de 8 a 10% ao mês. Obtêm desse modo um lucro elevadíssimo jogando com o dinheiro do Banco o qual muitas vezes era aplicado na pecuária (ANDRADE, 1970, p.91). Ver também a esse respeito Velho (1972).

(1959), e posteriormente o *projeto de povoamento do Maranhão* (1961-1963), formulado pela SUDENE demarcavam a chamada Pré – Amazônia maranhense como fronteira agrícola, considerando essa região como um *recurso aberto*, a Lei Estadual de terras de 1969 vai de encontro à formulação do GTDN, promovendo o fechamento da fronteira agrícola.

Ao possibilitar condições para o início dos grandes e médios empreendimentos agropecuários no Maranhão, as fronteiras deste estado foram abertas para o que José Sarney já denominava *homens de empresa*, ao mesmo tempo em que se fechavam artificialmente, tanto para os pequenos produtores agrícolas que se deslocavam ao estado, quanto para aqueles já estabelecidos no fluxo das frentes nordestinas, mas que tiveram sua posse e existência ignorada, sobretudo nas operações de grilagem de terras. Essas circunstâncias levaram à emergência de agudos conflitos sociais no campo maranhense (GONÇALVES, 2000).

3- Terra e Coco Babaçu Presos e o Tempo da Sujeição

O contexto que se apresenta na década de 1970 é marcado pela exacerbação da submissão das famílias camponesas às formas de imobilização no âmbito comercial e, principalmente, no produtivo. A esta data, poucas eram as famílias camponesas que no município de Lago do Junco ainda tinham a posse de sua terra de trabalho. Em alguns casos, povoados inteiros passaram a viver na condição de agregados de um único proprietário. Com efeito, as famílias camponesas gradativamente passaram a vivenciar o aumento das restrições a implantação de seus roçados e a coleta do babaçu. O *tempo de fartura e liberdade* – que então fazia parte do passado - cedeu lugar ao *tempo da sujeição* e da *precisão*.

A partir daí, de forma mais generalizada, os chamados donos de terras passaram a condicionar a permanência das famílias camponesas no interior das fazendas ao pagamento de foro e o cumprimento de algumas obrigações para com o proprietário. Na medida em que se observava a expansão da atividade pecuária na região, inúmeras estratégias foram desenvolvidas pelos proprietários com o intuito de subordinar e imobilizar a mão-de-obra das famílias camponesas no interior destas propriedades. Algumas famílias se submeteram às exigências, outras se mudaram do local onde já trabalhavam e residiam há anos em busca de novas áreas livres ou para as periferias urbanas das cidades⁵⁴.

O foro cobrado pela implantação dos roçados chegou a triplicar em alguns lugares, ao mesmo tempo em que diminuía as áreas de trabalho destinadas para agricultura. Reduziu-se, também, o tempo de *pousio* do solo, uma vez que a pecuária extensiva praticada na região demandava o aumento contínuo das áreas de pastagem, que avançavam sobre as terras agricultáveis. Dentre as obrigações para com o proprietário, têm-se aquelas que resultam no aumento das áreas de pastagem a um baixíssimo custo para proprietários de terra. Por exemplo, exigia-se dos arrendatários a obrigação de semear capim nas áreas de roça logo após a colheita do arroz.

De imediato, uma das conseqüências dessa medida para as famílias camponesas estava na impossibilidade de se cultivar a mandioca, uma vez que esta necessita de pelo menos mais seis meses após a colheita do arroz para estar no ponto de ser colhida. A impossibilidade de contar com a mandioca significava um enorme desfalque para estas famílias devido à importância deste item no cálculo camponês⁵⁵, conforme expressam os relatos abaixo:

⁵⁴ Outra alternativa muito mencionada pelos nossos entrevistados, era o deslocamento temporário dos homens chefes de famílias para áreas de garimpo no Pará. Geralmente somente o homem migrava ficando a mulher e os filhos nos povoados. Para um maior entendimento sobre a prática da garimpagem como estratégia de manutenção da condição camponesa no Maranhão ver o trabalho de Cynthia Martins (2000).

⁵⁵ O cultivo da mandioca é de fundamental importância para este campesinato, pois é nesta cultura que reside um dos principais itens da dieta destas unidades domésticas, seja ela *in natura* ou principalmente em forma de farinha. Ao nível das trocas no mercado a farinha também se mostra essencial, esta tanto quanto o arroz excedente é destinada ao mercado garantindo rendimentos monetários às famílias, muitas vezes esta funciona

(...) no caso do papai, na época do papai, ele botava três hectares de roça, então ele tinha muitos filhos e ele era mais prevenido (...) ele chegou aqui, mas ele trabalhava mais prevenido (...) então ele fazia de sessenta sacos de farinha, que era o pai, e deixava aqui depositado no pai e nós ia tratar da roça (...) além da mão de obra familiar, só pagando com farinha, farinha e arroz, que tinha aqui, da outra safra anterior, ele guardava tudinho, ficava tratando da outra roça (...) então ele tinha mais facilidade, se previnha (João Valdecy *apud* Paula Andrade e Figueiredo, 2004).

Quando eles começaram a proibir da gente tratar da mandioca, porque tinha que jogar o capim né, a gente começou a sentir né, já passava mais pior do que antes né. Mesmo aquelas famílias que as vês não tinha condição de tratar da mandioca naquele ano, dependia de ter de um vizinho, um parente aqui no povoado que pudesse arrumar uma farinha (Diocina, Ludovico).

Outra consequência que afetaria as famílias de uma forma duradoura residia no fato de que, uma vez semeado o capim em determinada área, esta se tornaria uma pastagem - chamada localmente de *solta*⁵⁶ - e não estaria mais disponível para o preparo de roçados, devido não só a proibição dos proprietários, mas também ao desgaste do solo provocado pelo consumo de nutrientes pelo capim e às dificuldades de se lavar manualmente estas áreas.

Ele [o fazendeiro] cedia roça, mas era alugado, recebia a renda, mas aí, ele mandava o cara jogar o capim, “só ti arranjo a roça, o terreno pra ti botar a roça se tu semear o capim”. Ali aonde semeava o capim pronto! ali já virava pastagem e aí com o tempo já não tinha terreno pra botar roça, e nisso foi se trabalhando dessa forma assim até que acabou com os terrenos de bota roça (Diocina, Ludovico, 2006).

Essa diminuição das áreas de plantio, do tempo de *pousio* e conseqüentemente da produtividade dos roçados, obrigou as famílias que continuaram na região a buscar cada vez mais na coleta e quebra do babaçu os meios de sustento de suas famílias. Porém, mesmo o babaçu que até então era tomado como recurso livre, passou a ser também objeto de subordinação e imobilização das famílias, através das restrições que os proprietários de terra passaram a imprimir sobre o acesso e uso a este recurso, inaugurando o chamado *tempo do coco preso*.

Chama a nossa atenção para o fato de que, de um modo geral, durante o intervalo de tempo de 20 anos - entre as décadas de 1950 e 1970 - a reação das famílias camponesas ao processo de expropriação deu-se, eminentemente, de forma pacífica e individual, a partir de estratégias, como, a migração em busca de outras áreas ou de empregos nas cidades - especialmente entre aqueles que não aceitaram os elementos que legitimam a expropriação - ou o deslocamento para áreas de garimpo, Também, recorria-se à venda da força de trabalho e,

também como reserva de valor a qual se pode recorrer nos momentos de precisão ou para algum investimento. Em trabalho recente sobre as conseqüências do processo de expropriação camponesa decorrente da implantação da Base Aérea de Alcântara no município de Alcântara - MA, Paula Andrade *et al* (2006) ao refletir sobre a necessidade do chefe de família ter que comprar farinha por não ter como cultivá-la faz a seguinte observação: *É bastante comum, em muitas áreas do Maranhão, ouvir os trabalhadores rurais expressarem o que entendem por “vergonha”, ao relatarem que necessitaram comprar farinha. Comprar farinha, segundo os valores que orientam os códigos de honra por eles compartilhados, coloca o chamado “pai de família” em uma posição incomoda perante os demais, visto que deveria garantir, via trabalho familiar, um estoque de farinha suficiente para alcançar o próximo ano agrícola* (PAULA ANDRADE *et al*, 2006, p. 46).

⁵⁶ As *soltas* são áreas transformadas em pastagem para o gado, mas que matem um bom número de palmeiras de babaçu cuja densidade da palmeira varia muito.

em maior escala, ao recurso extrativo, no caso, o babaçu, para garantir a subsistência da família; práticas exercidas por quem permaneceu nos povoados, “aceitando” subordinar-se aos proprietários de terra.

Nessas circunstâncias, as fazendas de gado que surgiam, absorviam pouca mão de obra e dificilmente assalariavam seus empregados, mesmo o *vaqueiro*⁵⁷. Este, geralmente recebia o pagamento pelos serviços prestados através de dois sistemas muito comuns na região: o sistema de *sorte*⁵⁸ e o *arrendamento de solta*, utilizados por vezes de forma simultânea.

Os demais trabalhadores utilizados pelas fazendas exerciam atividades sazonais, tais como, *roço de juquirá*, *roço de pé de arame*, *roço de solta*⁵⁹ e na construção de cercas e currais. Submetiam-se a estas atividades principalmente aqueles membros de famílias expropriadas de suas terras que, a esta altura, já correspondiam à grande maioria das famílias dos povoados. Por ser abundante a disponibilidade de mão de obra e o estado de pobreza em que se encontravam as famílias sujeitas a estas tarefas, a remuneração monetária, quando existia, era muito baixa.

O pagamento em espécie aos trabalhadores das fazendas se tornava raro justamente pela implementação do chamado sistema de *arrendamento de soltas*, imposto às famílias pelos proprietários e muitas vezes controlado pela figura do vaqueiro. Da mesma forma que se condicionava o acesso à terra para implantação dos roçados ao semeio do capim, pelo sistema de *arrendamento de solta*, o acesso ao babaçu uma determinada área de fazenda somente era permitido àquelas famílias que se comprometessem a dedicar alguns dias de trabalho na realização dos serviços listados acima.

Com o passar dos anos, para a maioria das famílias que ainda permaneceram nos povoados, o babaçu transformou-se no último recurso de sobrevivência, tornando-se extremamente essencial para essa população, cuja pobreza cada vez mais aguda, obrigava-os a aceitar toda forma de sujeição. Além daquelas restrições ao nível da produção, as famílias sofriam com o sistema de comercialização consolidado, que se tornou ainda mais perverso no que diz respeito ao babaçu, especialmente quando uma mesma pessoa conjugava o controle do acesso às palmeiras e aos canais de comercialização das amêndoas retiradas destas.

Chegou um tempo em que todo mundo tava vivendo só do coco, e não era só mulher que quebrava não, tinha muito homem quebrando por que não tinha mais de onde tirar, ou quebrava coco ou morria de fome, às vezes nem uma juquirá pro cara roçar ele conseguia mais (Diocina, Ludovico).

Até o babaçu já tava privado, os grandes proprietários privaram o babaçu e botavam a gente pra juntar todo o coco num local só e obrigavam a gente a vender só pra aquele comércio que era dele, e os preços eles mesmo estabelecia, tanto da mercadoria que a gente comprava, quanto do coco que a gente quebrava. Eu sei que com isso a gente não agüentava nunca ninguém conseguia pagar as conta, sempre só ficava devendo e não tinha mais mato pra

⁵⁷ Este seria uma espécie de capataz ou gerente das propriedades e que por isso possui uma relação de trabalho mais duradoura com esta. Comumente são arregimentados entre aqueles camponeses de determinado povoado que demonstram um maior nível de comprometimento e lealdade com o proprietário da fazenda.

⁵⁸ Trata-se de um sistema “tradicional” em que há a partilha das crias entre o fazendeiro e o vaqueiro. No caso do gado bovino, a cada três crias uma é do vaqueiro. Esta proporção pode variar de uma região para outra.

⁵⁹ São as atividades mais comuns nas fazendas de gado realizadas através do uso de foices e facões. O roço de *juquirá* consiste na derrubada da chamada *capoeira grossa*, ou seja, uma área em que predominam plantas de tronco mais grosso e vegetação espinhosa, é considerado um dos trabalhos mais desgastantes do trato agrícola. O roço de *pé de arame* é parte das atividades de manutenção das cercas das propriedades, consiste no desbaste da vegetação que cresce junto a estas. Já o roço de *solta* é uma atividade que diz respeito diretamente ao manejo das pastagens, é feito no capim com o intuito de renová-lo, ao mesmo tempo em que se eliminam as plantas tidas como invasoras dentre elas as plantas jovens de babaçu denominadas *pindobas*.

botar roça. Muita gente nessa época começou a ir embora daqui, foi embora por garimpo, pra cidade grande São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília. Eu não tinha condição de sair daqui com esse horror de filho pequeno (Raimundo Vital, São Manuel).

Contudo, é importante ressaltar que, em um mesmo povoado, as famílias eram afetadas distintamente pelo processo de privatização das terras e do babaçu. No decorrer da pesquisa, foi possível observar que os impactos nas famílias variavam principalmente de acordo com as diferenças nas composições sexuais, etárias e numéricas de cada família⁶⁰, assim como pela relação que tinham com os proprietários de terra e com os comerciantes.

Durante os anos de 1980 que a situação chega ao limite do suportável para grande parte das famílias, obrigando-as em um determinado momento a reagir coletivamente. Os proprietários interessados na renda vinda do coco babaçu intensificaram as restrições ao acesso às palmeiras e passaram a cobrar tributos cada vez mais altos, impondo às famílias um considerável aumento nas jornadas de trabalho e a diminuição dos ganhos obtidos através de seu trabalho.

Nestas circunstâncias prevalecia o *sistema de barracão*, que, ao lado do *arrendamento de solta*, exacerbava o regime de apropriação privada do babaçu outrora explorado de forma comum pelas famílias. Pelo sistema de barracão, uma única família, seja a do proprietário de terra, seja outra indicada por este, possuía o direito explorar o babaçu de uma determinada área. Para tanto, junta-se grandes quantidades de coco babaçu em um único local denominado de *barracão*, onde, sob o controle de um encarregado, as mulheres quebram o coco recebendo pagamento por apenas metade de sua produção. Este sistema tornava-se ainda mais perverso pelo fato de que muitas vezes uma grande quantidade de coco ficava disponível nas *soltas*, mas, sua livre coleta era proibida. Assim, as famílias eram obrigadas a trabalhar nos *barracões*, conforme declarado por um casal de entrevistados.

A coisa arrouchou mesmo foi em 84 porque ele juntava o coco, botava no barracão pras mulher quebrar, e vamos supor o coco fosse de R\$1,00 ele só pagava R\$0,50 pras mulher, e não dava a casca⁶¹ toda pra gente, tinha de fazer o carvão de metade pra ele, cansei de fazer, fazia com raiva, pra dar de metade pro vaqueiro, era o vaqueiro que dominava o coco aqui (Sr. Preto, Centrinho do Acrísio).

Complementado pela esposa,

E tem mais não era pra qualquer um que ele dava não, dava assim pro Preto, que eles considerava que era uma pessoa assim que tratava dos negócio direitinho (D. Antonia, Centrinho do Acrísio).

Adicionalmente, havia proprietários a quem já não interessava mais, nem o foro cobrado pela implantação dos roçados, tampouco a exploração da renda do babaçu. Estes

⁶⁰ O número de filhos em uma família possui significados distintos no correr de sua existência, assim como o sexo destes. Se num dado momento se pode ter: *muita boca pra comer*, devido a pouca idade destes filhos, num momento seguinte se terá: *muitos braços pra trabalhar*, na medida em que estes filhos crescem e são incorporados nas atividades da lavoura e da quebra do babaçu. Devido a divisão sexual do trabalho nestas sociedades camponesas determinar ser o trabalho da lavoura reservado especialmente ao indivíduo do sexo masculino e ser esta a atividade considerada como principal fonte de sustento de uma família, uma família com um maior número de filhos homens possui em tese, relativa vantagens em relação aquelas com menos.

⁶¹ Conforme já fora apontado anteriormente a casca do babaçu é o único combustível acessível a estas famílias para o cozimento dos alimentos. Privá-las deste recurso é considerado por elas como uma situação limite para a sobrevivência.

passaram a proibir as pessoas de adentrar nas suas áreas para coletar e quebrar o babaçu ou, em casos mais extremos, puseram-se a derrubar grandes quantidades de palmeiras de babaçu, tornando este recurso escasso nas proximidades dos povoados.

Lá no Pau Santo, o Nelinho não deixou o pessoal botar nem roça, e mandou cortar o coco todinho e vendeu de carrada o coco, o que prestou, prestou, o que não prestou ficou cortado todinho. Nesse ano ninguém botou roça lá no Pau Santo, teve criança que rolava de fome, chorando no chão de fome, sem o pessoal poder botar roça e sem ter o coco pra quebrar, aí foi que eles se revoltaram (Seu Preto, Centrinho do Acrísio).

Eu sei que o fazendeiro daqui teve um tempo que ele não queria mais ninguém dentro da solta dele, dizia que não era mais pra gente quebrar coco lá dentro por que a casca que ficava adoecia o casco do gado, não queria que a gente fizesse caeira⁶² por que os bezerros caíam nos buraco e quebrava a perna. Menino, eu sei que esses homens inventava tanta da coisa pra gente não entrar, eu acho que eles queria mesmo era que a gente morresse de fome (Diocina, Ludovico).

Conforme destacado por Paula Andrade & Figueiredo (2004), um dos aspectos também marcantes desse período são as represálias dos proprietários às famílias que, de alguma forma, tentavam fugir das restrições impostas à atividade de quebra do coco babaçu. São inúmeros os relatos de ameaças e agressões físicas e morais a mulheres e crianças, que, movidas pela necessidade extrema, tentavam driblar as restrições. Aqueles flagrados desrespeitando as ordens dos proprietários eram punidos de várias formas: eram postos para correr sob ameaça de tiros, tinham seus instrumentos de trabalho (cabaça d'água, machado, macete) destruídos ou apreendidos. Muitas vezes a produção de um dia inteiro de trabalho era confiscada. Situações estas que geravam um profundo sentimento de afronta, humilhação e vergonha.

Sobre aqueles que permaneceram nos povoados, sujeitando-se às normas impostas pelos proprietários de terra, transparece nos depoimentos que, além da força e da eficácia de uma dominação legal⁶³ (WEBER, 2004[1922]), por meio dos títulos de terras legitimados pelo Estado, havia uma forte dominação simbólica⁶⁴ (BOURDIEU, 2000) que tornava possível a submissão das famílias aos proprietários sem que houvesse por parte destas uma contestação efetiva da ordem a qual estariam submetidas.

Para fazer valer os títulos de terra, os fazendeiros contavam também com suas milícias particulares (pistoleiros) e com o aparelho repressivo do Estado, pois aqueles que não se insubordinavam eram denunciados à polícia e à justiça, que agiam rapidamente em favor dos fazendeiros. Outro forte aliado era a chamada ala conservadora da igreja católica, que pregava aos fiéis uma conduta de conformismo e obediência. A combinação destes dois fatores fazia com que a contestação e a resistência à dominação por parte dos trabalhadores rurais fossem vistas por eles próprios e pelo restante da sociedade como um pecado ou um crime.

⁶² Técnica de fabricação de carvão na qual se utilizam buracos no solo para a queima das cascas do babaçu.

⁶³ De acordo com Max Weber, a dominação legal enquanto tipo ideal se expressa como *a autoridade que se impõe em razão da legalidade, em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma competência positiva, fundada em regras racionalmente estabelecidas, ou em outros termos, a autoridade fundada na obediência, que reconhece obrigações conformes ao estatuto estabelecido* (WEBER, 2004 [1922], p. 57).

⁶⁴ Na definição de Pierre Bourdieu, *o poder simbólico é um poder invisível, o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Poder quase mágico, que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), só se exerce se for reconhecido, quer dizer ignorado como arbitrário* (BOURDIEU, 2000, p. 07).

O meu marido não gostava, várias vezes ele foi embora pro garimpo, por que ele achava que isso era uma falta de respeito tá brigando pelas coisas alheias, ele dizia: se o homem [o fazendeiro] comprou a terra do governo então era dele, ele achava que não era uma luta por uma coisa de conquista de direito meu (Diocina, Ludovico).

Nessa época até o vigário da igreja que nós tinha ele dizia, era o frei José, ele dizia assim: que se a gente entrasse pra dentro da propriedade alheia para pegar o babaçu sem pedir o dono, estava roubando, era ladrão, aí todo mundo ouvia bem o padre (Dona Antonia, Centrinho do Acrísio).

Pesquisador: Mas Dona Antonia, como um vaqueiro sozinho conseguia dominar um povoado inteiro?

Dona Antonia: Olha Neto, isso é uma coisa que hoje eu olho pra trás e fico, às vezes, pensando como a gente já foi besta. Eu vejo assim, que a gente se sujeitava a isso tudo, por que tinha aquela coisa da obediência mesmo, do respeito, de achar que ainda tava era recebendo um favor.

Se até então as famílias se defendiam do processo de expropriação de suas terras e da exploração de seu trabalho na quebra do coco babaçu através de estratégias que implicam em ações individualizadas, que conforme observado por Martins (1991, p. 16) *são condicionadas por uma consciência e uma visão de mundo que reflete e expressa o isolamento de suas condições familiares de trabalho*, com o recrudescimento da exploração imposto pelo *sistema de barracão* estas passam agora a reagir coletivamente.

Não obstante, há que se enfatizar que estas famílias estavam enredadas por laços originados em situações objetivas - expropriados dos meios de produção e comercialização - que nutridos por elementos subjetivos - respeito, medo, favor, correção - as ligava de forma bastante assimétrica aos que as subjugava, a ruptura com esses laços se tornará possível pela conjugação de três fatores que nos chamam atenção nesta pesquisa. Os dois primeiros dizem respeito ao fato de se atingir o limite do suportável quanto às privações materiais - fome, pobreza, precariedade - e aos limites do que se toma por uma condição honrosa no código camponês - vergonha, humilhação - o terceiro, tem a ver com a mudança na visão de mundo e de alguns valores e normas quanto a legitimidade e justiça da penosa situação em que se encontravam, engendrada por reflexões induzidas por uma nova moral religiosa, conforme veremos no próximo capítulo deste trabalho.



CAPÍTULO III

Releituras do Evangelho e a Construção de uma Visão de Mundo

Contestadora: *refletir o evangelho em cima da vida de hoje.*

Conflitos entre os trabalhadores rurais e os latifundiários podem, por certo, ser analisados sob a ótica de interesses econômicos e políticos de classes sociais em oposição. Mas como se sabe, não são apenas as dimensões econômicas e políticas que contam no processo histórico. Também as dimensões que fornecem elementos para a percepção e participação dos atores envolvidos, entre estas a religiosa se destaca de maneira intensiva na vida brasileira (NOVAES, 1997, p.07).

Tudo pra mudar tem que ter um porquê, assim começou a explicação de Dona Antonia, moradora do povoado de Centrinho do Acrísio, quando perguntada sobre o dia em que uma parte das famílias resolveram, juntas, dar um basta ao processo de expropriação que vinham sofrendo. Nossa entrevistada estava se referindo ao trabalho de evangelização realizado pela ala progressista da igreja católica naquela região que, por sua vez, possibilitou a criação de um clima favorável à solidariedade política entre os trabalhadores rurais, desencadeando um processo de construção de consciência e identidades religiosa, comunitária e de classe, cujos impactos se mostraram duradouros em suas ações e sua capacidade de mobilização.

Norbert Elias (1980) nos lembra que uma *configuração*, enquanto arranjo social possui um caráter processual influenciando no desenvolvimento do indivíduo ou do grupo. Exercendo certo grau de coerção sobre o indivíduo, as configurações, portanto, limitam o âmbito das ações do indivíduo. Dessa forma, a maneira como a igreja católica interage com as famílias de trabalhadores rurais de Lago do Junco e da região a partir de meados da década de 1970, altera a configuração da qual estas famílias fazem parte, ao trazer novos elementos que darão novos nortes às decisões dos indivíduos.

A partir da ação dos religiosos ligados da chamada ala progressista da igreja - sobretudo padres estrangeiros - adeptos da Teologia da Libertação, filosofia que vinha ganhando espaço, entre o clero brasileiro, inicia-se em vários municípios do Médio Mearim Maranhense, entre eles Lago do Junco, um movimento de transformação na formação religiosa de trabalhadores rurais cujo foco estava nos exercícios de *releitura dos evangelhos* incentivados pelas Comunidades Eclesiais de Base – CEB's. Segundo Novaes (1997), este tipo movimento apresentava uma expressão nacional e pretendia ser transformador não apenas da igreja, mas também da sociedade:

Já nos anos 70 quando a igreja/povo de Deus vai “ao campo”, o objetivo não era mais desempenhar um papel supletivo. Trata-se de construir comunidades eclesiais de base como espaço propício para unir fé e vida. Vida à luz do evangelho. Evangelho lido do ponto de vista dos “oprimidos”. Oprimidos evangelizados que deveriam se tornar eles mesmos agentes de pastoral, ao lado do clero e de outros leigos oriundos de várias classes sociais. Esta proposta significava mudanças no universo religioso e uma articulação constante entre ser cristão e participar da transformação tanto da igreja quanto da sociedade (NOVAES, 1997, p.119).

Palmeira (1977) desenvolve a idéia de que as várias formas de dominação internalizada pelas famílias de trabalhadores rurais não seriam fruto de uma natureza submissa dos dominados, mas sim das condições socioeconômicas e políticas, aos quais estes vinham sendo historicamente submetidos. Valendo-se da utilização de imagens bíblicas, símbolos e categorias religiosas como instrumentos de construção de novas percepções por parte das famílias de trabalhadores rurais sobre suas condições de existência, o trabalho nas CEBs possibilitou a estas famílias meios e condições sociais, ideológicas e morais para questionarem a extensão do poder privado daqueles que as oprime (NOVAES, 1997).

Na região do Médio Mearim maranhense por intermédio da Diocese de Bacabal e especificamente da Paróquia de São José, com sede no município de Lago da Pedra - a qual estava submetido Lago do Junco - as CEBs apresentam-se em meados da década de 1980 como um dos espaços de luta para ter acesso a terra e aos recursos naturais nelas presentes, como é o caso do babaçu. Para tanto, estabeleciam uma constante conexão entre fé e política, cujo resultado mais expressivo foi o abalo provocado na eficácia dos esquemas de dominação legal e simbólica que os proprietários de terra e comerciantes faziam incidir sobre as famílias de trabalhadores rurais daquela região.

A igreja na minha avaliação foi a guerreira daquela luta da transformação em Lago do Junco. Pra você ter uma idéia, em 1985, 86, 87 a igreja se entregou de corpo e alma apoiando a luta dos trabalhadores rurais em todos os níveis. Tanto a luta pela posse da terra, a criação dos movimentos em Lago do Junco, todos os movimentos, né! Nós devemos muito a participação da igreja. Quero lembrar um saudoso companheiro nosso que foi o Frei Adolfo que ajudou a construir tudo isso. Ele é inesquecível na nossa região (Raimundo Ermínio, São Manuel).

Esta outra forma de evangelizar além de transformar as reflexões e práticas nas *comunidades religiosas* já existentes, tornou-se a base dos trabalhos daquelas que viriam ser criadas no desenrolar da década de 1980, como é o caso do povoado de São Manuel, que teve sua *comunidade religiosa* fundada no ano de 1984. Quando interrogados a respeito da importância que uma instituição como esta pode ter para um povoado, os trabalhadores rurais entrevistados chamam atenção para aspectos de ordem prática e simbólica:

O objetivo maior era primeiro as famílias daqui batizar seus filhos, fazer primeira comunhão, casamento aqui mesmo no lugar onde mora e **que a comunidade tivesse um reconhecimento**, pra não ter que ir para as comunidades vizinhas, **nós tínhamos que valorizar esse povo daqui** (Raimundo Ermínio, São Manuel - grifos nossos).

Para estas famílias, tão importante quanto a autonomia produtiva, era ter também autonomia na condução de seu culto religioso (pelo menos em relação a outros povoados), poder determinar regras, horários, datas para as celebrações, novenas e festejos e assim exercer sua religiosidade de forma mais regular, uma vez que não seriam mais obrigados a se deslocarem até outros povoados para isso. Ter uma *comunidade religiosa* no povoado significa ainda obter reconhecimento na comunidade católica mais ampla, serem merecedores de um tratamento especial por parte dos sacerdotes já que a partir daí se constituem em uma “unidade” autônoma e específica, portadora de identidade própria chancelada pela santa ou santo padroeiro que elegeram⁶⁴ e para o qual terão que prestar homenagens.

Quando faziam anúncio de festa que nesse tempo era pelo rádio, falavam em Lago Queimado, São João da Mata e outros mais, mas São Manuel não era lembrado. **Depois da criação da Igreja em 1984, São Manuel começou a aparecer**, em 1985 criamos a delegacia sindical e em 1986 iniciamos o conflito pela terra (Antonino, São Manuel - grifos nossos).

⁶⁴ A força da necessidade de afirmação e reconhecimento pode ser observada em um fato curioso. Segundo informações colhidas em campo, o povoado de São Manuel é assim chamado em função da abundância de uma árvore de mesmo nome no lugar onde hoje está localizado o povoado e não em homenagem a um santo católico como se poderia supor. Quando foi fundada a *comunidade religiosa* escolheram para padroeiro um santo homônimo ao povoado, no entanto, *nem sabe se esse santo existe mesmo* conforme informou uma das lideranças do povoado.

A *comunidade* que se forma permite ao povoado como um todo, ter seu status social elevado dentro do quadro hierárquico do mundo do qual faz parte, entrar no circuito dos *festejos* em homenagem aos padroeiros, por exemplo, significa uma oportunidade de alcançar visibilidade e ter sua existência reconhecida. Esta mudança no status do povoado vai refletir também na estrutura da personalidade de seus membros a partir de transformações engendradas tanto na forma como são percebidos pelos outros, quanto na forma como eles próprios se percebem, entre estes reflexos podemos destacar os impactos positivos para a auto-estima destes. Ter uma *comunidade* no povoado significa dizer que as pessoas de lá são pessoas de valor.

Tem povoado por aí que não tem uma comunidade assim, o povo vévi por que vê os outros viver! Não tem assim um local pra se reunir, pra se celebrar um culto, pra se fazer uma oração, aí a gente chama de povoado e aí a comunidade é, olha, tem que lembrar que a comunidade aqui [povoado] ela foi fundada em 1926, e só em 1985 é que foi fundada a comunidade aqui, a igreja (Ivete, São Manuel, grifos nossos).

Muda também o significado de “viverem juntos” no povoado, o *povo* que nele reside deixa de “viver por viver”, ao se integrar em um espaço coletivo para o exercício da fé católica, cuja prática ordinária os permite experimentar outras formas de solidariedade para além daquelas realizadas no âmbito das atividades agrícolas e extrativas. As *comunidades religiosas* aparecem no contexto deste estudo como uma primeira oportunidade a seus membros de discutirem juntos as questões que lhes afetam coletivamente, não apenas no plano religioso, mas também em outros planos de organização social.

A identificação dos indivíduos como parte de uma *comunidade religiosa*, suscita entre seus membros uma cumplicidade e uma maior percepção da interdependência mútua em que vivem que transformam em “problemas” públicos questões que, em outros cenários, provavelmente diriam respeito ao domínio do privado, seja do indivíduo ou da família, gerando, assim, formas de sociabilidade e de reciprocidade mediadas pela interação vivenciada no plano religioso.

Se tem uma pessoa necessitada, muito necessitada na comunidade, precisando de ajuda, e a gente na comunidade tira encaminhamento, tira comissão de andar nas casas arrecardando coisas pra aquela pessoa que esteja precisando. Tem uma pessoa doente na comunidade, aí a gente avisa lá na igreja né e aí sai tira comissão de gente lá na igreja, pra andar nas casas. Que nem aconteceu agora mesmo o caso de um rapaz que foi até embora muito doente, que mora lá no Rodrigue, mas aí o pessoal capinaram a roça e apanharam o arroz dele, reuniram um monte de homem né. E aí assim, eu acho assim que a igreja serve pra essas coisas também, por que na igreja sai essas informações e as pessoas sempre tiram um encaminhamento, pra resolver estas questões, e eu acho assim Neto, que se não tivesse a comunidade assim religiosa mesmo, ficava mais difícil das pessoas em suas casas saber disso aí né, até por que a igreja é um local muito bom, pra discutir, informar, tira o encaminhamento, e aí vai feito as coisas (Ivete, São Manuel).

Observamos a presença de um conjunto de imagens positivas idealizadas e desejadas a um povoado como: coesão, organização, solidariedade, que tem sua realização mediada por ações desenvolvidas coletivamente no espaço proporcionado pelas *comunidades religiosas*. Tais imagens idealizadas e desejadas, ao serem trabalhadas nos termos das orientações do setor libertário da igreja católica, que passa a atuar no Médio Mearim a partir dos anos de

1980, modificam consideravelmente a visão de mundo que sustentava a submissão das famílias de trabalhadores rurais aos *grandes*, especialmente os proprietários de terras.

De acordo com Novaes (1997), ao apoiarem-se na simbologia contida nas imagens bíblicas sobre a “terra prometida”, as famílias de trabalhadores rurais encontram legitimidade para empreenderem a luta pela sobrevivência através de uma nova lei, *a lei da necessidade* que gestada no âmbito das organizações religiosas, como as CEBs *remetem-se a construção do reino de Deus “aqui e agora”, ou seja, a terra é um dom de deus, ela deve pertencer a quem nela trabalha a quem dela tem necessidade para viver* (NOVAES, 1997, p.119). Este tipo de interpretação não era exclusivo do espaço das CEBs, pois dela também comungavam outras entidades que direcionavam suas atenções e energias aos *pobres do campo*.

Entre estas outras entidades temos a organização de leigos denominada Animação dos Cristãos no Meio Rural- ACR, que tinha como proposta de trabalho o contato direto com os trabalhadores rurais no qual procuravam identificar e formar lideranças que atuariam como *equipes locais de base*, coordenadas por *animadores* das próprias localidades. A partir do lema: *ver, julgar e agir* realizava atividades como *os dias de estudo e revisões de vida* nos quais identificavam (**ver**) os problemas que atingiam as famílias, **julgava-nos** a partir dos ensinamentos do evangelho e **agiam** sobre o problema através dos encaminhamentos tirados em grupo. Identificada com a ala progressista da igreja, a ACR fez também sua *opção pelos pobres*, tomando a bandeira da luta pela terra como tarefa a ser desempenhada coletivamente por trabalhadores rurais organizados, conscientes e imbuídos da idéia de que esta luta era parte dos planos de Deus (SGRESCIA, 1982). Esta entidade estava entre aquelas que atuaram nas transformações na moral religiosa das famílias de trabalhadores rurais de Lago do Junco.

A ACR começou a criar uma militância, que era de trabalhador rural assim a gente chamava de militância, essa militância nas comunidades começou a fazer aquele trabalho nas comunidades, é lendo o evangelho e **falando sobre o tempo de Cristo, que naquele tempo também o pessoal vivia subjugado, mas que depois veio a liberdade né. Essa liberdade pra que ela aconteça, ela teve sangue, aí eles começaram a orientar essa história de que tinha que ter o sindicato né.** Aí foi começando essa coisa assim, aí a gente começou a ir olhando pra frente e ver que a gente não tava errado né, que o coco era nativo, que ninguém tinha plantado, ninguém tinha aguado, que eles [os fazendeiros] tinha comprado a terra, mas naquela hora ninguém tinha falado em babaçu, aí foi que começou, foi desse jeito. Aí nesse tempo todo mundo assistia bem o evangelho, ouvia bem né, aí começamo a achar que nós tava certo mesmo que eles [os fazendeiros] não era dono, eles podia ser os donos da terra, mas não podia ser os donos da gente, e nem era o dono do coco (Dona Antonia, Centrinho do Acrísio, grifos nossos).

Ao nos determos nos detalhes do relato acima, percebemos que por esta analogia com o *tempo de cristo*, buscava-se resgatar a dimensão histórica dos mecanismos de exploração e subordinação política, econômica, social, cultural que impõe atualmente aos trabalhadores rurais, uma posição subalterna, análoga a de um escravo que vive *subjugado* pelo seu senhor, ou, como nos resumiu um de seus integrantes em Lago do Junco: *a estratégia da ACR era mostrar a razão pelo evangelho, que a gente vivia debaixo dos patrões*. Como demonstram as leituras do antigo testamento, a superação desta condição de julgo seria possível para aqueles que se engajassem em movimentos de luta pela liberdade, como fez o povo judeu que vivia no cativeiro até iniciar sua caminhada a terra prometida (SGRECIA, 1982).

Contudo este mesmo livro bíblico descreve esta luta como cheia de provações e sacrifícios, na qual muito *sangue* foi derramado. Mencionando estas dificuldades, as reflexões puxadas pela ACR alertam para os obstáculos concretos impostos por uma luta pela terra - como a reação violenta dos proprietários e do Estado -, para qual a *sindicato* seria no plano

formal, o instrumento legítimo de reivindicação dos trabalhadores rurais que estivessem imbuídos de uma consciência libertária. Sobre este aspecto da representação dos trabalhadores, cabe ressaltar que para a ACR *o objetivo não era transformar-se em uma organização a mais no meio rural, nem substituir as já existentes, mas tornar-se o centro de encontro, de diálogo, de reflexões profundas, de pessoas compromissadas com a construção do mundo a serviço dos homens* (SGRECIA, 1982, p. 06)

Portanto, para alterar o cenário de opressão no qual viviam até então, estas famílias de trabalhadores rurais recorriam a um repertório de práticas e idéias que lhes eram disponibilizados por meio da ação, tanto dos chamados movimentos de leigos⁶⁵ como a Animação dos Cristãos no Meio Rural- ACR, quanto pela ação de religiosos que se posicionavam contra as tradicionais práticas evangelizadoras da igreja católica e contra o *status quo* no meio rural, e que se firmavam naquela época como figuras portadoras de grande carisma junto às famílias de trabalhadores rurais. Para o conjunto dos entrevistados desta pesquisa, é sobre a figura dos padres progressistas que recai parte dos créditos pela transformação da realidade em que viviam.

Há várias tendências na igreja que digamos assim, gostam muito de rezar, mas nós não fomos muito por esse lado só da reza. É interessante a reza por que o espírito precisa se alimentar, porque não podemos confiar só na força física que nós temos, nós precisamos alimentar o espírito para a ação. Essa opção oração mais ação se deu através do evangelho e se deu também por incentivo, eu lembro muito bem na época nós tínhamos padres que tinha essa missão focada numa reflexão mais revolucionista, uma reflexão de que as pessoas tinham que ter dignidade, e a igreja contribuiu bastante. Nós tínhamos o frei Adolfo, acho que nossa paróquia perdeu um grande padre, por que ele se transferiu, o frei Eriberto que assumiu a direção da Diocese, o frei Estevão já falecido, um grande pastor que nós tinha na época que era Dom Pasquale que era o Bispo na época. Esses padres evangelizaram com esse choque, que precisava as pessoas tarem se evangelizando com esse projeto de vida aqui na terra e esse projeto era de uma vida digna (Raimundo Ermínio, São Manuel).

Novas práticas foram introduzidas na condução dos trabalhos da igreja, cujo sentido se voltava fortemente para aproximá-la cada vez mais da realidade dos povoados onde atuavam. O empenho dos sacerdotes neste sentido se fazia notar pelo grau de inserção dos mesmos nos problemas destas famílias de trabalhadores rurais. Inserção que permitia aos sacerdotes condições empíricas para elaborar uma espécie de síntese dos problemas das famílias de trabalhadores rurais, com o intuito de instrumentalizar as ações de contestação e resistência aos esquemas de subordinação que oprimia as famílias de trabalhadores rurais da região.

Os padres nesse tempo, conversavam com a gente assim como você está fazendo agora e depois eles pegava aquela conversa que tinha com todo mundo e resumia pra gente, assim mostrava que o sofrimento de um é o sofrimento de todos e com isso a gente ia abrindo os olhos, tomando aquela consciência (Diocina, Ludovico).

⁶⁵ Uma das lideranças por nós entrevistada atribui parte da sua formação militante à sua participação no que afirmava ser *uma organização de evangelização clandestina*, denominada por ela durante a entrevista como *MEC - Movimento de Evangelização Clandestina, porque era escondido na época*. Não podemos afirmar com certeza, mas isto pode ser uma referência ao Movimento de Evangelização Rural – MER, destacado por Novaes (1997) ao lado da ACR, como um dos movimentos de leigos que estiveram presentes na luta pela terra no Nordeste. Sobre o MER especificamente, Novaes pontua que até 1983, este foi envolto numa área de mistério, exigindo de seus militantes descrição absoluta e disciplina próxima àquela exigida por um partido político clandestino (NOVAES, 1997, p. 124).

A ação destes sacerdotes era norteadada pelo princípio de que não se pode interferir sem conhecer; conhecimento necessário não apenas aos sacerdotes enquanto mediadores, mas às próprias famílias de trabalhadores rurais que se viam enquanto tema de reflexões para si mesmas.

Naquela época as missas eram o seguinte: as missas nunca foram muito frequentes na nossa região, mas eram missas que tinha às sete da manhã, mas o padre vinha um dia antes que era o chamado sermão à noite, era como se fosse uma mini-missa digamos assim, onde o padre confessava as pessoas, onde o padre fazia uma pré-celebração, e ali tinha um dialogo entre a comunidade, e quando terminava aquele sermão tinha uma troca, uma conversa com o padre e as famílias, o padre visitava as vezes até algumas famílias. E no dia seguinte a missa, então era uma integração onde o padre confessava as pessoas, descobria os problemas da comunidade, dava suas sugestões e compreendia os problemas da comunidade, suas necessidades (Raimundo Ermínio, São Manuel).

Quando os sacerdotes se propunham a vivenciar a realidade dos povoados, prestigiando-os com sua presença mais prolongada, comendo e dormindo dentro das condições que as famílias podiam oferecer-lhes, tornaram possível o estreitamento da relação sacerdote/famílias. Esta comunhão, para usarmos um termo litúrgico que se aplica bem nesse caso, autorizava estes sacerdotes a intervirem com maior propriedade em assuntos não restritos ao campo religioso, para os quais sinalizavam caminhos e soluções.

Este encontro do “povo oprimido” com a “igreja libertadora” configura na região deste estudo, um universo de práticas e representações, no qual o lugar e o papel de cada sujeito em interação – trabalhadores rurais, igreja, grandes proprietários de terra, os meios de produção - são redefinidos segundo critérios de liberdade e justiça. A introdução da prática de *refletir o evangelho em cima da vida de hoje*, se apresenta nesse contexto como elemento fundamental para a construção dessas novas significações, enquanto parte do cotidiano das atividades. Esta prática consiste no exercício de reinterpretar as escrituras bíblicas a partir do olhar do trabalhador rural oprimido.

No âmbito dos espaços da igreja eram promovidos cursos de formação, encontros de trabalhadores, seminários, romarias, grupos de oração, grupos de jejum, entre outros. Da mesma forma, a organização de entidades como de grupos de jovens e clube de mães, apareciam como importantes espaços de aglutinação comunitária, cujos principais resultados se verificavam na formação de lideranças e na integração entre indivíduos e povoados de diversos municípios, oportunizando a estes visualizarem seus problemas em comum e articularem ações no sentido de superar tais dificuldades. As falas abaixo ilustram o conteúdo e alguns termos do exercício de *refletir o evangelho em cima da vida e hoje*.

O objetivo maior quando nós discutíamos nessa reflexão é que nós precisa viver, e a gente foi associando nessa reflexão, a situação nossa no momento que nós tava passando aqui: as pessoas sem terra pra trabalho, o gado malhando em nosso terreiro e as pessoas vivendo da juquirá, vivendo da agricultura com a terra arrendada, pagando um foro muito alto ou pagando foro com roço de pé-de-aramé, ou juquirá. E o coco preso. Então o objetivo maior era esse, sentar e refletir a nossa vida e descobrir algo novo, onde as pessoas pudessem ser reconhecido como cidadão ou cidadã. Era esse o objetivo de nós ter o evangelho como baliza, como luz, como uma coisa que desse um novo horizonte pra essa comunidade. Quando Jesus veio a terra ele pregou um projeto de vida digna, de igualdade social onde as pessoas têm o direito de viver, então nós partimos desse princípio: pra viver as pessoas

tinham que ter onde morar, onde trabalhar tinha que ter educação e saúde (Raimundo Ermínio, São Manuel).

Eu me lembro que eu fui participar de um grupo de jovens em Bacabal, e frei Eriberto fez uma comparação lá: Tinha uma mulher que tinha muita vontade de ver Jesus - e nesse tempo a gente era muito coitadinho, muito coitadinho, a gente era considerado aqui um pingo d'água na areia. Aí a mulher, eu sei que chegou num momento lá, não sei se foi Jesus que se apresentou pra ela dizendo que vinha almoçar com ela - isso era no grupo de jovens lá em bacabal, isso foi bem em 1988, 1988 não, 1978 - aí quando ele disse que Jesus vinha almoçar com ela, ela foi e preparou o almoço bolo, carne assada, tanta coisa. Isso era pra almoçar com Jesus. E não foi nada não, que quando ela tava com tudo preparado no horário certo dizque chegou um mendigo lá, pedindo um copo d'água e querendo almoçar, ela disse que não tinha nada pra ele não! O que tinha lá era pra Jesus. E assim o cabra passou né. Aí terminado de contar a história o padre fez a reflexão dele: que o Jesus era aquele, Jesus tava naquelas pessoas pobres, e que nesse tempo era nois que tava aqui. Jesus era aquela pessoa pobre que tava pedindo um copo d'água e não tinha quem desse e tava com fome e não tinha quem desse. Então aí foi que eu me capacitei nessa área, comecei a entender a área naquele tempo, quer dizer quem era que tava com fome naquela época? Não era um coitadinho que tava chegando, era a gente! Com a quantidade de trabalhador que não tinha terra, não tinha coco livre, que não tinha como comprar um pão pra comer (João Valdecy, Centrinho do Acrísio).

Observa-se que para atingir sua eficácia, o ato de *refletir o evangelho em cima da vida de hoje*, necessita que alguns requisitos sejam cumpridos. Antes de qualquer coisa, é preciso que esta reflexão seja capaz de fazer com que aqueles que a realizam, reconheçam que sua posição social subalterna. O que os torna um simples *um pingo d'água na areia*, não é obra da natureza e nem da vontade divina, mas está condicionada pelas relações sociais que estabelecem, e que por sua vez, são mediadas pela forma de acessarem, enquanto grupo social, o Estado, a terra, os canais de comercialização, os recursos naturais nela contidos (como o babaçu).

Faz-se necessário ainda a construção de metáforas acessíveis ao conjunto das famílias de trabalhadores rurais, pelas quais se estabeleçam similaridades entre suas vidas e a vida das pessoas oprimidas que viveram no *tempo de cristo*, que foram despojadas de seus direitos e de sua dignidade, mas que por meio da fé, coragem e sacrifício puderam contornar os obstáculos que lhes eram impostos. A identificação destas similaridades deve gerar, individual e coletivamente, um sentimento de inquietação, suscitando nestes indivíduos uma disposição para superar tais condições de opressão e carência, para assim encontrarem *um novo horizonte*, ainda que para isso fosse necessário recorrer ao uso da violência, que nesse contexto se torna legítima.

Denota em muitas das falas apresentadas até agora, tanto a fundação de novas comunidades, quanto à mudança nas formas de trabalhar as já existentes, se apresentava também como uma força propulsora para a entrada na vida política, na medida em que trazem consigo as condições e instrumentos para a mobilização e ação política das famílias de trabalhadores rurais, como por exemplo, a elaboração de uma identidade de classe que se expressava institucionalmente nas adesões ao sindicato, e mais pontualmente nas chamadas delegacias sindicais⁶⁶, que se afirmam como instrumentos mais imediatos na organização e luta por diretos.

⁶⁶ O sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lago do Junco foi fundado em 1970. Todavia, há que se ressaltar que segundo nossos entrevistados nos anos de 1980, estavam filiados no sindicato comerciantes, médios e grandes

1- O Religioso e o Político: leitura das cartilhas e dos evangelhos nos rituais das delegacias sindicais

Os três povoados observados neste estudo: Centrinho do Acrísio, São Manuel e Ludovico, tiveram suas delegacias sindicais fundadas respectivamente nos anos de 1984, 1985 e 1987, contando, para tanto, com grande incentivo e participação dos religiosos que comungavam da visão de uma igreja libertadora e cuja atuação se inseria num contexto mais amplo conforme apontam Paula Andrade e Figueiredo (2004):

As atividades realizadas nas chamadas *Comunidades Eclesiais de Base*, por meio da interpretação dos evangelhos e da fundação de sindicatos, termina por se transformar no germe das violentas lutas que se travariam nos anos 80. Estes anos são conhecidos no Maranhão como a década dos “sindicatos dos padres”, assim como a década anterior poderia ser classificada como a do “sindicato do Funrural”. Na década de 80, as entidades confessionais como a ACR, que atua na região do Mearim; a CPT, que atua em outras áreas; a FASE que, igualmente, atua em outros municípios do Maranhão; a CÁRITAS, tentando sair do trabalho puramente assistencialista no início dos 80, estão voltadas para o trabalho de educação sindical. Tratava-se de arrancar os sindicatos das mãos dos integrantes do poder local, em cada município, fundando delegacias sindicais, desbancando os chamados *pelegos*, distinguindo a previdência (Funrural - aposentadoria e assistência médica) da ação política de defesa dos direitos dos trabalhadores rurais. Em outros casos, tratava-se de fundar os sindicatos onde eles ainda não existiam (PAULA ANDRADE e FIGUEIREDO 2004, p. 32).

A fundação da delegacia sindical do povoado de Centrinho do Acrísio em 12 de Outubro de 1984, por exemplo, - conforme consta em sua ata de fundação - é marcada não apenas pelo ato solene e pelo discurso sindical e político, mas também pelo ato religioso que prestigiara o evento através da celebração de uma missa e com a concessão da benção, sinalizando a celebração de uma aliança entre o religioso e o político. Segue abaixo a reprodução de alguns fragmentos da referida ata:

(...) O Presidente do S.T.R. fez abertura da fundação obedecendo os estatutos sociais e a legislação vigente conforme o artigo 519 parágrafo II da C.L.T. conforme uma postilha a que se referiu a pergunta você já ouviu falar o que é Delegacia Sindical? Depois a leitura feita pelo presidente o mesmo passou a fazer uma esplanção no sentido que se refere a necessidade de uma delegacia que como um trabalho de base, torna-se as raízes do sindicato (...) Estava presente o vigário Pe. frei Adolfo, que em ação de graça celebrou uma missa, como memória de tão importante acontecimento. Cada presente deu seu abraço de congratulação ao novo delegado empossado elogios e cânticos de parabéns foi dado pelo vigário a benção final. Ficando assim constituída aquela delegacia (Ata de fundação da Delegacia Sindical de Centrinho do Acrísio, (sic) folha: 01).

É importante ressaltar que a “novidade” neste ato de fundação de uma delegacia sindical não está simplesmente na presença da igreja, mas na qualidade desta presença, visto que, enquanto instituição, a igreja sempre foi presente no meio rural, desde os tempos mais

proprietários de terra cujo interesse divergia consideravelmente dos pequenos proprietários, posseiros e foreiros também filiados. Daí haver, muitas vezes, um descompasso entre os planos da *sede* do sindicato e das delegacias em alguns povoados.

pretéritos de nossa colonização. Ainda que historicamente tenha desempenhado um papel de legitimadora dos esquemas de dominação, a diferença nesse contexto dos anos oitenta está na inversão desse papel, quando parte da igreja passa a dar respaldo para os movimentos de contestação dos trabalhadores rurais aos esquemas de dominação que lhes são impostos.

As pregações e reflexões do evangelho antes restritas ao espaço religioso, a partir dessa mudança no posicionamento da igreja - em favor dos mais pobres -, passam a fazer parte também das atividades de outras organizações de representação e mobilização de trabalhadores rurais naquela região. No caso destas delegacias sindicais que surgem como primeiro espaço institucional de natureza política, a imbricação da reflexão religiosa com a reflexão política no trabalho cotidiano deste espaço institucional, produz uma nova ordem de legitimidade resultante da combinação de estatutos sociais de natureza diversa, a partir da lei “comunitária”, da lei de Deus, e da lei da nação, que passaram a ser acionados de forma simultânea desde então, conforme expressa a fala abaixo.

Os nossos pais e avós que amansaram essas terras, a bíblia diz minha terra não pertence ao estrangeiro e quem era o estrangeiro aqui? Era o fazendeiro. O estatuto da terra diz que a terra pertence a quem vive e nela trabalha (Antonio Leite, Centrinho do Acrísio).

Quando observamos os registros contidos nas atas de reuniões das delegacias sindicais dos três povoados por nós estudados em Lago do Junco, a aliança entre o religioso e o político se torna evidente. As reuniões ordinárias das delegacias ocorriam uma vez por mês, preferencialmente aos domingos, dia também reservado nos povoados para a celebração religiosa ou *culto*, como chamam localmente. O ritual observado nas reuniões das delegacias sindicais incorpora alguns elementos dos *cultos*, o que de certa forma ajuda a minimizar algum estranhamento em relação à forma e ao conteúdo do que é discutido no espaço da delegacia sindical, tornado-a mais familiar para seus associados.

Existe um padrão ritualístico no qual, certos procedimentos aparecem com frequência, ainda que não sejam acionados todos ao mesmo tempo e nem na mesma ordem. De acordo com as atas (e com o que foi observado nos dias de hoje), em geral as reuniões se iniciam com o acolhimento e boas vindas aos participantes, dadas por aquele que vai coordená-la, normalmente um dos diretores da delegacia local (delegado sindical, tesoureiro ou secretário) que puxa a oração de um pai nosso e/ou a entoação de um cântico. Faz-se em seguida a leitura do evangelho do dia⁶⁷, e passa-se, então, a sua *reflexão em cima da vida de hoje*, para qual a palavra é franqueada a todos criando a oportunidade de um debate sobre a leitura. Após a discussão da pauta do dia e tirados os possíveis encaminhamentos, a reunião é encerrada com um cântico, e/ou uma oração e/ou a bênção final. Alguns desses elementos que compõem o ritual de uma reunião podem ser observados na transcrição da ata que seguem abaixo.

Ata da reunião da delegacia sindical São Manuel. Realizada aos 05 de julho de 1987 com participação de 30 sindicalistas, iniciou com um canto do nos lavrador e uma leitura da bíblia Tiago C.05 V 1 a 11⁶⁸ Milton fez a leitura

⁶⁷ A escolha do evangelho a ser lido em cada reunião nas delegacias sindicais, se faz a partir de um leque de textos previamente definidos nos livros litúrgicos da igreja para cada domingo de celebração, conhecido como missal.

⁶⁸ Thiago, capítulo 5, versículos de 01 a 11: Os ricos e avaros serão castigados - Eia vós agora, ó ricos, chorai, dando urros na consideração de vossas misérias, que virão sobre vós. 2 As vossas riquezas apodreceram: e os vossos vestidos têm sido comido da traça. 3 O vosso ouro e a vossa prata se enferrujaram: e a ferrugem deles dará testemunho contra vós e devorará a vossa carne como um fogo. Ajuntastes para vós um tesouro de ira lá para os dias últimos. 4 Sabei que o jornal que vós retivestes aos trabalhadores que ceifaram os vossos campos, clama: e que os seus gritos subiram até os ouvidos do Senhor dos exércitos. 5 Tendes vivido em delícias sobre a terra, e em dissoluções haveis cevado vossos corações, para o dia do sacrifício, 6 Condenastes, e matastes o justo,

depois que o tesoureiro Deuzimar Ferreira Sousa fez a abertura. Tema da reunião foi o lavrador e seu direito e a pergunta: como conhecer seus direitos? O companheiro Raimundo Hermino Neto respondeu que o primeiro caminho para conhecer seus direitos é conhecendo o evangelho e outros companheiros respondeu o seguinte: acompanhar as reuniões, esta quite com suas mensalidades, viver a união. Na reunião também foi debatido como trabalhar na terra, algum companheiro falou que como poderia trabalhar em grupo ou individual, alguém falou individual não trabalhou porque se vamos trabalhar o que fazemos é nosso individual o interesse é próprio e não de união, mesmo assim outros não combinam de trabalhar juntos, então ficou pra se conversar neste assunto na outra reunião breve e tiramos uma solução pra gente não ficar com roca porque a terra temos mesmo em luta e precisamos cultivar nela e tirarmos pão como? planta milho, arroz, feijão, batata, mandioca etc. para a sobrevivência das famílias. aí a diretoria fez o encerramento com a oração da família de Deus. Raimundo Vital dos Santos o secretário pediu as bênçãos finais até a próxima reunião do S.T.R. de São Manuel. (livro de ata da delegacia sindical de São Manuel (sic), folha: 11).

Dentre os temas tratados no universo das delegacias sindicais, podemos visualizar em suas respectivas atas alguns pontos recorrentes, cujo tratamento mais enfático se faz notar no período que corresponde aos primeiros oito anos, desde a fundação das mesmas. Percebe-se uma forte preocupação com a construção de uma consciência de classe, que se conforma inicialmente a partir da conscientização dos associados acerca de sua situação em relação ao acesso e posse do babaçu e da terra, tornando-se a principal bandeira de luta dos trabalhadores filiados nestas delegacias⁶⁹.

Reunião sindical 13/05/90. Nos lavradores do povoado Ludovico reunimo-nos em assembléia geral no dia treze de Maio de mil novecentos e noventa no salão da igreja de nossa senhora aparecida, as duas horas da tarde e discutimos os seguintes pontos : primeiro sobre os camaradas sócios que são os donos dos meios de produção que são os empresários, os donos de fabrica, os latifundiários que são donos de terra etc, aí vimos que tem outra classe social que são os donos da força de trabalho, os lavradores, as quebradeiras de coco, os professores, os roçadores de juquirá, os trabalhadores das fabricas, os assalariados em geral, todos estes trabalhadores e que geram lucros aos capitalistas que exploram os trabalhadores de uma forma ou de outra, nos preços dos salários, na renda alta. Depois discutimos o primeiro ponto da cartilha sindical, vimos como é a realidade dos trabalhadores rurais, refletimos as perguntas e encerramos a reunião com a bênção de Deus, segue as assinaturas. (Livro de Ata da Delegacia Sindical de Ludovico (sic), folha: 15).

sem que ele vos resistisse. Paciência nas aflições. 7 Tende paciência, irmão, até a vinda do Senhor. Vos bem vedes como lavrador na expectativa de recolher o precioso fruto da terra, esta esperando pacientemente que venham as chuvas, temporais e seróticas. 8 Esperai também vos outros com paciência, e fortaleceu vossos corações: porque a vinda do Senhor está próxima. 9 não vos ressintais irmãos, uns contra os outros, para que não sejais julgados. Olhai que o juiz está diante da porta. 10 Tomai irmãos, por exemplo, do fim que tem a aflição o trabalho e a paciência, aos profetas que falaram em nome do senhor. 11 Vedes que temos por bem-aventurados aos que sofreram. Vós ouvistes qual foi a paciência de Jô e vistes o fim do senhor, porque o Senhor é misericordioso e compassivo (BÍBLIA SAGRADA, p. 210).

⁶⁹ Para este período não é possível afirmar que esta era a bandeira do sindicato enquanto entidade, na medida em que, conforme já apontamos na nota 35, a direção STR de Lago do Junco era controlada por latifundiários e políticos locais que se opunham a luta pela terra encaminhada por algumas delegacias do município. Era um sindicato pelego de acordo com a representação dos nossos entrevistados.

O vocabulário e o conteúdo do debate, os termos pelos quais se expressam os trabalhadores rurais reunidos nesta delegacia sindical, demonstram uma forte inspiração na teoria marxista possivelmente disponibilizada pelos sacerdotes. O que se pretendia naquele momento com tal reflexão era o exercício pelo qual passavam - com a maior clareza possível - a identificar seus oponentes e seus possíveis aliados. Ainda que esta oposição entre *os donos dos meios de produção* estivesse velada - entre outras coisas - pelo fato destes *camaradas* serem também sócios daquele sindicato de trabalhadores rurais.

A utilização de uma série de materiais de formação como cartilhas, manuais, livros e documentos produzidos no âmbito do movimento sindical, assim como no âmbito das entidades ligadas a igreja que possuíam uma atuação libertária, também contribuíram para esta compreensão de que o processo de diferenciação econômica se faz acompanhar de uma diferenciação social, servindo nesse contexto para demarcar e opor os grupos presentes no espaço social de Lago do Junco, permitindo assim aos *lavradores, quebradeiras de coco, roçadores de juquira*, reconhecerem nos donos dos meios de produção os *latifundiários donos de terra* o grupo com o qual estão em oposição direta e contra o qual, como grupo deve reagir, mobilizando-se conjuntamente.

Paula Andrade & Santos (1981), que realizaram um relato sobre os procedimentos adotados na elaboração de materiais didáticos relativos à educação sindical no Maranhão, afirmam que esta necessidade surgiu pelo fato do material utilizado até então ser proveniente de outros estados como Ceará, Espírito Santo e Goiás, e, portanto, abrangiam situações concretas distintas da realidade maranhense. Houve, então, uma preocupação por parte de entidades confessionais em elaborar materiais apropriados, baseados na situação concreta dos trabalhadores rurais do Maranhão, que levasse em conta as particularidades de sua condição, permitindo assim que estes trabalhadores se reconheçam diante das situações apresentadas (PAULA ANDRADE & SANTOS, 1981).

Portanto, assim como os *dias de estudos* realizados nos espaços da igreja, muitas reuniões das delegacias tiveram como pauta a leitura e reflexão dos materiais de formação, para tanto recorriam durante as reuniões e eventos a métodos pedagógicos diversos como a discussão em pequenos grupos, debates em plenário, dramatizações, desenhos no chão ou em quadro negro, tudo para facilitar o entendimento e a reflexão dos conteúdos (PAULA ANDRADE e SANTOS, 1981).

Em função dos efeitos deste trabalho pedagógico em parte do público a que se destinava (trabalhadores rurais), o sindicato dos trabalhadores rurais de Lago do Junco, enquanto instituição vivenciou na década de 1980, uma constante tensão entre aqueles que o tinham como instrumento de mobilização na luta pela terra e reconhecimento de direitos (trabalhadores rurais conscientizados, membros do clero), e aqueles que pretendiam torná-lo um instrumento de desmobilização destas lutas, limitando suas ações ao âmbito da previdência social e do atendimento médico (políticos locais, proprietários de terra e trabalhadores rurais ligados e submissos a estes). Conforme denota o documento abaixo, dentre as estratégias utilizadas por aqueles que pretendiam neutralizar o sindicato enquanto instrumento de contestação da dominação, estava a tentativa de atrelar e subordinar seu funcionamento as autoridades estatais local.

Ata da reunião da delegacia sindical de São Manuel, realizada aos 20 de Dezembro de 1987, com a participação de 50 associados inisio com a celebração do culto até o evangelho. L.c.1 26-38, reflexão em cima da vida. O tema da reunião: como funciona as leis do STR. Com a prefeitura, plano de ditadura. Nem um trabalhador de São Manuel concordou com o plano entre STR e a prefeitura, porque o sindicato é órgão do trabalhador e prefeitura não tem nada aver com sindicato, e nem o sindicato que luta pela defesa da classe si liga com os patrões ou o prefeito nem caminha junto como esta previsto no

ano de 88, um plano de horário junto com a prefeitura de Lago do Junco. Nos trabalhadores de São Manuel condenamos a ação da diretoria efetiva, é nos quem deve dizer o que deve mandar dentro do sindicato e não o prefeito, e nestes termos nos devemos estar atento pra não entregar nossos direitos a terceiros que só quer ver o fim dos trabalhadores. Toda delegacia deve estar pronta para esse ato para lutar contra os pelegos ou vai ver seus associados prejudicado por causa de não ter consciência de classe, e para ter consciência de classe todo associado deve acompanhar as reuniões e debates que referir ao sindicato. Só assim nos descobre os planos dos homens, como eles se comporta diante dos pobres que tanto sofre por não si assentar para juntos discutir os problema que acontece constantemente. Fim. (Livro de atas da delegacia sindical de São Manuel, (sic) folha: 12).

A reação dos trabalhadores envolvidos na luta pela terra e reconhecimento de direitos, deu-se muitas vezes pela proclamação de seu discurso sobre quais seriam as atribuições de um sindicato *combativo*, que se apresentasse como um *órgão dos trabalhadores* onde aqueles se identificassem enquanto *povo, classe trabalhadora, pobre*⁷⁰ - sendo estes os pequenos proprietários, posseiros, foreiros - pudessem buscar seus direitos. Em oposição a estas imagens, estaria aquelas que identificavam o sindicato como *pelego*, seja por não assumir os interesses do *povo*, da *classe trabalhadora* e do *pobre* em detrimento dos interesses daqueles reconhecidos como *ricos, patrões, grandes e poderosos*, - sendo estes os fazendeiros, comerciantes, políticos locais - seja por ser percebido como um *órgão do governo*, instituição identificada com seus opositores.

Outro tema recorrente nos documentos analisados refere-se à interferência das delegacias em questões relativas à sociabilidade interna dos povoados, estas passam a ser chamadas para mediar, por exemplo, conflitos decorrentes da invasão de quintais, hortas e roçados por animais criados soltos nos povoados como porcos, jumentos, cavalos e gado bovino⁷¹, ou ainda para debater questões referentes à localização e uso de caminhos de acessos, como açudes, reservas e roçados, ou seja, questões que dizem respeito à qualidade das relações entre os indivíduos que convivem nestes povoados.

Desta forma, as delegacias sindicais em certas circunstâncias acabaram assumindo algumas atribuições no que tange ao *bom viver*⁷² - como se referem ao ideal de convivência nos povoados - entre seus membros, atribuições que até então cabiam a certos indivíduos legitimados pelo grupo ou a instância das *comunidades religiosas* existentes nestes povoados. Neste sentido, as delegacias tornam-se também entidades de referência não apenas política, mas também comunitária no sentido *lato* do termo⁷³.

⁷⁰ Os indivíduos organizados nestas delegacias sindicais também se auto-definem pelos termos “tradicionalistas” *trabalhador rural e lavrador*, denotando que o critério de identificação no/com o sindicato pode se atribuir a naturezas distintas como, por exemplo, uma alusão a terminologia bíblica *povo de Deus*.

⁷¹ No caso da invasão dos roçados por animais, foram identificadas tanto queixas contra grandes proprietários que em muitas circunstâncias permitem que seus rebanhos circulem livremente, e que implicam em pôr em oposição indivíduos que se relacionam de forma muito assimétrica, mas principalmente queixas contra animais de pequenos proprietários e foreiros, que possuem entre si uma relação mais simétrica, mas que não conseguem chegar a um consenso diante de tal situação.

⁷² Esta expressão é usada para qualificar as relações entre os moradores de um povoado, a descrição dos termos que a conforma aparecem registradas no livro de atas da delegacia sindical do povoado de Centrinho do Acrísio, segundo o registro: *bom viver é toda comunidade possuir a lavoura e a condição para se manter os seus lares, alguém que se sentir prejudicado do seu visinho não parta pra violência, parta pra fazer acordo se não tiver acordo joga o caso no delegado* (Livro de atas da delegacia sindical de Centrinho do Acrísio, folha 02).

⁷³ Em termos de instâncias coletivas tornou-se convenção entre as pessoas acionar primeiramente a delegacia sindical nestes casos, especialmente sobre a invasão de animais as áreas de plantio. Contudo a variabilidade de casos e situações pode fazer com que se ocorra a outras instâncias como a comunidade religiosa ou a um indivíduo de prestígio no povoado, para resolução pacífica do problema. Vale lembrar que os critérios sobre os

Também nos chama atenção na leitura das atas, a importância dada as formas de tratamento mútuo entre dirigentes e associados, a questão da respeitabilidade que se expressa nas atitudes e na forma de se dirigir uns aos outros aparenta ser tão importante para a continuidade dos trabalhos no sindicato quanto à eficácia das ações por ele realizadas. Por se tratar de um espaço no qual normalmente se fala diante de um público, deve-se ter cautela quanto ao tom e uso das palavras, para que estas não ofendam ou prejudiquem algum membro.

(...) O nervosismo do presidente do STR causa queda na delegacia (Livro de ata da delegacia sindical de Centrinho do Acrísio (sic), folha: 18).

(...) O associado Jesus falou que o delegado é muito irritado, não teve paciência, grita os sócios na assembléia (Livro de ata da delegacia sindical de Ludovico (sic), folha: 03).

(...) Leitura do livro de Eclesiástico 18.19.22, sendo bem refletido com a assembleia na vida de hoje. Devemos ser justos antes de julgar, e aprender antes de tudo a falar para não complicar os outros e a si mesmo e se interrogar a si próprio para ver se está certo ou errado para não se expressar mal aos companheiros, tomar o remédio antes de ficar doente, isso é ter bom senso em todos os assuntos e momentos principalmente no STR, para que tenhamos um bom crescimento em nossa comunidade (Livro de ata da delegacia sindical de Ludovico (sic), folha 08).

(...) O delegado iniciou a reunião chamou atenção de todos os associados, deu boas vindas e com muita atenção pediu compreensão e deu liberdade para que todos usassem a palavra durante a reunião, mas que com suas palavras não ferisse não maltratasse ninguém e logo depois leu juntamente a oração do salmo de número 4 (Livro de ata da delegacia sindical de Ludovico (sic), folha: 13).

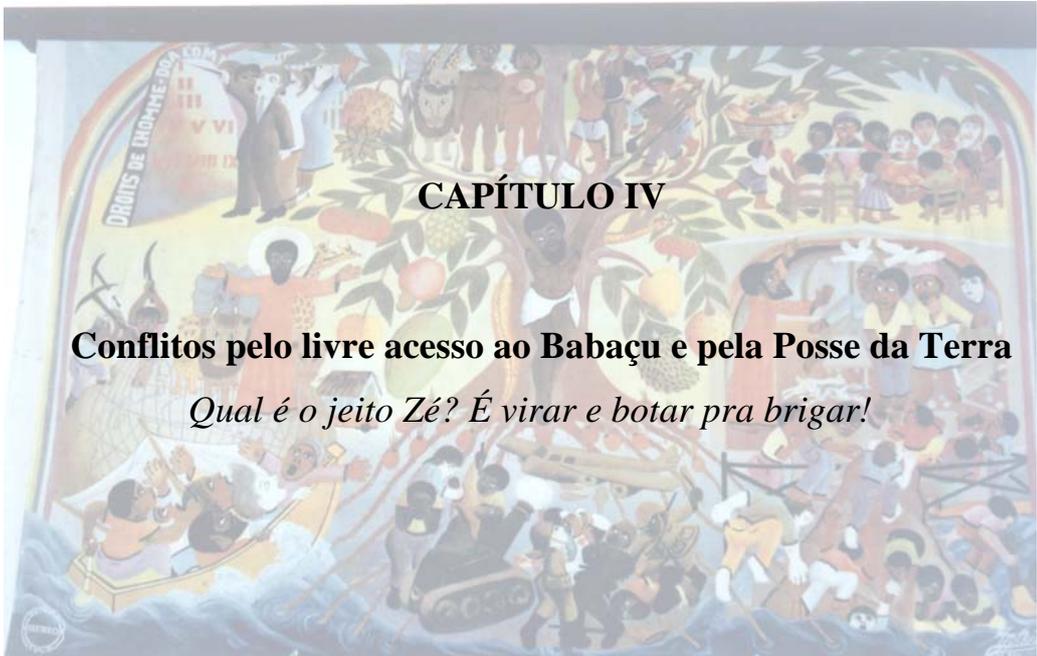
Ultrapassar as convenções de tratamento pode se tornar algo intolerável para alguns indivíduos, a ponto de implicar no afastamento tanto de quem ofende quanto de quem se sente ofendido. Em termos subjetivos, muitas vezes é o nível de tolerância a críticas, discordâncias e ofensas, que vai interferir na decisão de muitos membros, não apenas quanto a sua filiação e participação, mas igualmente quanto à possibilidade de ocupar um cargo em organizações desse tipo, assim como nas situações em que os representados fazem a escolha de seus representantes.

Neste sentido, queremos chamar atenção ainda que de forma breve, para o fato de que naquele momento muitas vezes, a unidade e o nível de participação no sindicato estarão fortemente influenciados por elementos com este nível de subjetividade, que ao lado de questões objetivas como os resultados obtidos pelo sindicato na luta por direitos, influência na quantidade e qualidade das filiações. Conforme poderemos observar no decorrer desta dissertação, a observação dessas regras de respeitabilidade será algo muito presente no universo das organizações de trabalhadores rurais que serão criadas em Lago do Junco.

Conforme foi apontado anteriormente, as lutas pelo acesso ao babaçu e pela posse da terra tornaram-se a principal bandeira de luta empunhada nas delegacias sindicais estudadas, estas lutas se deram por meio de violentos conflitos entre trabalhadores rurais e fazendeiros, fato que consome boa parte das energias destas delegacias nos seus primeiros anos de existência, uma vez que estas se firmaram como um dos canais formais pelo qual demandas provenientes destas lutas circulavam. Mas não foi somente pela via da organização sindical que fluíam estas reivindicações. Aliados oriundos de distintos campos institucionais também

quais se apóiam a decisão de acionar uma destas instâncias mediadoras, obedecem a um complexo de normas, o que não foi possível apreender em detalhes neste trabalho.

se apresentaram formal ou e informalmente no momento em que se instalam o conflito armado, caracterizando este período pelas profundas transformações nas configurações interna dos povoados, e da região em que estão inseridos. Estes eventos se constituem um verdadeiro divisor de águas na história daqueles que os vivenciaram.



CAPÍTULO IV

Conflitos pelo livre acesso ao Babaçu e pela Posse da Terra

Qual é o jeito Zé? É virar e botar pra brigar!

Eu saí do Piauí
fui parar no Mearim
quando eu cheguei por lá
o bicho tava atrás de mim

REFRÃO

Qual é o jeito Zé?
é virar, é virar, é virar
é virar e botar pra brigar

Saí do Vale do Mearim
fui parar no Pindaré
quando eu cheguei por lá
o bicho tava no meu pé
(REFRÃO)

Eu saí do Pindaré
fui parar no Tocantins
quando e cheguei por lá
o bicho tava atrás de mim
(REFRÃO)

Do vale do Tocantins
fui parar no Araguaia
quando cheguei por lá
o bicho tava na tocaia
(REFRÃO)

Do vale do Araguaia
fui pro Rio de Janeiro
quando eu cheguei por lá
o bicho era mais ligeiro
(REFRÃO)

(O BICHO, música de Luís Vila Nova: trabalhador rural da região de Buriticupu-MA).

A canção de Luís Vila Nova reconhecida liderança entre os trabalhadores rurais maranhenses, pode ser considerada um dos hinos da resistência ao severo processo de expropriação que alcançava as famílias de trabalhadores rurais por toda parte, e contra o qual muitas dessas famílias se voltariam no estado do Maranhão durante a década de 1980. Entoadada até hoje em vários encontros de trabalhadores rurais, na simplicidade de seus versos esta canção que é uma espécie de auto-retrato coletivo, procura mostrar de maneira clara e objetiva uma trajetória já realizada ou em vias de ser realizada por milhares de famílias de trabalhadores rurais no Maranhão.

O “bicho” sorrateiro, insistente e veloz que aparece nesta canção, é uma das formas pela qual são representados pelos trabalhadores rurais maranhenses os agentes do desumano processo de expropriação do qual tentam escapar há algumas gerações, através de contínuos deslocamentos. Contudo, conforme bem mostra a letra da música, tais deslocamentos só proporcionam um breve alívio a esta perseguição. Desta forma, mais que uma tomada de consciência, a canção de Luís Vila Nova aponta uma nova estratégia para lidar com este “bicho”, recusando ao que seria uma eterna peregrinação, esta canção é também um chamado àqueles que são expropriados a realizarem, o que seria a verdadeira escapatória, que *é virar e botar pra brigar*, brigar pela terra.

O “bicho” que aparece não só neste, mas em outros cânticos entoados nos eventos de trabalhadores rurais, é encarnado no plano social pelos diversos agentes do processo de expropriação em curso, que podem ser percebidos individualmente ou em conjunto, dependendo das circunstâncias. Sendo estes fazendeiros, pistoleiros, a polícia, políticos, juizes, delegados e até mesmo algumas estruturas do Estado, que pela desumanidade de suas ações para com os *pequenos e fracos* - forma como muitas vezes os trabalhadores rurais se representam diante de certos opositores - só podem ser comparados a um animal nocivo, ou um predador.

A década de 1980 é marcada pela explosão de intensos conflitos agrários por todo o Brasil. No estado do Maranhão não foi diferente. Segundo Carneiro *et al* (1998) o epicentro do movimento pela terra no Maranhão, nesse período, encontrava-se nas regiões do Médio Mearim, Alto Mearim e Grajaú e no município de Santa Luzia. O Estado então através dos órgãos fundiários (estadual e federal) passou a promover ações de reforma agrária, não como uma política planejada mas, como ação remediativa às mobilizações das famílias de

trabalhadores rurais, o que leva Carneiro *et al* (1998, p. 40) a afirmar que no Maranhão o que ocorreu foi *uma ação estatal de desapropriação à posteriore, no rastilho da pólvora*.

Neste capítulo, o olhar que lançaremos sobre o desenrolar dos conflitos agrários ocorridos no município de Lago do Junco durante a década de 1980, terá como referência as formulações teóricas de Georg Simmel (1983) sobre o *conflito* enquanto forma de *sociação*. Preocupado com as bases sobre as quais os indivíduos se constituem em sociedade e se mantêm coesos, Simmel (1983) constrói suas idéias a partir de três pressupostos:

Os indivíduos agem por diversos motivos - interesse, paixão, vontade de poder, etc. O indivíduo não se explica apenas por referência a si mesmo, mas também em relação à interação com os outros, seja influenciando-os ou sendo por eles influenciado. E finalmente, as atividades humanas se desenvolvem em formas de sociação, dentro de configurações sociais (instituições) como a família, o Estado, a Igreja ou a escola, ou segundo formas gerais como imitação, competição, conflito, cooperação, estruturas hierárquicas etc. (SIMMEL, 1983, p. 62).

Simmel (1983) considera que essas formas gerais - imitação, conflito, cooperação, etc. - são o resultado dos processos de interação entre os indivíduos, que expressam o conteúdo de suas motivações e cujas fontes podem ser também entendidas como emoções. Deste modo, o conflito enquanto forma de *sociação* aparece em Simmel (1983) de maneira bastante peculiar quando este admite que *todas as formas sociais aparecem sob nova luz quando vistos pelo ângulo do caráter sociologicamente positivo do conflito*, sendo este fenômeno uma forma de *sociação* tão fundamental quanto à cooperação. Para justificar esta idéia Simmel (1983) desenvolve as seguintes teses:

O conflito, dentro de certos níveis, pode desempenhar um papel construtivo e agregador, em termos sociais na medida em que o grupo como um todo pode entrar numa relação de antagonismo com um poder exterior a ele e é por causa disso que ocorre o estreitamento das relações entre seus membros e a intensificação de sua unidade, em consciência e ação (...). O conflito ou a guerra de um grupo pode permitir a superação de certas discrepâncias e alienações individuais internas, ele freqüentemente evidencia as relações intergrupais com uma clareza e uma determinação impossíveis de outro modo (SIMMEL, 1983, p. 154).

O conflito pode não só elevar a concentração de uma unidade já existente, eliminando radicalmente todos os elementos que possam obscurecer a clareza de seus limites com o inimigo, como também pode aproximar pessoas e grupos que de outra maneira não teriam qualquer relação entre si. Em todos os casos positivos desse tipo é característico que a unidade, embora se origine no conflito e com propósitos de conflito, mantém-se para além do período de luta. Chega a ter interesses adicionais e forças associativas que não mantêm mais qualquer relação firme com o propósito inicial. De fato a importância do conflito consiste na articulação da unidade e da relação latente; o conflito é mais a oportunidade para as unificações exigidas internamente do que o propósito dessas unificações (SIMMEL, 1983, p. 157).

Na região do Médio Mearim especificamente nos municípios de Esperantinópolis, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues, Lima Campos e São Luís Gonzaga, as lutas pela terra e pelo babaçu ganharam conotações dramáticas pelas mortes, prisões e tortura de trabalhadores, despejos e destruição de roças. Contudo, mesmo com o recrudescimento dos conflitos as

famílias de trabalhadores rurais que contavam com o apoio de uma série de aliados⁷⁴ perseveraram, mantendo-se coesas em torno de seus objetivos, logrando a desapropriação das terras em questão.

No caso que estudamos, o *poder exterior* a que Simmel se refere - como responsável pela intensificação da consciência e da ação de um grupo - é identificado com as ações de expropriação impostas pelos grandes proprietários de terra às famílias de trabalhadores rurais. A força e a dimensão destas ações expropriatórias possibilitou a um número expressivo de famílias vislumbrarem com maior clareza que a realização dos interesses destes proprietários eram incompatíveis com a digna sobrevivência destas famílias, fazendo-as perceber estes proprietários como seus antagonistas diretos.

O fato de uma parte destas famílias de trabalhadores rurais reconhecerem um *inimigo comum*, fez com que não apenas diluíssem qualquer diferença que as impedisse de reagir coletivamente contra este inimigo, como também conformou um novo espaço de interação social: o conflito pelo babaçu e pela terra, espaço no qual se relacionariam de forma mais estreita famílias e povoados que não estavam integrados ou integrados de forma muito tênue e/ou efêmera pelos planos de organização já existentes, como o religioso, do parentesco, comercial, político⁷⁵.

Esta *unidade* que se origina na luta pela terra não se dissolvera totalmente quando este objetivo foi alcançado. Conforme veremos mais adiante, os laços de solidariedade e de identidade desenvolvidos ou ampliados por ocasião da luta pela terra se constituirão - ao lado do desafio de se materem dignamente nas terras reconquistadas dos grandes proprietários - no cimento que os unirá em torno das várias organizações constituídas no final dos anos oitenta e início dos noventa⁷⁶.

Desta forma, no município de Lago do Junco, as primeiras reações das famílias contra o processo de expropriação se deram exatamente contra o *sistema de barracão* que se tornara pujante nos primeiros anos da década de 1980⁷⁷. Várias famílias que naquele momento

⁷⁴ Alguns parlamentares de partidos de esquerda, a Sociedade Maranhense de Defesa dos direitos Humanos – SMDDH, sindicatos, advogados, a igreja católica através de suas entidades confessionais como a Diocese de Bacabal, Comissão Pastoral da Terra e a figura de alguns religiosos em particular, são o que se pode chamar de aliados externos, que se somam à solidariedade e alianças desenvolvidas entre as comunidades da região contando com o apoio de parentes que residiam fora das áreas de conflito. Discutiremos a ação destes mediadores ainda neste capítulo.

⁷⁵ Adotar esta abordagem está longe de ver no conflito uma função/um papel agregador *a priori*. Não se pode afirmar que todo tipo de conflito social produzirá uma espécie de resíduo útil que conduzirá à integração. No entanto, procuramos ir além da concepção também apriorística que vê o conflito apenas como algo perigoso, corrosivos e destruidor da ordem social. Não pretendemos também tomar este papel agregador de forma absoluta, pois conforme veremos não serão todas as famílias de trabalhadores rurais que se encontram oprimidas pelos proprietários de terra que vão se mobilizar para superar esta opressão. O que nos importa perceber é que, por meio da luta pelo babaçu e pela terra uma unidade social se constituiu firmemente e se perpetou após atingir este objetivo.

⁷⁶ No caso do município de Lago do Junco estamos nos referindo a: Associações de Assentamentos, Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ, Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais – AMTR, Escola Família Agrícola Antonio Fontinele – EFAAF e a entidade regional de assessoria e representação Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão – ASSEMA, que serão apresentadas no próximo capítulo.

⁷⁷ O ano de 1984 marca o início deste processo em Lago do Junco, onde oito povoados se apoiaram mutuamente nestes eventos: Centrinho do Acrísio, Centro do Aguiar, Bertulino, Ludovico, São Manuel, Sítio Novo, Pau Santo e Três Poços. Contudo, não foi possível afirmar ao certo em que povoado emergiram as situações que caracterizam o início de um conflito, tanto nos depoimentos dados por nossos entrevistados, quanto nos trabalhos de outros pesquisadores como os de Silva (2001), Antunes (2003), Pula Andrade e Figueiredo (2004), Figueiredo (2005). Existem pelo menos três povoados que são apontados como os primeiros a se rebelarem: Pau Santo, Centrinho do Acrísio e Três Poços. Talvez o que explique esta imprecisão, seja o fato que o tempo que decorria para a luta pelo babaçu se transfigurar em luta pela terra, não era o mesmo em todos os povoados. Houve casos em que este intervalo de tempo foi de seis meses e em outros foi de até um (01) ano.

encontram-se despojadas de seus principais meios de sobrevivência que são os babaçuais e as terras de cultivo, ao se verem premidas pela necessidade material e pelo constrangimento moral imposto por esta situação, passam a questionar o *sistema de barracão* de uma forma coletiva e mais contundente. Instrumentalizadas por uma formação proveniente dos campos sindical e cristão-libertário, fornecida de forma imbricada nos espaços das *comunidades religiosas* e das delegacias sindicais, as famílias sentem-se autorizadas legalmente, religiosamente e moralmente a reivindicar seus direitos.

Naquela época, nós saímos convidando as mulheres pra reagir às ameaças do vaqueiro e do fazendeiro, o Coutinho. Organizamos junto com meu irmão que era o Inácio **e criamos um plano com a intenção de reunir as mulheres e tivemos a primeira conversa com o filho do fazendeiro e o vaqueiro, só que aí ele trouxe uns pistoleiros pra vigiar a solta**, começamos a fazer abaixo assinado pra levar pras autoridade, associamos muitas mulheres no sindicato (...) **Depois recorremos a igreja, os vigário daqui era o frei Adolfo e o padre Humberto, que também partiam pra conversar com o fazendeiro** (Rosalina Alves, Aparecida/Ludovico, grifos nossos).

A gente foi se meter lá no São Manuel não conhecia ninguém, fomos lá por que o Antonio Leite era muito entendido e dizia que ninguém devia ser mais humilhado, viver sujeito, a necessidade tava chegando ao ponto do pessoal ir pedir pro fazendeiro, **por que não era de uma vez não que a gente brigava, primeiro conversava com o fazendeiro e aí se ele não combinava com a gente , aí é que tinha o conflito** (Dona Zezé, Centrinho do Acrísio, grifos nossos).

Nota-se que nos primeiros momentos as ações se dão de forma pacífica e dentro da ordem estabelecida, sem que se questione de imediato a legitimidade da propriedade privada. O que aparece em questão, além das necessidades materiais, é a situação de humilhação que recai sobre grande parte das famílias, ligando por meio deste sentimento famílias pertencentes a um mesmo povoado ou de povoados distintos. Com as negativas as reivindicações e pela postura agressiva e belicosa dos proprietários de terras - que se faziam notar pela continuidade das *ameaças dos vaqueiros* e na contratação de *pistoleiros* para vigiar suas propriedade, até então resguardadas apenas pelo respeito à autoridade do proprietário - que o movimento de luta pelo babaçu se converte em luta pela terra e passa a se realizar através de ações consideradas “subversivas” pelo *status quo*.

Aí a gente começou a se organizar pra lutar pela libertação do babaçu, aí em 85, começemo a fazer alguma ação em mutirão e fumo quebrar uma ruma de coco que tava juntada dentro da solta, muito grande. Aí logo recebemos a intimação da delegacia de polícia e fomos atender, aí convidamos as comunidades vizinhas e o resultado da audiência é que o delegado na conversa dele com a gente entendeu que “quem tiver a perna mais cumprida que corra mais” ou seja, pra nós entendermos que quem tivesse mais força ganhava a parada. Aí começamos, voltamos refletindo e aí nós começamos a se articular com as comunidades vizinhas e foi onde nós decidimos a luta pelo babaçu. Depois de seis meses de luta a gente descobriu que lutar só pelo babaçu não adiantava, não era o ideal pra nós, pois nós conseguia libertar o babaçu, mas e a terra pra nós trabalhar? Como que ia produzir pra tirar o sustento da família? Aí nós decidimos lutar pela terra (Raimundo Vital, São Manuel).

Aquelas famílias de trabalhadores rurais que tinham consciência da desproporcionalidade de poder existente entre elas individualmente e o proprietário da terra, transformam em instrumento de luta uma prática muito utilizada em suas relações

comunitárias: os *mutirões*. Se através deste recurso lhes era possível construir uma casa antes que o inverno chegasse ou colher uma roça antes que seus frutos apodrecessem, poderiam da mesma forma quebrar rapidamente o babaçu que estava *preso* nas fazendas sem sofrerem uma represália imediata ou mesmo minimizá-la em suas conseqüências quando esta ocorresse.

Notando que os *mutirões* possuíam um grande potencial de eficácia e que, portanto, poderiam se espalhar pela região, muitos proprietários que não se interessavam ou que abriram mão da exploração comercial do babaçu, passaram a realizar grandes derrubadas de palmeiras de babaçu, literalmente cortando pela raiz o motivo pelo qual as famílias insistiam em adentrar nas fazendas. Esta medida passa a ser vista como uma situação limite para as famílias.

Na primeira vez foi a derruba de palmeira (...) da segunda vez ele, o proprietário, mandou aradar todinho e botar braquiara, nesse ano perdeu o coco todinho, teve gente que quase morre de ruim aqui, de precisão porque a safra do coco lá foi todinha perdida (D. Antonia, Centrinho do Acrísio).

Retomando um depoimento já citado,

Lá no Pau Santo, o Nelinho não deixou o pessoal botar nem roça, e mandou cortar o coco todinho e vendeu de carrada o coco, o que prestou, prestou, o que não prestou ficou cortado todinho. Nesse ano ninguém botou roça lá no Pau Santo, teve criança que rolava de fome, chorando no chão de fome, sem o pessoal poder botar roça e sem ter o coco pra quebrar, aí foi que eles se revoltaram (Seu Preto, Centrinho do Acrísio).

A radicalidade de alguns proprietários é respondida a altura em muitos povoados. Vendo seu último recurso de sobrevivência desaparecer, as famílias passam a impedir as grandes derrubadas de palmeiras através dos chamados *empates*⁷⁸, agindo em grupos formados principalmente, mas não exclusivamente, por mulheres que adentram nas fazendas e vão ao encontro dos trabalhadores que estão realizando as derrubadas com o intuito de convencê-los com argumentos⁷⁹ ou em ultimo caso por meio de intimidação, a parar com aquela derrubada.

Em 85, aí nós fomos lá e conversamos e dissemo rapaz, então que vamo embora empatar aí fomo lá, daqui do Centrinho foram treze homens, saimo era seis hora da tarde chegemo lá no Pau Santo quando deu, nós peitemo com o serviço lá, aí nós nesse tempo era com foice e com machado, chegamo pros cara e dissemo pra eles parar com a derrubada de palmeira, que ninguém queria nada com eles não, era só pra parar o serviço, só que com aquele horror de gente, homens e mulheres (Sr. Preto, Centrinho do Acrísio).

⁷⁸ Este termo apesar de definir uma prática semelhante não possui relação léxica ou política com os empates realizados por seringueiros e que se tornaram conhecidos em todo Brasil por estas ações. É somente em meados da década de 1990 que se observa uma aproximação política entre o movimento de trabalhadores dos seringaais e de trabalhadores dos babaçuais.

⁷⁹ Em geral argumentavam que as famílias de trabalhadores rurais tinham naquelas palmeiras a única forma de sobrevivência, que tinham mais necessidade delas que o fazendeiro, que cada palmeira que era derrubada era uma família que passaria fome. Alguns relatos sobre estes diálogos travados durante os empates podem ser encontrados nos trabalhos de Antunes (2003), Paula Andrade e Figueiredo (2004) e Figueiredo (2005).

Esta derrubada de grande número de palmeiras de uma só vez é percebida pelas famílias como a condenação do povoado⁸⁰, pois se tratava de um indicativo de que logo em seguida seriam expulsas de suas casas, fosse por meios diretos e violentos através dos despejos e ameaças de morte a quem se recusasse a sair ou pela imposição da fome, uma vez que não teriam mais de onde tirar seu sustento como aponta o depoimento abaixo:

Diocina: Foi no tempo em que nós partimo pra luta pra ficar aqui, porque além de muitos homens terem saído pro garimpo, o final das contas foi o fazendeiro querendo botar a gente pra fora das nossas casas mesmo.

Pesquisador: Mas como? Esta terra que vocês moravam era dele também?

Diocina: É não! O povoado aqui era livre, esse povoado aqui é um patrimônio que não tem dono, o dono era os moradores que tinha. Agora as áreas vizinhas aqui, onde a gente trabalhava é que eram desse cara, mas ele pretendia expulsar a gente daqui, pra nós não ficar entrando dentro da área dele pra apanhar o babaçu, porque ficou só o babaçu mesmo, a gente se virando só no babaçu. A intenção dele era essa, “eu vou expulsar eles daqui!”, então ele mandou devastar o babaçu todinho. Tava com pouco tempo que o Adelino tinha derrubado as casas do São Manuel tudinho, aí ele (Coutinho) dizia: “o Adelino derrubou as casas de lá foi com cabo de aço, e eu vou derrubar a de vocês é com o trator, e o povoado eu vou fazer campo de corrida e o curral do meu gado”, desse jeito, o cara era nojento!

Ao se dizerem donos daquelas terras, os proprietários se sentiam autorizados a cometerem arbitrariedades, como derrubar casas, destruir roças, humilhar, ameaçar as pessoas e principalmente cortar o babaçu - rompendo com todas as regras do contrato social vigente até então. Ficou claro para as famílias que além do babaçu é pela terra que deverão lutar a partir de então, fazendo emergir as chamadas *greves*⁸¹ em vários povoados.

Nós fundamos a comunidade de São Manuel em setembro de 1984 e em 1985 eu me casei, eu era o dirigente. Em 1985 fundamos a delegacia sindical, começamos o conflito pelo babaçu, quando foi no início de 1986 nós lutamos pela terra. Quando foi em 11 de abril de 1986 nós fizemos a primeira ação para ter a posse da terra. Nós entramos na propriedade e fizemos uma roça de feijão e cana em regime de mutirão. Aquilo foi o suficiente para o fazendeiro levar a gente na delegacia, na justiça, quando foi no dia 29 de Abril nós fomos chamados na delegacia pra prestar um depoimento, eu era um dos sete intimados, Eu, Antonino e Milton Vieira de São Manuel; Antonio Leite e Antonio Flor do Centrinho, o Nequinho de São Paulo, e Firmo Pai de Morada Nova (Raimundo Ermínio, São Manuel).

O direito à propriedade privada e à respectiva defesa desta enquanto idéia dominante da qual comunga grande parte da sociedade é posta em cheque por estas famílias de trabalhadores rurais. Elas vivenciam a contradição existente entre estas convenções e o direito ao trabalho e à digna sobrevivência de uma família, mais que uma desobediência legal, a ação destas famílias podiam ser interpretadas por aqueles que discordavam de suas atitudes como

⁸⁰ Alguns dos nossos entrevistados fizeram referência a um grande povoado do município de Lago do Junco, com quase uma centena de casas, mas que *se acabou* devido às ações de um grande proprietário de terras no sentido de expulsar seus moradores: *o lugar virou abandonado, ficando só a casa do vaqueiro*.

⁸¹ Na fala de nossos informantes o termo *greve* pode ser usado simultaneamente ao termo conflito, sendo que a *greve* caracteriza principalmente o momento em que a luta pela terra é declarada abertamente pelas famílias de trabalhadores rurais, podendo se desdobrar em ações violentas entre as partes envolvidas.

uma desobediência moral conforme podemos observar na continuidade da narrativa sobre a primeira ação pela posse da terra realizada por famílias do povoado de São Manuel:

Eu lembro que o delegado me disse assim: “rapaz, você tão novo! É bom você largar a propriedade alheia e procurar outro trabalho, se você quiser terra vá pra Amazônia que lá tem muita terra”, eu falei pra ele que não! Eu nasci em São Manuel, então se eu tiver que ter direito a terra tem que ser aqui onde eu nasci (Raimundo Ermínio, São Manuel).

Em oposição a esta visão de mundo capitalista, temos então uma visão de mundo comungada pelas famílias de trabalhadores rurais que lutam pelo babaçu e pela terra para as quais esta seria uma luta que, segundo seus termos, ganha o justo tom de reconquista, visto que seus pais e avós foram os desbravadores destas terras num passado não tão distante.

Para garantir suas propriedades os fazendeiros tinham como praxe combinar o uso de recursos privados e estatais. Privadamente organizaram suas milícias tanto para vigiar as fazendas como para em muitos momentos atacar povoados ou intimidar os participantes das lutas e seus aliados externos. Os grandes proprietários possuíam acesso privilegiado e freqüentemente, o controle de órgãos e cargos do Estado, tanto no nível do município, quanto do governo estadual como: delegados, juizes, promotores, prefeitos, parlamentares, não tendo dificuldade em acionar estes agentes, que prontamente os atendiam na defesa de seus patrimônios.

Apesar de muitos destes proprietários possuírem condições de individualmente acessar de forma direta as diversas estruturas de Estado com ingerência sobre os assuntos de seu interesse, estes ampliaram sua capacidade de ação ao se organizarem institucionalmente na União Democrática Ruralista – UDR, cujo núcleo mais forte no estado do Maranhão se encontrava no Médio Mearim Maranhense, sendo suas lideranças de maior peso oriundas do município de Bacabal, sede da organização no estado onde muitos dos proprietários envolvidos nos conflitos de Lago do Junco residiam ou tinha estreitos vínculos.

Só que aqui (em São Manuel) a situação foi mais complicada porque o fazendeiro não aceitava, por que essa fazenda era a fazenda de honra da família, ele entrou pobre e inrricou nela, foi com essa que ele comprou as outras, formou os filhos, ganhou prestígio, e isso foi muito difícil pra nós, porque nós tinha mesmo só a coragem. Mas aí eles se revoltaram todos os fazendeiros da região pra impedir a questão da reforma agrária, pra que não tivesse outros conflitos na região. E aí quando foi criada a associação dos fazendeiros a UDR, que é União Democrática Ruralista, que hoje chamam de Associação dos Criadores, mas na época era UDR, essa associação deles foi muito forte na criação com o objetivo de impedir a reforma agrária no Maranhão. Principalmente essa fazenda aqui (em São Manuel) que era a fazenda de honra da família, e isso foi quatro anos de luta, e durante esses quatro anos nós passamos por momentos muito difíceis aqui, nós tivemos nossas casa destruídas, muita perseguição de pistoleiros, da polícia, fomos despejados várias vezes, chegamos a dormir no mato, abandonar as casas e passar três meses no mato (Raimundo Vital, São Manuel, grifos nossos).

Quando classifica a luta de São Manuel como sendo mais complicada devido ao valor emocional e simbólico que as terras em questão possuíam para seu proprietário, nosso entrevistado elenca entre os motivos para tanto apego sobre esta fazenda o fato de ter sido com esta fazenda que o proprietário – através da exploração do trabalho de seus agregados - adquiriu prestígio, ampliou seu patrimônio, deu educação de nível superior a seus filhos. De acordo com Bruno (2006) as razões para tamanho apego e determinação dos proprietários em

defender suas propriedades, se justificam não apenas pelo fato de ser a terra um meio de produção e especulação, geradora de riqueza e poder econômico. De acordo com a autora as demais justificativas residem também no fato de que:

A propriedade da terra é fonte não desprezível de poder político, seja o poder de mando patriarcal, seja o poder moderno da representação e do *lobby*, poder de nomear e construir a realidade (...) Desponta como sinônimo de prestígio e como expressão de poder, funciona como porta de acesso a mais e mais privilégios, é símbolo de reconhecimento e hombridade (BRUNO, 2006, p. 433-434).

Desta forma, fossem individualmente, ou por meio de sua entidade de representação específica, a UDR, os grandes proprietários de Lago do Junco podiam contar para a defesa de suas posses com ação de delegados de polícia que intimavam, prendiam lideranças de trabalhadores rurais e rejeitavam queixas contra fazendeiros e suas milícias; juízes que rapidamente emitiam mandatos de despejos e condenavam trabalhadores que estavam sendo processados; apoio político e mesmo logístico do então prefeito municipal, mas, sobretudo, estavam sempre à disposição dos grandes proprietários os pelotões da polícia militar durante as ações mais violentas.

O Aroldo Leda que era o prefeito nos tempos das greves aqui, que vinha era as caçambas cheias de polícia, pra dentro daqui das terras, nem estrada não tinha, mas o apoio que ele dava era esse (Ivete, São Manuel).

No dia seis de agosto eles invadiram nosso povoado, com pistoleiro, carro, caminhão e policiais, derrubaram nossas casas, derrubaram vinte e duas casas, inclusive a igreja. Eles se hospedaram num colequinho que a gente tinha, e nesse colequinho que era melhor eles botaram lá: “Quarto Pelotão de Polícia do Maranhão” (Raimundo Ermínio, São Manuel).

Na época lá [Lago do Junco] não tinha estrada, mas nunca faltou carro de polícia para estar perseguindo os trabalhadores (...) Inclusive nesse lugar do Centro do Aguiar, aqui na época do conflito que foi 87, 88, o posto de saúde desse povoado foi transformado numa cadeia policial (...) Os comprimidos foram substituídos por bala (Raimundo Vital, São Manuel, *apud* ANTUNES, 2003).

Além dos recursos humanos e de seu poder interventor, também estavam prontamente à disposição na defesa do patrimônio destes proprietários, aparatos públicos como estradas, escolas e postos de saúde. O fato de há muito tempo vivenciarem a ausência do Estado, somado a este tipo de presença estatal por ocasião dos conflitos pelo babaçu e pela terra, forjaria nestas famílias de trabalhadores rurais uma percepção bastante negativa em relação ao Estado.

Vale destacar que foi no mandato do governador Luiz Rocha (1983-1987) filiado ao PDS - primeiro governador eleito pelo voto direto durante o processo de abertura democrática - que acontecem as ações mais violentas contra as famílias de trabalhadores rurais em Lago do Junco. Conforme os relatos de nossos entrevistados e os registros encontrados nas atas das delegacias sindicais por nós analisadas, a lembrança que possuem do governo de Luís Rocha é de que *ele era muito ruim pros trabalhadores*. Fato que não deve ser tomado de forma isolada, não se tratava de uma prerrogativa exclusiva deste governo, mas de uma prática estatal muito difundida conforme destaca Almeida (1989):

O uso da força tornou-se, portanto, um instrumento tão efetivo de controle e coerção (acionada pelos latifundiários e pelo Estado), quanto de reivindicação e luta (acionada pelos camponeses) vistas sob este prisma, as ocorrências de conflito passaram a significar uma maneira destes camponeses se relacionarem com os aparelhos de poder, cuja característica maior de intervenção estatal refere-se a uma administração por crise, e com a sociedade nacional (ALMEIDA, 1989, p. 03).

Do lado dos trabalhadores rurais, as ações em mutirão para quebra de coco e para o cultivo coletivo nas terras a serem reconquistadas, ou os empates às derrubadas, fortaleciam os laços internos entre alguns membros de um mesmo povoado, ao mesmo tempo em que se constituíam em um elemento dinamizador dos laços de solidariedade entre membros de povoados distintos, criando assim um comprometimento recíproco com a causa da luta pela sobrevivência. As relações de reciprocidade que se instalam a partir daí, se constituem em valiosa vantagem estratégica na medida em que os conflitos vão se tornando mais agudos e violentos. Esta solidariedade se faz presente em outras ações como as vigílias diante de delegacias e fóruns, na resistência armada, no apoio econômico, moral, emocional e espiritual.

Naquele tempo a gente não conhecia o pessoal do Ludovico, do São Manuel, não sabia da vida de ninguém, só a da gente mesmo do nosso povoado, depois das greves e agora com os movimentos a gente se conhece todo mundo. Antes só o pessoal que jogava bola que se conhecia de fora do povoado, eu não conheço quase ninguém da Matinha que é aqui bem pertinho, agora nos povoados que teve o movimento eu conheço mais gente (Domingas Leite, Centrinho do Acrísio).

No São Manuel o conflito foi mais pesado porque lá derrubaram casa, igreja, aqui nós pescava muito peixe e tratava e levava junto com a farinha pra São Manuel comer. Nessa época ninguém conhecia o pessoal de São Manuel (Zezé, Centrinho do Acrísio).

Quando tinha que um de nós fazer uma viagem pra São Luís, pra sair pra fora assim, a gente se juntava tudo e quebrava coco pra conseguir o dinheiro. Aí muita gente vinha de outras comunidades, a gente juntava o coco botava num lugar, eles vinha quebrava o coco e ajudava a gente. Do mesmo jeito a gente fez com eles quando teve a luta lá na terra deles (Carmelita, Ludovico),

Não obstante, é importante ressaltar que não eram todos os habitantes de um povoado que se mobilizavam em torno da luta pelo babaçu e pela terra. Se, por um lado, não há como negar que o conflito proporcionou a coesão de um número expressivo de famílias em torno desta causa, por outro, estes mesmos conflitos tornaram-se um elemento de divisão interna, que possuía a propriedade de re-classificar famílias e indivíduos de acordo com suas posições e atitudes em relação aos mesmos.

Pesquisador: Na época do conflito em Ludovico e Aparecida tinham quantas famílias?

Maria Alaídes: Tinha 55, 60 famílias.

Pesquisador: E todo mundo foi pra luta?

Maria Alaídes: Não! E com essa história toda dessas cinquenta e poucas famílias, quase sessenta, só trinta e duas foram pra luta, foi embora muitas famílias, aqui ficou despovoado, desabitado, depois foi que foi voltando, tinha

gente daqui que já era daqui, que ficou um tempão aí pelo Alto da Paz, pelo Estirão, aí quando foi acalmando mais foi que foram encostando.

Conforme já apontamos anteriormente, apesar de nestas localidades prevalecer uma reciprocidade generalizada e relações mais horizontais, estas não podem ser confundidas como criadoras de totalidades homogêneas. Na realidade estes povoados são atravessados por clivagens internas advindas das relações entre parentes, facções políticas, trocas comerciais e produtivas, que permitem posições e atitudes distintas entre seus membros em relação a temas religiosos, morais, políticos, produtivos, comerciais, etc. Como muitos destes temas não se constituem em antagonismos insolúveis que venham a dividir e opor ou dissolver explicitamente estes povoados dão uma impressão de consenso sobre os vários aspectos da vida coletiva.

Quando emergiam os conflitos, nem todos os indivíduos compartilhavam das mesmas posições materiais e simbólicas que se apresentavam como motivadoras a participar de tal empreitada. Prevaleciam naquele momento duas concepções distintas, a respeito da legitimidade dos estatutos que definem a propriedade da terra. Uma conformista, que se submetia às imposições dos proprietários de terra, por reconhecer nos títulos de propriedade o poder de mando destes, e outra contestadora, que questionava não só a natureza do poder de mando dos proprietários como também a necessidade de obedecer a este poder.

O meu marido não gostava, várias vezes ele foi embora pro garimpo, por que ele achava que isso era uma falta de respeito tá brigando pelas coisas alheias, ela achava que não era uma luta por uma coisa de conquista de direito meu, ele achava que eu tava influenciada por alguém para tá brigando por coisa que era dos outros (...) E os outros da comunidade aqui não quiseram saber, eram contra a gente, por isso que a luta aqui foi mais difícil, porque eles era contra a gente e a favor do fazendeiro. Olha aqui tinha francamente umas quinze famílias que ficou muito contra a gente, não quiseram saber, disseram que era uma barbaridade a gente tá tomando a terra alheia, era essa coisa sabe (Diocina, Ludovico).

Conforme podemos observar no relato acima, o confronto entre estas distintas visões de mundo se dava tanto entre famílias de um mesmo povoado quanto no interior de uma mesma unidade familiar. A idéia de *respeito pelas coisas alheias* – uma idéia que aparenta estar arraigada nos costumes destas famílias - aparece como elemento que tenciona e determina naquele momento a postura e atitude dos indivíduos em relação a grande propriedade. Em contraposição, tem-se no mesmo plano a idéia de *conquista de um direito* que segundo as noções costumeiras não poderia se realizar caso tivesse que passar por cima da norma que determina o *respeito pelas coisas alheias*: aí reside o estarrecimento - *era uma barbaridade a gente tá tomando a terra alheia* - provocado nos demais membros de uma unidade familiar ou de um povoado por aqueles que resolvem passar por cima desta norma que assegura também por meios simbólicos o poder dos grandes proprietários de terras.

Outros pequenos que não era proprietário, que era igual nós que era sofredor, como hoje ainda é, dizia assim quando nós táva correndo: “bando de urubu, que diabo que vocês querem invadindo as coisas alheia, **vocês não tem nada e não quer que ninguém tenha! Eles (os fazendeiros) tem porque eles trabalharam! Vocês são é vagabundo, não quiseram trabalhar que nem eles!**” eles diziam muito isso com a gente esses outros que eram daqui, como por exemplo, as famílias das Cainidas que morava ali onde hoje mora a cumade Naná, era umas cinco famílias que tinha essa concepção. E era juntando as coisa também, e dizendo essas coisas, porque tinha que correr também com medo da reação, porque corria era todo mundo (quando a polícia

invadia os povoados). “O culpado disso é vocês!” e a gente passava caladinho não dizia nada (Maria Alaídes, Ludovico, grifos nossos).

A noção de *trabalho* enquanto legitimador do uso e posse sobre um extensão de terra é transformada pela introdução da exploração capitalista da terra. Se no período de fundação dos povoados que fazem parte deste estudo era o trabalho de *dominação da natureza* realizado diretamente pelas unidades familiares que garantia o uso e posse, o que se percebe agora é que muitas famílias de trabalhadores rurais internalizam valores e concepções dos proprietários a respeito do significado do trabalho enquanto legitimador desse direito, um trabalho de dominação dos homens pela exploração da renda da terra, e que passa ser considerado também por famílias de trabalhadores rurais como forma legítima de acumulação. Isto fica evidente quando as famílias que não mais reconhecem as normas de dominação são repreendidas pelas famílias que os acusam nos seguintes termos: *Vocês são é vagabundo, não quiseram trabalhar que nem eles!*

Podemos afirmar, então, que em Lago do Junco os conflitos pelo babaçu e pela terra dividiram o conjunto de famílias e indivíduos nos povoados envolvidos, e de uma forma mais ampla classificaram os povoados da seguinte forma: aqueles que aderiam aos conflitos, aqueles que não aderiram e foram embora dos povoados, os que não aderiram e permaneceram nos povoados como aliados das famílias trabalhadoras rurais em conflito, os que não aderiram e permaneceram nos povoados como aliados dos grandes proprietários e aqueles permaneceram nos povoados, que não aderiram mantendo-se neutros em relação ao conflito⁸².

Todavia, é importante termos em mente que estas posições se definiam na prática, de forma relacional, a partir de critérios cuja complexidade não permite enquadrar indefinidamente uma família ou um indivíduo, em algumas dessas categorias. Por exemplo: muito tênue era em certos momentos a linha que distinguia a posição de *neutralidade* da posição de *aliado das famílias de trabalhadores* ou de *aliado dos grandes proprietários*. Isto porque o julgamento das ações e/ou omissões dos sujeitos naquele contexto de luta - que permitiam sinalizar aqueles com quem se pode contar, com quem não se pode contar, em quem se confia, de quem se desconfia - foram orientados por um complexo sistema de classificação que envolve compreensões variáveis sobre as noções de *ajuda*, *favor*, *consideração*, *apoio* que por serem construídas socialmente, podem apresentar variações conjunturais.

Pesquisador: A família do Inácio entrou toda na luta?

Maria Alaídes: Não, já o Nonato que também é irmão dele não entrou. Ele tinha terra, só que ele também dava apoio, nos primeiros momentos ele dava apoio, assim nos primeiros momentos quando tinha uma pessoa que tava sendo muito alvo, muito perseguido, às vezes ele ajudava a acobertar o esconderijo daquela pessoa, quando eles (pistoleiros) chegavam lá procurando por o nome de fulano de tal, então ele dizia não, eu não conheço e tal, então ele dava as desculpas dele. Então quando faz isso pra mim apóia, porque não entrega as pessoas.

Pesquisador: Mas aqui no Ludovico teve alguém que ficou do lado dos fazendeiros?

Maria Alaídes: Teve sim! Até gente pequena mesmo! Quando a gente fazia trincheira pra esperar o outro lado do fazendeiro, tinha pessoas dessas

⁸² É importante ressaltar que estas distintas posições foram por nós organizadas a partir do olhar daqueles que aderiram a luta, um olhar retrospectivo construído sobre eles próprios e sobre as demais famílias dos povoados a partir das posições que ocupam hoje.

pequenas que não tinha terra, que ia logo rápido avisar antes do carro chegar no lugar que eles tinha que cair.

Na categoria *apoio* incluíam principalmente as ações daqueles que não pleiteavam um pedaço de terra para si, mas consideravam justas as reivindicações de outras famílias nesse sentido. Segundo os relatos de nossos entrevistados tal *apoio* variava em intensidade e forma, podia se dar através de recursos materiais como alimentação, dinheiro, etc. ou pelo comportamento diante dos inimigos das famílias de trabalhadores rurais despistando-os quando perseguiam algum trabalhador envolvido nas lutas ou mesmo silenciando diante destes. Este tipo de atitude não era somente entre aqueles que não se viam na necessidade por terra, mas também entre aqueles que compartilhavam da mesma necessidade dos que estavam sem terra, mas que por motivos de naturezas diversas como medo, vergonha, devoção ao proprietário não se dispunham a acessar a terra por meio das *greves*, conforme aponta outra entrevistada:

Pesquisador: Mas teve família aqui que não lutou?

Diocina: Teve! Teve família que também não entregava a gente, não fazia questão, e eles até achava que a gente tava com razão, mas eles não se metia né, só que eles não queria entrar né!

Pesquisador: E ainda tem dessas famílias morando aqui?

Diocina: Tem, olha ali pra baixo tem o Pedi, que morava nessa época lá no Marajá, ele não quis saber, mas também não disse nada.

Pesquisador: Eles tinham terra para plantar?

Diocina: Tinha nada! Como não tem até hoje ainda.

Pela demarcação destas várias posições, foi possível observar que a partir de então, deu-se o início de um brusco processo de transfiguração das relações no âmbito dos planos internos e externos destes povoados em Lago do Junco. Romano (1994) nos chama atenção para o fato de que por processos desse tipo, são redefinidos os princípios orientadores que organizam as condutas, posições e vínculos, em relação aos laços de lealdade que envolve relações econômicas, políticas, de parentesco, compadrio e vizinhança. Igualmente serão afetados neste processo os critérios de agregação de interesses que funcionam como delimitadores dos grupos sociais. Podemos perceber no depoimento abaixo um exemplo de ruptura de um desses laços, no plano do parentesco.

Em todo lugar tem uma pessoa que sabe ajudar e lidar com os outros, que seja uma liderança, meu pai era um desses. Só que nessa hora (na luta pela terra) que ele não queria o conflito, ele deixou de ser liderança. Como eu estava naquela época com a cabeça muito segura no evangelho eu tive força dentro de mim pra poder romper com meu pai. Ele se zangou e foi morar em outro lugar (Antonino, São Manuel).

A respeito do papel que o conflito pode desempenhar na transformação das estruturas internas de um grupo, Simmel (1983) destaca que o conflito entre duas partes modifica cada uma delas não apenas em sua relação com o outro, mas também em relação consigo mesmo, ou seja, altera a configuração na qual o grupo está inserido e a própria configuração interna deste. Contudo estas alterações abrem a possibilidade de um grupo obter resultados positivos ao entrar em uma relação conflituosa com outro, na medida em que o conflito pode operar como elemento base de conformação do grupo (SIMMEL, 1983).

De acordo com o que já foi apresentado em vários relatos transcritos no decorrer deste trabalho, entre os elementos que motivam um indivíduo ou uma família aderir a luta pelo babaçu e pela terra ou às *greves* - como nossos entrevistados também costumam se referir a estes eventos - sobressai o estado de extrema *necessidade* e miséria em que se encontravam a imensa maioria das famílias destes povoados. Nesta categoria se encontram principalmente aqueles já *sem terra* para implantação de seus roçados, e que retiram seu sustento basicamente de trabalhos esporádicos de baixíssima remuneração e da quebra do coco babaçu na qual segundo lembram com tristeza, *era preciso quebrar dez quilos de coco babaçu pra comprar um quilo de arroz*.

Pesquisador: Quer dizer que aqui no povoado ou botava roça na terra dos outros...

Maria Alaídes: Ou não botava em nenhum lugar!

Pesquisador: E esses que não botava em nenhum lugar?

Maria Alaídes: ficava trabalhando de diarista, no dia que trabalhava comia, no dia que quebrava coco comia, no dia que não quebrava não comia, e tendo que quebrar o coco de metade né!

Entre aqueles poucos que ainda podiam realizar seus roçados nas terras de algum proprietário, a luta pela terra se tornou uma possibilidade de se livrar do alto foro cobrado e da insegurança e instabilidade que a condição de *agregado* impõe a um chefe de família, pois estes tinham seu acesso ao fator de produção terra mediado pela sua relação pessoal com o proprietário de terra.

Pesquisador: Como foi pra você entrar nessa luta pela terra?

Aqui os donos de terra era o Zé Nogueira, o Tonheiro que era o pai do Antonino, o Cabaceiro e esse Adelino Barbosa que foi com quem a gente brigou. Eu trabalhava pagando renda pro Nogueira, mas aí eu pensei no futuro, eu já era casado, eu fiquei com medo de quando o Nogueira morresse - como ele morreu - a pessoa que ficasse coma herança não me desse mais terra pra trabalhar. Ele (Nogueira) me aconselhava pra não entrar nesse conflito, ele dizia “Dió tu não tem necessidade de entrar nesse conflito tu pode continuar trabalhando comigo”. Aí eu disse que se ele me desse um pedaço de terra enquanto ele ainda tava vivo eu podia até não entrar, mas sem isso eu não tenho segurança nenhuma, então o apelo que eu tinha era me juntar com esses companheiros pra conseguir a terra (Dió, São Manuel).

Ao lado destes agregados havia também alguns casos de *pequenos e médios proprietários* e seus herdeiros (muitas vezes numerosos), que já vislumbrando a constituição de novas famílias a partir dos casamentos que se realizariam, passam a se preocupar com a impossibilidade de garantir seu sustento em propriedades tão pequenas⁸³.

Pesquisador: E o Inácio, Zé Mundico e a Rosa, porque eles entraram no conflito se eles tinham a terra do pai deles pra trabalhar?

Diocina: Porque eles disse que os outros não tinha e eles precisava ajudar as pessoas né, a trabalhar, e a herança que eles tinha talvez desse pra eles mas não desse pros filhos deles, e quando eles olhava a quantidade de gente, de

⁸³ Segundo os depoimentos se tratavam de propriedades que variavam entre 60 a 100 ha. e comportavam famílias com oito, quatorze filhos, muitos deles já em idade adulta ou casados no período dos conflitos.

peessoas aqui trabalhando pro patrão, acho que eles tinha assim um pouco de consciência de cristão né, e aí eles ajudava a gente a articular mesmo.

Entre as adesões de pequenos e médios proprietários ou de seus herdeiros, nos foi possível observar com maior nitidez, a exemplo do último relato acima, outros fatores que ultrapassam as preocupações com a reprodução material e simbólica⁸⁴ de cada família particularmente, e que podem exercer grande influência na decisão de um indivíduo em se engajar na luta pelo babaçu e pela terra, determinando por vezes o nível de envolvimento e comprometimento com esta causa. Estamos nos referindo a situações nas quais os indivíduos que se engajam, estão imbuídos de um forte sentimento de solidariedade étnica, religiosa e de classe⁸⁵. Como observado nos povoados de São Manuel:

Pesquisador: Mas se seu Antonino tinha a terra do pai dele pra trabalhar porque ele entrou nessa luta?

Ivete: O Antonino entrou por que, ele sempre ele diz, talvez ele até vai te dizer depois melhor do que eu, assim, ele diz que fazia parte da comunidade e aqui tinha muita gente que vivia sem ter onde morar mesmo, e aí eles lá não dava de dá pra onde todo mundo morar, aí ele disse que entrou pra dar apoio né, por que pra ele ficar só de fora apoiando, mas, como ele fazia parte da comunidade também, aí ele entrou, mas não foi nem só ele por que o Mundeiro que é irmão dele também entrou junto.

E no de Ludovico:

Pesquisador: Mas por que então o Inácio entrou na briga se a família dele tinha terra pra trabalhar?

Maria Alaídes: Ele era dirigente (da comunidade religiosa), delegado sindical, e como ele era um dos animador ele achou por bem entrar também.

Muito forte também era a recusa de alguns em sair do lugar de onde nasceram e/ou *se criaram* como costumam falar, o lugar ao qual estavam ligados por fortes laços emocionais, onde estavam os parentes, amigos, compadres, comadres e vizinhos, a este apego ao lugar de moradia somava-se freqüentemente, o ressentimento de ter que abandonar (muitas vezes nas mãos de forasteiros) as terras que foram desbravadas a custa de muito *trabalho* por seus pais e avós. Tais sentimentos não devem ser desprezados quando se quer entender porque decidiram enfrentar uma luta tão difícil e arriscada.

A minha luta era de tentar conseguir um meio de vida pros meus filhos e de conscientizar ele (o marido) de que nos tinha o direito, que nós morava aqui, nos nascemos e se criemos aqui, e que eu jamais ia pra garimpo, porque lá não era meu, e jamais eu ia pra cidade porque eu nunca tive vocação de morar na

⁸⁴ O que chamamos de reprodução material, e que relacionamos à questão da alimentação e outros bens materiais que garantam a sobrevivência dos indivíduos, também está interligado de forma estreita a questão da própria reprodução simbólica, visto que sustentar uma família por meio de atividades da agricultura, pecuária, extrativismo do babaçu, como é o caso do grupo estudado, envolve a preocupação com a continuidade de um modo de vida e seus respectivos valores morais e religiosos.

⁸⁵ Nos três povoados que tomamos como referencial empírico nesta pesquisa nos chamou particular atenção o fato de que entre as lideranças de maior destaque durante o período das chamadas *greves*, estavam indivíduos provenientes de famílias de pequenos e médios proprietários, aos quais a entrada na luta é justificada pelos participantes sem terra e agregados, como motivada por estes sentimentos de solidariedade. Sentimentos estes que também foram motivadores para muitos daqueles que se encontram na condição de agregados/foreiros e sem terra, mas que em suas falas ficam subsumidos diante das motivações diretamente ligadas as carências materiais como a necessidade, fome, miséria.

cidade, como eles queriam me levar. **Quem é nativo dessa terra aqui é nois, não é o fazendeiro.** Porque se eu não lutar aqui, eu vou ter que lutar lá pra onde eu vou também, por isso eu fico logo aqui, nos já tamos mobilizadas um grupo de mulher (Diocina, Ludovico, grifos nossos).

Entre aqueles que estavam mobilizados em torno da libertação do babaçu e reconquista das terras das mãos do latifúndio, também se diferenciava a forma de participação no processo de luta, diferenças estas, engendradas pelas condições de possibilidades objetivas e subjetivas de cada um. Paula Andrade e Figueiredo (2004) que realizaram estudos nestes mesmos povoados de Lago do Junco destacam a importância da *divisão sexual do trabalho guerreiro*, como sendo simultaneamente uma contingência da própria diferença entre gêneros nas sociedades camponesas, e da apropriação das diferenças sócio-culturais entre os sexos no planejamento das estratégias de enfrentamento.

O que se passa a observar na região, nos anos 80, é uma guerra não declarada, com lutas, tiroteios, prisões, mortes de ambos os lados aquele dos camponeses e o dos pistoleiros de aluguel, dos capatazes, dos vaqueiros e encarregados de fazenda (...) Essa guerra é enfrentada pelo conjunto das famílias atingidas, não apenas de cada povoado e que passa a criar laços de solidariedade entre povoados e entre municípios. Como não poderia ser diferente, em se tratando de famílias camponesas, ocorreu também uma divisão sexual do trabalho de enfrentamento dos antagonistas. Homens e mulheres, de diferentes maneiras, viram-se diante da tarefa de lutar pelo acesso aos babaçuais. Em diferentes momentos, passam a agir ora separados ora em conjunto. Crianças e os jovens viram-se também envolvidos, assumindo tarefas que lhes eram específicas no conjunto do trabalho de guerra (...) Nas práticas desencadeadas por essas famílias, a relação de gênero está sempre presente, determinando o maior ou o menor envolvimento na luta, conforme os papéis desempenhados na divisão sexual do trabalho e de acordo com regras, valores, representações que regem as relações entre homens e mulheres nessas sociedades (PAULA ANDRADE e FIGUEIREDO, 2004, p. 33-34).

De acordo com o trabalho de Paula Andrade e Figueiredo (2004) e com o que nos foi relatado por nossos entrevistados, eram as mulheres, idosos e crianças que em algumas ocasiões permaneciam nos povoados no momento em que estes eram invadidos pela polícia e pistoleiros, isto se dava especialmente nas ocasiões em que os homens foram obrigados a fugir para as matas por estarem sendo perseguidos pelos pistoleiros ou pela polícia. Cabia a elas responsabilidade de levar informações e mantimentos para os homens escondidos sem deixar que fossem descobertos⁸⁶.

Quando os proprietários enviavam veículos com pistoleiros e policiais para realizarem despejos e ataques aos povoados – sendo que certa vez um proprietário mandou preparar na cidade de Bacabal um caminhão- caçamba **blindado** para realizar um desses ataques - foram as mulheres e crianças que se colocaram diante dos veículos pra evitar a passagem. No Meraim, especialmente em Lago do Junco, muitas dessas mulheres conseguiram romper com preconceitos dos próprios companheiros e passaram a participar de reuniões e audiências com

⁸⁶ Sobre este destaque dado à participação feminina nos conflitos da Região do Médio Mearim Maranhense, Paula Andrade faz as seguintes ponderações para evitar concepções idealizadas sobre o papel destas mulheres: *Erramos quando, a partir de uma leitura ingênua das narrativas, tentamos descrever a história dos conflitos e das lutas literalmente por etapas: primeiro as mulheres lutaram pelo coco e, depois, os homens decidiram apoiá-las, e a partir daí desencadeou-se a luta pela reforma agrária propriamente dita. No momento em que estas mulheres narram é como se os homens não existissem, como se elas e seus filhos fossem sós no mundo. Vários comentaristas, vários mediadores, têm se referido à construção desse movimento, apenas como um movimento de mulheres e não como movimento de famílias* (PAULA ANDRADE, 2005).

mediadores e autoridades. Como resultado destas e de outras atividades muitas dessas mulheres, ao término dos momentos mais agudos de luta pela terra, lograram sair do espaço doméstico para o espaço público, se constituindo em lideranças com forte atuação nos momentos posteriores à luta⁸⁷ (PAULA ANDRADE & FIGUEIREDO, 2004).

Juntamente com as diferenças de gênero e etária apontada pelas autoras, observamos ainda no decorrer de nossa pesquisa outros termos pelos quais se fez a *divisão do trabalho guerreiro* entre estas famílias. Durante o processo de luta várias frentes de batalhas foram construídas por ambas as partes, confrontos físicos, pressões psicológicas, aquisição de meios materiais, disputas judiciais, conquista de aliados, reivindicações junto ao Estado, etc. No âmbito das famílias de trabalhadores rurais, havia indivíduos que eram destacados pelo grupo para realizar ações específicas em cada uma dessas frentes, para as quais por vezes se requisitavam algumas “características especiais”.

Eu fiz parte dessa organização (de luta pela terra), eu mais o Ildo (marido), só que nós ficava mais na parte de mobilização, quando era pra comprar carne pra levar pra São Manuel a gente fazia isso, quando era pra ir em audiência na paróquia nós fazia isso, quando era pra ir pra São Luís também no ITERMA, quando era pra ir pra Bacabal informar a diocese do que tava acontecendo a gente ia também, nunca a gente foi muito pra espingarda não, tinha os que tinha mais facilidade de ir pra espingarda, pra trincheira (Maria Alaídes, Ludovico).

Nem todas as “características especiais” necessárias às várias atividades da luta eram “inerentes” ao indivíduo, como a capacidade de mobilizar companheiros e mediadores ou mesmo a disposição de *ir pra trincheira*. Algumas dessas características foram construídas de forma planejada pelo grupo como um todo.

Pesquisador: Todo mundo participou do conflito da mesma forma? Todo mundo fez as mesmas coisas?

Diocina: Quem não pegou em espingarda pra se defender, contribuía, corria atrás da justiça. Era porque **tinha uns que ficava um pouco mais sem se aparecer, pra poder sair, porque se não...** porque ficava de um jeito, vamos supor eu aqui em casa: “ah! Aquela mulher ali cozinha pro mutirão” eu era mal vista e se bobeasse a gente evaporava, tombava (grifo nosso).

Durante os conflitos houve pessoas que se envolveram na luta pela terra de forma quase secreta, pois precisavam circular em espaços externos aos povoados onde nem sempre podiam contar com a proteção dos companheiros, como nas estradas, por exemplo. As viagens para outras cidades como São Luís, Bacabal, Lago da Pedra ou mesmo para outros povoados eram feitas muitas vezes às escondidas, durante as madrugadas e frequentemente por caminhos alternativos, que somente algumas pessoas conheciam, tudo isso para preservar a integridade desses membros que muitas vezes eram poupados de atividades de maior visibilidade diante dos inimigos.

Dentre estas atividades de menor visibilidade, também destacamos aquelas que muitas vezes são consideradas “triviais” diante de situações adversas como a de um conflito violento como o vivido em Lago do Junco, mas que vem a contribuir bastante para o sucesso da

⁸⁷ Para um maior aprofundamento sobre o protagonismo de mulheres nos conflitos agrários da década de 1980 no Médio Mearim, especificamente no município de Lago do Junco, bem como sobre a emergência de lideranças femininas e da quebradeira de coco babaçu como sujeito político, além do referido trabalho de Paula Andrade e Figueiredo (2004), consultar também os trabalhos de Almeida (1985), Antunes (2003) e Figueiredo (2005).

empreitada das famílias, tanto quanto os trabalhos tidos como “mais expressivos” para um contexto de confrontos armados como *pegar em espingarda*.

É compreendido que muita gente tá na luta quando apóia a luta, às vezes nem precisa pegar em espingarda, nem precisa ir pra matar boi, nem precisa bater em ninguém, nem precisa ir lá pra audiência, mas no fundo ele tá colaborando, às vezes até com alimentação e não quer que o nome saia, tá colaborando em não dar informação pra quem chega se for no sentido de perseguição (...) E outros era comprando fumo, todo mundo gostava de fumar demais na época, comprava fumo e mandava, que dizia assim que era pra espantar muriçoca, fumar pra espantar as muriçoca, outros comprava carne e mandava pro lugar onde tava sendo cozinhada (Maria Alaídes, Ludovico).

Adjetivar e de certa forma classificar o grau de importância que as inúmeras ações descritas acima tiveram para a conquista da terra, se tornaria uma tarefa complicada no momento em que as famílias de trabalhadores rurais definiriam entre elas quem seria oficialmente reconhecido como beneficiário de cada área de assentamento que viria a se constituir. O entendimento sobre correspondência entre a quantidade e a qualidade das diferentes ações desenvolvidas por aqueles envolvidos nas lutas e o reconhecimento do direito de se tornar assentado, foi naquela ocasião motivo de polêmicas e disputa entre as famílias de trabalhadores rurais⁸⁸. O entendimento sobre estas formas de se envolver na luta pelo babaçu e pela terra, apresentado atualmente por nossos entrevistados, deve ser encarado como resultado dos debates que definiram quem seria reconhecido ou não como assentado.

Além dos confrontos diretos, embates políticos e disputas judiciais, nesta guerra pelo controle do acesso do babaçu e pela propriedade da terra, uma arma tão utilizada quanto rifles e espingardas foi o uso estratégico da informação. De ambos os lados, o acesso a informações sobre o oponente foi fundamental no planejamento de ataques e contra-ataques, fossem ataques físicos, psicológicos, jurídicos ou políticos, a capacidade de apreender informação ou de fazê-la circular foi decisiva em muitos momentos.

Quando a gente entrou no conflito, né, e aí depois de tantas audiências que tinha no Estado lá no ITERMA, aí foi descoberto que essa terra aqui não era dele. Era do Estado, só que tinha as benfeitorias dele, tinha açude, tinha as cercas que ele cercava e tudo, mas a terra mesmo não foi ele mesmo que comprou (Ivete, São Manuel).

A confirmação de que as terras em questão se tratavam de terras indevidamente ocupadas, foi utilizada para reforçar ainda mais no interior deste grupo de famílias de trabalhadores rurais e perante a sociedade envolvente, a legitimidade de sua luta. Esta informação tornou mais contundente a pressão camponesa e de seus aliados externos junto aos órgãos fundiários e demais autoridades do Estado para que intervissem em favor das famílias nesta disputa.

Estas redes de informações fossem elas alimentadas por conhecimentos disponíveis nos órgãos oficiais, na legislação vigente e especialmente nas observações do comportamento dos indivíduos de um dado povoado, foram construídas e muito utilizadas pelos dois lados durante os conflitos. Da parte dos proprietários, estes conseguiam cooptar algumas famílias nos povoados que cumpriram o papel de informantes, assim como pessoas que entravam nos povoados a mando dos proprietários disfarçados de vendedores etc., que pudessem colher informações sobre lideranças e ações que estavam sendo planejadas. As famílias se defendiam

⁸⁸ Alguns termos dessa polêmica serão tratados no capítulo VI.

utilizando o mesmo instrumento para identificar entre os membros dos povoados ou pessoas que circulavam por estes, os possíveis aliados e traidores.

Pesquisador: Mas aí assim o que ia te perguntar era o seguinte, como é vocês sabiam se uma família que ficou, mas não tava lutando, se ela tava do lado de vocês?

Carmelita: É por que o pessoal falava e via, outras pessoas faziam era ouvir mermo. Aqui tinha uma família de gente, eles são meus parente de tabulero, mas eles era muito bom pra exigir, eles tinham muito acesso aos pistoleiro, eles gostavam de encostar lá e eles conversavam. Aí a gente sabia aqui.

Pesquisador: Aí quando eles conversavam com o pistoleiro eles vinha e informava vocês?

Carmelita: Não, quando eles passavam coisa nossa pra lá.

Pesquisador: Ah, eles é que passavam coisas de vocês pra eles?

Carmelita: Era, quando eles conversava com a gente, e a gente sabia que eles ficavam sabendo, aí só podia dizer que era eles que falava, por que eles encostava era lá, quando eles tinha acesso, por que muitas vezes eles saía aqui.

Na verdade, no que tange a estas redes de informação entre as famílias de trabalhadores rurais, o que ocorreu durante os conflitos foi uma espécie de potencialização e direcionamento das já existentes redes de observação que controlam entre outras coisas a circulação de pessoas nos povoados, seja de seus membros ou de pessoas de fora, fato que nos foi possível observar de perto durante nosso trabalho de campo em Lago do Junco. Sobre o caráter *quase automático* e *naturalizado* desse controle, Comerford (2003) que pesquisou os significados assumidos pelos sindicatos de trabalhadores rurais nas regiões dos *córregos* de Minas Gerais nos relata que:

O exercício desse controle fica ainda mais claro quando se está na casa de alguém, conversando: a conversa costuma ser discretamente interrompida quando passa um carro ou uma motocicleta na estrada, para que os moradores identifiquem quem estava no carro, para onde possivelmente estava indo, a que horas passou, e comentem brevemente o fato. Mais tarde, quando o veículo voltar, a informação poderá ser complementada, pela observação de quanto tempo permaneceu (...). Não é só a partir das casas que se vigiam os caminhos e estradas: também das roças lavouras e pastos tudo se observa. As pessoas interrompem brevemente o trabalho e lançam olhares perscrutadores, para verificar quem está passando, identificar carros e seus percursos, bem como conjecturar sobre a finalidade da presença de pessoas na localidade. Esse controle sobre a movimentação nas estradas e sobre a circulação de pessoas na direção das casas é apenas um aspecto do controle mais amplo exercido de maneira geral, não só sobre as incursões dos estranhos (que nesse caso é mais aberto e indiscreto), como também sobre as ações dos moradores, que são sempre objeto da observação dos outros moradores (COMERFORD, 2003, p. 31).

Entre as famílias camponesas estas redes contribuíram bastante para equilibrar as desvantagens econômicas e bélicas que possuíam em relação aos fazendeiros. Graças a estas redes de informações, muitos confrontos e emboscadas foram evitados ou quando ocorriam não pegavam as famílias despreparadas, isso ajudou a poupar muitas vidas. Ressalte-se que, dependendo das circunstâncias, o fato de seus adversários abortarem uma ação em função da

perda do elemento surpresa, se constituía em verdadeira vitória para as famílias camponesas, mesmo que fosse simbólica.

Por diversas ocasiões os povoados em conflito ficaram “isolados” do resto do mundo, pois os principais caminhos de acesso estavam vigiados pelas milícias dos fazendeiros, o que impedia aqueles marcados como integrantes da *greve* de circularem por estes espaços e poderem contatar mediadores, aliados em outros povoados e cidades como Bacabal, Lago da Pedra e São Luís ou receber a visita de parentes e amigos, nestas horas puderam contar com ação discreta de pessoas que não tinham a intenção de lutar pela terra, mas, que de alguma forma se solidarizavam com aqueles que estavam lutando e que poderiam ajudá-los sem necessitar de um contato direto que os comprometesse.

Mas tinha aquelas pessoas que não era contra a luta, mas também não tava envolvido, ele fazia alguma coisa de aceno pra gente lá fora: “olha eu não tenho nada a ver com isso não” e por trás (dos adversários) assim eles falavam pra alguém da confiança da gente, do nosso lado: “olha o pessoal lá, tá precisando disso assim, assim, assim” e de qualquer forma eles ajudava e outros ficava mesmo assim (Diocina Ludovico).

As imagens e reputações construídas durante os conflitos ou o reforço das já existentes, eram também incorporadas ao arsenal de luta, ficando a eficácia destes elementos dependente da capacidade dos agentes em fazer estas imagens e reputações circularem como verdadeiras. Tomemos como exemplo de uso estratégico da reputação adquirida no desenrolar desse processo ocorrido no povoado de Centrinho do Acrísio:

A polícia não entrou aqui por que aqui tinha fama de homem valente, desde a morte do vaqueiro, então eles tinha medo de entrar pra cá assim. Nós fomos em São Luís reunir com o Cafeteira e o secretário de segurança, e eles disseram que a polícia não tinha ordem de atacar casa, e se entrasse aqui nós podia atirar que era bandido (Seu Preto, Centrinho do Acrísio).

Outro recurso também muito utilizado nesse momento foi o trabalho de depreciação da imagem do “outro” cuja eficácia estava em estigmatizar atitudes e posições em relação aos conflitos. Estes estigmas tinham suas origens nos quadros de referências das visões de mundo que se chocavam naquele momento: uma visão de mundo contestadora e outra conformista.

Aqueles que lutavam pelo babaçu e pela terra eram vistos por aqueles que condenavam tal atitude, fossem proprietários de terra ou outros trabalhadores rurais, como: *desordeiros*, *ladrões*, *vagabundos*, adjetivos que foram sintetizados nos termos *mutirãozeiros* e *tomador de terra alheia*. Sobre os que não entraram na luta e principalmente sobre aqueles tidos como aliados dos proprietários de terras, pesariam adjetivos como *medroso*, *submisso*, *puxa-saco*, para o qual os que comungavam da visão contestadora cunharam o termo *adulador*. Os proprietários de terras também não ficaram imunes a este sistema de classificação, principalmente os diretamente envolvidos nos conflitos. Para estes, especialmente os mais intolerantes e violentos, o vocabulário dos trabalhadores rurais lhes reservou os termos designativos: *opressor* e *perseguidor*.

Estas denominações extrapolavam o circuito das lutas, sendo freqüentemente utilizadas pela sociedade envolvente do campo e da cidade. As conseqüências de carregar consigo um desses estigmas pesavam consideravelmente nas decisões sobre como se posicionar durante os conflitos, uma vez que a reputação de uma pessoa tem considerável peso no âmbito de suas relações sociais.

Não obstante, as famílias de trabalhadores rurais que lutavam pelo babaçu e pela terra em Lago do Junco, puderam contar com o expressivo apoio de aliados externos⁸⁹ que cumpriram o importante papel de mediadores de suas demandas, especialmente junto ao Estado. Destaca-se o papel da ala progressista Igreja Católica, cuja forte atuação já se fazia notar fortemente antes mesmo da emergência destes conflitos. Com o agravamento dos problemas que afligiam estas famílias, outras instituições oriundas das estruturas da Igreja Católica se inserem no trabalho de apoio espiritual, material e político. Ao lado dos religiosos e das instituições de leigos ACR e MER, verifica-se ainda a partir de meados da década de 1980, a presença de outras organizações confessionais como a Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura - ACESA e o trabalho dos agentes de pastoral⁹⁰, especialmente da Criança e da Saúde.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lago do Junco no momento dos conflitos, não se constituía um espaço legítimo de representação das famílias em luta, na medida em que não incorporava estas reivindicações em sua pauta uma vez que os que ocupavam sua direção naquele momento não estavam comprometidos com as mesmas. Ao contrário se posicionam sem muitos constrangimentos contra essa luta. Desta forma, a ação das famílias por meio da instituição sindical se deu em Lago do Junco basicamente através das delegacias sindicais e do apoio buscado em sindicatos de municípios vizinhos como o da cidade de Bacabal, acionando diretamente a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão - FETAEMA ou por vezes, a estrutura da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG.

É que no tempo dos conflito, as vêiz a gente não ia nem pro Lago dos Rodrigues por causa dos conflitos, por causa dos pistoleiros aí nos caminhos né, sabe. Aí ia por Bacabal, ia por dentro das solta, a gente ia buscar apoio nas outras (...) no sindicato lá de Bacabal, nesse tempo ele dava apoio pra gente, por que antes do sindicato vim mesmo pras mãos dos trabalhador, por que era sindicato de trabalho mas era associado pistoleiro, associado fazendeiro era sócio, esses empresários, esse Adelino era sócio. Aí depois que a gente conseguiu tomar esse sindicato mesmo pras mãos dos trabalhador, aí é que foi dado um basta mesmo nesse povo aí que era sócio, que aí não podia gente mesmo que era pistoleiro aqui na época era sócio do sindicato, e esse povo não podia ser sócio por que eles não era trabalhador, eles puxava era a vida dos trabalhador (Ivete, São Manuel).

Esta ausência do sindicato local contribuiu para fazer da igreja o principal mediador e veículo através do qual os conflitos se apresentaram publicamente para a sociedade maranhense e brasileira. Martins (1983) chama a atenção para o fato de que a inclusão do camponês no debate histórico e político nacional se dá com o crescimento das lutas camponesas em especial aquela desencadeada pela luta ao direito a terra, contra o processo de expropriação. Os conflitos possibilitaram as famílias que lutavam alcançar visibilidade política e social.

⁸⁹ Sobre a presença e a participação destes aliados externos gostaríamos de chamar atenção que a análise que apresentamos aqui é parcial. Não nos foi possível devido a limitações de nosso cronograma de trabalho investigar a maneira como estes se articulavam e relacionavam entre si e mais detalhadamente com as famílias de trabalhadores rurais. Baseado em algumas passagens das entrevistas e do que ficou registrado em documentos da época, tais como livros de atas, percebemos que o consenso quanto a ações, tomadas de posições, estratégias e etc. nem sempre foi possível ou foi construído, por vezes, a partir de muito debate. Perceber com maior clareza os pontos de concordância e discordância destes agentes durante este processo enriqueceria sobremaneira nosso trabalho.

⁹⁰ Não encontramos referências nos documentos por nós analisados, tão pouco nos relatos dos nossos entrevistados, sobre a presença ou atuação da Comissão Pastoral da Terra - CPT nos conflitos de Lago do Junco.

Foi pelo intermédio da igreja que as famílias de trabalhadores rurais que lutavam em Lago do Junco, estabeleceram contatos com povoados de outros municípios que igualmente viviam em situação de conflito e com outras entidades que também se tornariam mediadoras, uma vez que o alcance institucional da igreja possuía seus limites, entre estes outros mediadores estão a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos - SMDDH, advogados e parlamentares ligados a movimentos populares e professores universitários.

A SMDDH apresentava um trabalho voltado diretamente para a assessoria jurídica, os advogados de seus quadros, assim como os advogados vinculados a FETAEMA procuravam defender os trabalhadores rurais nos processos judiciais⁹¹, durante as intimações para prestar depoimento, auxiliando-os em audiências com autoridades e órgãos públicos, mas principalmente abriram para as famílias a “caixa preta” da justiça, interando-as sobre seus direitos, muitos dos quais sequer sabiam que tinham.

A ACESA - que trabalhava a questão da melhoria das condições de produção e renda das famílias oferecendo assessoria através de um quadro técnico composto principalmente por engenheiros agrônomos e técnicos agrícolas - e as pastorais da criança e da saúde, além de disponibilizarem as famílias serviços nos seus respectivos campos de atuação, deram continuidade ao trabalho de formação sócio-política que vinha sendo feito pelas organizações religiosas que as antecederam. No que se refere ao trabalho das pastorais, durante os anos 80, o interior do Maranhão assistiu à implantação em vários povoados, das pastorais da Criança e da Saúde, que congregou a população rural e seguimentos progressistas do clero. A pastoral católica envolvia o trabalho assistencial às mães, com o objetivo principal de melhorar as condições de saúde das crianças e reduzir a mortalidade infantil.

E nessa época como mulher, a gente participando dessa discussão, também nós fazíamos parte de agentes de saúde, pastoral da criança que tinha toda uma preocupação com saúde, porém a gente já analisava na época que pra gente ter saúde, precisava ter terra pra trabalhar, pra ter saúde precisava ter boas alimentação, pra ter saúde precisava ter higiene, e nós não tinha higiene, não tinha fossa, não tinha filtro, porco comia junto com menino, porco comia cocô na rua e vinha fuçar os prato de menino, menino morria muito de desnutrição de diarréia, vômito. Mãe de vez em quando atacava infecção na hora de ganhar o bebê, mães morria daqui pra Matinha numa rede, porque tinha o igarapé pra passar e não tinha como, e ficava muito tempo aqui na comunidade. É uma história que tem tempo que é assim, tinha tempo que é assado. Tudo em questão de evolução, mas com um atraso muito grande a gente ficava muito patinando nessa história, não tinha a quem buscar solução, se não fosse nessa união que a gente tava pensando (Maria Aláides, Ludovico).

As ações destas pastorais foram executadas principalmente através dos chamados *clubes de mães* que, àquela época existiam em vários povoados do município. Conforme sinaliza o depoimento acima, estes espaços também se politizaram, despertando nas mulheres que deles participavam uma consciência da natureza socioeconômica de seus problemas, ao mesmo tempo em que reforçavam a idéia de que a organização e resistência coletiva seriam os melhores instrumentos para transformar aquela realidade. É pela articulação de vários clubes de mães em Lago do Junco que em maio de 1989, ainda em meio aos conflitos, é fundada a Associação das Mulheres Trabalhadoras Rurais – AMTR. Ela é concebida como uma entidade de representação regional, passando a congregar as demandas comuns de

⁹¹ Durante os conflitos muitos trabalhadores rurais responderam a processos criminais sob as acusações de invasão de propriedade privada, destruição de propriedade particular (especialmente pela derrubada de cercas), roubo (nos casos em que coletavam e quebravam o babaçu de alguma propriedade onde esta prática estivesse restrita) e em alguns casos pela morte de pistoleiros.

mulheres de várias localidades, principalmente a bandeira do livre acesso e preservação dos babaquais e da reforma agrária.

A luta pela terra em Lago do Junco e região transcorre no contexto da implementação do Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, durante o governo do presidente maranhense José Sarney (1985-1989). Porém estando aquele governo sensível à pressão social e política dos latifundiários, o PNRA foi consideravelmente alterado em relação às pretensões iniciais de seus planejadores perdendo seu potencial de transformação social. Com a vitória dos interesses da grande propriedade na assembleia nacional constituinte de 1988, as esperanças da realização de uma ampla reforma agrária conforme o desejo das organizações de trabalhadores termina por capitular⁹², caracterizando este período pelo acirramento da violência no campo direcionada especialmente contra famílias que lutavam pela terra e suas lideranças, violência praticada tanto pelo Estado quanto pela ação privada dos grandes proprietários de terras principalmente aqueles organizados na UDR. Daí por diante com estas limitações ao alcance do PNRA, a execução das ações de reforma agrária dependeriam menos do planejamento de uma política de Estado do que da vontade política dos governos.

Em certo momento nós interpretava também a situação dos políticos da região, nós entrava muito pra questão político partidária que é onde nós compreende que tá as maiores decisões do país, nos políticos. E a gente acabou descobrindo que há pouca vontade política nos políticos de fazer acontecer um projeto de desenvolvimento, a gente associou a questão aí a questão do evangelho, o evangelho fez com que a gente compreendesse essa dimensão (Raimundo Ermínio, São Manuel).

Em Lago do Junco as famílias que lutavam pelo babaçu e pela terra, são cada vez mais convencidas pela força dos episódios que estavam vivendo, de que além resistência e luta armada nos povoados, de terem que se defender nas delegacias e tribunais, das pressões junto aos órgãos estatais com ingerência sobre os conflitos fundiários, tinham que partir também para o enfrentamento no campo político e partidário para influenciar na vontade política dos governos e terem suas reivindicações atendidas. Este enfrentamento foi possível inicialmente graças a aproximação com deputados estaduais filiados a siglas de centro-esquerda como PMDB, PDT e PSB, que se engajaram pessoalmente na luta destas famílias.

Durante esse processo de lutar pela terra nós descobrimos que nós tinha que participar da política partidária, ou seja, nossos deputados, nossos políticos são responsáveis por esses acontecimentos, porque é eles que fazem as leis, deveria ou devem ser políticos que façam leis que beneficiem os trabalhadores, e não fazer leis que só defendam suas classes. Foi aonde nós colocamos alguns vereadores, agora nós temos uma quebradeira de coco e dois trabalhadores, esses pelo PT, mas nem sempre foi pelo PT, em 88, quando nós lançamos o primeiro candidato a vereador, era pelo PMDB e depois nós passamos pelo PSB e atualmente estamos no PT. O primeiro candidato nosso foi o Milton Vieira, companheiro aqui do povoado, mas, nossas condições eram tão ruim, que nós conseguimos eleger o vereador, mas, nem mesmo uma roupa mais ou menos o vereador tinha pra tomar posse, eu lembro que nós se juntamo todo mundo e fizemos uma quebra de coco no regime de mutirão e compremo a roupa e o calçado pra ele se apossar com uma roupa mais ou menos (Raimundo Vital, São Manuel).

⁹² Para um maior aprofundamento sobre os termos do PNRA e os debates e disputas em torno de sua elaboração e implementação ver Gomes da Silva (1997, 1998) e Veiga (1990).

Contudo, há que se ressaltar que esta inserção na política partidária se deu de uma forma peculiar, os relatos de nossos entrevistados deixam transparecer que a presença e atuação dos partidos enquanto entidade foi de pouca expressão e importância em relação à pessoa do parlamentar. Naquele contexto, o envolvimento dos trabalhadores rurais com esta ou aquela sigla partidária, é explicado pelos entrevistados como sendo influenciado muito mais pelos laços de simpatia e gratidão com os parlamentares que lhes apoiaram do que pela identificação com os programas partidários.

Pesquisador: Como foi essa passagem do PMDB pro PSB e PT?

Vital: Na época como nós não tinha conhecimento de partido político, o partido (de oposição ao prefeito) que tinha aqui na região era o PMDB, isso foi em 1988, aí nós fomos se filiando, elegemos logo dois vereadores pelo PMDB, era o Milton Vieira daqui de São Manuel e o Irineu Silva Neves de outro povoado bem aqui próximo chamado Morada Nova. E esses dois vereadores foi a maior luta pra nós tirar o mandato completo vivo, porque era muito perseguido pelos latifundiários. E depois nós fumo pro PSB em função dos conflitos dos apoios que tivemos, Conceição Andrade que hoje é, na época ela era advogada, hoje vai ser candidata a deputada estadual já foi secretária de estado foi juíza, mas não exerceu a função, nessa época dos conflitos ela dava apoio aqui, era uma das nossas defensoras, ela era do PSB e em função de termos ligados a ela fomos pra o PSB. Durante o conflito, foram quatro anos de conflito, a gente acabou conhecendo também outro advogado chamado Domingos Dutra, ele atualmente está sendo deputado estadual, já foi deputado federal e ex-vice prefeito de São Luís, na época ele também começou dando apoio, defendendo a gente nas questões agrárias, nas prisões, nos jures populares que teve e a gente acabou conhecendo ele, e ele entrou pra política também, aí a gente acabou saindo do PSB e indo pro PT, mas muita gente ainda ficou no PSB (Raimundo Vital, São Manuel).

Nota-se que as famílias em conflito passam a realizar suas opções eleitorais nos planos local e estadual coletivamente e de forma planejada, sendo orientados pelos laços que construíram entre si e entre aliados no processo de luta pelo babaçu e pela terra. A eleição de Eptácio Cafeteira que sucedeu o truculento governador Luis Rocha, e de seus primeiros vereadores são um exemplo dessa ação coletiva e planejada.

Em 1989 elegemos (vereadores) o Milton Vieira e o Irineu, foi esses dois que começaram a falar pelos trabalhadores aqui no município. Até então só tinha os deputados. Através da ACR nos procuramos os deputados, da igreja, da Sociedade, da FETAEMA, esses foram os canais até os deputados. Na época do conflito o governador era o Luiz Rocha, ele era muito ruim para os trabalhadores. O Cafeteira foi eleito porque fez a promessa em sua campanha de que a polícia não ia mais perseguir trabalhador rural, e os trabalhadores votaram nele, mas ele não cumpriu a promessa. Quando as terras foram desapropriadas já foi no governo do João Alberto (Antonino, São Manuel).

Durante o mandato de Eptácio Cafeteira iniciado em 1987 algumas ações modestas e pontuais foram realizadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e pelo Instituto de Terras do Estado do Maranhão - ITERMA no sentido de desapropriar áreas de conflito em Lago do Junco, mas nada que diminuísse o clima tenso no município. Neste sentido o governo Cafeteira se mostrou decepcionante para muitas famílias. No ano de 1990, Cafeteira descompatibiliza-se do cargo de governador para disputar uma vaga no Senado

Federal para a qual é eleito, em seu lugar assume o então vice-governador João Alberto, ex-prefeito de Bacabal, que ficaria no cargo até o ano de 1991 quando findaria o mandato.

Ávido por conseguir apoio na assembléia legislativa do estado, para seu curto mandato, João Alberto se mostraria mais “sensível” as pressões dos trabalhadores rurais e seus mediadores, o governador então autoriza o ITERMA a intervir em áreas ainda em conflito naquela época transformando-as em assentamentos, amenizando o clima de guerra na região. O que não quer dizer que os problemas e dificuldades dessas famílias tenham sido totalmente resolvidos.

Se, por um lado, as desapropriações e a implantação de *projetos assentamento* amenizaram o problema do acesso a terra, por outro, persistem outras dificuldades, sobretudo ligadas à comercialização da produção uma vez que as famílias continuariam presas ao sistema de aviamento local⁹³; a capacidade produtiva dos solos estava reduzida pela degradação causada pelo manejo extensivo das pastagens⁹⁴ e à própria limitação espacial dos assentamentos, já que nestes a relação entre a área desapropriada e o número de famílias assentadas, corresponde a lotes de 14 a 25 hectares, considerados insuficientes para manutenção de uma família devido às características de clima, solo, e a técnica de produção⁹⁵ da região.

A solução desses problemas se constituiu em uma nova etapa de lutas para essas famílias, implicando em novas formas organizacionais como cooperativas e associações de assentamento, associação de escola família agrícola e grupos informais, cuja atuação e frentes de luta se dão para além do acesso a terra, na medida em que passam a se mobilizar em torno de questões ligadas agora à comercialização, produção, educação, por exemplo; e para além da atuação enquanto entidade de representação de uma categoria específica, pois a partir deste contexto emergem categorias como *assentado*, *agroextrativista*, *quebradeira de coco babaçu*, que não se sentem contemplados pela atuação dos sindicatos.

⁹³ Este sistema de aviamento é constituído por uma cadeia de atravessadores que monopolizam em determinadas localidades a compra da produção das famílias agroextrativistas (arroz, milho, farinha, feijão e o babaçu) e a venda dos chamados gêneros de primeira necessidade a estas famílias como (querosene, açúcar, café). Em geral estes atravessadores são também médios e grandes proprietários de terras ou estão vinculados a estes.

⁹⁴ Os solos que ocupados por pastagens tornam-se carentes em nutrientes e altamente compactados, o capim torna-se então uma erva daninha de difícil controle, concorrendo ferozmente com qualquer outra cultura agrícola, além de impedir o crescimento de novas palmeiras de babaçu.

⁹⁵ Trata-se do sistema de queima corte e *pousio*. Há algumas décadas o período de *pousio* chegava a ser de 13 anos, atualmente não passa de quatro anos.



CAPÍTULO V

**Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão:
Constituição, Trajetória e Campos de Atuação.**

Para se compreender a estrutura da entidade, sua finalidade e seus interlocutores, é necessário que se investigue o processo pelo qual ela se constituiu (Foucault, 1979).

A Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão - ASSEMA é uma organização não-governamental resultante do processo de luta pela terra no Médio Mearim Maranhense e, ao mesmo tempo, uma continuidade dessa luta na medida em que, o foco de suas ações se direciona para consolidação das terras reconquistadas, mas nos termos definidos pelas famílias de trabalhadores que a constituem. Esta organização apresenta-se enquanto espaço onde são forjados pela interação do conjunto de seus integrantes, os principais temas que compõe uma parte considerável das pautas das organizações de trabalhadores rurais filiadas a ela no município de Lago do Junco.

Pretendemos neste capítulo contextualizar o momento em que a ASSEMA surge, sua trajetória e os campos nos quais atua enquanto uma organização que conjuga atribuições de representação política e de assessoria técnica. Para tanto, recorremos a trabalhos que tomaram esta entidade para objeto de reflexão como: Almeida (1995) Gaioso (2000), Silva (2001), Antunes (2003), assim como a análise de entrevistas e documentos por nós coletados em trabalho de campo.

A ASSEMA surge num momento em que se percebe no campo, isto é, no meio rural, mais precisamente na região geográfica denominada de Médio Mearim Maranhense, “uma crise de mediadores”. Os trabalhadores em luta pela posse e uso da terra, demandavam também políticas relacionadas à produção e comercialização dos produtos, contudo, a ação dos agentes sociais de apoio a causa dos trabalhadores rurais era insuficiente frente ao número de demandas referentes às questões de assistência técnica e desenvolvimento da produção familiar e enfrentamento no campo político dos interesses de grupos interessados na repressão dos movimentos sociais no campo (SILVA, 2001, p. 65).

É no bojo de um complexo processo mudança social em escala local e global que envolve questões como a crescente precariedade das condições de vida dos mais pobres, uma crise de mediação, emergência de categorias identitárias, redes de articulação, redefinição das relações entre os agentes sociais e transformações estruturais no papel do Estado, que surgem as condições macroestruturais para a constituição de uma organização como a ASSEMA. Em sentido mais amplo, podemos relacionar o surgimento desta organização com dois fenômenos correlatos que ocorrem na escala global a partir da década de 1970, o ficou conhecido como *crise de mediação* e, a chamada emergência dos *novos movimentos sociais* (HOBSBAWM, 1994; GOHN, 1997).

O primeiro fenômeno tende a se caracterizar em linhas gerais, pelo alargamento das bases sociais no campo e o declínio da capacidade de mobilização dos instrumentos tradicionais de representação como sindicatos e partidos. As formas tradicionais de representação deparam-se com novas formas de relações com o Estado, mercado e entre os diversos segmentos da sociedade civil que implicam em confronto e lutas para as quais as entidades de representação, não possuíam os instrumentos adequados para o enfrentamento. Nesse sentido, para Rice (2005, p. 06) *os movimentos sociais rurais nos anos de 1980 são, portanto, um campo de dupla resistência política, contra a ordem social que os exclui e contra as representações formais de representação social que não os acolhe.*

O segundo fenômeno representa justamente uma reação à crise de mediação e, chama atenção especialmente para o deslocamento do espaço de mobilização engendrado pela

redefinição do papel do Estado, que possibilita formas de organização da sociedade civil que não estão mais atreladas a este. As reivindicações deixam de ser pautadas em interesses de classe ou profissional nas relações de produção e passam incluir situações de opressão sobre os aspectos culturais, ambientais, de gênero, étnica e de cidadania, como essas formas de opressão não atingem uma única categoria profissional, as formas de reivindicação tradicional perdem espaço, dando lugar à *política de identidade* (HOBSBAWM, 1994).

Durante o auge dos conflitos no Médio Mearim, várias entidades estavam junto às famílias de trabalhadores rurais apoiando-as em suas ações pela reconquista de suas terras. Conforme constatamos nos relatos e documentos do período por nós analisados, a interferência destas organizações permitiu que essas famílias resistissem ao desgaste material e emocional, que uma situação de conflito agrário exacerbado impõe. A força política e social existente em cada um dos agentes que se envolveram do lado das famílias quando aplicada em conjunto potencializou o poder de pressão junto ao Estado e a sociedade e, de reação frente aos seus antagonistas diretos, os grandes proprietários de terra.

Como já foi dito, a criação das áreas de assentamento que deram termo às situações de conflito exacerbado, não se apresentou como uma solução automática aos problemas das famílias assentadas, a forma como os projetos de assentamento são conduzidos pelos órgãos fundiários dificulta a consolidação da conquista. Dentre os problemas destacam-se: a morosidade na emissão do termo de posse; a exclusão dos trabalhadores nos processos de elaboração dos projetos a serem aplicados nos assentamentos; a imposição de sistemas de produção estabelecidos pelos planejadores, que pouco conheciam da realidade dessas famílias; soma-se a isso a desorganização produtiva e econômica em que se encontravam as famílias que vivenciaram os conflitos.

A literatura tem demonstrado que a criação de assentamentos, independente de sua origem⁹⁶, abre espaço para o surgimento de novas dinâmicas, novos espaços e redes de sociabilidade, que termina por estabelecer um novo contexto na relação para fora dos assentamentos (LEITE *et al*, 2004). Estes assentamentos podem também se constituir como espaços importantes, no sentido de questionar a permanência de laços tradicionais de patronagem e clientelismo, promoverem sua ruptura, criar novos laços ou em algumas circunstâncias até fortalecê-los (MEDEIROS e LEITE, 1998).

Deste ponto de vista, Leite *et al* (2004) nos convidam a pensar os assentamentos como *ponto de chegada*, ou seja, como uma entre outras possibilidades de mobilidade e integração social, na qual, se empenham os diversos movimentos sociais rurais no processo de luta e posse pela terra. Ao mesmo tempo, podemos pensá-los como *ponto de partida*, onde se busca implementar projetos produtivos, se inauguram novas dinâmicas de sociabilidade e de demandas (saúde, educação, transporte, apoio à produção), isto acarreta a introdução de novos elementos, agentes e a conseqüente inserção no jogo de disputas políticas, provocando alterações nas relações sociais e de poder local.

As questões e dificuldades impostas à nova condição de assentados ganharam relevo entre as preocupações dessas famílias pelas experiências mal-sucedidas das primeiras desapropriações ocorridas na região. Ainda em 1972, no município de Esperantinópolis, algumas áreas de assentamento foram criadas a partir da regularização de terras ocupadas por posseiros, o que se constatou nessas áreas foi que cinco anos depois, 90% das famílias já não

⁹⁶ De acordo com Leite *et al* (2004) “Nos discursos dos governos como o que se considera “assentamentos de reforma agrária” engloba situações com origens bastante diferenciadas como: regularização de terras ocupadas há décadas por “posseiros”; áreas de conflitos gerados pela tentativa de expulsão de trabalhadores que viviam nas terras como “rendeiros” ou “agregados”; áreas improdutivas ocupadas por movimentos de luta pela terra (como o MST) ou sindicatos de trabalhadores rurais, reservas extrativistas fruto da luta de seringueiros, pela permanência na terra que ocupavam há gerações” (LEITE *et al*, 2004: 21).

estavam mais na área. Tinham ido para o garimpo, vendido seus lotes ou já estavam em novas frentes de expansão. A preocupação era no sentido de não repetir a mesma situação.

Para estas famílias, as condições de se manterem dignamente nas terras reconquistadas tornam-se mais difíceis, a medida em que as entidades que os apoiavam durante os conflitos não se apresentavam mais com o mesmo protagonismo do momento anterior, não estando em condições de atender as novas demandas das comunidades, em função da própria natureza de suas atividades serem distintas das demandas que se apresentavam àquela ocasião, começa a se desenhar uma situação em que as formas tradicionais de mobilização e representação deparam-se com novas formas de confronto sem possuírem os instrumentos adequados para enfrentá-las. Crescia entre as famílias que haviam conquistado o reconhecimento da posse de suas terras, o entendimento de que uma nova organização deveria ser construída.

A tradicional ação política das entidades ligadas à Igreja católica nos povoados de região do Médio Mearim que foram bastante expressivas por ocasião dos conflitos, limita-se agora as ações realizadas no âmbito da entidade de assessoria denominada Animação Comunitária de Educação em Saúde e Agricultura – ACESA, que, no entanto, não estava a contento dos trabalhadores em função das ações desenvolvidas pela ACESA serem determinadas de forma centralizada pela Vice Província dos Frades Franciscanos, instituição mantenedora da ACESA. Os trabalhadores queriam mais autonomia dentro da entidade pleiteando a direção desta, o que foi negado pela vice-província (SILVA, 2001).

A nova forma de relação com o Estado engendrada, a partir dos assentamentos - responsável pela emergência da categoria designativa assentado - implicou na criação das chamadas associações de assentados tiveram que ser constituídas nos assentamentos por imposição dos órgãos fundiários INCRA e ITERMA, para mediar o acesso das famílias aos recursos e programas destas agências estatais, estas, no entanto carregavam consigo o que Silva chamou de *signo do associativismo burocrático*⁹⁷ (SILVA, 2001, p. 58).

Estas associações encontravam-se muito distantes das formas de solidariedade vivenciadas por estas famílias, entrando inclusive em choque com essas na medida em que, os órgãos fundiários previam como modelo de uso e acesso a terra a divisão em lotes individuais, quando a forma praticada pelas famílias era o regime de uso comunal das áreas.

Em relação aos sindicatos, observa-se uma limitação nesta instituição. Entre os entraves estavam a dificuldade de legitimar sua ação junto aos órgãos fundiários, aliado à ausência de recursos técnicos e financeiros para lidar com a questão da produção e comercialização. Uma segunda questão se impunha as limitações de representatividade nos sindicatos, dos quatro municípios que se envolveriam no processo de criação da ASSEMA, dois tinham seus sindicatos controlados por grupos cujos interesses destoavam significativamente do grupo de famílias recém saídas dos conflitos, os sindicatos de Lago do Junco e de Lima Campos eram considerados *pelegos*, suas direções representavam na verdade, os interesses dos fazendeiros, grandes comerciantes e tradicionais grupos políticos da região, contrários as famílias que agora constituíam as áreas de assentamento e daqueles que ainda lutavam por terra.

Dentro do grupo de famílias que discutiam a forma organizacional que melhor atendesse suas necessidades, ganha força a idéia de se criar no Médio Mearim uma espécie de “núcleo” da SMDDH que, por sua ação se dar na defesa dos direitos à vida e os direitos constitucionais, despertava nas famílias a percepção de que estaria na SMDDH a forma organizacional que melhor atendesse suas demandas. A idéia de um “núcleo”, e não a própria SMDDH foi suscitada porque esta entidade não se achava em condições institucionais, técnicas e operacionais de atender as novas necessidades do grupo, além da necessidade que a entidade

⁹⁷ Esta classificação se apóia nas definições de Zara (1996) e Almeida (2000) sobre o que entendem como *associativismo burocrático*.

tinha em transferir suas ações para outras áreas no estado do Maranhão que naquele momento estavam vivenciando situações de conflitos pela terra (SILVA, 2001).

Um projeto chegou a ser elaborado e aprovado por um dos técnicos da ACESA⁹⁸ que “informalmente” discutia com o grupo esta nova organização. Apesar da negativa da Vice Província em relação à autonomia dentro da ACESA, a Igreja em si não se fechou completamente para essa demanda dos trabalhadores, foi através do apoio financeiro e institucional da Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE, que o grupo que se articulava na construção de uma organização nova, pôde realizar uma viagem de intercâmbio por vários estados do país com o intuito de conhecer outras experiências que pudessem inspirá-los em seus propósitos (SILVA, 2001).

Tiveram a oportunidade de visitar acampamentos do MST no Espírito Santo, cooperativas, assentamentos antigos em São Paulo e no Paraná, conheceram a organização ASSESOAR, que já funcionava a mais de trinta anos e com uma estrutura que acabou sendo adotada na criação da ASSEMA, numa estrutura de uma organização que ao mesmo tempo podia ser uma organização de representação das áreas de assentamento, podia ser uma organização que proporcionava também assistência técnica, assessoria, como uma espécie de estrutura híbrida entre o movimento social e uma organização não-governamental (PORRO, *apud.* SILVA, 2001, p. 59).

Dessa viagem ficou, principalmente, a formação de uma visão mais ampla sobre por onde deveriam passar ações para consolidar a posse das terras reconquistadas, segundo Silva (2001):

As lideranças organizadas em torno da criação da nova organização optaram por um eixo de trabalho que não fosse mais restrito a questão dos direitos humanos, mas uma organização voltada para a questão da produção, comercialização e principalmente do extrativismo do babaçu e que ao mesmo tempo fosse um espaço de representação e assessoramento técnico (SILVA, 2001, p. 60).

Portanto, é neste contexto que surge em maio de 1989, a Associação em Áreas de Assentamento do Estado do Maranhão – ASSEMA criada a partir da articulação dos sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios de Esperantinópolis, São Luís Gonzaga, e das oposições sindicais de Lago do Junco e Lima Campos, que não se viam em condições de atender os trabalhadores recém saídos dos conflitos de terra, em suas novas demandas referentes à produção e comercialização agroextrativista e da nova relação com o Estado enquanto *assentados*. De acordo com sua ata de fundação a ASSEMA surge com o seguinte objetivo:

Acompanhar os processos e projetos de assentamentos nas áreas desapropriadas ou arrecadadas pelo Estado ou conquistadas por outras formas pelos trabalhadores para fins de reforma agrária e fortalecer a organização econômica, social e política dos trabalhadores rurais assentados, contribuindo para o avanço das lutas populares, sobretudo da reforma agrária e preservação ambiental de áreas de assentamento (ASSEMA, 1989, p.02).

Atualmente, esta organização é constituída por sócios individuais (pessoa física) e por organizações de trabalhadores rurais, quebradeiras de coco, que tenham a posse de suas terras socialmente reconhecidas, organizados em associações, cooperativas, sindicatos e grupos

⁹⁸ Os relatos, documentos e pesquisas anteriores fazem importantes referências ao casal de engenheiros agrônomos Noemi e Roberto Porro, estes são reconhecidos como figuras de grande destaque nas discussões que culminaram na criação da ASSEMA. Eles trabalhavam na ACESA e quando da fundação da ASSEMA constituíram o primeiro corpo técnico da entidade.

informais. Sua instância cotidiana de condução política e administrativa é realizada por uma diretoria formada por doze trabalhadores(as) rurais⁹⁹, tendo como instância soberana a assembleia geral da qual fazem parte todos os associados (individuais e coletivos) que se reúnem em assembleia duas vezes por ano.

Cada município da área de atuação da ASSEMA tem um conselho local denominado *conselho municipal*¹⁰⁰, criado com o intuito de promover a participação dos associados através de suas lideranças nas decisões da entidade relacionadas com o município e com o trabalho geral desta. Cabe ressaltar que a criação dos Conselhos Municipais da ASSEMA, em 1999, também teve como ponto de partida:

A constatação de que as ações de controle social por parte da ASSEMA sobre o Estado só ocorriam nos níveis estadual (São Luís) e nacional (Brasília) e que no nível dos municípios este controle praticamente não existia (ANTUNES, 2003, p.113).

As organizações que fazem parte dos conselhos em cada município são: no conselho municipal de Lago do Junco, estão representadas sete associações de assentamento¹⁰¹, uma cooperativa (COPPALJ), uma associação de mulheres (AMTR), um STR, uma associação de jovens rurais (AJR) e uma escola família agrícola (EFAF). Em Esperantinópolis os conselheiros representam uma cooperativa (COOPAESP), seis associações de assentamento, um STR, um grupo de mulheres e um grupo de produtores dos ensaios agroextrativistas. As organizações que compõem o conselho municipal de Lima Campos são dez associações de assentamento, um STR e um grupo de mulheres. O conselho municipal de São Luís Gonzaga engloba uma associação de assentamento e uma secretaria sindical de mulheres.

Além da diretoria existe uma equipe de técnicos de nível médio e superior assessorando e executando ações em 05 programas de trabalho, cada programa é coordenado por um dos diretores ou diretoras da entidade. Segundo a ASSEMA, esses programas dão respaldo técnico e subsidiam as ações políticas promovendo capacitações para atender as orientações seguintes: **Programa de Organização de Mulheres – POM**: que tem como objetivo desenvolver e fortalecer a articulação regional das mulheres quebraadeiras de coco babaçu em torno de suas lutas políticas, ambientais sociais, econômicas e promover a equidade de gênero; **Programa de Comercialização Solidária – PC**: busca construir uma proposta de comercialização cooperativista visando o desenvolvimento econômico e social das cooperativas e de grupos de geração de renda das áreas de trabalho da ASSEMA; **Programa de Desenvolvimento Local e Políticas Públicas – PPP**: suas ações se dão no sentido de promover o fortalecimento das associações de assentamentos nas áreas de atuação da ASSEMA para atender a demandas de políticas públicas, crédito agrícola e educação numa lógica de desenvolvimento local desejado e planejado pelas famílias destas áreas; **Programa de Produção Agroextrativista – PPA**: objetiva desenvolver uma proposta de produção alternativa para a agricultura familiar que seja sustentável a médio e longo prazo, utilizando princípios agroecológicos (sócio-ambiental, econômico e cultural), visando à diversificação de alimentos aumentando a produtividade dos

⁹⁹ Estes são eleitos em um processo que se inicia formalmente nas chamadas pré-assembleias municipais, realizadas em cada um dos quatro municípios da área de atuação, nas quais são indicados três representantes do município, estes por sua vez, são escolhidos entre as pessoas indicadas por cada associação local filiada a ASSEMA. Esses nomes, vindos de quatro pré-assembleias, serão apreciados em votação na assembleia geral, em que estão convocados todos os associados da entidade que enviam seus respectivos representantes. É nesse processo, que acontece a cada dois anos, que são ocupados os cargos na direção da entidade de acordo com o número de votos obtidos por cada candidato.

¹⁰⁰ Estes conselhos municipais da ASSEMA, são espaços distintos dos conselhos de desenvolvimento rural ou de desenvolvimento local articulados pelo Estado, trata-se de uma instância surgida da e na estrutura da ASSEMA.

¹⁰¹ Sendo elas nos seguintes povoados Centrinho do Acrísio, Centro do Aguiar, Ludovico, São Manuel, Bertolino, Pau Santo e Sítio Novo.

produtos da agricultura familiar e o auto-abastecimento da família; **Programa de Administração e Coordenação Institucional** – PAC: tem como objetivo o fortalecimento da gestão da ASSEMA pelos trabalhadores e trabalhadores rurais das suas áreas de trabalho; **Programa de Comunicação e Mobilização de Recursos** – PCMR: responsável pela divulgação das atividades da ASSEMA junto a seus associados e à sociedade civil, seu principal veículo é o jornal trimestral *O PACARÁ*. No que tange a mobilização de recursos, o programa atua com foco no público externo à ASSEMA, com vistas a angariar recursos econômicos, humanos e apoios institucionais para a ASSEMA, através da divulgação do trabalho realizado pela entidade. Para operacionalizar a captação destes recursos criou o programa de doações *amigo(a) da ASSEMA*, que capta recursos financeiros de pessoas físicas, empresas, e recursos humanos por meio do engajamento de voluntários a atividades em prol da ASSEMA (ASSEMA, 2002).

A ASSEMA se define como uma entidade autônoma politicamente *por não ter vínculos formais seja com igreja, partidos políticos ou centrais sindicais* (ASSEMA, 1994, p.12). No entanto a organização tem na sua manutenção financeira uma situação de dependência, pois a grande maioria de seus recursos é garantida, principalmente por agências de cooperação internacional. A receita da ASSEMA se compõe da seguinte maneira¹⁰²: recursos oriundos das agências internacionais correspondem a 77,52%; os recursos nacionais que são provenientes de convênios governamentais 8,92% e recursos próprios 13,56%¹⁰³.

Com essa predominância dos recursos oriundos de agências internacionais, os projetos quando são elaborados levam em conta não somente as necessidades do grupo, mas a disposição dessas agências em querer financiarem determinadas ações que se enquadrem em seus perfis. O que de certa forma pauta as ações dos financiados restringindo sua autonomia em determinar as próprias prioridades.

Ao longo de sua trajetória, a ASSEMA vem apresentando uma natureza dinâmica proporcionada pela percepção de si mesma, de seus interlocutores e de seu lugar social. Após quinze anos de sua fundação, mudanças significativas são observáveis em diversas esferas de sua existência, condicionadas por fatores também diversos.

Entre esses fatores são destacados pela bibliografia os momentos de crise financeira; a busca de autonomia e identidade; as discussões sobre o equilíbrio de poder interno; relações com outras entidades; formas de articulação para dialogar com instâncias governamentais e não governamentais; as avaliações externas; os resultados das chamadas avaliações internas e as necessidades apontadas por seus sócios.

É possível se falar em *fases* da ASSEMA, conforme Gaioso (2000) ou *evolução* como prefere Antunes (2003), no entanto, o que nos importa aqui é considerar as condicionantes das mudanças e as escolhas feitas por seus integrantes. O que vem a caracterizar cada *fase* ou *evolução* são mudanças nas referências utilizadas pela entidade na realização de ações de caráter técnico ou ações de caráter político-ideológico, ressalte-se, porém que muitas vezes as funções de assessoria e movimento¹⁰⁴ estão estreitamente imbricadas.

Os primeiros dois anos da entidade são marcados pela escassez de recursos financeiros e pela necessidade de organizar minimamente as organizações comunitárias constituídas para responder pelos assentamentos junto ao Estado. Nesse período, as atividades eram voltadas para um trabalho político de mobilização das pessoas nos assentamentos, buscando

¹⁰² Dados referentes ao exercício de 2004, fonte informativo da ASSEMA jornal. “O PACARÁ”, ano IV, N-19, janeiro-abril de 2005. O percentual de recursos oriundos de agências internacionais sempre superou a casa dos 70% ao longo dos quinze anos de existência da ASSEMA, nos primeiros anos este percentual era bem maior.

¹⁰³ Estes provem da administração e execução de convênios estatais e de recursos captados pelo programa de mobilização de recursos, especialmente das doações dos “amigos da ASSEMA”.

¹⁰⁴ Para um maior aprofundamento da imbricação do papel de assessoria e movimento desempenhado simultaneamente pela ASSEMA consultar o trabalho de Gaioso (2000).

inicialmente fazê-las conhecer os benefícios a que tinham direito em um projeto de assentamento; e de posse do conhecimento das obrigações dos órgãos estatais passaram a pressionar pela legalização da posse, financiamentos, infra-estrutura, assistência técnica e benfeitorias (GAIOSO, 2000; ANTUNES, 2003).

Para melhor desempenhar esse trabalho de cobrança foram organizadas pela ASSEMA as *comissões de assentamento*, pelas quais cada assentamento nomeava entre seus membros um grupo responsável pelas interpelações junto aos órgãos fundiários, a respeito dos direitos que possuíam enquanto assentados, nesse processo, as famílias assentadas tomaram conhecimento que tinham direito a estradas, eletrificação, abastecimento de água etc., e assim passaram a pressionar estes órgãos para que estes recursos fossem disponibilizados.

Um dos maiores desafios impostos a estas comissões dizia respeito à modalidade de posse da terra, tanto o INCRA quanto o ITERMA pretendiam que as áreas fossem loteadas entre as famílias, através de critérios arbitrários como, por exemplo, sorteio da localização dos lotes. No entanto, o que era discutido nas comissões apontava para o estabelecimento de uma posse coletiva¹⁰⁵ para evitar o abandono ou venda de lotes. Nesse sentido, estas discussões contribuíram no fortalecimento da identidade do grupo na medida em que fazia valer as formas tradicionais de uso e posse da terra (ASSEMA, 1991).

Fortalecidas as organizações comunitárias através da politização e capacitação de seus membros no sentido de lidar com os órgãos fundiários, tem-se início um segundo momento onde a ASSEMA começa a ampliar seu trabalho, voltado agora também para as questões econômicas e produtivas, foi discutido a criação de cooperativas no âmbito da comercialização e no âmbito da produção foram buscadas soluções técnicas para a recuperação dos solos degradados pelas pastagens das antigas fazendas e estudos sobre melhores formas de manejo dos babaçuais¹⁰⁶. Surge desse processo a divisão das atividades por programas a partir de eixos temáticos, produção agrícola, comercialização, organização e capacitação (GAIOSO, 2000; ANTUNES, 2003).

Pelos termos que definem e orientam os quatro programas de trabalho criados neste período, podemos perceber que o processo de ruptura com a ordem que os oprimia iniciado com as lutas pelo babaçu e pela terra teriam seqüência no trabalho desenvolvido pela ASSEMA a partir das diretrizes traçadas em seus programas, que dariam suporte técnico, político e emocional para a continuidade desse processo de ruptura:

As perdas de identidade e valores causadas pelo latifúndio, leva a uma sensação de permanente insegurança, por se transgredir a ordem vigente. Da mesma forma que ao “reconquistarem o reconhecimento ao direito a terra” se transformarem em “gente que toma terra dos donos”, romper com a estrutura comercial, produtiva ou de educação tradicional, presuppõe sempre ruptura, desequilíbrio da seqüência “natural” dos acontecimentos. É portanto necessária a capacitação não só no entendimento do processo e seus mecanismos, mas no sentido da recuperação da identidade e da cidadania (ASSEMA, 1991, p. 08).

¹⁰⁵ No que pese as famílias terem a pretensão da posse coletiva das terras, espaços com quintais e roças são apropriados individualmente. A prática tradicional de *se colocar as roças num corpo só*, ou seja, selecionar coletivamente uma grande área contínua onde naquele ano serão instalados todos os roçados, não implica na apropriação coletiva da colheita. Neste sistema, mesmo acionando com maior ou menor intensidade formas solidárias de trabalho agrícola como *troca de dias* e *mutirões*, desde o preparo da área até a colheita, está claro para as famílias que a apropriação dos resultados da produção é feita individualmente, por cada unidade familiar que cultivava uma roça nesta grande área.

¹⁰⁶ Este manejo consistia em definir a densidade ideal de palmeiras de babaçu nas áreas de pastagens e roçados de modo que não comprometesse a produtividade dos plantios, e tão pouco a produção de babaçu. É objeto de preocupação, nesse manejo, a adoção de práticas alternativas ao uso de queimadas no preparo do solo, na substituição de defensivos nos tratamentos culturais aplicados nas roças, isto com o intuito de diminuir a agressão causada à palmeira de babaçu por estas técnicas de cultivo.

Nota-se ainda por este fragmento do projeto que entre os planos da entidade, estava a preocupação em reconstruir a capacidade produtiva das famílias, seu acesso aos mercados e principalmente a auto-estima destas pessoas que naquele momento - mesmo com *a vitória sobre o latifúndio* como costumam interpretar o reconhecimento de sua posse da terra - estava abalada pelas incertezas quanto ao futuro e pelo estigma que carregavam em função de não aceitarem as formas de dominação que lhes eram impostos. Estes estigmas se faziam notar explicitamente em vários planos de suas vidas como no plano das trocas comerciais, por exemplo:

A gente tava saindo daquela ressaca, que foi um conflito muito grande, a gente não tinha credibilidade de nada, ninguém confiava nos trabalhadores de Lago do Junco, ninguém tinha confiança de vender nada fiado para nós (Raimundo Ermínio, São Manuel).

E nas demais relações sociais pela maneira como eram percebidos por uma parte da sociedade:

Eles viam a gente como bagunceiros, mutirãozeiro, maus elementos, maus feitores que toma as coisas alheias, hoje ainda existe essa imagem, mas não é como antigamente. (Relato extraído de ASSEMA em revista, 2004, p. 08).

Desta forma, um dos grandes desafios impostos a ASSEMA ao longo de toda a sua trajetória foi o de contornar as dificuldades advindas desses fatos, acrescidos ainda pela insegurança provocada nas famílias por outra forma de expropriação: para a imensa maioria dos membros dessas famílias foi também negado o direito a educação formal. Durante a década de 1980, a taxa de analfabetismo na zona rural maranhense era de 64% da população acima de dez anos, os municípios onde a ASSEMA atuava acompanhavam este índice e em alguns casos o superava, em Lago do Junco, por exemplo, a taxa de analfabetismo em sua zona rural era de 80% naquele período (ASSEMA, 1991).

Portanto, para administrar os recursos e projetos conseguidos junto à cooperação internacional e ao Estado, foi necessário superar esta deficiência de conhecimento das famílias em áreas que não dominavam, pois como lembra um de nossos entrevistados *nós sabíamos muito bem plantar e quebrar coco, mas vender e ter que administrar esses recursos coletivos que vinha, ai já era mais difícil*. O trabalho de observação e avaliação das atividades, realizado em conjunto por técnicos e trabalhadores, possibilitou a estes identificar os principais pontos de estrangulamento na condução dos trabalhos conduzidos no âmbito da ASSEMA:

Questões administrativas e contábeis são as que apresentam maiores empecilhos para as propostas comunitárias, pois colocam em cheque o papel das lideranças, associados e assessoria (...) Administração comunitária e prestação de contas, o raciocínio linear para a anotação e descrição da contabilidade tem desanimado o acompanhamento da situação financeira, por parte de certo número de associados. Para estes, do não entendimento para a desconfiança, são necessários erros mínimos de percurso (ASSEMA, 1991, p. 04-09).

Nesta nova etapa de luta, as famílias e suas lideranças vivem esse momento como uma espécie de provação, por exemplo, a legitimidade daqueles que se destacaram como lideranças no momento dos conflitos agrários, agora se vê por vezes questionada exatamente pelo esforço que fizeram pela transfiguração do elemento de luta, se até pouco tempo prescindiam de suas capacidade de mobilizar companheiros, dialogar com os mediadores, elaborar estratégias para os confrontos físicos e psicológicos, agora se vêm tensionados por novas situações nas quais precisam administrar recursos financeiros, humanos e materiais; gerenciar rotinas

administrativas e contábeis, lidar com a burocracia estatal e com outros níveis e escalas de mercado.

Para contornar esta situação foi preciso muito investimento da ASSEMA na capacitação de seus associados para que estes se sentissem motivados a enfrentar novos desafios. Para tanto, foram ministrados cursos e elaborados diversos materiais educativos como: apostilas, cartilhas e folhetos que versavam sobre noções básicas de matemática, confecção de livros de ata, livros de registro, prestações de contas, abordavam também questões como cidadania, da valorização da identidade como trabalhador rural e como extrativistas, associativismo, tudo isso para dar mais segurança a seus membros.

Em 1995, a ASSEMA é assolada por uma crise financeira em decorrência de problemas administrativos e o afastamento de algumas financiadoras, inicialmente a entidade era financiada pela OXFAM¹⁰⁷, Pão Para o Mundo¹⁰⁸, IAF¹⁰⁹, FORD FOUNDATION¹¹⁰, CNPT¹¹¹ e CESE¹¹², em 1995 ficam apenas as duas primeiras. Seus membros se vêm então diante da necessidade de reavaliar algumas posições como, por exemplo, a quantidade de áreas a serem atendidas, percebia-se naquele momento que em algumas delas o investimento financeiro não era acompanhado de retorno político o que fez com que a entidade se retirasse de algumas áreas. A crise é superada através de uma reestruturação quantitativa e qualitativa viabilizada pelo “enxugamento” das áreas de trabalho. No que diz respeito a sua estrutura organizacional, mais dois programas foram criados (ANTUNES, 2003).

Os novos programas possuem origens distintas. O primeiro deles é o programa de organização de mulheres – POM, este surge da luta das mulheres quebradeiras de coco pela conquista de reconhecimento e espaço dentro das organizações que compõe a ASSEMA e na sociedade como um todo, esta reivindicação encontrou eco em algumas agências financiadoras que atuavam na linha do desenvolvimento da equidade de gênero o que permitiu condições para implantação de mais esse eixo de trabalho. O segundo foi o programa de Políticas Públicas – PPP, resultado de um desdobramento do Programa de Produção que possuía um sub-eixo para tratar exclusivamente das atividades ligadas ao Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - PROCERA, as avaliações apontavam duas questões: a primeira que o trabalho “burocrático” que envolvia o PROCERA estava tomando mais tempo que as ações de assessoria nas técnicas agrícolas; o segundo elemento diz respeito a percepção de que as políticas públicas não deviam estar restritas ao financiamento da produção (que na prática acabou se constituindo num instrumento de endividamento dos agricultores) a pressão devia se

¹⁰⁷ A OXFAM é uma agência de cooperação britânica ecumênica que apóia organizações populares incentivando ações que visem superar posições subalternas no mercado.

¹⁰⁸ Pão para o Mundo é uma ação das Igrejas Evangélicas regionais da Alemanha que tem como objetivo fazer justiça com os pobres. Como agência de cooperação, contribui para a erradicação da fome, da pobreza e da miséria social em projetos de apoio ao desenvolvimento. Sua principal preocupação é fortalecer a capacidade da população para que ela possa ajudar a si mesma (página da PPM na web).

¹⁰⁹ A Fundação Interamericana - IAF é um organismo independente de ajuda externa do governo dos Estados Unidos que trabalha na América Latina e no Caribe para promover um desenvolvimento de auto-ajuda, equitativo, baseado na participação e na iniciativa comunitária (página da IAF na web).

¹¹⁰ A Ford Foundation é uma organização privada, sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos para ser uma fonte de apoio a pessoas e instituições inovadoras em todo o mundo, especialmente no combate a pobreza (página da Ford Foundation na web).

¹¹¹ Centro Nacional de Desenvolvimento Sustentado das Populações Tradicionais (CNPT), entidade vinculada ao IBAMA fora instituída para desenvolver ações junto às camadas sociais que tem maior dependência dos recursos naturais (página do CNPT na web).

¹¹² Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE, tem como associadas às igrejas anglicana, metodista, católica, luterana e presbiteriana do Brasil sua principal atuação é na intermediação de recursos financeiros para projetos de grupos populares e outras organizações da sociedade civil, viabilizando aquela época atividades referentes à defesa dos Direitos Humanos, Fortalecimento Institucional, Desenvolvimento econômico, articulação ecumênica e educação (página da CESE na web).

estender para outras áreas como educação, políticas específicas para o extrativismo, direitos das mulheres e outras.

Outra questão trabalhada na avaliação de 1995 diz respeito ao problema da confusão de papéis entre técnicos e diretores das ASSEMA:

A ASSEMA ao assumir duas grandes frentes de trabalho: a de movimento social, na luta política, na pressão por políticas públicas, na mobilização e organização comunitária; e a de assessoria técnica, quer na produção, quer na comercialização e na administração das organizações comunitárias, trouxe pra si logo nos primeiros momentos algumas dificuldades ao seu trabalho, pois tanto os técnicos da associação quanto sua diretoria estariam fazendo o trabalho de movimento social (ANTUNES, 2003, p.109).

A partir dessa avaliação ficou definido de forma explícita que os trabalhadores rurais e quebraadeiras de côco ficariam encarregados da parte de movimento social e os técnicos iriam trabalhar a questão da assessoria através dos programas, isto possibilitou atenuar as tensões até então existentes entre trabalhadores e técnicos a respeito das decisões políticas da entidade, que estariam passivas de maior controle por parte dos primeiros (GAIOSO, 2000).

Também a partir dessa avaliação de 1995 foram implementadas importantes mudanças nos critérios de associação, se no momento da fundação da entidade era possível a filiação por pessoa, a partir de 1996 apenas organizações (formalizadas ou não) poderia se filiar, a partir de então só seriam aceitos como sócios sujeitos coletivos como associações de assentamentos, cooperativas, clube de jovens, por exemplo. Estas modificações refletiam uma dupla preocupação: com o aumento do número dos chamados sócios individuais (pessoas físicas) que na avaliação da entidade dificultava o controle das ações dessas, no tocante a relação institucional a modalidade de associação individual estava levando a um choque com os sindicatos (GAIOSO, 2000).

Estes choques com os sindicatos se deram em função de uma confusão nos papéis de cada organização, algumas pessoas acreditavam que a ASSEMA poderia atender demandas que eram da competência dos sindicatos, como assistência jurídica, questões de assalariados rurais e mesmo assuntos relativos à previdência social, situação que contrariava os planos iniciais, pois a ASSEMA não queria absorver as funções do sindicato, antes queria complementá-lo (GAIOSO, 2000).

Uma questão que ganha centralidade no processo de construção da ASSEMA está ligada ao entendimento sobre a preservação ambiental que adquire outros significados. Antes referida apenas a proteção aos babaçuais, passa em determinado momento a ser ampliada para a conservação do solo, das águas, da fauna e da flora como um todo, o discurso e a prática da relação com o ambiente ganha conotações ecologistas. Para Gaioso (2000), esta questão está relacionada no aspecto ideológico com os desdobramentos da ECO-92, que influenciaria parcela significativa dos movimentos sociais. Em termos objetivos nesse período é observado um relacionamento mais próximo da ASSEMA com o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS¹¹³ e a entrada da mesma no Grupo de Trabalho Amazônico - GTA¹¹⁴.

¹¹³ O Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS é uma organização de âmbito nacional que representa trabalhadores agroextrativistas organizados em associações, cooperativas e sindicatos. Seu conselho deliberativo é formado por 27 lideranças de diferentes segmentos agroextrativistas (seringueiros, coletores de castanha, açai, cupuaçu, quebraadeiras de coco babaçu, balateiros, piaçabeiros, integrantes de projetos agroflorestais, extratores de óleo e plantas medicinais) de todos os estados da Amazônia. Fundado em outubro de 1985, durante o 1º Encontro Nacional dos Seringueiros, realizado na Universidade de Brasília, luta pela melhoria da qualidade de vida, uso sustentável dos recursos naturais da Floresta Amazônica e pelo direito à terra. Sua meta é a organização dos povos da floresta, tanto por meio da denúncia dos efeitos negativos do desenvolvimento sobre o meio ambiente, quanto da influência sobre as políticas públicas regionais e nacionais (página do CNS na web).

Podemos acrescentar que no aspecto institucional esta mudança foi condicionada pela absorção do discurso ambientalista pelas agências de fomento que tendem a fundir a noção de desenvolvimento e preservação ambiental, assim todos os projetos obrigatoriamente devem contemplar este aspecto para receber os financiamentos. Contudo, não devemos supor que esta alteração na percepção ambiental da ASSEMA esteja ligada somente aos interesses das agências, uma vez que a questão ambiental está incorporada à identidade da organização, na medida em que foi pela defesa do acesso e preservação das palmeiras de babaçu que se iniciou o processo que culminou com a criação da entidade, portanto, esta identificação com uma questão ambiental passa a ser reconhecida no diálogo com as agências de cooperação.¹¹⁵

Em termos objetivos o novo enfoque da questão ambiental refletiu no regimento interno da entidade, que em 1994, passou a exigir como critério de filiação na ASSEMA a preocupação com a chamada questão ambiental, as organizações interessadas em filiar-se deveriam juntamente com seus membros se comprometer na adoção da postura ecológica praticada pela ASSEMA. Outro reflexo importante é observado na mudança na matriz produtiva adotada nos assentamentos, a matriz de base “convencional” passa a ser gradualmente substituída por uma matriz de base agroecológica¹¹⁶, acrescentando a categoria agroextrativista ao léxico da ASSEMA especialmente em suas cooperativas que substituem a designação “pequenos produtores assentados” por “pequenos produtores agroextrativistas”.

Em meados de 2003, a ASSEMA sentiu a necessidade de alterar o seu sistema eleitoral¹¹⁷ para corrigir diferenças de poder entre os municípios no que se refere ao preenchimento dos cargos da diretoria da entidade que se expressam na hegemonia que o município de Lago do Junco vem mantendo nos últimos anos na ocupação do cargo de coordenador geral da entidade¹¹⁸, o que tem efeitos concretos e simbólicos significativos.

Ao longo de sua trajetória a ASSEMA foi construindo várias parcerias com outras organizações e movimentos da sociedade civil, que contribuíram e contribuem através de idéias, análises críticas e projetos conjuntos, para Gaioso (2000), “*nessas relações a ASSEMA foi sendo moldada, ou seja, nesses espaços de debate e ação, estabelecidos em um contínuo processo, os objetivos, agentes e campos de atuação foram sendo definidos e redefinidos*” (GAIOSO, 2000, p, 112).

¹¹⁴ O Grupo de Trabalho Amazônico-GTA, fundado em 1992, para promover a participação das comunidades da floresta nas políticas de desenvolvimento sustentável reúne 602 entidades filiadas e está estruturado em nove estados da Amazônia Legal e dividido em dezoito coletivos regionais. Fazem parte da Rede GTA organizações não-governamentais e movimentos sociais que representam seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, pescadores artesanais, ribeirinhos, comunidades indígenas, agricultores familiares, quilombolas, mulheres, jovens, rádios comunitárias, organizações de assessoria técnica, de direitos humanos e de meio ambiente (pagina do GTA na Web).

¹¹⁵ O principal evento externo da ASSEMA é a “Semana do Meio Ambiente” realizada anualmente com o intuito de chamar atenção para a questão ambiental e ao mesmo tempo para promover a imagem da entidade junto a outros segmentos da sociedade.

¹¹⁶ O processo de mudança de matriz produtiva na ASSEMA é destacado no trabalho da socióloga Regina Lago, intitulado: *Babaçu Livre e Roças Orgânicas: A luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais*. Belém-PA, UFPA, NEAF, (2002).

¹¹⁷ Estas mudanças foram estudadas no segundo semestre de 2003, tendo sido apresentada na primeira assembléia geral de 2004. As mudanças se dariam especificamente nos critérios de reeleição e na trinca de nomes que cada votante escolhe para ocupar os cargos da diretoria, o restante do processo continua como descrito no início deste trabalho.

¹¹⁸ O mandato de cada diretoria da ASSEMA é de dois anos, o coordenador geral pode ser reeleito por mais um mandato consecutivo e para os demais cargos pode-se permanecer por até três mandatos consecutivos. Desde a sua fundação em 1989 até o ano de 2006, a ASSEMA contou com oito mandatos de diretoria. Sendo que o cargo de coordenador geral nas duas primeiras diretorias foi ocupado por trabalhadores do município de Esperantinópolis, na terceira por uma trabalhadora do município de Lima Campos e nas cinco últimas (desde 1997) vem sendo eleitos para coordenador geral trabalhadores de oriundos do município de Lago do Junco.

Estas parcerias diversificam em vários sentidos, variam em relação pautas, campos, intensidade e antiguidade (...) Ações conjuntas com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST do Maranhão em reivindicações pontuais por políticas públicas e em alguns projetos conjuntos, outras mais constantes, como a participação em redes das quais: Rede Agroecológica do Maranhão - Rama¹¹⁹ é um exemplo. Há parcerias históricas, como é o caso da ACESA, da Cáritas, da CPT, da Igreja, e outras mais recentes, como a CUT (Central Única de Trabalhadores) e o Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB. A ASSEMA mantém também uma relação de parceria com o GERUR (Grupo de Estudos Rurais e Urbanos), da UFMA (Universidade Federal do Maranhão), com a UEMA (Universidade Estadual do Maranhão), e com vários pesquisadores de outras universidades do país (ANTUNES, 2003, p. 110).

A ASSEMA tende a se diferenciar no campo das organizações não- governamentais em vários aspectos, dentre os quais podemos destacar: a pluralidade de seus membros, ou seja, os associados são de diversas categorias - trabalhadores rurais, quebradeiras de coco, assentados, agroextrativistas, mulheres trabalhadoras rurais, entre outros. Diferencia-se, ainda, por ser uma organização que atende a várias necessidades de seus associados, atuando nas áreas de assessoria, mediação e mobilização, assim como no campo dos movimentos sociais (GAIOSO, 2000).

Objetivamente, a pluralidade de seus integrantes se expressa nas categorias mobilizadas e assessoradas pela organização, estas categorias antes de fragmentar o indivíduo, complementam-no, sendo acionadas de acordo com o campo em que o agente se articula, de forma bastante relacional, são assentados em relação à intervenção estatal (reforma agrária), cooperados em relação à forma como realizam a comercialização de sua produção, agroextrativistas em relação à exploração da natureza, ou seja, comungam de várias identidades que são acionadas de acordo com as relações (GAIOSO, 2000).

Em sua análise Gaioso (2000) enquadra a ASSEMA entre as novas formas de mediação e mobilização no campo dos movimentos sociais, cuja novidade está no seu processo político de articulação que não está mais referido apenas a categorias sociais ou econômicas, mas sim entre uma pluralidade de agentes e diversos interesses coletivos, *desenhando um novo espaço de relações políticas baseada nos aspectos culturais de cidadania e qualidade de vida* (GAIOSO, 2000, p. 12).

As lacunas deixadas pelo Estado como algumas lideranças costumam falar quando explicam que a origem da ASSEMA se deve em grande medida, pela inexistência da parte do Estado de ações adequadas a realidade das famílias durante a implantação das áreas de assentamento no que diz respeito a: crédito, infra-estrutura, assistência técnica, educação e saúde, estas lacunas influenciaram fortemente para que a entidade se configurasse com uma “dupla face”, ou seja, sua atuação é mista, esta se dá em dois campos, no campo da assessoria técnica aos projetos de geração de renda, produção Agroextrativistas, nas relações burocráticas com órgãos estatais que consiste em capacitações, aplicação de técnicas específicas realizadas pela equipe de técnicos contratados; e no campo dos movimentos sociais que consiste na mobilização e politização de seus membros realizados pelos trabalhadores e trabalhadoras, especialmente as suas lideranças.

É importante ressaltarmos que as denominações “assessoria” e “movimento” correspondem ao mesmo processo, portanto não devem ser caracterizadas como momentos distintos. Sendo os agentes sociais constituídos de uma propriedade de transitar em vários

¹¹⁹ Trata-se de uma rede de articulação regional que reúne organizações que desenvolvem atividade de produção, comercialização, assistência técnica de inspiração agroecológica, com o intuito de divulgar, trocar experiências em agroecologia no Estado do Maranhão.

espaços e, por isso, podem assumir várias identidades, a instância de mediação tem que se moldar a esse novo agente, dessa forma ela precisa ser plural (GAIOSO, 2000).

Essa flexibilidade da ASSEMA não deve ser pensada como falta de projeto institucional, ou de identidade política. Ao contrário, seu projeto institucional e político estão voltados para agentes sociais que são plurais, que abarcam diferentes identidades, construídas num processo de conflito de embate com instâncias de poder e que são acionados de acordo com a rede em que estão compartilhando. Sendo o sujeito plural com reivindicações plurais é necessário que haja uma instância de representação também plural, que possa abarcar estas diferenças (GAIOSO, 2000, p. 102).

Mesmo sendo uma entidade de assentados - como seu próprio nome diz - esta pluralidade implica em que as redes de atuação e articulação da ASSEMA extrapolam os interesses dessa categoria, diversificando seu campo de atuação. Gaioso (2000) destaca que tanto a *ASSEMA assessoria* quanto a *ASSEMA movimento*, tem seu raio de ação para além das organizações associadas e comunidades correspondentes, isto é observável na medida em que os resultados de suas ações beneficiam também as famílias que não pertencem a organizações filiadas a entidade.

Para citar apenas três exemplos, têm-se as Leis municipais *Babaçu Livre*, estas são resultado de pressões coletivas articuladas pela ASSEMA e demais parceiras, e garantem o livre acesso a qualquer família de trabalhadores rurais às palmeiras de babaçu, estando estas em áreas públicas ou privadas. No âmbito da comercialização dos produtos agroextrativistas, as cooperativas ligadas a ASSEMA praticam preços mais interessantes para as famílias e negociam cotidianamente com associados e não associados, em conseqüência, os atravessadores que ainda atuam em outras localidades da região de abrangência da cooperativa têm que acompanhar os preços praticados por estas. As demandas encaminhadas a partir das discussões no programa de políticas públicas que se revertem em políticas de crédito, infraestrutura, saúde e demais ações de competência do Estado, não se restringem apenas a quem está diretamente ligado a ASSEMA.

Para Almeida (1995) ações coletivas como estas observáveis na ASSEMA destacam-se pelo alto grau de coesão alcançado por seus membros, que lhes possibilita condições para se expressarem face aos poderes públicos, exigindo consolidação da infra-estrutura, produção e comercialização dos produtos oriundos da pequena produção familiar e participando das soluções dos problemas de seu interesse. Neste sentido:

Rompem com o localismo e o imobilismo através de ações democráticas pelos direitos à saúde, educação, crédito, reconhecimento da especificidade de seu modo de vida e acesso aos serviços públicos de modo geral, as lideranças, bem como as associações de referência, transitaram dos anseios individuais pra uma existência coletiva (ALMEIDA, 1995, p. 28).

Segundo Almeida (1995), percebe-se então que concomitante ao avanço técnico nas unidades de geração de renda e produção agrícola produz-se uma ampliação da capacidade política, intensificando os laços solidários e as articulações com movimentos emergentes nas áreas de babaçal do próprio Maranhão e com outras unidades da federação. Em não se limitar a um espaço geográfico ou um sujeito específico estabelece assim interlocuções em forma de

*redes de relações*¹²⁰, que são utilizadas como estratégias de reivindicações, de se fazer conhecer, de marcar posição.

Podemos concluir que ASSEMA representa um espaço onde se aglutinam organizações cujos sócios tem interesse em desenvolver um *projeto coletivo* comum, este projeto se apresenta como uma tentativa dessas famílias de trabalhadores rurais criarem as condições para melhorarem sua forma de inserção nos planos: político, econômico, social e cultural e assim garantirem a consolidação das terras reconquistadas nos conflitos.

Em linhas gerais este *projeto coletivo* pode ser definido como uma alternativa aos modelos correntes de desenvolvimento rural pautado nos cânones da revolução verde e da empresa rural. Sua pauta principal gira em torno das seguintes questões: reforma agrária, livre acesso aos recursos naturais, especialmente ao babaçu, preservação ambiental, mudanças nas relações de mercado em favor da economia familiar extrativista, melhoria das relações de gênero, capacitação técnica, educação que valorize a especificidade sócio-cultural agroextrativista e transição para uma matriz produtiva agroecológica.

¹²⁰ A idéia de redes de relações deriva da formulação de Scherer-Warren (1996) sobre o conceito de *redes de movimentos*, este instrumento analítico permite passar da análise das organizações sociais específicas, fragmentadas, para a compreensão do movimento real que ocorre na articulação dessas organizações, nas redes de movimentos.

CAPÍTULO VI

Organizações de Trabalhadores Rurais, Processos de Filiação e Formas de Uso e Acesso aos Recursos:

o medo de voltar pro que era antes.



É a necessidade que a gente tem, o cuidado pra que a gente não volte pra épocas anteriores. Porque Ave Maria, era muito ruim rapa! Deus o livre, a gente voltar a quebrar 10 kg de coco pra comprar 1 kg de arroz, não! A gente tem muito medo de voltar pro que era antes! (Raimundo Vital, São Manuel).

Decorridos quinze anos após a criação das áreas de assentamento nos povoados em conflito, da fundação da ASSEMA e das demais organizações que a constituem no município de Lago do Junco, encontramos atualmente nos povoados estudados (e que se reflete no restante do município) um espaço social extremamente marcado pela ação destas organizações em diversas esferas da vida social. Pela presença e atuação dessas observamos a conformação de novos *planos de organização social* (Gertz, s/d), com finalidades diversas e modos de filiação distintos, que se cruzam constantemente entre si e com outros planos sociais como o parentesco, religioso e político, por exemplo.

Neste capítulo, nossa intenção é incorporar à análise as conseqüências advindas da presença e da atuação das organizações de trabalhadores rurais vinculadas a ASSEMA, na vida dos povoados estudados a partir das transformações engendradas por estas nas relações sócio-econômicas tanto de seus *sócios*, quanto de *não-sócios*, na realização dos processos produtivos, comerciais, comunitários e políticos. Concebemos *sócio* e *não-sócio* enquanto categoria nativa, na medida em que, no contexto estudado estas designações são acionadas com muita ênfase, pelo conjunto dos entrevistados para situar, identificar, qualificar e demarcar posições e atitudes dos indivíduos, a partir de suas relações com as organizações que constituem a ASSEMA. Neste capítulo nossa análise se concentrará nas associações de assentamentos, na Cooperativa de Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco e nas comunidades religiosas.

Para tanto, pretendemos abordar os critérios e processos de filiação estabelecidos nessas organizações, bem como, a conduta requerida por estas, àquelas famílias que com elas se relacionam, chamando atenção para a importância que a relação com a igreja (e demais organizações) tem nesse sentido. Nas rupturas oportunizadas e ao mesmo tempo exigidas por estas organizações – com fazendeiros, comerciantes, facções políticas - observamos a importância das chamadas *lealdades primordiais* Romano (1994), e de que maneira a definição da hierarquia dessas lealdades, pode ser vivida, enquanto uma situação que implica em sensações de autonomia ou de sujeição dos indivíduos em relação a uma instância exterior a sua unidade familiar seja ela os “tradicionais” agentes de comercialização ou a cooperativa, por exemplo.

Ao tratarmos das formas de uso e acesso dos recursos, benefícios e equipamentos disponibilizados por estas organizações, tais como: áreas para plantio e residência, acesso a melhores faixas de mercados, equipamentos de beneficiamento da produção, veículos, etc., percebemos que apesar de terem estabelecido “vantagens seletivas” a seus associados, que de certa forma são utilizadas pelas direções das organizações para atrair novos membros, a lógica com que operam tais vantagens tem se dado no sentido de evitar que as mesmas se tornem um instrumento de diferenciação sócio-econômica entre trabalhadores rurais.

Nesse sentido, buscam equilibrar as diferenças de acesso a estes recursos, instituindo mecanismos de apropriação dos bens e vantagens disponibilizadas por estas organizações, de modo que impeçam a reprodução de uma situação, em que um trabalhador passe a *viver do suor do trabalho alheio*, como o ocorrido durante o processo de expropriação que vivenciaram no passado recente. Ainda que a efetividade destes mecanismos seja limitada por uma série de condições (espaciais, tecnológicas, econômicas, emocionais).

Outro aspecto a ser observado, diz respeito à ampliação da capacidade de ação dessas organizações para além do que prevê os estatutos que, juridicamente formaliza suas atribuições. Estas organizações têm funcionado não apenas como espaços de comercialização ou de administração de uma propriedade, por exemplo, mas também como: entidades de representação, articulação, luta política, de reconhecimento social e de segurança pessoal. Tendo como motor principal *o medo de voltar pro que era antes*.

A tabela abaixo foi elaborada apenas para ilustrar a proporção de famílias associadas a estas organizações em relação ao universo de famílias existente nesses povoados¹²². Evidenciando que aquelas que se ligam a estas organizações por vínculos formais, enquanto *sócias*, representam uma minoria.

Tabela 04: Distribuição das Famílias nas Organizações

Organização	Centrinho do Acrísio	Ludovico	São Manuel
Povoado/número de Famílias	42 famílias	142 famílias	96 famílias
Delegacia Sindical	80 sócios	103 sócios	100 sócios
Associação de Assentamento	32 sócios	25 sócios	31 sócios/18 famílias*.
Cooperativa/Cantina	24 associados/ 19 famílias*	32 sócios	26 sócios / 20 famílias*
AMTR	11 sócias	15 sócias	10 sócias

Fonte: Elaborado a partir de dados fornecidos por lideranças dos povoados.

* Refere-se aos casos em que ambos os cônjuges são associados na organização.

1. As Associações de Assentamento

As Associações de assentamento conhecidas localmente como *sociedades*¹²³ foram criadas por ocasião da implantação projetos de assentamentos – PAs, como instância pela qual as famílias administrariam as terras sobre seu controle e para mediar a relação com os órgãos fundiários INCRA e ITERMA, visto que estes exigiam a criação de associações em todos os PA para que as famílias assentadas pudessem acessar aos recursos e programas estatais. O critério de filiação nestas sociedades teve como princípio a participação nos conflitos agrários que deram origem ao assentamento, critério que se encontra formalizado – com pequenas variações no texto - nos Estatutos das *sociedades* existentes nos três povoados que estudamos, conforme podemos observar abaixo:

¹²² As *comunidades religiosas* não constam neste quadro por não dispormos dos dados quantitativos referentes a seus freqüentadores. Contudo, ainda que não tenha sido possível quantificar esta informação, podemos afirmar com base no observado em campo e nas entrevistas e conversas informais, que as *comunidades religiosas* são os espaços com maior número freqüentadores e participantes nos povoados, especialmente pelo fato de congregarem também moradores de povoados vizinhos que ainda não contam com este tipo de organização.

¹²³ Esta denominação adotada por algumas associações de assentamento em Lago do Junco deriva das chamadas *sociedades beneficentes de trabalhadores rurais* organizadas com o apoio da igreja católica em propriedades que estivessem sobre o controle de famílias de trabalhadores rurais, com o intuito de organizar a ocupação e exploração das mesmas. Geralmente eram áreas adquiridas ou doadas pela própria igreja.

Art. 3 – São sócios fundadores os homens e mulheres acima de 16 anos, membros das famílias que participaram da conquista da terra denominada Aparecida que usufruirão de sua posse coletiva e participarão do uso da terra conforme planejamento em conjunto (Estatuto Social da Associação de trabalhadores rurais de Aparecida).

Contudo, é importante ressaltarmos aqui um aspecto que foi apenas mencionando no capítulo IV desta dissertação, o qual diz respeito ao entendimento daquelas famílias que se envolveram nos conflitos, sobre a qualificação da participação nestes eventos no momento em que decidiam sobre quem teria ou não direito a terra quando esta foi conquistada. Atualmente quando são interpelados sobre as diferentes formas e intensidade de participação de indivíduos ou famílias nos conflitos agrários da década de 1980, os entrevistados costumam elencar as diversas maneiras pelas quais entendem e mensuram a participação.

Pesquisador: Como é que vocês decidiam quem tinha direito na terra depois que ela foi conquistada?

É porque era as pessoa que tinha participado, com dinheiro, na luta mermo, andar com espingarda nas costa, outros fazendo comida, que nem eu, eu não tinha marido, nem irmão, e nem a Dió, a Dió tinha o marido dela, mas tava pro garimpo. Aí, nós era de fazer comida, as outras era quem levava, e na hora que dizia assim: é pra ir em São Luís pra falar com advogado, ir pra Bacabal falar com o frei “não sei quem”, ir no Lago da Pedra, tinha que mandar gente, aí nós é que tava no mato quebrando coco pra conseguir o dinheiro pra fazer isso (Carmelita Ludovico).

No entanto, pelo que pudemos observar estes critérios não se construíram por um consenso e tão pouco foram aceitos “naturalmente”. Quando os descrevem hoje em dia os entrevistados se referem a estes critérios como algo já estabelecido, raramente enfatizam que a definição desses critérios foi motivo de dissenso no interior do grupo que lutava pela terra no momento em que seriam selecionados os beneficiários daquelas áreas de assentamento. Eram principalmente sobre as famílias chefiadas por mulheres¹²⁴, fossem elas viúvas, mães solteiras ou aquelas cujos maridos estiveram ausentes durante todo ou maior parte do conflito, que recaiam as restrições ao direito de serem assentadas, impostas por alguns membros do grupo que lutava pelo babaçu e pela terra.

Dentre os argumentos contrários a inclusão destas mulheres no direito ao assentamento, podemos encontrar um que diz respeito a concepções particulares sobre que tipo de ações podem ser consideradas como essenciais para a luta pela terra:

Porque não tinha marido pra andar com a espingarda nas costa, e eles não consideravam que a gente que tava cozinhando, levando comida pra eles no mato, num consideravam que era uma luta não (...) aí algum que pensava assim fazia a cabeça de todo mundo (Carmelita, Ludovico).

Haviam ainda argumentos relacionados a uma preocupação com a condução e convivência futura na terra conquistada e na *sociedade* constituída para administrá-la, uma vez que estava prevista a posse coletiva dessas propriedades. Tal preocupação se justificou naquele momento por incertezas de uma parte de alguns dos que lutaram quanto às

¹²⁴ Acreditamos que estas restrições recaíram também sobre famílias chefiadas por homens devido a heterogeneidade com que se deu o envolvimento na luta pela terra nos povoados pesquisados. Contudo os dados etnográficos e documentais que dispomos nos permitem desenvolver aqui somente os casos relacionados a famílias chefiadas por mulheres.

possibilidades das famílias chefiadas por mulheres¹²⁵ em equiparar seu trabalho com o de famílias chefiadas por homens, e para o caso de encontrarem um companheiro¹²⁶, os demais associados tinham dúvidas quanto ao tipo de comportamento e compromisso destes homens em relação à coletividade que se constituía naqueles assentamentos.

A inclusão de famílias chefiadas por mulheres – e podemos supor de outras famílias que seriam excluídas - se deu, portanto após o embate entre as idéias favoráveis e contrárias a esta inclusão. O que pudemos perceber nos depoimentos é que as idéias vencedoras desse embate foram aquelas defendidas por lideranças que se destacaram durante os conflitos, como no exemplo encontrado no povoado de Ludovico:

O Inácio disse que todas as pessoas que, as mulheres que ajudaram, tinha por direito, se a família toda ajudou, mas pelo menos quem ainda tava dentro de casa tinha direito de participar da terra, ter direito da terra (...) Ele era uma liderança forte da igreja, e ele foi delegado do sindicato, era de incentivo às pessoas, ele tinha esse lado dele, que ele sabia explicar as coisas bem explicado, tinha uma idéia, acho que ele enxergava muito lá na frente e abria a visão das pessoas. Foi delegado do sindicato, foi catequista da igreja, muitos anos dirigente, ele tinha uma luta muito grande, por isso os argumentos dele prevalecia na maioria das vezes (Carmelita, Ludovico).

Nota-se por este depoimento que lideranças como o Sr. Inácio, conseguiam fazer valer suas opiniões não apenas pela autoridade de seus **argumentos**, mas também por serem os argumentos da **autoridade**. Lideranças como esta são investidas de autoridade não apenas por seu envolvimento nos conflitos agrários daquela região, mas principalmente por sua trajetória anterior que lhes proporcionaram condições objetivas e subjetivas para assumirem posições de lideranças em contextos variáveis, ao desenvolverem a capacidade de *enxergar muito lá na frente e abrir a visão das pessoas*, segundo os termos dos nossos informantes.

As *sociedades* estudadas adotaram por princípio a não divisão da propriedade em lotes individuais. Portanto, a posse da terra vem ocorrendo de forma coletiva, seus sócios costumam justificar tal procedimento como uma forma de preservar a integridade física da propriedade e a integridade moral da associação¹²⁷.

Até então tem sido motivo de grande preocupação junto à boa parte dos assentados a questão da venda de lotes, temerosos em reviver um dos mecanismos pelo qual no passado perderam suas terras - quando alguns posseiros venderam seus direitos a médios e grandes proprietários que terminavam por “cercar”, isolar, as famílias que ainda não haviam se desfeito de suas posses - ou em repetir situações do presente em assentamentos da região sucumbiram diante dessa prática. Os membros das associações estudadas tem se valido do não loteamento das propriedades como estratégia para evitar esse tipo de situação.

Nos assentamentos em que foram loteados teve problema de venda de terra. **O sujeito vende a terra dele, vai embora e às vezes bota dentro da sociedade alguém que ninguém conhece que vai causar problema.** No Pau Santo, foi morto um homem de 72 anos por causa da greve, nesse último verão eles lotearam a terra, e já teve gente que vendeu. Quando a gente lembra dessa

¹²⁵ Especialmente no caso de mulheres que aquela época chefiavam famílias com filhos que ainda não estavam em idade de exercer integralmente as atividades da roça.

¹²⁶ Preocupação justificada pelo fato de pelos valores daquela sociedade camponesa ser normalmente o homem quem decide pelo casal e pela família, a respeito das atividades produtivas agrícolas e pecuárias. No entendimento daqueles que se preocupavam com esta questão naquele momento, um homem que não estivesse comprometido com o desenvolvimento das atividades do assentamento da mesma forma que os outros que lutaram nos conflitos, poderiam trazer problemas ao grupo.

¹²⁷ A integridade moral se refere ao mesmo tempo as condições de convivência entre seus membros e a imagem, reputação da associação.

morte pra eles, eles fazem é se zangar tem outros da comunidade que diz: O que passou, passou. O que passou, passou tudo bem, mas tem coisas que não dá pra apagar, é vivo! **Alguém deu sua vida por aquilo, pra libertar o povo** (Antonino, São Manuel, grifos nossos).

Pelo relato acima fica também explícito que a venda de lotes, ainda que não signifique imediatamente a desagregação física do assentamento, pode vir a significar a desagregação social deste enquanto coletividade pela inclusão compulsória de associados que não compartilhem dos mesmos ideais e valores do grupo já constituído, valores que tem na solidariedade construída durante os conflitos de terra seu principal ponto de convergência, segundo o depoimento de um entrevistado, ao receberem como *sócio* alguém que tenha comprado um lote acreditam correr o risco de receber uma pessoa que *não é do mesmo nível nosso, gente de fora*¹²⁸.

Uma segunda implicação negativa que a venda de lotes trás para os que lutam pela manutenção da integridade dos assentamentos, tem a ver com o sentimento de violação da memória, não apenas dos que morreram durante os conflitos, mas da luta por terra como um todo. Ao se desfazerem do lote enquanto bem material, ao torná-lo mercadoria, aqueles que assim procedem põem em cheque os valores que legitimaram tanto a luta travada no passado, quanto a luta travada agora no presente pelo direito a terra, enquanto luta pelo direito a vida, *isso é muito vergonhoso pra nós, nós lutamos pela terra pra trabalhar nela e criar nossos filhos*, comenta sobre a venda de lotes um dos nossos entrevistados. No contexto estudado, ao vender seu lote – especialmente pra gente de fora – aquela família está se desfazendo simbolicamente não apenas do seu direito e sua história individual, mas do direito e da história coletiva de todos daqueles que lutaram para reconquistar estas terras, desse modo a venda de lotes significa um golpe para o projeto de sociedade que defendem, e para a imagem do grupo dentro e fora dos povoados.

Quanto à integridade física da propriedade, esta é buscada pela forma de manejo do solo e dos recursos naturais com base no uso coletivo ou comum. Estas propriedades são espacialmente divididas em quatro grandes áreas, o patrimônio onde se localizam as residências e espaços públicos como igreja, escolas, campos de futebol, postos de saúde, telefone publico, poço artesiano, salões de festa, etc.; área de reserva ambiental, que atende também a um requisito legal; área destinada a pastagens e criação de animais e a área que ocupa maior percentual das terras utilizáveis que se destina a implantação dos roçados ou *terra de trabalho* como costuma se referir.

Nesta última área apesar de cada família ter sua própria roça, o local onde esta será implantada, é decidido coletivamente em uma assembléia que ocorre alguns meses antes do período de derrubada e queima do *mato* para implantação das roças. A escolha desse local obedece a critérios como tempo de pousio da área, fertilidade do solo, proximidade das residências. Tem sido uma meta nestas associações a implantação das roças *num corpo só*, ou seja, selecionam uma área continua onde todas as famílias deveriam implantar seus roçados naquele ano.

Com isso esperam racionalizar o uso destas áreas adequando sua técnica produtiva – queima e *pousio* – ao reduzido tamanho das mesmas. Ao procederem assim terão maior controle sobre as queimadas realizadas para abertura das áreas de plantio, ao ser realizada em um único talhão o risco do fogo se alastrar por outras áreas da propriedade diminui. Da mesma

¹²⁸ Neste caso a expressão *gente de fora* não se restringe a pessoas totalmente desconhecidas que residam em outros povoados ou município, pelo que podemos observar, esta expressão pode se aplicar a pessoas do povoado identificadas no momento das *greves* como contrária a luta por terra ou indiferentes a elas, se aplica também a pessoas vinculadas a facções políticas contrarias ao conjunto de organizações que constituem a ASSEMA no município.

forma, ao trabalharem em parcelas contínuas permite que nas áreas já exploradas a *capoeira*¹²⁹ suba por igual recuperando o solo de forma mais homogênea, o que deixaria estes terrenos *menos chafurdados* segundo os seus termos.

Mesmo trabalhando em um mesmo *corpo* de terra, é possível que durante a alocação da roça de cada família¹³⁰ algumas sejam localizadas em porções previamente identificadas, como mais ou menos férteis do *corpo* que fora selecionado naquele ano. Para evitar insatisfações por parte daqueles que ficaram com áreas menos férteis e privilégio daqueles que trabalharão nas áreas mais férteis, tem sido praxe nestas associações a aplicação de arranjos com o intuito de equilibrar estas diferenças decorrentes da fertilidade do solo.

Em geral procuram equilibrar estas diferenças (quando são levantadas pelos associados) de duas formas, uma delas é através de um acordo verbal pelo qual as famílias que notadamente foram muito prejudicadas ou muito beneficiadas pela qualidade do solo em que trabalharam em determinado ano, invertam essa situação no ano seguinte, procedendo-se assim uma espécie de rodízio. A segunda alternativa consiste em restabelecer o traçado da roça de cada família de modo que as mesmas mantenham entre si igual proporção de terras mais férteis e menos férteis. Contudo, o recurso a esta alternativa é condicionado pelas características edáficas¹³¹ da área selecionada. Para ilustrar esta segunda alternativa nossos entrevistados fazem uma comparação bastante peculiar.

Eu comparo nossa propriedade como quem vai abater um boi. Tem parte do boi que é muito ruim né, por exemplo, quem vai comprar só a canela do boi? Mas, se você pegar um pedacinho da canela e botar com a poupa aí fica uma pesada boa, né. Então nós compara isso com a nossa terra, algum que tira cinco linhas pega três boas e duas ruins. A gente tem superado as dificuldades dessa forma (Raimundo Ermínio, São Manuel).

Mesmo adotando procedimentos que visam equilibrar as condições de uso e acesso as terras do assentamento, levando em conta as necessidades de cada família, este modelo de gestão das terras não impediu que nas associações estudadas surgissem insatisfações pessoais quanto a sua execução. A questão da escolha de um único *corpo* de terra para implantação dos roçados não se dá por um consenso imediato, a reunião em que se decide por este local de plantio pode ser marcada por uma tensão momentânea como explica um entrevistado: *na hora da reunião só falta ir um na goela do outro, mas quando acaba a reunião tá tudo bem*,¹³² ou mais duradoura, sendo levantada como motivo de divergências pessoais, divisões internas que em alguns casos pode até redundar na cisão formal da associação como ocorrido em São Manuel no ano 2000.

¹²⁹ Tem sido prática nos últimos anos a formação de *capoeiras* através do semeio de uma leguminosa muito comum naquela região denominada *sabiá* ou *unha de gato*. Além de fixar grande quantidade de nitrogênio no solo, esta planta possui um caule lenhoso que já aos quatro anos de vida, fornece excelente madeira que pode ser utilizada como estaca para construção de cercas e depósitos. Por meio desta opção de formar *capoeiras* com o *sabiá* estas associações não apenas tem economizado na compra de madeira como tem conseguido comercializá-la gerando renda para seus associados.

¹³⁰ Em geral o tamanho médio das roças levando em consideração a relação número de famílias/ quantidade de área destinada / composição numérica de cada família, tem sido de quatro linhas por famílias

¹³¹ Termo agrônomo que diz respeito a uma série de elementos que influenciam na fertilidade do solo e na sua adequação a determinada cultura agrícola ou técnica de cultivo.

¹³² Uma análise mais detalhada a respeito das conseqüências que as divergências ocorridas em reuniões de associações de trabalhadores rurais podem trazer para as relações pessoas, pode ser encontrada em Comerford (1996).

A sociedade daqui se dividiu através de duas propostas que são diferentes. Antes se juntava os trinta e um pra discutir onde é que iam botar roça, aí eu digo assim: esse ano vamo botar roça pra li, e o outro diz: não, vamo botar pra acolá. Aí são propostas que as vezes não são aceitas e por aí você começa a dizer assim: rapaz eu vou sair da sociedade, eu vou exigir meu lote individual por que eu boto a minha roça, meu lastro, o meu mandiocal onde eu quiser, **eu não vou ficar sendo obrigado a botar roça só onde fulano ou cicrano quer**. Então Neto, foi por aí que chegou a esse ponto desses treze pedir pra separar (Dió, São Manuel).

Destaca-se neste relato que o que sobressai como motivo de insatisfação com o princípio utilizado para determinação da localização do roçado de cada família, não é algo que diz respeito a maior ou menor produção e produtividade que alguém venha a ter com esse modelo de uso do solo – apesar do peso que isto venha a ter - mas sim a sensação de perda de autonomia durante essa etapa do processo produtivo, sentida por alguns associados, sensação esta que muitas vezes não é suplantada pela eficácia prática que esta forma de acesso ao solo venha trazer o que termina minando a coesão do grupo, fazendo irromper antagonismos muitas vezes insolúveis dentro das associações.

No caso de São Manuel a solução encontrada foi a criação de uma subárea destinada às treze famílias que não se sentiam mais contempladas na associação até então existente. Nesta subárea a forma de explorar a propriedade se daria a partir de lotes individuais. Como forma de impedir a venda de lotes, formalizou-se um documento pelo qual ficou acertado entre as partes que caso alguma dessas treze famílias quisesse dispor de seu lote, este não poderia ser vendido, sendo o mesmo incorporado a área da associação original.

Em Ludovico a *sociedade* tem tido muita dificuldade em fazer com que o procedimento de implantar as roças em *num corpo só* seja cumprido por todos aqueles que têm direito as terras do assentamento. Não tendo a associação ainda encontrado um meio contornar a situação, seja ele jurídico - pela aplicação do estatuto - ou moral pela invocação de normas comunitárias. Em Centrinho do Acrísio, assim como nas demais *sociedades* o procedimento de implantar as roças *num corpo só* também é marcado por discussões, sem que, no entanto tenha se apresentado na prática como um grave problema para aquela associação. O diálogo abaixo chama atenção para um dos mecanismos pelo qual conseguem efetivar seu procedimento de implantação dos roçados.

Eu sou um daqueles que na hora da reunião que decide aonde vai por as roças naquele ano, digo que vou botar onde eu quiser, mas na hora eu não boto (Lenha, Centrinho do Acrísio).

Não bota por que **sabe que é feio** (Felé, Centrinho do Acrísio grifos nossos).

É feio mesmo, eu falo aquilo na hora não sei nem por que (Lenha, Centrinho do Acrísio).

Um dos trabalhadores nos fala de sua “rebeldia” durante o processo de escolha do local das roças ao tornar público que não respeitará a decisão daquela reunião específica, ao mesmo tempo deixa claro que em na sua prática, termina por concordar com o encaminhamento tirado pelo restante do grupo. Chama atenção no diálogo apresentado que, o elemento que demove esse trabalhador rural da idéia de descumprir um encaminhamento tirado pela associação, não se encontra em sanções jurídicas ou econômicas previstas em seus estatutos, mas sim nas sanções morais e sociais que este ato de “rebeldia”, que ele próprio *sabe que é feio*, pode lhe acarretar. Pelo que podemos observar no contexto estudado a força dos meios de controle

social baseados em fundamentos deste tipo, terá maior eficácia quanto maior for a interdependência e coesão nas *sociedades*.

Para realizar o trabalho de manutenção da área de assentamento como um todo, as associações estabeleceram que cada família associada deve destinar alguns dias de trabalho durante o ano para atividades ligadas a manutenção e investimento no patrimônio das mesmas, em geral esta quantidade de diárias anual varia em torno de 12 a 16 dias e são direcionadas a serviços como manutenção e construção de cercas, formação de pastagens, reparos em açudes, currais e demais instalações como as casas de farinha e o piladores de arroz, por exemplo. Estes serviços são geralmente executados em regime de mutirão, onde a participação de cada sócio é contabilizada geralmente pelo tesoureiro da associação.

Outra fonte de recurso para as *sociedades* provém do que os associados chamam de *pagamento de renda* (paga em produto, que será comercializado pela COPPALJ) proveniente do uso de equipamentos da *sociedade* - como a casa de farinha o pilador de arroz - e da implantação de roçados. Segundo os entrevistados estas taxas se destinam a manutenção de equipamentos, investimentos na propriedade e para o caixa de trabalho da associação (pagamento de taxas governamentais, viagens para resolver problemas das associações) e não como uma forma de auferir uma renda capitalista, fato que pode ser corroborado pelo valor quase simbólico das mesmas¹³³. Para os não sócios a renda cobrada pelo uso dos bens da associação é um pouco maior que o percentual cobrado dos associados, mas esta diferença não permite que se estabeleça uma diferenciação econômica entre as famílias assentadas e as sem-terra apenas por conta deste tipo recursos.

Podemos observar nos povoados estudados que foi graças a reivindicações encaminhadas por estas *sociedades* que parte considerável das benfeitorias - como estrada trafegável, energia elétrica, telefonia rural, abastecimento de água, açudes, casas de farinha, piladores de arroz - chegaram aos povoados em que existem áreas de assentamento, beneficiando inclusive as famílias não assentadas. Benfeitorias que muitas vezes somente foram possíveis por não prescindirem da ação do governo municipal que, de acordo com nossos entrevistados foi abertamente contrário aos trabalhadores que lutaram pela terra em Lago do Junco durante a primeira década da implantação dos assentamentos.

Na estrutura fundiária dos povoados, além das famílias assentadas, encontramos minifundistas, médios e grandes proprietários e várias famílias sem-terra, estas últimas por não possuem meios próprios de acessarem a terra ou meios de beneficiamento da produção, dependem em grande medida da venda de sua mão-de-obra e/ou do arrendamento de terras e equipamentos de médios e grandes proprietários. Quanto aos recursos e equipamentos identificados como sendo propriedade das associações, não são apenas as famílias membros destas que possuem acesso a destes bens.

Nestas condições é na área do assentamento que muitas dessas famílias sem terra, encontram local de moradia e para implantação de seus roçados em concessões dadas pelas *sociedades*, que da mesma forma dispõem das casas de farinha e piladores de arroz para beneficiamento de parte de sua produção, ainda que estas práticas possam aumentar a pressão sobre os recursos contidos na área dos assentamentos. Em geral encontra-se entre estas famílias sem-terra filhos de assentados que constituíram família nos últimos 15 anos, mas que não possuem o direito formal sobre as terras do assentamento, outra parte pelas famílias que não participaram da luta pela terra e famílias que chegaram aos povoados após os conflitos.

¹³³ São percentuais bem abaixo do que é cobrado em áreas e equipamentos particulares. Por exemplo: para implantação de roçados é cobrado 1 *alqueire* (30kg) por cada 04 *linhas* de roça (1,5 ha.). Para o uso do pilador de arroz é cobrada 1 *lata* (900g/1000g) por alqueire de arroz beneficiado na casa de farinha da mesma forma. Para os não sócios são acrescidos a esses valores mais 20 ou 30 %.

No caso se a pessoa tem vontade mesmo de trabalhar no coletivo, ela se apresenta na reunião e aí paga um alqueire por linha. Por que aí a pessoa não tem o lugar da roça pra botar ou lugar pra morar, a gente não vai deixar de dar um lugar pra ele (Lenha, Centrinho do Acrísio).

O acesso dessas famílias sem terra as áreas de plantio dos assentamentos é regulado por relações de compadrio e parentesco e por esta *vontade de trabalhar no coletivo* que geralmente é medida pela simpatia e apoio que uma família demonstre às ações das demais organizações coletivas que se articulam com as associações, como a igreja, sindicato, cooperativa, AMTR, EFAF, ASSEMA.

2- A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco – COPPALJ.

A Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Lago do Junco - COPPALJ¹³⁴ atualmente está presente através de seus entrepostos comerciais, as denominadas *cantinas*, em sete povoados do município de Lago do Junco¹³⁵ e em um povoado no município de Lago dos Rodrigues¹³⁶. Fundada em 15 de abril de 1991, por cento e dez pessoas entre homens e mulheres, todos provenientes de povoados de Lago do Junco onde ocorreram lutas pela libertação do babaçu e da terra. Segundo seu estatuto esta cooperativa tem como objetivos:

- I - O incentivo, o desenvolvimento de suas atividades econômicas
 - II - A comercialização em comum da produção
 - III - O beneficiamento, armazenamento e industrialização da produção
 - IV - Garantir os direitos dos associados
 - V - Racionalizar as atividades agropecuárias
 - VI - Contribuir para o avanço das lutas populares
- (ESTATUTO DA COPPALJ, fls., 03).

Nota-se por estes objetivos que a cooperativa não surge apenas para cumprir uma função estritamente econômica, seria também mais um espaço de luta e representação política, não no sentido de substituir alguma outra entidade de representação e mobilização como o sindicato ou as *sociedades*, por exemplo, mas sentido de *contribuir* com estas em mais uma frente de luta, na medida em que segundo entendimento de seus associados de um modo geral *os que são sócios da cooperativa são os mesmo sócio do sindicato, da sociedade, da igreja.*

Apesar de saírem vitoriosas da luta pela terra, ao fim dos conflitos, as famílias dos povoados onde estes ocorreram encontrava-se em precária situação material devido a contingências da destruição de roças ou mesmo o impedimento de realizá-las em algumas circunstâncias e os esforços financeiros para sustentar a luta. Acrescenta-se a esta situação o

¹³⁴ Quando foi fundada a cooperativa era denominada como: Cooperativa dos Pequenos Produtores **Assentados** de Lago do Junco – COPPALJ. No ano de 1993, recebe a designação atual substituindo o termo “assentados” por “agroextrativistas”. Esta mudança que não tem implicações apenas semânticas, e pode ser explicada por uma aproximação iniciada em 1992 tanto da COPPALJ quanto da ASSEMA, com o Grupo de Trabalho Amazônico - GTA e o Conselho Nacional dos Seringueiros – CNS, organizações cuja principal bandeira de luta é a preservação ambiental e a defesa do agroextrativismo como forma de produção sustentável. Nesse ano também aconteceria a ECO-92 conferencia mundial pela defesa do meio ambiente, que reorientou o discurso e a prática na utilização dos recursos naturais.

¹³⁵ São eles: Centrinho da Aparecida, Centrinho do Acrísio, Centro do Aguiar, Centro do Bertulilo, Ludovico, São Manuel e Sítio Novo.

¹³⁶ Povoado de Três Poços. O município de lago dos Rodrigues foi desmembrado de Lago do Junco no ano de 1994.

fato de que em função destes conflitos, estas famílias se viam estigmatizadas pelos comerciantes do município, que não se dispunham a dar-lhes crédito (fiado) para aquisição dos gêneros de primeira necessidade, e em casos mais extremos recusavam-se a estabelecer qualquer relação comercial com estas:

A gente tava saindo daquela ressaca, que foi um conflito muito grande, a gente não tinha credibilidade de nada, ninguém confiava nos trabalhadores de Lago do Junco, ninguém tinha confiança de vender nada fiado para nós (Raimundo Ermínio, São Manuel)

Crescia entre estas famílias o entendimento que apesar de possuírem terras para implantação das roças, coleta¹³⁷ e quebra do coco, não podiam continuar na dependência dos canais de comercialização da produção, e de abastecimento dos gêneros de primeira necessidade que continuava nas mãos dos grandes comerciantes e proprietários de terra. Nas palavras do atual vice-presidente da COPPALJ o Sr. Toin para aquelas famílias a questão se apresentava da seguinte forma: *não adiantava só ter a terra, tinha que caçar jeito de se livrar do patrão por inteiro ou então voltava pro que era.*

Juntamente com a assessoria da ASSEMA estas famílias elaboram um projeto para implantação da cooperativa, sendo este contemplado por financiamentos de entidades de cooperação internacional¹³⁸. A COPPALJ inicia suas atividades em doze povoados do município de Lago do Junco, instalando um posto comercial em cada povoado com o intuito de negociar com *sócios* e *não sócios*. Estes postos são denominados *cantinas*, sendo as mesmas administradas pelos *sócios* da cooperativa naquele povoado, que escolhem entre eles o trabalhador rural, chamado de *cantineiro* que ficará responsável por realizar a transações de compra de babaçu e venda de gêneros de primeira necessidade ou *mercadorias* como costumam se referir ao café, açúcar, querosene, fumo, sabão, etc.

Entre os principais obstáculos¹³⁹ a consolidação da cooperativa em seus momentos iniciais, estava a concorrência com os comerciantes já estabelecidos. Primeiro em função da maior variedade de produtos oferecidos por estes comércio e pela iniciativa destes em baixar os preços das *mercadorias* e aumentar o preço pago pelo babaçu¹⁴⁰ nos povoados em que existiam *cantinas*. O segundo empecilho advinha da dificuldade que algumas famílias tinham em romper os laços com os comerciantes estabelecidos, existia um grande receio por parte de muitas famílias de que caso a cooperativa fracassasse, teriam que retornar a comercializar com os comerciantes já estabelecidos que poderiam impor-lhes represálias como: não vender-lhes fiado ou não financiar-lhes a produção. Neste primeiro momento muitas famílias vivenciavam simultaneamente sentimentos de esperança - em se livrarem destes atravessadores - e medo - de não obterem êxito nesta empreitada e caírem novamente

¹³⁷ Nesse momento, estas famílias só tinham livre acesso às palmeiras das áreas de assentamento, devido a limitada dimensão destes e da derrubada de centenas de palmeira para implementação de pastagens, as palmeiras encontradas nestas áreas não são de todo suficiente para atender as necessidades das famílias. Posteriormente, com a aprovação da *Lei Babaçu Livre* é que conseguem estender o direito de coletar o coco babaçu em outras propriedades sejam elas publicas ou privadas.

¹³⁸ São citadas como primeiras fontes de recursos financeiros da COPPALJ, um fundo econômico mantido pela Embaixada do Canadá e a agência Alemã Miserior.

¹³⁹ São destacadas também dificuldades advindas da baixa instrução escolar dos associados, na sua grande maioria analfabetos, com dificuldade de administrar grandes somas de recurso e de realizar operações de comercialização em maior escala, se remetem também a questões como baixo capital de giro. Estas dificuldades foram superadas ao longo dos anos pela assessoria e mobilização realizadas com o apoio da ASSEMA.

¹⁴⁰ Cada comerciante local (povoado) estava ligado a um comerciante maior que coordenava estas investidas contra a cooperativa, para compensar a diminuição de seus lucros nos povoados em que haviam se instalado as *cantinas* da COOPALJ, estes comerciantes aumentavam seus lucros com o babaçu e mercadorias em povoados em que as *cantinas* não existiam.

nas mãos dos *patrões*, sofrendo represálias e humilhações por conta da tentativa de ruptura com estes.

Para resistir a estas investidas a COOPALJ logrou ampliar a quantidade de produtos oferecidos e contou com a perseverança da maioria dos seus associados em romper com os comerciantes estabelecidos. Também contribuiu para seu sucesso a política de preços para a compra da produção agrícola e de babaçu, para a venda dos gêneros de primeira necessidade, adotada pela cooperativa desde sua fundação até hoje.

Preocupados não apenas em atrair fregueses para seus comércios, mas também em não reproduzirem a *exploração do trabalho alheio* praticada pelos comércios tradicionais, o preço pago pela produção agrícola e de babaçu nas *cantinas* é o mesmo para sócios e *não sócios*¹⁴¹. Na esfera da produção, do trabalho, não concebem a distinção entre sócio e *não sócio*, nivelando por esse meio todos os membros do povoado que com a cooperativa negociam. A forma que encontraram para diferenciar a relação entre sócios e *não-sócios* se deu principalmente através da comercialização das *mercadorias*, concessão de empréstimos, financiamentos e no direito de comprar *fiado*.

Os não-sócios pagam pelas *mercadorias* um valor 10 % maior que os sócios da cooperativa, o direito de comprar *fiado* não lhes é estatutariamente garantido, no entanto, cada cantina tem autonomia para autorizar o *cantineiro* a facultar esse direito a um *não-sócio*, desde que o *cantineiro* assuma responsabilidade por isso¹⁴², o acesso a empréstimos pessoais e financiamento de pequenos projetos não são acessíveis a não-sócios. Segundo os entrevistados estas restrições existem para estimular a associação na cooperativa e principalmente para compensar o “ônus” do associado que ao contrário do *não-sócio* possui obrigações com a cooperativa, dedicando tempo para reuniões, assembléias, seminários, campanhas e *esquentando a cabeça na administração da cooperativa*.

Em 1993 a cooperativa passa a realizar o beneficiamento das amêndoas de babaçu, que antes eram negociadas *in natura* com fábricas de óleo do Maranhão e Piauí. Para tanto, foi adquirido uma caminhão e equipamentos de para extração e filtragem do óleo das amêndoas de babaçu, possibilitando a cooperativa agregar valor a seu produto e com isso melhorar sua lucratividade.

Em 1995 é fechado um contrato com a empresa de cosméticos inglesa The Body Shop, passando a COPPALJ a exportar anualmente cerca de 60 toneladas de óleo para esta empresa a um preço muito superior que o praticado no mercado convencional¹⁴³. Buscando alternativas tecnológicas para a produção agropecuária na região em que atua, a COPPALJ incentiva a prática da agricultura agroecológica e através da assessoria do programa de produção da ASSEMA desenvolve várias ações de capacitação e assistência técnica neste sentido. Trabalhando nesta linha em 1998 com apoio financeiro da empresa de cosmético americana AVEDA que havia se tornado cliente da cooperativa, o óleo de babaçu da

¹⁴¹ No entanto apesar dos não-sócios participarem consideravelmente da produção das *sobras*, uma vez que estas são o resultado da comercialização da produção de sócios (30%) e não-sócios (70%), estes últimos não são contemplados com a distribuição das mesmas. Tal desequilíbrio é motivo de preocupação de diretores e associados da cooperativa pelo fato da mesma “depende” financeiramente de pessoas que em tese, não estão tão compromissadas com a mesma quanto um sócio. É também motivo de desconforto, pois para muitos dirigentes e associados na distribuição das sobras somente entre os sócios, tem-se entre esses recursos o trabalho do não-sócio.

¹⁴² Na prática muitos não-sócios compram *fiado* nas *cantinas*.

¹⁴³ A Body Shop é uma empresa que pratica o “Fair Trade” ou “Mercado Justo”, “consumo solidário”. Esta forma de mercado tem a preocupação de garantir um preço justo para quem está na base da cadeia produtiva. Para isto busca adquirir matéria prima direto de quem a produz, eliminando atravessadores que não agreguem trabalho ao produto. Segundo Singer (2002), o comércio justo procura convencer o público de que deve comprar não em função de seu proveito próprio, mas em função do modo com as mercadorias são produzidas, sem trabalho degradante, sem prejuízo ao meio ambiente.

COPPALJ recebe o selo orgânico da certificadora IBD, conseguindo uma significativa diferenciação de seu produto¹⁴⁴.

A inserção nestes segmentos de mercado trouxe uma expressiva melhoria financeira para cooperativa e seus associados, fortalecendo-a localmente, possibilitando-a superar a concorrência dos comerciantes já estabelecidos. Nos povoados em que a COPPALJ possui *cantinas* estas são os maiores, quando não são os únicos pontos comerciais da localidade. A COPPALJ encontra-se hoje com estabilidade financeira suficiente para suprir suas necessidades de capital de giro e investimentos, podendo inclusive desenvolver com recursos próprios o projeto de uma propriedade modelo¹⁴⁵.

Desde o ano 2000 a cooperativa vem distribuindo *sobras*¹⁴⁶ entre seus 217 associados, - em 2006 foram distribuídos R\$ 50. 000, 00 -, também disponibiliza empréstimos pessoais e uma linha de crédito para projetos produtivos no valor de até dez salários mínimos. As *cantinas* que possuem um maior movimento de mercadorias têm destinado uma parte de seu lucro para o pagamento da contribuição sindical de seus associados. Os associados também recorrem a cooperativa quando necessitam de certidões de trabalho, necessárias nos pedidos de benefícios sociais como aposentadoria, auxílio-doença etc., certidões que geralmente são dadas pelos grandes proprietários rurais. Esta situação atual contrasta bastante com o período que antecede a existência da cooperativa e que é lembrada por muitos entrevistados como marcada por momentos de humilhação para algumas famílias.

Depois que a cooperativa começou, a gente tem a cooperativa e a cantina aqui, aí melhorou, eu acho que é 100%, porque a gente num anda mais vendendo arroz na folha, sempre tem o coco, que a gente vai quebrar no mato e traz, e o valor do coco ficou melhor, já chegou até a R\$ 1,16. Quando a gente não tem dinheiro vai lá e compra, e aí diz vou pro mato quebrar coco e de tarde traz, ou então vai logo pro mato quebrar de tarde vai lá e troca no que tá precisando, não precisa tá adulando dono de comércio ou fazendeiro com nada (Carmelita, Ludovico).

Com estas conquistas além da melhoria nas condições financeiras das famílias em sua área de atuação, a COPPALJ trouxe consigo condições objetivas para a continuidade do processo de desvinculação não só econômica, mas também política de muitas famílias em relação aos chamados *patrões* com os quais possuem relações extremamente assimétricas. Tendo a cooperativa como alternativa, muitas famílias não se vêm mais obrigadas, por exemplo, a dispor antecipadamente de sua produção no sistema de *venda na folha*, operação que lhes acarreta prejuízo financeiro e muitas vezes a contração de uma dívida moral com o *patrão*. Conforme já apontado anteriormente, muitos comerciantes e fazendeiros têm nas

¹⁴⁴ Os produtos orgânicos de um modo geral, além de contar com pouca concorrência no mercado, sendo alguns tidos como raridades - como o óleo de babaçu da COPPALJ que é o único com certificado de orgânico do mundo - possuem uma valorização de 20 a 50% em relação aos produtos convencionais.

¹⁴⁵ Trata-se de uma área de cinquenta hectares, localizada em de São Manuel, onde a COPPALJ desenvolve uma experiência de diversificação da produção em escala familiar de forma sustentável. Nessa propriedade são criados caprinos, bovinos, peixes, possui pomar, horta, pastagem, reserva legal e babaçu. Esta propriedade tem a função de servir de modelo a ser aplicado nos lotes dos assentados.

¹⁴⁶ As sobras de uma cooperativa são o lucro líquido de uma cooperativa, que é distribuído no final de ano fiscal entre os associados, de forma proporcional a contribuição de cada um para o movimento comercial e produtivo da mesma. No caso da COOPALJ, os cantineiros têm sob sua responsabilidade um caderno de anotações onde é registrada a movimentação de cada associado com a cooperativa: quanto vendeu de babaçu, quanto comprou de mercadorias, quanto comprou fiado, etc. Com base nestas anotações é calculado quanto cabe do montante geral das sobras a cada sócio individualmente.

famílias de trabalhadores rurais não apenas uma clientela comercial, mas também uma clientela política¹⁴⁷.

No que se referem à questão da admissão de novos sócios e da ampliação de sua área de atuação, estas ações tem sido motivo de preocupação entre *sócios* e lideranças da COPPALJ desde sua fundação, uma preocupação que conjuga fatores econômicos e políticos que ao longo do tempo foram se redefinindo de acordo com o crescimento da cooperativa.

A gente observa [os sócios] de várias maneiras, tem gente que vem se associar na cooperativa que é uma pessoa que a gente vê que ele não faz a política, mas ele é um sócio que não fica devendo muito, que de certa forma ele também contribui, porque o movimento ele precisa de várias formas, uns são bons pra fazer articulação, outros já não servem porque não é o forte deles, mas servem pra trabalhar, pra ser o cantineiro. Um não é forte na produção, mas é forte na articulação. Mas, a nossa preocupação é todo mundo tá entendendo a proposta da cooperativa (Raimundo Ermínio, São Manuel)

Cientes de que a cooperativa precisa em termos econômicos obter certo volume de produção e circulação de mercadorias para atender seus contratos e ter estabilidade financeira, e em termos político desenvolver um trabalho de educação e conscientização de seu quadro de associados voltado para questões fundamentais para o bom desenvolvimento da cooperativa como: o apoio as ações de reforma agrária no município, impedir a devastação das florestas de babaçu que vem ocorrendo em função de derrubadas, queimadas descontroladas, uso de defensivos químicos, e contar com o apoio do poder publico especialmente no nível local. A partir destes princípios as famílias integrantes da COPPALJ costumam avaliar e classificar a participação e compromisso do *sócio* a partir de dois princípios básicos: o *sócio* que *trabalha* que produz muito babaçu, arroz, farinha, mas que se envolve pouco nas discussões da cooperativa, dedica pouco tempo a “pensar” a cooperativa, e o *sócio* que *articula* que se disponibiliza a fazer parte de uma diretoria, que acompanha de perto o movimento financeiro da mesma, que se dispõe a fazer visitas e viagens em nome da cooperativa, mas que por outro lado em função dessas atividades produz muito pouco babaçu, arroz, farinha, etc., contribuindo pouco com o movimento econômico da mesma.

Existem ainda outros elementos que norteiam seus princípios de filiação os quais principalmente as lideranças da cooperativa indicam ser essenciais, entre eles está o critério de somente instalar *cantinas* em povoados onde houvesse uma *sociedade*. Esta seria uma forma de pré-selecionar seus *sócios* a partir da manifestação de condutas que indiquem que no povoado em questão, existe abertura para incorporação de novas práticas e valores, uma disposição considerada fundamental ao desenvolvimento da cooperativa.

A cooperativa nunca entrou num povoado em que não tivesse uma sociedade, ela só se propunha a trabalhar em áreas que os trabalhadores tivessem o controle da terra, tem uma diferença muito grande de onde tem uma sociedade pra onde não tem, lá onde tem a sociedade o pessoal se senta pra conversar, pra se organizar num trabalho comum, e lá onde não tem cada um trabalha pra si, não há um trabalho comunitário (Antonino, São Manuel).

No contexto do município de Lago do Junco as *sociedades* foram constituídas nos povoados em que houve uma mobilização coletiva pela posse da terra, sendo que estas mobilizações muitas das vezes redundaram em conflitos violentos. Mesmo quando a aquisição destas terras se deu de forma mais branda, quando a igreja católica intervinha

¹⁴⁷ Fizemos uma referência a esta situação no capítulo II desta dissertação.

através da compra das terras em questão (como no caso do povoado de Três Poços onde existe uma cantina da COPPALJ) existe um entendimento na cooperativa de que aquelas famílias estavam dispostas a romper com a submissão a um grande proprietário de terras e, portanto, poderiam realizar outras rupturas como a comercial, exigida pela cooperativa.

Por ser um povoado *onde o pessoal se senta pra conversar* supõe-se ainda que haja *união* entre estas pessoas, uma preocupação com o bem comum e que conseguem perceber problemas coletivos, que existe um grupo que toma iniciativas e que são capazes de chegar a um mínimo de consenso e seguir regras estabelecidas coletivamente, são procedimentos que, portanto se assemelham ao que é idealizado para a cooperativa enquanto imagem do perfil de associados.

Com o risco de diminuição das áreas de babaçuais e por conta da certificação orgânica conquistada para o óleo de babaçu produzido pela COPPALJ, passa-se a exigir daqueles que se associam um compromisso maior com a chamada preocupação ambiental, a adoção de práticas produtivas e extrativas que atendam as rígidas normas da certificadora como a eliminação do uso de defensivos, ou evitar a coletar o babaçu em áreas que tenham recebido algum tipo de tratamento com agroquímicos, exigências que muitas vezes ainda não contam com as condições objetivas para tanto.

Uma outra coisa que eu acho normal mas não concordo bem, é com a questão do veneno, eles (da cooperativa) exigem que a gente não coloque veneno, por exemplo você coloca a roça e aquela roça dá uma purga danada na palha, aí você vai colocar um veneno, o barrage, que não é tão perigoso mas é veneno, e pelo gosto deles ninguém botava veneno naquele legume, por que aquilo ali vai prejudicar a saúde, eu concordo, mas aí eles já deveriam ter descobrido um veneno caseiro que resolvesse o problema que não fosse obrigado a botar o barrage (...) na sociedade eles exige também que não se use veneno, só que a exigência é mais poca (Dió, São Manuel).

Apesar dos esforços conjuntos da cooperativa e ASSEMA, em identificar formas alternativas aos defensivos químicos no controle das principais pragas que atacam as lavouras e da consciência de muitas famílias em relação aos riscos ambientais e para saúde humana, que os defensivos agroquímicos trazem, estas práticas convencionais persistem como forma de garantir que as famílias consigam alguma produção em seus roçados. De acordo com alguns entrevistados, esta situação tem pesado bastantes na decisão de muitas famílias em relação à sua decisão na hora de se associar na cooperativa.

Mas desde 2000 quando a cooperativa começou a distribuir *sobras* foi constatado um aumento nos pedidos de associação em relação aos anos anteriores, fato que se por um lado empolga a seus associados, por outro preocupa bastante por conta da desconfiança de que as motivações para tal filiação sejam de natureza apenas financeira sem nenhuma intenção de compromisso com as demais políticas da cooperativa e das demais entidades que a apóiam.

Nós esclarece que pra pessoa ser sócio da cooperativa ele não vai poder ser contra o sindicato, contra nossos movimentos, porque aí não tem sentido (Raimundo Vital, São Manuel).

Esta preocupação tem sido trabalhada constantemente não apenas durante o processo de associação¹⁴⁸, mas nos eventos da cooperativa e situações cotidianas nos povoados.

¹⁴⁸ A associação na COPPALJ se faz por um processo que dura dois anos. Este processo se inicia nos povoados onde o (a) candidato (a) a sócio (a) deve se apresenta na reunião da cantina, sendo inicialmente avaliado por estes, caso não tenham nada contra a candidatura, convocam o (a) pretendente a assistir as reuniões daquela cantina durante seis meses, em seguida o(a) candidato (a) é apresentado aos demais associados da cooperativa

Também usam como critério para verificar o potencial de envolvimento dos candidatos a *sócio*, as atitudes e posicionamentos destes e relação às outras organizações de trabalhadores rurais que constituem a ASSEMA no município ou ao *movimento* como costumam se referir frequentemente.

Teve uma Senhora aqui que quis se associar na cooperativa e nós dissemos pra ela o seguinte, tivemos uma conversa com ela: seria bom ela demorar mais um pouco pra ela se associar, para ela compreender mais um pouco a proposta da cooperativa. Ela acabou compreendendo, depois de um bom período a gente começou a ver as mudanças, ela começou a fazer parte, veio mais na igreja, veio a questão da política social, porque quando chega a época da política nós temos nossos candidatos, aí levamos o cartaz da Maria Alaíde que é a nossa representante e ela deixou pregar lá, porque antes ninguém encostava, então, a gente vai vendo como a pessoa vai mudando (Raimundo Vital, São Manuel).

O processo de associação é uma oportunidade tanto para a cooperativa observar o candidato, quanto para este conhecer melhor o funcionamento da cooperativa, os ônus e bônus que recaem aos seus associados. Durante as várias etapas desse processo, que podem ser comparadas a rituais de iniciação, os membros da cooperativa constantemente “proclamam” para os candidatos – e relembram os já associados – o tipo de atitude e comportamento que esperam de um associado, em geral além de destacarem questões como participar das reuniões e comprar e vender com a cooperativa, chamam atenção para outras ações como, não derrubar palmeira indiscriminadamente, não fazer queimada descontrolada, não usar veneno demais nas roças, comprar e vender com a cooperativa, contribuir com os movimentos e não votar em político que persegue os trabalhadores rurais.

A COOPALJ tem sido de grande importância, não apenas para o conjunto de seus associados, mas para a região onde atua como um todo. Existe por parte da mesma uma preocupação e inserção muito forte na vida dos povoados onde está presente, além dos benefícios já mencionados, a cooperativa, tem sido uma patrocinadora bastante acessível para os eventos públicos de caráter não político¹⁴⁹ nos povoados (apesar de muitas vezes estes eventos repercutirem neste campo). Constantemente esta tem atendido pedidos de apoio em dinheiro ou através de descontos ou gratuidade no frete de seu caminhão, festejos das *comunidades religiosas*, reformas e ampliação de igrejas, refeições de grau, atividades realizadas por grupos de jovens, times de futebol, etc. No povoado de Ludovico, por exemplo, os sócios daquela cantina decidiram pela compra de um terreno que foi doado para que a unidade escolar municipal que existe no povoado construísse uma nova sala de aula. Tal preocupação pode ser sintetizada na fala de um ex-presidente da COPPALJ, *mas, nós não quer que a cooperativa tenha só milhões em dinheiro, mais que ela dê continuidade a esse trabalho social que não pode se perder de vista.*

durante uma das assembléias gerais que ocorrem semestralmente. Não havendo nenhum impedimento a associação do (a) candidato (a), este deverá continuar assistindo as reuniões da cantina que o apresentou e participar de mais duas assembléias gerais sendo, sendo efetivado (caso haja interesse de ambas as partes) na terceira assembléia geral, quando passa a depositar as parcelas da cota-parte da cooperativa que corresponde a 200 kg de coco babaçu.

¹⁴⁹ No que se refere as demais organizações de trabalhadores rurais que constituem a ASSEMA em Lago do Junco, a COOPALJ vem frequentemente contribuindo financeiramente com estas entidades na realização de reuniões, assembléias, seminários cursos, ou mesmo realizando empréstimos ou doações para outras finalidades.

3- As Comunidades Religiosas

Na minha análise se nós pegamos da década de 90 pra cá ela [a igreja] já prega um pouco mais diferente, mais light, mais leve, que ela não tem aquela pregação como frei Adolfo pregava. (...) Nesses últimos vinte anos eu acho que a igreja deu uma estagnada, nesse sentido das pregações mais motivadoras, daquelas pregações que mostra onde que tá a deficiência e a grande necessidade que as pessoas tem, a questão da preservação, do fortalecimento da agricultura, da educação, saúde, o direito a dignidade, né! (Raimundo Ermínio, São Manuel)

Conforme já mencionamos, durante as décadas de 1970 e 1980 as *comunidades religiosas* dos povoados estudados aparecem nessas localidades como uma primeira experiência de discussão conjunta - enquanto uma coletividade definida a partir de referências comuns - de questões que afetavam seus habitantes coletivamente, não apenas no plano religioso, mas também em outros planos de organização social, transformando em “problemas” da comunidade, questões que em outros contextos provavelmente diriam respeito ao domínio do privado, seja do indivíduo ou da família.

Por influência de religiosos ligados a Teologia da Libertação constituíram-se também como espaços onde os trabalhadores rurais exercitaram sua confissão religiosa dentro de uma perspectiva de constante conexão entre fé e política. Nestes ambientes fomentou-se um clima favorável à solidariedade política entre os trabalhadores rurais, com força para desencadear um processo de construção de consciência e identidades religiosa, comunitária e de classe, que lhes permitisse romper com condições de exploração de natureza sócio-econômica e política, aos quais estes vinham sendo historicamente submetidos.

As *comunidades religiosas* possibilitaram o questionamento da visão de mundo conformista que havia se difundido entre as famílias de trabalhadores rurais, ao mesmo tempo em que propõem a construção de uma visão de mundo mais contestadora, que teve na bandeira da reforma agrária sua principal característica. A politização dos espaços organizados pela igreja - fossem eles eventuais como os cursos e seminários ou aqueles de caráter mais permanente como clubes de mães, clube de jovens e das pastorais, como a da saúde e da criança - cumpriam o papel de formadores de lideranças, estes aspectos podem ser considerados uma marca dessa época. No entanto, essa era outra Igreja Católica, que na saudosa visão de nossos entrevistados distingui-se bastante da Igreja atual.

Mas a igreja ela tinha esses padres, digo tinha porque esses padres que nós temos hoje, infelizmente é preciso falar, são padres que não tão levantando essa bandeira de luta por igualdade social, da luta econômica, mas também cultural e social. E hoje nós temos sentido falta de padres na nossa paróquia com esse perfil (Raimundo Ermínio, São Manuel).

Na percepção desses trabalhadores do mesmo modo que a ação daquela igreja contestadora e libertária se tornou possível na região graças a figura pessoal de alguns religiosos, essa igreja de postura *mais light* seria o resultado da substituição dos religiosos que protagonizaram a fase da igreja libertadora – que foram transferidos para outras regiões ou faleceram - por sacerdotes que não comungam das mesmas práticas políticas e litúrgicas de seus antecessores¹⁵⁰.

Muitas famílias de trabalhadores rurais demonstram estarem ressentidas em relação ao distanciamento da igreja quanto às chamadas *questões sociais*, distanciamento observado por

¹⁵⁰ Esta questão da mudança do protagonismo da Igreja, não se restringe ao nosso universo empírico, dizem respeito mudanças mais amplas nas referências institucionais dessa entidade e a fatores conjunturais.

eles, tanto nos discursos e nas práticas dos atuais sacerdotes, como nas atitudes de parte do corpo de fiéis. Entre os sintomas desse afastamento destacam o caráter “mecânico” da celebração de missas: *hoje tá diferente, a missa é sete da noite, ou nove da manhã e o padre chega na hora da missa*, procedimento, que na avaliação de muitos trabalhadores, não permite que o padre conheça a realidade dos povoados - por este não dedicar tão pouco tempo a convivência com os fiéis – e assim se envolverem nos seus problemas.

Quando se referem ao nível de participação e envolvimento dos moradores dos povoados na igreja, geralmente se expressam através da frase: *a igreja hoje tá esvaziada*, fato observável no pequeno número de participantes nos cultos dominicais, quando comparado ao número de moradores em cada povoado. Mas este esvaziamento não é somente no sentido quantitativo. Por conceberem a igreja como espaço permite a identificação e resolução de problemas de ordem econômica, social, política e comunitária, a ausência da intervenção da igreja nestes assuntos é também percebida como uma forma de *esvaziamento*.

A nossa igreja, está hoje com as celebrações vagas, não discute muito as questões da família, da convivência das pessoas, discussões no sentido de tá fazendo com que as pessoas valorizem nossa comunidade, com relação a criação de animais soltos, campanha de fossa, questão da saúde das pessoas, da delegacia sindical, isso nós já discutimos bastante tempos atrás, mas hoje esses assuntos não é mais levado pra igreja, né! (Dora, São Manuel).

Contudo, o fato desses assuntos não constarem como pauta que assumam relevância nos trabalhos da igreja atualmente, não quer dizer que eles tenham sido completamente deixados de lado nos povoados. Pelo que nos foi possível observar nos povoados e perceber em algumas entrevistas, muitas destas questões cuja identificação e resolução cabiam (quase que exclusivamente) as *comunidades religiosas*, tornaram-se atualmente assuntos de interesse de outras organizações como as delegacias sindicais, *sociedades*, a cooperativa e outras. Desta forma, encontramos situações variadas em relação ao envolvimento de uma ou outra organização em determinados assuntos, desde aquelas em que uma única organização é acionada:

Se eu me aperriar hoje a primeira [organização] que eu corro pedindo socorro é a sociedade. A primeira pessoa em que eu confio é em Deus, a segunda é a sociedade que eu faço parte, que Deus o livre eu precisando recorro a ela (Dió, São Manuel).

Até aquelas em que o conjunto delas é acionado para encaminhar certas questões:

Um exemplo de assunto que nós já discutimos aqui dentro da própria igreja: um casal nosso se separou sendo sócio da nossa igreja, sendo sócio da nossa sociedade e nós fizemos o inventário deles aqui, nós como igreja, como delegado, dirigente, representante da associação, nós chamamos a família, sentamos, e acertamos tudo entre eles (Raimundo Ermínio, São Manuel).

Podemos perceber nos exemplos acima que a fundação das organizações de trabalhadores rurais nestes povoados a partir da final da década de 1980, instituiu várias formas de seus moradores estabelecerem vínculos entre si. O que encontramos nestes locais são numerosas possibilidades de arranjos sociais que terminam, tanto por ressaltar a força da ação de uma organização específica – como a *sociedade* -, quanto diluir a força desta ação na presença de outras – como ocorrido com a igreja. A forma como estes arranjos são construídos é relacional e se encontra sobre a influência de fatores como, por exemplo: o grau de pertencimento e de identificação dos indivíduos com estas organizações ou os planos a que se referem às questões que estão sendo tratadas (econômico, político, familiar, produtivo).

No que pese a igreja através de sua estrutura institucional e de seus sacerdotes terem se afastado das questões não litúrgicas, a *base* organizada nas *comunidades religiosas* nos povoados pesquisados, procurou manter a conexão entre a religião e política como prática, ainda que aos olhos de suas lideranças, sem a mesma visibilidade que se tinha anteriormente. Chamou-nos atenção durante a pesquisa que dentre as diversas causas apontadas para o esvaziamento das igrejas aparecem explicações do tipo: *o povo não quer mais saber de religião, perderam o medo de Deus, a culpa é dos padres*. Contudo, aparece de forma muito recorrente como causa deste *esvaziamento* a presença dos chamados assuntos *políticos* nos momentos das celebrações religiosas. Conforme aponta a fala do dirigente da *comunidade religiosa* de São Manuel:

Muitos deles alegam que não vão pra igreja porque acham que as pessoas que estão a frente da comunidade estão lá pra fazer politicagem na igreja, é a coisa mais alegada, mas isso não é verdade, a gente apenas passa as informações, por que ali é o lugar onde junta mais pessoas, e a gente quer passar a informação. Às vezes tá terminando o culto lá, aí vão pros aviso, aí vão falar do sindicato, as vezes fala da política, é um aviso do PT, um aviso da ASSEMA, da paróquia mesmo e tal. E os avisos às vezes se tornam numa conversa, um debate (Nailson, São Manuel).

A frente destas *comunidades religiosas* tem permanecido até hoje pessoas oriundas do movimento de libertação do babaçu e da terra ocorrido na década de 1980, e que hoje estão formalmente ligadas às organizações de trabalhadores rurais que constituem a ASSEMA. Na concepção destas pessoas a igreja continua sendo o canal mais apropriado para difundir e fortalecer sua causa e suas idéias entre as famílias de trabalhadores rurais estejam elas mais próximas ou mais distantes dessas organizações.

Sempre tem um público que você te que educar, e a cultura daqui é a igreja católica, o pessoal daqui, qual é o centro que agrega mais gente? É lá na igreja católica, então lá você tem que aproveitar aquele momento e passar ali. Tem uns que não gostam, pra outros o lugar é aquele, então é um lugar da gente tá também num improviso daquele você tá sensibilizando as pessoas, num aviso, numa coisa que chame a atenção, então aproveita e coloca ali. (João Valdecy, Centrinho do Acrísio).

As *reflexões do evangelho em cima da vida de hoje* ainda muito presentes atualmente, versam sobre a importância da solidariedade entre trabalhadores rurais, a contradição de interesses entre trabalhadores e proprietários, as formas de subordinação de uma classe sobre a outra, sendo estas reflexões reforçadas agora pelo discurso e pelas realizações concretas das organizações que constituem a ASSEMA, que trazem para a reflexão questões de seus campos de atuação como: comercialização, uso de agrotóxicos, preservação ambiental, relações de gênero e a política partidária.

Os conflitos agrários ocorridos na década de 1980, também são tema dessas reflexões, realizadas no ambiente da igreja ou nas reuniões das organizações, costumam ser lembrados como exemplo de união, coragem, esperança, fé e força do grupo diante de adversários que a princípio eram considerados mais fortes, mas que foram vencidos.

Além das reflexões dos evangelhos, o momento dos informes tem sido também um instrumento de *educação* e *sensibilização*, apesar de não assumem claramente esta forma, mas possuem grande eficácia nesse sentido. Realizados sempre ao término dos cultos, os informes são uma forma das organizações que constituem a ASSEMA entrarem em contato com seus *sócios*, *não sócios* e entre as organizações, divulgando seu trabalho, seus eventos e conquistas, dessa maneira conforme nos aponta Comerford (1996), durante os informes, mais do que passar informações, também está em jogo a imagem das organizações e lideranças.

Desta forma, apesar das afirmações de *esvaziamento* da igreja, esta não deixou de ser um espaço de aglutinação e formação da visão de mundo para as famílias de trabalhadores rurais nesses povoados. No que pese a diluição de algumas de suas funções, especialmente as políticas, no contexto em que se consolidam outras organizações de trabalhadores rurais, a igreja continua sendo uma referência da origem dessas organizações, de identificação e pertencimento a um povoado e, sobretudo, referência a uma luta, nesse caso, a luta pela libertação das famílias através da reconquista do babaçu e da terra.

Daí resulta também a importância de sua presença nos *modus operandi* destas novas organizações, seja na incorporação de sua ritualística nas reuniões e assembleias - como ocorreu nas delegacias sindicais durante a década de 1980 - ou no direcionamento de recursos, atenção e energias disponibilizados pelos membros destas organizações¹⁵¹ as atividades de suas respectivas *comunidades religiosas*. A Igreja, portanto, pode ser apreendida como espaço onde os planos de organização sociais formados pelas organizações de trabalhadores rurais que constituem a ASSEMA se cruzam e convergem na medida em que *os que são sócios da cooperativa são os mesmo sócios do sindicato, da sociedade, da igreja*, ou como indicativo da “qualidade” de sócios e não-sócios e candidatos a sócios nestas organizações, visto que a avaliação, a reputação dos mesmos passa principalmente pelo nível de envolvimento com a igreja.

¹⁵¹ A realização de ampliações e reformas das dependências das igrejas e festejos nas *comunidades religiosas* vem contando com expressiva contribuição de recursos financeiros e humanos, oriundos das cantinas, e associações de assentamento, estas últimas com colaborações mais frequentes e vultosas é comum durante as reuniões de planejamento das mesmas a inclusão de mutirões para limpeza e reformas na área da igreja e cemitério, ou a disponibilidade de parte dos recursos arrecadados por estas ou mesmo de seu patrimônio, como no caso da associação do povoado de Centrinho do Acrísio que em determinado ano vendeu 40 cabeças de seu gado coletivo para com o dinheiro arrecadado concluir a construção das dependências da igreja naquele povoado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formas como as diversas experiências associativas vêm sendo implementadas no meio rural brasileiro, abrem margem a dois tipos de leituras recorrentes, de um lado, a leitura dominante que enxerga nessa prática um remédio para todos os males indistintamente, de outro, aquelas que identificam em muitas dessas experiências elementos de dominação, subordinação e desagregação social, trazendo mais problemas que soluções para os que aderem a esta prática. A partir das experiências analisadas neste estudo, nos foi possível perceber que as formas associativas experimentadas nas organizações de trabalhadores rurais, que constituem a ASSEMA em Lago do Junco, são caracterizadas pela ambivalência com que são vivenciadas.

Em princípio, consideramos que a emergência dessas organizações não se deu em um vazio de relações, no momento em que foram instituídas, o espaço social onde atuariam estava extremamente tencionado pelos conflitos agrários ocorridos naquele município, que interferiram consideravelmente em sua configuração social.

Entre as situações que podem ser vivenciadas pelos indivíduos em relação a estas organizações, identificamos aquelas em que a participação neste tipo de coletividade abriu para muitos, a possibilidade de certa emancipação econômica, social, política e de transformação positiva da auto-imagem destas pessoas, dando-lhes visibilidade social e proporcionando novos aprendizados. Porém, no mesmo espaço organizacional, encontramos situações e posições em que o “estar nestas coletividades” pode ser vivido como perda de autonomia individual ou mesmo *sujeição*, como manifestado por alguns, algo relacionado ao fato de que na conformação desses novos arranjos as exigências de mudança nos padrões de comportamento requerida por estas organizações e as inovações trazidas por elas provocam nesses membros, sensações de insegurança, resistências e ansiedade.

Uma chave para a compreensão dessas diferentes formas de vivenciar o mesmo espaço social, pode ser encontrada na observação das condições de possibilidade de cada indivíduo em incorporar como seus esses novos valores trazidos por estas organizações. O uso dos pronomes pessoais: eu, nós, eles, quando se referenciam diante destas organizações, bem demonstram nível identificação de envolvimento e o sentimento de pertencimento destes indivíduos em relação a estas organizações. De um modo geral, quanto mais se sentem parte da organização, quanto mais esta lhe proporciona uma sensação de autonomia, estes membros expressam-se em relação a ela pelo pronome nós. Por sua vez, quanto menos se sentem parte, maior são as chances do estranhamento e da sensação de subordinação/sujeição, neste caso tendem a se expressam pelos pronomes eles, eu.

Inicialmente é importante destacar a força e a presença que a memória coletiva possui no cotidiano do grupo estudado. Estas famílias estão constantemente situando-se no presente a partir dos fatos ocorridos preteritamente, de onde retiram as explicações e compreensão de como as coisas funcionam hoje, bem como lições para pensarem o futuro.

Ao dividirem sua existência coletiva em *tempos*: *tempo da fartura*, *tempo da, tempo da privação e sujeição*, *tempo das greves* e o *tempo da liberdade*, localizam e qualificam nesses recortes - que foram demarcados pela conformação de elementos objetivos e subjetivos - práticas, agentes e contextos, portadores das condições de emergência de cada um desses *tempos*. O que, em parte, explica a origem de preocupações que demonstram atualmente com a possibilidade de surgir no interior de seus povoados a figura do *camponês remediado*, que décadas atrás contribuiu com o processo de expropriação que se abateu sobre centenas de famílias naquela região.

Quando se remetem ao *tempo das greves*, por exemplo, procuram trazer para o presente, especialmente nos momentos de “crise” ou de risco a “unidade” que construíram, os sentimentos de união e de solidariedade que, segundo suas representações foram um dos

traços característicos do grupo daquela época, fazendo-os suportar os sacrifícios e provações pelas quais passaram até alcançarem seus objetivos. Procuram, portanto manterem-se unidos por sua biografia coletiva.

A constante verbalização de suas experiências passadas exerce entre seus integrantes um poder que é ao mesmo tempo de coesão - na medida em que procuram sempre realçar a união e solidariedade do grupo diante de alguma adversidade - como também de coerção - ao sinalizarem que uma atitude isolada, individualista ou mesmo distinta do que fora estabelecido por estas coletividades, tais atitudes podem ser lida como uma ruptura com o grupo.

Recuperar estes *tempos* possibilitou em nossa análise, romper com uma visão um tanto quanto homogenizadora que circula a respeito dos eventos e situações que marcaram estes *tempos*. Entre elas, a idéia de que as forças que agiam sobre um determinado grupo social, nesse caso as famílias de trabalhadores rurais, atingiam a todas de forma simétrica e sincrônica, fossem forças de caráter opressor advindas do processo de privatização das terras em que viviam, ou forças de caráter libertador, como a transformação no trabalho de evangelização trazido pelos religiosos adeptos da teologia da libertação.

Conforme podemos apreender não foram todas as famílias que migraram quando do início do processo de privatização das terras, da mesma forma, não foram todas que introjetaram a visão de mundo contestadora fornecida pelos religiosos adeptos da Teologia da Libertação, não foram todas que se envolveram nas chamadas *greves*, assim como, entre aquelas que se envolveram nem todas participaram da mesma forma, e atualmente não são todas que aderem às organizações que constituem a ASSEMA em Lago do Junco.

Para a realização das mudanças sociais ocorridas naquela região, foi necessário além da existência de condições materiais (expropriação dos meios de produção, fome, miséria), a conjugação dessas condições a condições morais (moral religiosa) e emocionais (grande sentimento de humilhação, vergonha), que fizessem emergir para algumas famílias as contradições materiais e simbólicas em que viviam.

Desta forma, podemos compreender a ação dos sacerdotes adeptos a Teologia da Libertação como de incentivo e mediação no processo de transformação social que estas famílias protagonizaram na década de oitenta. Esses religiosos atuaram como portadores dos meios ideológicos, institucionais e materiais, que trouxe uma nova consciência para uma parte daquelas famílias, mas foi principalmente por meio da figura destes sacerdotes que se realizou a mediação com Deus e com o sagrado, que retirou a luta pelo babaçu e pela terra da tábua dos pecados e as colocou na tábua dos mandamentos que um filho de Deus deve seguir.

Durante os conflitos agrários e após estes, a interação com os mediadores possibilitou às famílias de trabalhadores rurais entrarem em contato com outras visões de mundo das quais receberam algumas influências. Esse contato marcou suas vidas a partir de uma existência cujas fronteiras extrapolam o plano nacional. Sendo que, o meio para dialogar com estas instâncias se deu através de suas organizações formais, cuja existência é sobreposta a outras organizações informais presentes em cada povoado ou no conjunto deles.

Não apenas os conflitos agrários que conforme demonstramos foram motivadores de re-configurações e re-significações de vários planos de organização social (parentesco, político, econômico), mas também as próprias organizações constituídas no decorrer desses eventos foram também motivadoras de re-configurações e re-significações na medida em que se sobrepoem a alguns desses distintos planos, ou quando elas mesmas conformam um plano específico de organização social.

Tanto a emergência dos conflitos quanto a constituição dessas organizações, alteraram os quadros de referência das chamadas lealdades primordiais, que orientam as ações dos indivíduos, estas organizações, por exemplo, passam a disputar a construção da visão de mundo, os afetos e disposições dos indivíduos, com instituições como a família, os grupos de vizinhança, de solidariedade mútua e as facções políticas.

No caso da política partidária, por exemplo, o *tempo da política* é considerado, no âmbito das organizações estudadas, como um termômetro do tipo de envolvimento e compromisso de membros e não membros com as mesmas. Significam, portanto, um momento delicado em que estas organizações se vêem testadas quanto a sua capacidade de comprometer e envolver seus quadros e simpatizantes com a sua visão de mundo.

De modo geral, este conjunto de organizações comunga o que poderíamos chamar de *projeto coletivo comum* representado por um posicionamento específico em relação às temáticas da produção (agroecológica) da comercialização (solidária) e política partidária (identificada como de esquerda). A consecução de tal projeto exige de seus membros um engajamento nestas temáticas a partir do que é definido nestas organizações. Tal exigência é por vezes identificada por alguns indivíduos *sócios* ou *não sócios*, como uma forma de *sujeição*, pois se vêem sem autonomia para procederem conforme suas próprias convicções diante destas temáticas. Como consequência tem-se que algumas famílias rejeitam se engajarem em algumas dessas organizações, por mais que isto possa ser vantajoso em termos materiais.

Por fim, gostaríamos de propor uma agenda de pesquisa a partir de questões que se apresentaram com muita força durante esta investigação. No entanto, tais questões para serem devidamente analisadas e assim serem incorporadas com maior propriedade ao texto desta dissertação, demandariam uma permanência maior no campo e aprofundamento de leituras e reflexão.

Estas questões figuram entre aquelas que dizem respeito a valores e afetos que interferem nas ações de indivíduos e grupos, sendo que estes elementos são formas menos evidentes de ação, realizadas pelos indivíduos em suas esferas íntimas e cotidianas de experiência, que, contudo, muitas vezes possuem relevância a tal ponto de definir o modo como os indivíduos concebem sua inserção e envolvimento em ações associativas.

Para ilustrar essa idéia podemos citar um exemplo que foi apontado em nosso texto. O *medo* figura entre os sentimentos que atravessa muitas ações realizadas pelas famílias de trabalhadores rurais, que integram as organizações que constituem a ASSEMA no município de Lago do Junco. É o medo *de voltar pro que era antes*, ou seja, o medo de não conseguirem se manter enquanto donos de suas terras, de ter que depender comercialmente dos antigos *patrões*, o medo *de voltar a ter que quebrar dez quilos de coco pra comprar um quilo de arroz*, que segundo nossos informantes os manteve mobilizados em diversas frentes de luta ao longo desses quinze anos da conquista das terras. O que também sinaliza para uma percepção de que a situação em que vivem no presente, não é absolutamente garantida, os elementos que a conformam devem ser insistentemente cultivados para sua manutenção.

O intenso envolvimento que esses trabalhadores tiveram em suas organizações ao longo desses anos suscita outros sentimentos como a *paixão* por essas organizações, *uma paixão como se fosse alguém da família, como um filho*, conforme nos afirmou uma liderança. Neste sentido, o *ciúme* não podia deixar de ser lembrado como motivo para o apego e preocupação com estas organizações, especialmente por parte dos mais envolvidos como as suas lideranças. Estas lideranças se utilizam da imagem do *ciúme* para explicar-nos, por exemplo, porque a incorporação de novos sócios ou de membros menos experientes na direção dessas entidades tem sido uma dificuldade para o grupo, acarretando muitas vezes a essas lideranças uma sobrecarga de trabalho e funções, fato que os impede de acumular financeiramente da mesma forma que os sócios “menos envolvidos”, ou mesmo de dedicar tempo a sua família, compadres e vizinhos.

Vários outros sentimentos foram identificados como orientadores das ações em relação a este conjunto de organizações como a *vergonha*, quando fracassam em uma ação, quando alguém vende seu lote; há ainda a *paixão* a figura de certos políticos, que no chamado *tempo*

da política põem em suspenso lealdades, que fora desse contexto estão bem definidas; a *coragem*, de trabalhar, de aceitar os desafios e de por o nome a prova.

Desta forma, entendemos que se procedermos a análise focada nos significados desses sentimentos em relação às experiências associativistas, especialmente sobre os seus significados nativos, teremos uma original chave explicativa para uma série de questões que até então tem permanecido em aberto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- ALMEIDA, A.W. **Distinguir e mobilizar: duplo desafio face às políticas governamentais**. Revista Tipiti, número 01, p, 5-7, 2001.
- ALMEIDA, A.W. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito In: **Na Trilha dos Grandes Projetos: modernização e conflito na Amazônia**. Castro, Edna Maria & HÉBETTE, Jean. orgs. Belém, NAEA/UFPA, 1989.
- ALMEIDA, A.W. **Quebradeiras de coco babaçu: identidade e mobilização**. São Luís: MIQCB, 1985.
- ALMEIDA e MOURÃO: Questões Agrárias no Maranhão Contemporâneo. **Pesquisa Antropológica**. Brasília, nº 9-10; maio/junho, 1976.
- AMARAL FILHO, Jair. **Economia Política do Babaçu: um estudo da organização da extrato indústria do babaçu no Maranhão e suas tendências**. São Paulo: SIOGE, 1990. 309p.
- ANDRADE, Manuel Correia de. O Meio Norte. In: _____. **Paisagens e Problemas do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- ASSEMA, ASSEMA em Revista: Edição Especial dos 15 anos da ASSEMA, São Luís, dezembro de 2004.
- ASSEMA. Projeto Consolidação da Economia Familiar Camponesa em Regiões de Babaçuais, com a Conservação e Utilização Regional dos Recursos Naturais. Pedreiras, 1999.
- ASSEMA. Projeto Preservação e Utilização Racional de Recursos Naturais em Áreas de Assentamento no Maranhão. Pedreiras, 1991.
- AVRITZER, Leonardo; RECAMAN, M.; VENTURI, G. **O Associativismo em São Paulo**. Belo Horizonte, Instituto Cultiva, 2004.
- BERREMAN, Gerald D. Etnografia e Controle de Impressões em uma aldeia do Himalaia. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980. p. 123-174.
- BÍBLIA SAGRADA, Livro de Thiago. Rio de Janeiro, Encyclopaedia Britannica Publishers. 1999. p.210).
- BNDES, Site do BNDES <<http://www.bndes.gov.br/industria/default.asp>>. Acesso em 26 de agosto de 2006.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2000.
- BRUNO, Regina Ângela Landim. Posfácio: A grande propriedade fundiária hoje: quais razões para tanto poder e tanta intolerância dos proprietários? In: TELLES MELO, João Alfredo (org). **Reforma Agrária Quando? CPI mostra as causas da luta pela terra no Brasil**. Brasília, 2006, Senado Federal, p. 426-441.
- CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. **Agroecologia e Extensão Rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável**. Brasília: MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

- CARNEIRO, Marcelo S, PAULA ANDARDE M., MESQUITA B. A. A Reforma da miséria e a miséria da reforma: notas sobre assentamentos e ações chamadas de reforma agrária no Maranhão. In: ALMEIDA, A. W. **O Maranhão em Rota de Colisão**, São Luís: CPT, 1997.
- CARVALHO, Maria Siqueira de. **A expropriação da terra e o sindicalismo rural em Pindaré Mirim - Ma**: gado comeu roça, comeu bala. Rio de Janeiro: FGV/CPDA, 1981
- CARDOSO, R. Aventuras de Antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: **A Aventura Antropológica**. DURHAM, Eunice R. & CARDOSO, Ruth C. L., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 95-106.
- CESAREO, Vincenzo. “Associacionismo Voluntário” In: BOBBIO, Norberto et.all. **Dicionário de política** Vol. 01. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2004(pg. 64-66).
- CESE, <www.cese.org.br>. Acesso em 02 de Dezembro de 2006
- COMERFORD, John Cunha. **Como uma família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.
- COMERFORD, John Cunha. **Reunir e Unir: As reuniões de trabalhadores rurais como forma de sociabilidade**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) UFRJ/MUSEU NACIONAL, Rio de Janeiro, 1996.
- CONCEIÇÃO, Maria de F. & MANESCHY, Maria C. Pescadores, Agricultores e Ribeirinhos na Amazônia Oriental: associativismo e sustentabilidade. Boletim Rede Amazônia, Número 01, p: 61-69, 2003.
- CNPT, <www.cnpt.gov.br>. Acesso em 02 de Dezembro de 2006.
- CNS, <www.cns.org.br>. Acesso em 02 de Dezembro de 2006.
- DURHAM, Eunice R. A Pesquisa Antropológica com Populações Urbana: problemas e perspectivas. In, **A Aventura Antropológica**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p.17-38.
- ELIAS, Norbert & SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- ELIAS, Norbet. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994a.
- ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994b.
- ELIAS, Norbert. **Introdução a Sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1980.
- FAMEM, <www.famem.org.br>. Acesso em 26 de agosto de 2006.
- FIGUEIREDO, Luciene Dias. **Empates nos Babaçuais do espaço doméstico ao espaço público- luta de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) UFPA/NAEA, Belém, 2005.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FORD, Fundation, <www.fordfoundation.org.br>. Acesso em 03 de Dezembro de 2006.
- GEERTZ, Clifford. **Forma e variação na estrutura da aldeia balinesa**. In: Revista Mosaico, Universidade Federal do Espírito Santo, ano 02, número 01, volume 01, Sem Data. Tradução de Carlos Frederico Lucio a partir do original “Form and variation in Balineses Village Structure” In: American Antropologist. Número 61, 1959.
- GOHN, Maria da Gloria Marcondes. **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

- GONÇALVES, M. F. da C. **A Reinvenção do Maranhão Dinástico**. São Luís: UFMA-PROIN, 2000.
- GTA, <www.gta.org.br>. Acesso em 03 de Dezembro de 2006.
- HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice, 1990.
- HOBBSAWN, Eric. **A Era dos Extremos: O Breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- FUNDAÇÃO INTERAMERICANA - IAF, <www.iaf.gov>. Acesso em 03 de Dezembro de 2006.
- LAGO, Maria Regina Teixeira. **Babaçu livre e roças orgânicas - a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de relação com os recursos naturais**. 2002. 109 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) - Universidade Federal do Pará.
- LEITE, Sérgio Pereira; HEREDIA, Beatriz; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *et al.* **Impactos dos Assentamentos: um estudo do meio rural brasileiro**. São Paulo: IICA/NEAD, Editora UNESP, 2004.
- LIMA NETO, José Evaristo de. **Memória e Conflito na construção de um mito de origem: o caso da ASSEMA**. Anais do VI Encontro Regional Sudeste de História Oral, UFJF - Juiz de Fora, 2005.
- LIMA NETO, José Evaristo de. **Pesquisador e Ator – uma reflexão sobre o processo de inserção e trabalho em uma organização de trabalhadores rurais, no Maranhão**, monografia apresentada ao Curso de Ciências Sociais, UFMA, 2004.
- LUNARDI, Vera Lúcia. **A organização dos Trabalhadores Rurais (STR, associação, cooperativa) e a agricultura familiar: uma reflexão sobre Goiás**, Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento Sociedade e Agricultura-CPDA/UFRRJ, 1999.
- IBGE. Enciclopédia dos Municípios Brasileiros- Maranhão e Piauí, volume XV, Rio de Janeiro, 1959.
- MARANHÃO, Governo do Estado do. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Maranhão.<www.zee.ma.gov.br>. Acesso em 27 de agosto de 2006.
- MARTINS, Cyntia Carvalho. **Agricultura e Garimpo na Lógica Camponesa: os deslocamentos como categorias de análises**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) São Luís: UFMA. 2000. 154p.
- MARTINS, José de Sousa. **Fronteira a degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.
- MARTINS, José de Souza. Prefácio In: Esterci, Neide (org.) **Cooperativismo e Coletivização no campo: questões sobre a prática da Igreja Popular**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis:Vozes, 1983.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo**, São Paulo, Pioneira, 1975.
- MEDEIROS, Leonilde S. **Desafios do sindicalismo rural nos anos 90**. Salvador: CESE, In Debate, número 03, ano IV, 1994 (p. 69-79).

- MELUCCI, Alberto. **Acción Coletiva, Vida Cotidiana y Democracia**. México. El Colégio de México, Centro de Estudios Sociológicos, México, 1999. 260p.
- MUSUMECI, Leonarda. **O Mito da Terra Liberta**. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais: ANPOCS, 1988.
- NOVAES, Regina Reyes. **De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo**. Rio de Janeiro: Graphia, 1997.
- OXFAM, <www.oxfam.org.br>. Acesso em 03 de Dezembro de 2006.
- O PACARÁ. Prestação de Contas to Exercício de 2004. Pedreiras. Ano IV, número 19, janeiro/abril. 2005.
- PÃO PARA O MUNDO, <www.polis.org.br>. Acesso 04 de Dezembro de 2006.
- PALMEIRA, Moacir. **Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na plantation tradicional**. Contraponto. Niterói, 1977, ano II, NÚMERO 2
- PAULA ANDRADE, Maristela de. Expropriação de grupos étnicos, desequilíbrio ambiental e (in)segurança alimentar: problematizando as noções de fome e pobreza. In: PAULA ANDRADE, Maristela de; FILHO, Benedito, Sousa (orgs.) **Fome de Farinha: deslocamento compulsório e insegurança alimentar em Alcântara**. São Luís: EDUFMA, 2006.
- PAULA ANDRADE, Maristela. Conflitos agrários - memórias de quebradeiras de coco babaçu. In: 5º Encontro Regional de História Oral - memória, patrimônio e identidade, 2005, São Luís. História Oral Nordeste - memória, patrimonio e identidade. São Luís : EDUFMA, 2005. v. 1. p. 1-6.
- PAULA ANDRADE, Maristela de & FIGUEIREDO, Luciene. Na Lei e na Marra - a luta pelo livre acesso aos babaçuais. São Luís, 2004, mimeo (no prelo).
- PAULA ANDRADE, Maristela. **Terra de Índio: identidade étnica e conflito em terras de uso comum**. São Luís: UFMA, 1999, 293p.
- PAULA ANDRADE, Maristela de & SANTOS, Murilo. **Transformações Econômicas e Sociais no Campo Maranhense: A peleja do Educador**, volume 1, São Luís CPT-MA, 1981.
- PINTO, Louis. Experiência Vivida e Exigência Científica de Objetividade. In: **Iniciação à Prática Sociológica**. Dominique Merllié et al., Rio de Janeiro: Vozes, 1996, p.13-58.
- PNUD, **Atlas do Desenvolvimento Humano**. <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 27 de agosto de 2006.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. Trad.: Monique Augras. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV, vol. 05, n 10, 1992.
- PORRO, Roberto; MESQUITA, Benjamim Alvino de; SANTOS, Itaan de Jesus Pastos. **Expansão e trajetórias da Pecuária na Amazônia: Vales dos rios Mearim e Pindaré-Maranhão**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004. 184p.
- PORTRILLE, Alessandro. *O massacre de Civitella Val di Chiana (toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum*, in: **Usos e abusos da historia oral/** Janaina Amado e Marieta Moraes Ferreira(org). Rio de Janeiro, Editora FGV, 1996.
- RICCI, Rudá. A Trajetória dos Movimentos Sociais do Campo: História, Teoria Social e Práticas de Governo. Rio de Janeiro: II Semana Acadêmica do CPDA. 2005 mimeo.
- ROMANO, Jorge O. Poder, Valores e Conflito nos processos de organização no interior dos assentamentos. Comentários a um debate. In: **Assentamentos Rurais: uma visão**

multidisciplinar. (orgs) Leonilde Medeiros *et al.* São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1994.

SANTOS, Murilo. **Bandeiras Verdes:** um estudo da ocupação recente da área dos rios Caru e Turzinho no Maranhão. São Luís. Documentário etnográfico, vídeo, 45 min. 1981

SGRECIA, Alexandre. ACR: Animação dos Cristãos no Meio Rural. Texto apresentado, IX Reunião do grupo de estudos sobre movimentos sociais no campo - PIPSA, Belo Horizonte, 1982.

SILVA, José Gomes da. **A Reforma agrária brasileira na virada do milênio.** Maceió: EDUFAL, 1997.

SILVA, Miguel Henrique Pereira da. **Cooperativismo na área de atuação da ASSEMA: um estudo das cooperativas de Lago do Junco e Esperantinópolis.** Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) São Luís: UFMA, 2001. 139 p.

SILVA, Marcelo Kunrath. Os processos participativos: esboço de um modelo de análise da participação social na gestão pública, a partir da sociologia configuracional de Norbert Elias. Mimeo, Porto Alegre: UFRGS, 2005.

SIMMEL, G. A natureza sociológica do conflito. In: _____. **Sociologia.** São Paulo: Ática, 1983.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

TOCQUEVILLE, Alex de. **A democracia na América.** In: WEFFORT, Francisco C. Os Clássicos da Política volume 2. São Paulo: Editora Ática, 1997.

VALVERDE, Orlando. Geografia Econômica e Social do Babaçu no Meio Norte. Revista Brasileira de Geografia, V. 19, n. 3, 1957, p. 281-314.

VELHO, Otávio G. **Frentes de Expansão e Estrutura Agrária.** Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VEIGA, José Eli da. **A Reforma que virou suco: uma introdução ao dilema agrário no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1990

VIVEIROS, Jerônimo de. História do Comércio do Maranhão. Vol. 2 São Luís: Associação Comercial do Maranhão, 1964.

WEBER, Max. **Ciência e Política:** duas vocações. Editora Cultrix, São Paulo, 2004.

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres:** colonos do Sul e sitiantes do Nordeste. São Paulo-Brasília: Hucitec/Edunb, 1995.

OUTROS DOCUMENTOS UTILIZADOS

Estatuto Social da Associação de Trabalhadores Rurais de Aparecida.

Estatuto Social da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão.

Estatuto Social da Associação Santo Antonio.

Estatuto Social da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Lago do Junco.

Estatuto Social da Sociedade de Trabalhadores Rurais de São Manuel.

Livro de Ata da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão ASSEMA, 1989.

Livro de Ata da Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão ASSEMA, 1994.

Livro de Ata da Delegacia Sindical de Centrinho do Acrísio, Atas de 12/10/1984, 11/11/1984 e 16/01/1994.

Livro de Ata da Delegacia Sindical de Ludovico, Atas de 19/04/1988, 14/07/1989 e 13/05/1990.

Livro de Ata da Delegacia Sindical de São Manuel, Atas de 05/07/1987 e 20/12/1987.

Regimento Interno da Associação de Trabalhadores Rurais de Aparecida.

Regimento Interno da Associação Santo Antonio.

Regimento Interno da Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativista de Lago do Junco.

Regimento Interno da Sociedade de Trabalhadores Rurais de São Manuel.

ANEXOS

LISTA DE EVENTOS

- a) Assembléia geral da AMTR/ Cajazeiras - 03 e 04/06.
- b) Reunião na ASSEMA com Francinaldo, Raimundo Ermínio, D. Marlene, Manuel Rodrigues (objetivos da pesquisa, no que a ASSEMA pode ajudar, como eu poderia retornar os resultados da pesquisa) – 05/06.
- c) Celebração dominical da comunidade religiosa de São Manuel – Domingo 10/06/06.
- d) Reunião da delegacia Sindical de São Manuel – Domingo 11/06/06, (logo após o culto dominical).
- e) Reunião do grupo de jovens de São Manuel – Domingo 11/06/06, noite, igreja.
- f) Mutirão na área da sociedade de São Manuel – Quarta-Feira 14/06/06.
- g) Reunião do núcleo de produtoras de sabonete da AMTR- Ludovico- Sábado, manhã, 17/06/06, fábrica de sabonete.
- h) Reunião da Cantina de Ludovico- Sábado, tarde, 17/06/06.
- i) Celebração do culto dominical de Ludovico, noite, domingo, 18/06/06.
- j) Reunião do STTR- Ludovico, segunda-feira, manhã, 19/06/06.
- k) Reunião do conselho da COPPALJ- S.Manuel, quarta-feira, 21/06/06, propriedade, o dia todo.
- l) Assembléia da EFAF, Sábado e Domingo, 24 e 25/06/06, S.Manuel.
- m) Reunião da delegacia sindical de Ludovico, domingo, 25/06/06 * sem corum.
- n) Culto dominical de Centrinho, domingo, noite, 25/06/06. * sem corum.

QUADRO DE ENTREVISTADOS

1. POVOADO DE SÃO MANOEL

Dados do (a) Entrevistado(a)	Organizações em que participa e cargos que ocupa
Antonino, casado, pai, avô.	Sócio da COPPALJ, diretor da EFAF, sócio da Associação do Assentamento São Manoel, sócio do sindicato, membro da comunidade religiosa, sócio fundador da ASSEMA.
Dalva, casada, mãe, moradora do povoado São Manoel.	Sócia da AMTR, sócia da COPPALJ, sócia da Associação do Assentamento São Manoel, sócia do sindicato, membro da comunidade religiosa.
Dió	sócio do sindicato, membro da comunidade religiosa, sócio da associação de assentamento
Dôra, casada, mãe (02 filhos homens e grávida)	Sócia da AMTR e ex-gerente da fábrica de sabonetes da AMTR, sócia da COPPALJ, sócia do sindicato, membro da comunidade religiosa, sócia da associação de assentamento.
Ivete, casada com Raimundo Vital dos Santos, sete filhos (01 mulher, 06 homens) nasceu em S. João da Mata.	Sócia da Associação de S.Manuel, COPPALJ, AMTR, STTR, EFAF. Atual tesoureira da COPPALJ, Ex-presidente da AMTR (2 mandatos seguidos) sócia do sindicato, membro da comunidade religiosa, sócia da associação de assentamento.
Nailson	Sócio do sindicato, dirigente da comunidade religiosa, sócio da COPPALJ, filho de sócio da associação de assentamento.
Raimundo Ermínio, casado, quatro filhos (2 homens e 2 mulheres).	Coordenador Geral da ASSEMA, sócio do sindicato, ex- presidente da COPPALJ foi dirigente da comunidade religiosa por 20 anos, sócio do EFAF, STTR, filiado ao PT.
Raimundo Vital dos Santos, casado, 07 filhos.	Sócio da COPPALJ, diretor da Escola Família Agrícola de Ensino Médio (Pau Santo), membro da Associação do Assentamento de São Manoel. Foi diretor da ASSEMA, entre 2000-2001 sócio do sindicato, membro da comunidade religiosa, filiado ao PT.
Toin, casado, 04 filhos (3 homens, 2 mulheres)	Sócio do sindicato, ex- tesoureiro, da COPPALJ e atual vice-presidente, sócio do sindicato, membro da comunidade religiosa
Valdir	Delegado sindical, sócio da EFAF, ex-dirigente da comunidade religiosa, sócio do PT.

2. POVOADO DE CENTRINHO DO ACRÍSIO

Dados do (a) Entrevistado(a)	Organizações em que participa e cargos que ocupa
Alcione (Cione), casado, pai de 3 filhos	Sócio da EFAF, da Sociedade do Centrinho, do STTR e da COPPALJ (2º conselheiro fiscal), membro da igreja, já foi dirigente da comunidade religiosa.
Antonia, casada, mãe, avó.	Sócia da AMTR, STTR, da associação do assentamento Centrinho do Acrísio, sócia da COPPALJ, coordenadora do MIQCB, sócia do sindicato, membro da comunidade religiosa, Diretora da ASSEMA.
Antonio Leite, pai e avô, casado com Domingas Leite	Sócio do STTR, COPPALJ e ASSEMA, da Sociedade do Centrinho e do PT, membro da ACR, foi dirigente da igreja. Foi vereador entre 1996 e 2000.
Bebé, pai de 3 filhos, casado com Miúda.	Membro da Sociedade do Centrinho, dirigente da comunidade religiosa do Centrinho, Diretor regional da Igreja (6 comunidades) e Conselheiro da Paróquia, sócio da associação de assentamento.
Domingas Leite, mãe, avó, casada com Antonio Leite.	Sócia da AMTR, produtora de sabonetes babaçu livre, da associação do assentamento, sócia da COPPALJ, diretora da EFAF, integra o projeto roças orgânicas sócia do sindicato, filiada ao PT, membro da comunidade religiosa.
João Valdecy, pai, casado.	Sócio da COPPALJ, da associação do assentamento Centrinho do Acrísio, secretário municipal de agricultura, sócio do sindicato, membro da comunidade religiosa.
Miúda, mãe de 3 filhos, casada com Bebé.	Sócia da COPPALJ, STTR, Clube de Mães, zeladora da igreja e professora, membro da comunidade religiosa.
Felé, mãe, avó, separada.	Sócia da AMTR, sócia do STTR, sócia da COPPALJ, membro da comunidade religiosa.
Preto, casado, pai e avô, 5 filhos	STTR (delegado sindical) Sócio da COPPALJ, da associação do assentamento Centrinho do Acrísio, diretor da EFAF, sócio do PT, membro da comunidade religiosa.
Zezé, casada, mãe e avó.	Sócia da AMTR, COPPALJ, STTR, Clube de Mães e da associação do assentamento Centrinho do Acrísio, produtora de sabonetes babaçu livre, integra o projeto roças orgânicas, filiada ao PT, membro da comunidade religiosa.
Lenha, casado, 3 filhos, mora na casa da sogra.	Ex- sócio da COPPALJ, sócio do STTR, associação de assentamento, membro da comunidade religiosa.

3. POVOADO DO LUDOVICO

Dados do (a) Entrevistado (a)	Organizações em que participa e cargos que ocupa
Carmelita, viúva, mãe, avó.	Sócia do STTR, COPPAJ, Clube de Mães, ASSEMA, tesoureira da delegacia sindical, membro da igreja e atual presidente da AMTR sócia do sindicato, membro da comunidade religiosa, filiada ao PT.
Diocina, viúva, 3 filhos.	Sócia da Associação do Assentamento de Aparecida, AMTR, COPPALJ, ASSEMA, STTR, MIQCB, trabalhou na pastoral da criança, produtora dos sabonetes Babaçu Livre sócia do sindicato, membro da comunidade religiosa, filiada ao PT.
Maria Alafdes, casada, mãe, avó.	Vereadora pelo PT, sócia da COPPALJ, AMTR e Associação do Assentamento Aparecida, membro da comunidade religiosa sócia do STTR, EFAF .
Moça, casada, mãe, avó, moradora do povoado Marajá.	Sócia da AMTR, produtora de sabonetes babaçu livre, da associação do assentamento Aparecida, sócia da COPPALJ, integra o projeto roças orgânicas, sócia do sindicato, membro da comunidade religiosa.
Naná, viúva, separada, 8 filhos	Vice-presidente do STTR, presidente da Associação do Assentamento de Aparecida, sócia da AMTR, COPPALJ, EFAF sócia do sindicato, membro da comunidade religiosa, filiada ao PT.
Pedro, casado com Francisca Cirlene, 4 filhos.	Sócio da COPPALJ, STTR, EFAF, membro da igreja do Ludovico, filiado ao PT, sócio do sindicato, membro da comunidade religiosa.
Rosalina Alves, casada, mãe, avó.	Cantoneira da COPPALJ, foi a primeira presidente e sócia da AMTR, Presidente da comunidade de Aparecida, Associação de Aparecida, STTR e PT, sócia do sindicato, membro da comunidade religiosa.
Zé Mundico, casado, pai, avô, morador do povoado Marajá.	Ex-Gerente da COPPALJ, membro da associação do assentamento Aparecida, sócio do sindicato, EFAF, membro da comunidade religiosa.

4. CORPO TÉCNICO DA ASSEMA.

Miguel Henrique Silva, casado, 01 filho.	Técnico do programa de políticas públicas, Cientista Social, funcionário desde o ano 2000.
Valdener Miranda, solteiro.	Técnico do programa de comercialização possui curso técnico em Administração, funcionário desde o ano de 1993.

ANEXO 03



Foto 01: Floresta de babaçu (Centrinho do Acrísio)



Foto 02: Solta, palmeiras de babaçu em meio a pastagem para gado bovino (Centrinho do Acrísio)



Foto 03: Mulher quebrando coco (Povoado de São Manuel)



Foto 04: Vista parcial do Povoado Ludovico



Foto 05: Igreja de São Manuel, saída do culto dominical.



Foto 06: Reunião da delegacia sindical de São Manuel realizada na Igreja, logo após o culto dominical



Foto 07: Altar da Igreja de São Manuel. Detalhe da pauta da reunião da delegacia sindical.



Foto 08: Paineil em tecido que se encontra no altar da igreja de Aparecida, no Ludovico.



Foto 09: Detalhe do Altar da Igreja de Santo Antonio do povoado de Centrinho do Acrísio. Ao fundo cartaz da campanha de preservação da Matas ciliares, realizada pela COPPALJ.



Foto 10: Sócios da Sociedade de São Manuel durante mutirão de roço em uma área de uso comum.



Foto 11: Detalhe da Assembléia Geral da AMTR, povoado de Cajazeiras, 03 e 04 de junho de 2006



Foto 12: Sócias da AMTR catando feijão que seria preparado para o almoço em dia de assembléia.



Foto 13: Reunião da cantina do povoado Ludovico, apresentação da prestação de contas.



Foto 14: Caminhão da COPPALJ coletando babaçu e entregando mercadorias na cantina de São Manuel